

## PROSPECTO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS SENIORES DA TERCEIRA SÉRIE DO POLO CRÉDITO CONSIGNADO

### FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ATÉ 48.750 (QUARENTA E OITO MIL SETECENTAS E CINQUENTA) COTAS SENIORES DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE DO **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I** (“OFERTA”, “COTAS SENIORES”, “TERCEIRA SÉRIE” E “FUNDO”, RESPECTIVAMENTE), COM VALOR INICIAL UNITÁRIO DE R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) CADA UMA, TOTALIZANDO O MONTANTE DE ATÉ:

**R\$ 48.750.000,00**

(QUARENTA E OITO MILHÕES SETECENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).

Classificação preliminar de risco das Cotas Seniores da Terceira Série: “brAAA (sf)”  
Código ISIN das Cotas Seniores da Terceira Série: BRPLCCCTF047

*Benchmark das Cotas Seniores:*

De 08 de outubro de 2012 a 02 de maio de 2013: CDI acrescido de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento)  
A partir de 03 de maio de 2013: CDI acrescido de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento)

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
RUA LIBERO BADARÓ, Nº 425, 23º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO - SP, CEP 01009-905  
CNPJ/MF SOB Nº 52.904.364/0001-08  
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDORA DAS COTAS DO FUNDO

O FUNDO FOI CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, A INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”) Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 13.566.670/0001-11, ADMINISTRADO PELA **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, SOCIEDADE COM SEDE NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, À RUA LIBERO BADARÓ, Nº 425, 23º ANDAR, CENTRO, CEP 01009-905, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 52.904.364/0001-08, DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA CVM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (“ADMINISTRADORA”), TENDO SUA CARTEIRA GERIDA PELA **POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, SOCIEDADE COM SEDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, À AVENIDA ATAULFO DE PAIVA, Nº 204, 10º ANDAR, SALAS 1001 A 1010, LEBLON, CEP 22440-033, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 05.451.668/0001-79, DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA CVM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, NOS TERMOS DO ATO DECLARATÓRIO Nº 7.162, DE 19 DE MARÇO DE 2003 (“GESTOR”). A CONSTITUIÇÃO DO FUNDO E O INTEIRO TEOR DO SEU REGULAMENTO (“REGULAMENTO”), BEM COMO A EMISSÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES, FORAM APROVADOS CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 27 DE ABRIL DE 2011, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003409779, DE 27 DE ABRIL DE 2011. O ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO FOI OBJETO DE RERRATIFICAÇÃO, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA DATADO DE 31 DE MAIO DE 2011, O QUAL FOI REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003410945, EM 1º DE JUNHO DE 2011. O REGULAMENTO FOI ALTERADO EM (i) 3 DE MAIO DE 2011, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003410447, EM 3 DE MAIO DE 2011; (ii) 9 DE MAIO DE 2011, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003410945, EM 9 DE MAIO DE 2011; (iii) 13 DE MAIO DE 2011, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003411439, EM 13 DE MAIO DE 2011; (iv) 21 DE JUNHO DE 2011, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003415270, EM 22 DE JUNHO DE 2011; (v) 29 DE NOVEMBRO DE 2011, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003429788, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011; (vi) 10 DE JANEIRO DE 2012, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003433158, EM 10 DE JANEIRO DE 2012, (vii) 14 DE FEVEREIRO DE 2012, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003436699, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2012, (viii) 23 DE JULHO DE 2012, CONFORME DELIBERADO PELOS COTISTAS DO FUNDO REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL REALIZADA NA REFERIDA DATA, TENDO SIDO A RESPECTIVA ATA REGISTRADA NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003450888, EM 24 DE JULHO DE 2012, (ix) 03 DE SETEMBRO DE 2012, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003455391, EM 05 DE SETEMBRO DE 2012, (x) 07 DE DEZEMBRO DE 2012, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003464020, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2012, E (xi) 12 DE MARÇO DE 2013, POR ATO PARTICULAR DA ADMINISTRADORA, TENDO SIDO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003472170, EM 12 DE MARÇO DE 2013.

A **TERCEIRA SÉRIE** FOI OBJETO DE DELIBERAÇÃO PELA ADMINISTRADORA EM 03 DE SETEMBRO DE 2012, TENDO SIDO O RESPECTIVO INSTRUMENTO REGISTRADO NO 1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, SOB O Nº 003455391, EM 05 DE SETEMBRO DE 2012.

DOCUMENTOS REFERENTES À CONSTITUIÇÃO DO FUNDO PROTOCOLADOS NA CVM EM 16 DE MAIO, 02 DE JUNHO E 28 DE JUNHO DE 2011. ATO DA CVM DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 2024, DE 28 DE JUNHO DE 2011 (CÓDIGO Nº 499-5).

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA OFERTA JUNTO À CVM: CVM/SRE/RFD/2012/019, DE 04 DE OUTUBRO DE 2012.

A OFERTA FOI OBJETO DE MODIFICAÇÃO PERANTE A CVM, EM RAZÃO: (I) DA ELEVAÇÃO DO **BENCHMARK** DE RENTABILIDADE DAS COTAS SENIORES DA TERCEIRA SÉRIE, DE 2,30% (DOIS INTEIROS E TRINTA CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO PARA 3,50% (TRÊS INTEIROS E CINQUENTA CENTÉSIMOS POR CENTO) AO ANO, SOMADOS À VARIAÇÃO POSITIVA DA TAXA MÉDIA DIÁRIA DOS DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS - DI DE 1 (UM) DIA, “OVER EXTRA GRUPO”, EXPRESSA NA FORMA DE PERCENTUAL AO ANO, BASE DE 252 (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS) DIAS, CALCULADA E DIVULGADA PELA CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS, SENDO QUE O NOVO **BENCHMARK** DE RENTABILIDADE PASSARÁ A SER APLICADO ÀS COTAS SENIORES DA TERCEIRA SÉRIE JÁ EMITIDAS NO ÂMBITO DA OFERTA A PARTIR DE 03 DE MAIO DE 2013, CORRESPONDENTE AO DIA ÚTIL IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE (INCLUSIVE) AO DIA DA APROVAÇÃO PELA CVM DO PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DOS TERMOS DA OFERTA, E (II) DO AUMENTO, PARA 24.375 (VINTE E QUATRO MIL TREZENTAS E SETENTA E CINCO), DO PATAMAR MÍNIMO DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA TERCEIRA SÉRIE E, CONSEQUENTEMENTE, DAS COTAS SUBORDINADAS DE EMISSÃO DO FUNDO. A MODIFICAÇÃO DA OFERTA FOI APROVADA PELA CVM EM 02 DE MAIO DE 2013, NOS TERMOS DO OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 89/2013.

AS COTAS SENIORES DA TERCEIRA SÉRIE FORAM REGISTRADAS EM 18 DE SETEMBRO DE 2012 PARA DISTRIBUIÇÃO NO MÓDULO DE DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS - MDA, E PARA NEGOCIAÇÃO NO SF - MÓDULO DE FUNDOS, AMBOS ADMINISTRADOS E OPERACIONALIZADOS PELA CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS.

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CRÉDITO CONSIGNADO.

PROSPECTO DE ACORDO COM O CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS DO REGULAMENTO RELATIVAS AO OBJETIVO DO FUNDO, À SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DE SUA CARTEIRA, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTES PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO À QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA CVM. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DO FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDOR, DO GESTOR OU DO CUSTODIANTE DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDOR, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE DO FUNDO, DOS CEDENTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO, BEM COMO DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

QUALQUER RENTABILIDADE QUE VENHA A SER OBTIDA PELO FUNDO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” DESTE PROSPECTO, NAS PÁGINAS 92 A 98, ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 3 DESTE PROSPECTO.

GESTÃO



ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



CEDENTE



ESTRUTURAÇÃO



CUSTÓDIA QUALIFICADA E ESCRITURAÇÃO



AUDITORIA



ASSESSORIA LEGAL



A DATA DESTE PROSPECTO É 03 DE MAIO DE 2013.

#### AVISOS IMPORTANTES

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA E O GESTOR MANTENHAM ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS COTISTAS DO FUNDO.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS DO FUNDO.

LEIA ESTE PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR.

TODO COTISTA DO FUNDO, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

ESTE FUNDO APRESENTA RISCO DE LIQUIDEZ ASSOCIADO ÀS CARACTERÍSTICAS DO SEU ATIVO E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A SOLICITAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE RESGATES.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTE FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS COTISTAS DO FUNDO E AO FUNDO. A ESSE RESPEITO, VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO, NA PÁGINA 70.

NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO. VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO, NA PÁGINA 70.

AS COTAS SENIORES DA TERCEIRA SÉRIE DO FUNDO, OBJETO DA OFERTA, NÃO SÃO ADEQUADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITEM DE AMPLA LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS, UMA VEZ QUE O MERCADO SECUNDÁRIO BRASILEIRO PARA NEGOCIAÇÃO TANTO DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMO DE DIREITOS DE CRÉDITOS APRESENTA ATUALMENTE BAIXA LIQUIDEZ, E NÃO HÁ NENHUMA GARANTIA DE QUE EXISTIRÁ NO FUTURO UM MERCADO PARA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS QUE POSSIBILITE AOS COTISTAS DO FUNDO A ALIENAÇÃO DE SUAS COTAS, CASO ESTES ASSIM DECIDAM.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDOR.

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
1.1. DEFINIÇÕES	7
1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA	19
1.3. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE DO FUNDO	30
1.4. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA SEGUNDA SÉRIE E DAS COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS DO FUNDO	33
<b>2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA</b>	<b>37</b>
2.1. BASE LEGAL	38
2.2. PÚBLICO-ALVO	38
2.3. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	38
2.4. CONDIÇÕES DE CESSÃO	40
2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	41
2.6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	42
2.7. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR DO CUSTODIANTE, DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	46
2.8. CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	47
2.9. DISTRIBUIÇÃO	49
2.10. ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO	49
2.11. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	49
2.12. EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS	55
2.13. RESERVA DE FUNGIBILIDADE E RESERVA DE LIQUIDEZ	60
2.14. RAZÃO DE GARANTIA	61
2.15. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	61
2.16. DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	64
2.17. DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO	64
2.18. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	66
2.19. ENCARGOS DO FUNDO	68
2.20. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	69
2.21. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO	70
2.22. TRIBUTAÇÃO	70
2.23. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	73
2.24. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	74
2.25. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA	74
2.26. ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS	75
2.27. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	75
2.28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	76
2.29. ATENDIMENTO AO COTISTA	77
2.30. DISPOSIÇÕES GERAIS	78
<b>3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO</b>	<b>79</b>
3.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	80
3.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	83
3.3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA	83
3.4. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLENTOS E PERDAS	86
3.5. FLUXOGRAMA DA OFERTA	91
<b>4. FATORES DE RISCO</b>	<b>92</b>
<b>5. A INDÚSTRIA DE CRÉDITO CONSIGNADO</b>	<b>99</b>
<b>6. GERENCIAMENTO DE RISCOS</b>	<b>102</b>
<b>7. INFORMAÇÕES SOBRE A SABEMI</b>	<b>104</b>



<b>8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA</b>	<b>111</b>
8.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES	112
8.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES	116
8.3. CONFLITOS DE INTERESSE	118
8.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	118
<b>9. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS</b>	<b>121</b>
<b>10. DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO DISTRIBUIDOR</b>	<b>125</b>
<b>ANEXOS</b>	
• ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO.....	128
• ANEXO II - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	133
• ANEXO III - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	136
• ANEXO IV - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	139
• ANEXO V - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	142
• ANEXO VI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO.....	144
• ANEXO VII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS.....	147
• ANEXO VIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	152
• ANEXO IX - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	154
• ANEXO X - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2012, POR MEIO DA QUAL FOI ALTERADO O REGULAMENTO.....	157
• ANEXO XI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA TERCEIRA SÉRIE DE COTAS.....	178
• ANEXO XII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SÉTIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	184
• ANEXO XIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA 3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO.....	187
• ANEXO XIV - REGULAMENTO DO FUNDO.....	194
• ANEXO XV - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO.....	267
• ANEXO XVI - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	269
• ANEXO XVII - RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA TERCEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES, ELABORADO PELA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	271
• ANEXO XVIII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009.....	280
• ANEXO XIX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010.....	284
• ANEXO XX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011.....	288
• ANEXO XXI - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO FUNDO.....	294
• ANEXO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011.....	302

---

## 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administradora ou Concórdia:	Concórdia S/A Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários.
Agência Classificadora de Risco ou Standard & Poor's:	Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada contratada pela Administradora, em nome do Fundo, responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais.
Agente de Escrituração ou Santander:	Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235, Bloco A, Vila Olímpia, CEP 04543-011, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.
ANBIMA:	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral de Cotistas:	A assembleia geral de cotistas do Fundo.
Assistência Financeira:	Os contratos de concessão de assistência financeira celebrados pela Sabemi com os Segurados, consistentes de empréstimos concedidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento.
Ativos Financeiros:	Ativos detidos pelo Fundo que não sejam Direitos de Crédito e estejam entre aqueles mencionados no Artigo 5º do Regulamento, quais sejam: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (iv) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.
Auditores Independentes ou PWC:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20.

BACEN:	O Banco Central do Brasil.
Banco Cacique:	Banco Cacique S/A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 402, 9º a 17º andares, Paraíso, CEP 01310-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.349.358/0001-83, beneficiária de CCB emitidas por Segurados.
Bancos Conveniados:	Bancos junto aos quais os Segurados possuem conta-corrente na qual é realizado o desconto das parcelas da Assistência Financeira, e que realizam o repasse dos respectivos valores à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada.
CDI:	Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP.
Carteira:	A carteira do Fundo.
Cedente:	A Sabemi e/ou o Banco Cacique.
CCB:	As Cédulas de Crédito Bancário emitidas nos termos da Lei nº 10.931.
CETIP:	CETIP S.A. - Mercados Organizados, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida República do Chile, nº 230, 7º - parte, 10º e 11º andares, Centro, CEP 20031-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.358.105/0001-91.
Circular SUSEP 320:	A Circular da Superintendência de Seguros Privados nº 320, de 02 de março de 2006, e suas alterações posteriores.
CMN	O Conselho Monetário Nacional.
Código Civil Brasileiro:	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores.
Condições de Cessão:	As Condições de Cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, conforme estabelecido no Artigo 9º do Regulamento e na seção 2.4. deste Prospecto, na página 40 abaixo.
Contrato de Cessão:	O “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Coobrigação e Outras Avenças”, celebrado entre o Fundo e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, em 11 de maio de 2011, ou o “Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Coobrigação e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o Fundo e o Banco Cacique, com a interveniência do Custodiante, à época de

	<p>cada cessão de Direitos de Crédito representados por CCB, tendo sido firmado em duas ocasiões: 31 de julho de 2012 e 27 de agosto de 2012.</p>
Contrato de Cobrança e Depósito:	<p>O contrato por meio do qual são estabelecidos os termos e condições de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, efetuadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, e a guarda, manutenção, armazenamento, organização e custódia de todos os Documentos Representativos de Crédito.</p>
Contrato de Concessão de Assistência Financeira:	<p>O contrato de concessão de assistência financeira concedida pela Sabemi aos Segurados, dando origem aos Direitos de Crédito, consistente de empréstimo conferido pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento.</p>
Contrato de Custódia:	<p>O contrato de prestação de serviços qualificados para fundos de investimento - de custódia e controladoria de ativo e passivo, celebrado entre o Fundo, o Custodiante, com a interveniência da Administradora e do Gestor, em 4 de maio de 2011.</p>
Contrato de Gestão:	<p>O contrato de prestação de serviços de gestão da Carteira, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Gestor, em 10 de maio de 2011.</p>
Convênio Sabemi:	<p>O convênio celebrado entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada em 02 de março de 2010, por meio do qual a Sabemi autoriza a Sabemi Previdência Privada a proceder em sua própria rubrica de consignação junto aos Entes Públicos Conveniados para desconto em folha de pagamento, descontos de parcelas de Assistência Financeira concedidas, e a receber os respectivos valores.</p>
Cotas:	<p>As Cotas Seniores e Subordinadas de emissão do Fundo.</p>
Cotas Seniores:	<p>As cotas seniores emitidas pelo Fundo.</p>
Cotas Subordinadas:	<p>As Cotas Subordinadas Ordinárias e as Cotas Subordinadas Preferenciais quando referidas em conjunto.</p>
Cotas Subordinadas Ordinárias:	<p>As Cotas que se subordinam às Cotas Subordinadas Preferenciais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da Carteira.</p>
Cotas Subordinadas Preferenciais:	<p>As Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da Carteira.</p>
Cotistas:	<p>Os investidores que venham a adquirir Cotas.</p>
Crítérios de Elegibilidade:	<p>Os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao</p>

	Fundo, conforme estabelecido no Artigo 10 do Regulamento e na seção 2.5. deste Prospecto, na página 41 abaixo.
Custodiante:	O Santander.
CVM:	A Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Aquisição e Pagamento:	A data do pagamento, pelo Fundo, do preço de aquisição dos Direitos de Crédito.
Data de Emissão:	A data em que os recursos decorrentes da integralização de determinada Série de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Preferenciais e/ou Cotas Subordinadas Ordinárias, em moeda corrente nacional, ou os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo por ocasião da integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores	A data da primeira integralização de Cotas Seniores.
Data de Verificação:	O último Dia Útil de cada mês.
Dia(s) Útil(eis):	Segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na praça de sede da Administradora.
Direitos de Crédito:	Direitos de crédito oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, consistentes de empréstimos conferidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, ou direitos de crédito representados por CCB, cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas.
Direitos de Crédito Elegíveis:	Os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente (i) às Condições de Cessão e (ii) aos Critérios de Elegibilidade, bem como que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.
Direitos de Crédito Inadimplidos:	Os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos.
Distribuidor:	Nos termos do ato particular da Administradora, datado de 03 de setembro de 2012, e conforme facultado pelo Artigo 13 da Instrução

	<p>CVM 356, a Oferta será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, a qual poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços.</p>
Documentos Representativos do Crédito:	<p>Os Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, ou as CCB emitidas em favor do Banco Cacique.</p>
Entes Públicos Conveniados:	<p>Pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais e/ou municipais que mantenham convênio firmado com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada, dentre os quais o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, a Aeronáutica, o SIAPE e o INSS.</p>
Eventos de Avaliação:	<p>As situações descritas no Capítulo XX do Regulamento e na seção 2.17. deste Prospecto (página 64), nas quais, em hipótese de ocorrência, caberá à Administradora, ao Gestor, ao Custodiante, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Gestor e pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas: (i) ocorrência de um evento de suspensão de aquisição de Direitos de Crédito por mais de 03 (três) meses consecutivos; (ii) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante; (iii) renúncia da Administradora à administração do Fundo; (iv) inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 20 do Regulamento, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação; (v) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento, verificada pelo Custodiante; (vi) rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Preferenciais em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco; (vii) não subscrição, por qualquer motivo, pela Sabemi, uma vez decorrido o prazo de que trata o Artigo 45 do Regulamento, de tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia; (viii) inobservância pelo Cedente dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificado pela Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação; (ix) não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores; (x) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da</p>

	<p>classificação de risco referente às Cotas Seniores ou às Subordinadas Preferenciais por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias; (xi) se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias; (xii) ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão; (xiii) existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados; e (xiv) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior.</p>
Eventos de Liquidação:	<p>As situações descritas no Capítulo XXI do Regulamento e na seção 2.18. deste Prospecto (página 66), as quais determinam as únicas e exclusivas hipóteses de liquidação do Fundo: (i) deliberação de Assembleia Geral de Cotistas, nas hipóteses descritas no Artigo 45, Parágrafo 1º, e Artigo 16, II, “b”, ambos do Regulamento; (ii) manutenção do patrimônio líquido médio do Fundo inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; (iii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; (iv) caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resiliado; (v) se houver amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; (vi) impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos; (vii) se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da Sabemi; (viii) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 representar percentual superior a 35% (trinta e cinco por cento); (ix) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 representar percentual superior a 30% (trinta por cento); (x) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 representar percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento); (xi) o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 representar percentual superior a 15% (quinze por cento); (xii) o Índice de Perda Acumulada, represente percentual superior a 12% (doze por cento); (xiii) o Índice de Pré-Pagamento for superior a 70% (setenta por cento); e (xiv) o Índice de Recompra for superior a 30% (trinta por cento).</p>
Eventos de Suspensão de Aquisição de Direitos de Crédito	<p>As situações descritas no Capítulo XIX do Regulamento e na seção 2.16. deste Prospecto (página 64), as quais determinam que o Fundo deverá suspender a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, na hipótese de verificação dos seguintes índices: (i) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 representar percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento); (ii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 representar percentual superior a 20% (vinte por cento); (iii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 representar</p>



	<p>percentual superior a 15% (quinze por cento); (iv) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 10% (dez por cento); (v) Índice de Perda Acumulada representar percentual superior a 8% (oito por cento); (vi) Índice de Pré-Pagamento superior a 50% (cinquenta por cento); (vii) Índice de Recompra superior a 20% (vinte por cento); e (viii) após 6 (seis) meses da Data de Emissão, o Índice de Excesso de <i>Spread</i> inferior a 0,5% (cinco décimos por cento).</p>
Fundo:	O POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I.
Gestor:	<p>Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010, Leblon, CEP 22440-033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 7.162, de 19 de março de 2003.</p>
Índice de Excesso de <i>Spread</i> :	<p>É o índice utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira, apurado em cada Data de Verificação de acordo com a seguinte fórmula:</p> $ES = \left\{ \left[ 1 + \frac{RDCd + ROAd - RCSd - Dd}{DCd + OAd} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$ <p>onde: <u>RDC<sub>d</sub></u>: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo; <u>ROA<sub>d</sub></u>: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo, apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo; <u>RCS<sub>d</sub></u>: somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriada no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo; <u>D<sub>d</sub></u>: somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo, excluindo-se a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD); <u>DC<sub>d</sub></u>: somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo; e <u>OA<sub>d</sub></u>: somatório do valor contábil dos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.</p>
Índice de Atraso:	O índice de atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira será calculado de acordo com a seguinte

fórmula:

$$Atraso_{F;D} = \left( \frac{PNP_{F;D}}{PT_D} \right)$$

onde:  $Atraso_{F;D}$ : Índice de Atraso calculado para a faixa “F” na Data de Verificação;  $PT_D$ : somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito na Data de Verificação, sendo Direitos de Crédito a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos a Contratos de Concessão de Assistência Financeira integralmente provisionados, nos termos da Resolução CMN 2.682, integrantes da Carteira;  $PNP_{F;D}$ : somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F;  $D$ : Data de Verificação;  $E$ : Faixa de dias de atraso, respeitado os seguintes conjuntos: 1) F30: faixa de atraso acima de 30 (trinta) dias, segundo a Resolução CMN 2.682, provisionado nas faixas de atraso C, D, E, F, e G; 2) F60: faixa de atraso acima de 60 (sessenta) dias, segundo a Resolução CMN 2.682, provisionado nas faixas de atraso D, E, F, e G; 3) F90: faixa de atraso acima de 90 (noventa) dias, segundo a Resolução CMN 2.682, provisionado nas faixas de atraso E, F, e G; e 4) F120: faixa de atraso acima de 120 (cento e vinte) dias, segundo a Resolução CMN 2.682, provisionado nas faixas de atraso, F, e G.

Índice de Perda Acumulada:

O índice de perda acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \left( \frac{PA_D}{P_D} \right)$$

onde:  $Perda_D$ : Índice de Perda Acumulada calculado na Data de Verificação;  $P_D$ : somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados;  $PA_D$ : somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Contratos de Concessão de Assistência Financeira cedidos pelo

	Fundo a um terceiro, que possuam um Direito de Crédito em atraso acima de 180 (cento e oitenta) dias; $\underline{D}$ : Data de Verificação.
Índice de Pré-Pagamentos:	<p>O índice de pré-pagamento acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira será calculado de acordo com a seguinte fórmula:</p> $PPMT_D = \left( \frac{PP_D}{P_D} \right)$ <p>onde: <math>PPMT_D</math>: Índice de Pré-pagamento acumulado calculado na Data de Verificação; <math>P_D</math>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados; <math>PP_D</math>: somatório do valor de recursos pagos pelos tomadores sobre os Direitos de Crédito referentes aos Contratos de Concessão de Assistência Financeira a título de liquidação antecipada da totalidade do respectivo Contratos de Concessão de Assistência Financeira, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo e até a Data de Verificação; <math>\underline{D}</math>: Data de Verificação.</p>
Índice de Recompras:	<p>O índice de recompra acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira será calculado de acordo com a seguinte fórmula:</p> $Recompra_D = \left( \frac{CM_D}{P_D} \right)$ <p>onde: <math>PPMT_D</math>: Índice de Recompra acumulado calculado na Data de Verificação; <math>P_D</math>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados; <math>CM_D</math>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito vencidos e inadimplidos recomprados pela Sabemi, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo; <math>\underline{D}</math>: Data de Verificação.</p>
INSS:	Instituto Nacional da Seguridade Social.
Instrução CVM 356:	A Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores.

Instrução CVM 400:	A Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 409:	A Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 476:	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e suas alterações posteriores.
Instrução CVM 489:	A Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011.
Lei nº 10.931:	A Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores.
Oferta:	A oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Terceira Série.
Portal da Consist:	Portal de Suporte & Serviços da Consist, por meio do qual a Sabemi envia mensalmente cobranças, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento, de Direitos de Crédito Inadimplidos devidos por Segurados oriundos do SIAPE, nos termos do Artigo 23, Parágrafo 2º, VII, do Regulamento, e do item 3.3.2. deste Prospecto, intitulado “Procedimentos de Cobrança Extrajudicial e Judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos” (página 85).
Primeira Série:	A primeira série de Cotas Seniores, nos termos do Suplemento nº 1 ao Regulamento.
Prospecto:	O presente prospecto da Oferta das Cotas Seniores da Terceira Série do Fundo.
Razão de Garantia:	A relação mínima equivalente a 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, nos termos do Artigo 24, Inciso XV, da Instrução CVM 356. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do <i>site</i> da Administradora ( <a href="http://www.concordia.com.br">www.concordia.com.br</a> ).
Regulamento:	O regulamento do Fundo.
Reserva de Amortização:	A reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores.

Reserva de Fungibilidade:	A reserva constituída para minimizar o risco de não ocorrência de repasse dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis pela Sabemi ao Fundo, nos termos do Capítulo XVI do Regulamento e na seção 2.13. deste Prospecto (página 60).
Reserva de Liquidez:	A reserva constituída pela Administradora em favor do Fundo, a fim de garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do Capítulo XVI do Regulamento e na seção 2.13. deste Prospecto (página 60).
Resolução CMN 2.689:	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e suas alterações posteriores.
Resolução CMN 2.907:	Resolução do CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e suas alterações posteriores.
Resolução CMN 2.682:	A Resolução do CMN nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, e suas alterações posteriores.
Sabemi:	Sabemi Seguradora S.A., sociedade com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Sete de Setembro, nº 515, térreo, 5º e 9º andares, Centro, CEP 90010-190, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38.
Sabemi Previdência Privada:	Sabemi Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Sete de Setembro, nº 515, 4º andar, Centro, CEP 90010-190, inscrita no CNPJ/MF sob nº 88.747.928/0001-85.
Segunda Série:	A segunda série de Cotas Seniores, nos termos do Suplemento nº 2 ao Regulamento.
Segurados:	(a) os titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros; ou (b) os titulares de seguros ou planos de previdência privada referidos nos itens (a)(i) e (a)(ii) acima, contratados junto à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada e que tenham realizado operações de mútuo e, em seguida, emitido CCB em favor do Banco Cacique, a fim de obter recursos para auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros.
SERASA	SERASA S.A.

SERPRO:	Serviço Federal de Processamento de Dados.
SIAPE:	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal.
SUSEP:	Superintendência de Seguros Privados.
Terceira Série:	A terceira série de Cotas Seniores, nos termos do Suplemento nº 3 ao Regulamento.
Termo de Cessão:	Documento próprio elaborado na Data de Aquisição e Pagamento pela Administradora, relacionando os Direitos de Crédito objeto da cessão pela Sabemi ao Fundo, na forma do modelo constante do Anexo I ao Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante.
Taxa de Administração:	Remuneração devida à Administradora, nos termos do Capítulo VIII do Regulamento e no item 2.6.3. deste Prospecto (página 45).
Taxa de Cessão:	Taxa de cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo equivalente ao maior entre (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês, (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observado que, na hipótese de, na Data de Verificação, a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, ser superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI, ou (iii) o critério estabelecido de comum acordo entre o Gestor e a Sabemi, observados os itens (i) e (ii) acima. A cessão dos Direitos de Crédito representados pelas CCB foi efetuada em taxa equivalente a 1,42% (um inteiro e quarenta e dois centésimos por cento) ao mês, em observância aos critérios descritos anteriormente. Não obstante o mínimo acima previsto, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito deve ser efetuada em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito Creditório. A taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo.

\* \* \*

## 1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

Denominação do Fundo:	POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I.
Tipo de fundo e classificação ANBIMA:	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos”, o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Crédito Consignado.</p>
Base legal:	O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.
Objetivo:	É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, bem como por Direitos de Crédito Elegíveis representados por CCB, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto.
Política de investimento:	Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto. Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.
Benchmark das Cotas Seniores:	As Cotas Seniores da Terceira Série possuem, de 08 de outubro de 2012 a 02 de maio de 2013, um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa do CDI acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano. A partir de 03 de maio de 2013, as Cotas Seniores da Terceira Série passam a ter um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa do CDI acrescida de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. Até 14 de março de 2013, as Cotas Seniores da Terceira Série possuíam um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 133,66% da taxa do CDI.

Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais:	As Cotas Subordinadas Preferenciais buscarão atingir o <i>benchmark</i> equivalente à variação do CDI, acrescido de um <i>spread</i> de 7,0 % a.a. (sete por cento ao ano). Os resultados do Fundo que excederem ao <i>benchmark</i> acima referido serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais não possuem <i>benchmark</i> de rentabilidade pré-definido.
Prazo de duração do Fundo:	O prazo do Fundo é indeterminado.
Prazo de duração da Terceira Série:	O prazo de duração da Terceira Série é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Terceira Série.
Exercício social:	O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de abril e encerramento em 31 de março de cada ano.
Classificação de risco das Cotas:	<p>Na data deste Prospecto, as Cotas Seniores obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco preliminar “brAAA (sf)” e as Cotas Subordinadas Preferenciais, “brA (sf)”.</p> <p>As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco.</p> <p>A Administradora deverá providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira pela Agência Classificadora de Risco.</p>
Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta:	<p>A Oferta será composta por, no mínimo, 24.375 (vinte e quatro mil trezentas e setenta e cinco) e, no máximo, 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da Terceira Série, totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais).</p> <p>A quantidade de Cotas Seniores da Terceira Série inicialmente ofertada no âmbito da Oferta poderá ser acrescida de um lote adicional, a ser emitido na forma prevista no Artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, de até 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, e de um lote suplementar, a ser emitido na forma prevista no Artigo 24 da Instrução CVM 400, de até 7.312 (sete mil trezentas e doze) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores</p>



	<p>inicialmente ofertadas, podendo totalizar a Oferta a quantidade de até 65.812 (sessenta e cinco mil oitocentas e doze) Cotas Seniores da Terceira Série, no montante de até R\$ 65.812.000,00 (sessenta e cinco milhões oitocentos e doze mil reais).</p> <p>A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição acima descrito, e, conseqüentemente, 13.125 (treze mil cento e vinte e cinco) Cotas Subordinadas (sendo 5.625 (cinco mil seiscentas e vinte e cinco) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.500 (sete mil e quinhentas) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o prazo de distribuição, sendo que o saldo não colocado poderá ser cancelado antes do referido prazo.</p>
Classes de Cotas:	<p>As Cotas serão de classe Sênior e Subordinada, sendo que as Cotas Subordinadas são subdividas em (i) Cotas Subordinadas Preferenciais e (ii) Cotas Subordinadas Ordinárias. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista.</p> <p>Apenas as Cotas Seniores da Terceira Série serão objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.</p> <p>As Cotas Subordinadas Preferenciais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.</p> <p>As Cotas Subordinadas Ordinárias serão distribuídas publicamente em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM 400, e destinadas única e exclusivamente à Sabemi.</p>
Público-alvo:	<p>O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM 409, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios. Qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir Cotas, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores. Investidores não residentes poderão adquirir Cotas, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução CMN 2.689, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.</p>
Valor total da Oferta:	<p>Até R\$ R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais).</p>
Valor inicial unitário das Cotas Seniores	<p>R\$ 1.000,00 (um mil reais).</p>

da Terceira Série:

Valor mínimos e máximos de aplicação inicial, aplicação subsequente:

- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não há.

- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.

Procedimentos para subscrição e integralização das Cotas:

As Cotas Seniores deverão ser subscrias e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta)<sup>1</sup> dias para a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços.

Ao aplicar no Fundo, o Cotista:

- (i) receberá cópia do Regulamento e deste Prospecto;
- (ii) assinará o termo de adesão ao Regulamento;
- (iii) declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente; e
- (iv) assinará o boletim de subscrição de Cotas.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

Será admitida a integralização total ou parcial de Cotas Subordinadas Ordinárias com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade, bem como os critérios definidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas, ficando desde já definido que a integralização das Cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da Cota Subordinada Ordinária seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

<sup>1</sup> O prazo da Oferta, originalmente fixado nos termos do Artigo 18 da Instrução CVM 400, com data final limite prevista para o dia 06 de abril de 2013, encerrar-se-á em 21 de maio de 2013, por conta da modificação da Oferta aprovada pela CVM em 02 de maio de 2013.

As Cotas Subordinadas Ordinárias poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.

A primeira valoração das Cotas ocorrerá a partir do primeiro Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, e a última na data de resgate da última das Cotas em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark* das Cotas Seniores. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores: (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas Seniores emitidas; ou (ii) o valor unitário das Cotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Seniores *pro rata* no período, conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” abaixo: (a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{SobretaxaSenior } n}{100} \right) + 1 \right\}$$

,

(b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{SpreadSenior } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

,

(c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left( \frac{Taxa\ Pré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSn_T$  = valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.

$VCSn_{T-1}$  = valor de cada Cota Sênior da Série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VCSn_{T-1}$  é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

$CDI_{T-1}$  = Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) (a “Taxa DI”), referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1} = 11,50$ .

$SobretaxaSenior_n$  = percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “a” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Sobretaxa da Cota Senior definida no Suplemento for 120%, então  $SobretaxaSenior_n = 120$ .

$SpreadSenior_n$  = *spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se o *spread* da Cota Senior for 2,40% ao ano, então  $SpreadSenior_n = 2,4$ .

Taxa Pré<sub>n</sub> = percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série “n” ser apurado na forma do item “c” acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “n”. Exemplo: Se a Taxa Pré definida no Suplemento for 20% ao ano, então Taxa Pré<sub>n</sub> = 20.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Preferenciais, o valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Subordinadas Preferenciais, desde

que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais. As Cotas Subordinadas Preferenciais terão seu valor unitário calculado conforme uma das alíneas abaixo, conforme o caso: (i) caso a Cota Subordinada Preferencial não atinja o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, o cálculo do seu valor unitário considerará (a) o valor do patrimônio líquido do Fundo, deduzido (b) do valor das Cotas Seniores em circulação, e dividido pelo número de Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação na respectiva data de cálculo; ou (ii) caso a Cota Subordinada Preferencial atinja o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, seu valor unitário será aferido através do cálculo do valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais *pro rata* no período; conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas “a”, “b” ou “c” abaixo: (a) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{SobretaxaSubPn}{100} \right) + 1 \right\},$$

(b) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{SpreadSubPn}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

(c) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left( \frac{TaxaPré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSPn_T$  = valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.

$VCSPn_{T-1}$  = valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQSnT-1$  é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

$CDI_{T-1}$  = Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis) (a “Taxa DI”), referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1} = 11,50$ .

$SobretaxaSubP_n$  = percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “a” acima.

$SpreadSubP_n$  = *spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no Artigo 2º, Parágrafo 3º do Regulamento. Exemplo: Se o *spread* da Cota Subordinada Preferencial for 7,00% ao ano, então  $SpreadSubP_n = 7,0$ .

Taxa  $Pré_n$  = percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “c” acima.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, o valor de cada Cota Subordinada Ordinária será equivalente ao maior entre zero e o valor do patrimônio líquido (i) subtraído (a) do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação e (b) do somatório do valor atualizado das Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação; e (ii) dividido pelo número de Cotas Subordinadas Ordinárias em circulação.

Negociação em mercado secundário:

As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, da CETIP. Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram registradas para negociação no SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas, cabendo

	<p>aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados. As Cotas não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.</p>
Fatores de risco:	<p>Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a determinados fatores de risco. Para maiores informações, vide a seção “Fatores de Risco”, na página 92 deste Prospecto.</p>
Resgate das Cotas:	<p>O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que não serão admitidas solicitações de resgate das Cotas.</p> <p>Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de Cotas ou de sua liquidação.</p>
Registro e modificação da Oferta	<p>A Oferta foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2012/019, em 04 de outubro de 2012, tendo sido objeto de modificação perante a CVM em razão: (i) da elevação do <i>benchmark</i> de rentabilidade das Cotas Seniores da Terceira Série, de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano para 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, somados à variação positiva da taxa do CDI, sendo que o novo <i>benchmark</i> de rentabilidade passará a ser aplicado às Cotas Seniores da Terceira Série já emitidas no âmbito da Oferta a partir de 03 de maio de 2013, correspondente ao Dia Útil imediatamente subsequente (inclusive) ao dia da aprovação pela CVM do pedido de modificação dos termos da Oferta, e (ii) do aumento, para 24.375 (vinte e quatro mil trezentas e setenta e cinco), do patamar mínimo de distribuição das Cotas Seniores da Terceira Série e, consequentemente, das Cotas Subordinadas. <b>A MODIFICAÇÃO DA OFERTA FOI APROVADA PELA CVM EM 02 DE MAIO DE 2013, NOS TERMOS DO OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 89/2013.</b></p>
Início da Oferta:	<p>08 de outubro de 2012.</p>
Data do início das atividades do Fundo:	<p>Data do primeiro aporte no Fundo, realizado em 8 de julho de 2011.</p>
Jornal das publicações do Fundo:	<p>DCI - Comércio, Indústria e Serviços.</p>
Inadequação do investimento:	<p>AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.</p> <p>O FUNDO É CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, SENDO QUE NÃO ADMITE A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO DE</p>

SUAS COTAS, E SEUS COTISTAS PODERÃO TER DIFICULDADES EM REALIZAR A VENDA DE SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.

Informações adicionais:

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do Fundo, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e *e-mail*:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

*E-mail*: locaspi@concordia.com.br

*Website*: www.concordia.com.br

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora.

Adicionalmente, os investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora e Distribuidor das Cotas do Fundo:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

*E-mail*: locaspi@concordia.com.br

*Website*:

<http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/polo-credito-consignado-serie-3/Prospecto.pdf>

Gestor:

POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010

Leblon, Rio de Janeiro - RJ



CEP 22440-033

CNPJ/MF: 05.451.668/0001-79

Telefone: (21) 3205-9800

Fax: (21) 3205-9899

At.: Sr. Stephan Renaux Chamagne de Sabrit

E-mail: operacional@polocapital.com

stephan.sabrit@polocapital.com

Website:

[http://www.polocapital.com/arquivosFundos/Prospecto\\_Polo\\_Credito\\_Consignado\\_FIDC\\_I\\_3a\\_Serie.pdf](http://www.polocapital.com/arquivosFundos/Prospecto_Polo_Credito_Consignado_FIDC_I_3a_Serie.pdf)

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares

Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP 20050-901

Tel.: (21) 3545-8686

São Paulo

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, Edifício Delta Plaza Bela Vista, São Paulo - SP

CEP 01333-010

Tel.: (11) 2146-2000

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) -> Fundos de Investimento -> Consulta Consolidada de Fundo

CETIP S.A. - Mercados Organizados

Rio de Janeiro

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-919

São Paulo

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

Jardim Paulistano, São Paulo - SP

CEP 01452-001

Website: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) -> Comunicados e documentos (Prospectos) -> Prospectos - Prospectos de Fundos de Investimento (Cotas de Fundos Fechados) -> busca por "Polo Crédito Consignado FIDC I 3ª Série"

\* \* \*

### 1.3. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE DO FUNDO

A Primeira Série de Cotas Seniores, constituinte do patrimônio inicial do Fundo, possui as seguintes características:

Prazo de duração da Primeira Série:	O prazo de duração da Primeira Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Primeira Série, ou seja, 8 de julho de 2011.
Benchmark das Cotas Seniores da Primeira Série:	As Cotas Seniores da Primeira Série possuem um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa do CDI acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, a partir de 26 de julho de 2012. Até 25 de julho de 2012, as Cotas Seniores da Primeira Série possuíam um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 123% (cento e vinte e três por cento) da taxa do CDI.
Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais:	As Cotas Subordinadas Preferenciais buscam atingir o <i>benchmark</i> equivalente à variação do CDI, acrescido de um <i>spread</i> de 7,0 % a.a. (sete por cento ao ano). Os resultados do Fundo que excederem ao <i>benchmark</i> acima referido serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais não possuem <i>benchmark</i> de rentabilidade pré-definido.
Classificação de risco das Cotas:	<p>As Cotas Seniores da Primeira Série obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco “brAAA (sf)” e as Cotas Subordinadas Preferenciais, “brA (sf)”.</p> <p>As Cotas Subordinadas Ordinárias não foram objeto de classificação de risco.</p>
Quantidade de Cotas Seniores da Primeira Série:	A oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série compreendeu, no mínimo, 22.750 (vinte e duas mil setecentas e cinquenta) e, no máximo, 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, com um valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, na respectiva Data de Emissão. Foram distribuídas, no âmbito da oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira Série, 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, ou seja, 100% (cem por cento) das Cotas Seniores da Primeira Série emitidas pelo Fundo e registradas na CVM no âmbito da respectiva oferta pública de distribuição, totalizando o montante de R\$ 65.547.868,90 (sessenta e cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos e sessenta e oito reais e noventa centavos reais).

	<p>Adicionalmente, a fim de perfazer a Razão de Garantia, foram distribuídas 36.737 (trinta e seis mil setecentas e trinta e sete) Cotas Subordinadas, sendo (i) 15.000 (quinze mil) Cotas Subordinadas Preferenciais, ou seja, 100% (cem por cento) das Cotas Subordinadas Preferenciais necessárias à observância da Razão de Garantia, no âmbito da oferta pública de distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série, tendo a respectiva oferta sido realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, encerrando-se em 07 de outubro de 2011; e (ii) 21.737 (vinte e uma mil setecentas e trinta e sete) Cotas Subordinadas Ordinárias, emitidas em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM 400, tendo sido destinadas e subscritas única e exclusivamente pela Sabemi.</p>
Valor mínimos e máximos de aplicação inicial, aplicação subsequente:	<p>- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p> <p>- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não há.</p> <p>- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.</p> <p>Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo foi utilizado o valor de abertura da Cota Sênior em vigor do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.</p> <p>Na subscrição de Cotas Seniores ocorrida posteriormente à Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, foi utilizado o valor de abertura da Cota Sênior do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.</p>
Distribuição:	<p>A oferta pública de distribuição de Cotas Seniores da Primeira Série foi liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, em conformidade com o disposto no prospecto da Primeira Série de Cotas Seniores.</p>
Amortização e resgate:	<p>A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da Primeira Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:</p>

$$VAMT = VCS(T) \times (1 / (54 - (M - 1)))$$

Onde:

*VAMT* é o valor de amortização das Cotas Seniores.

*VCS(T)* é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

*M* é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que *M* variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

O resgate das Cotas Seniores da Primeira Série ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Primeira Série.

O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto nos Artigos 39 e seguintes do Regulamento, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Primeira Série, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da Primeira Série, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da Primeira Série.

\* \* \*

#### 1.4. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS SENIORES DA SEGUNDA SÉRIE E DAS COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS DO FUNDO

A Segunda Série de Cotas Seniores possui as seguintes características:

Prazo de duração da Segunda Série:	O prazo de duração da Segunda Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série, ou seja, 26 de dezembro de 2012.
Benchmark das Cotas Seniores da Segunda Série:	As Cotas Seniores da Segunda Série possuem um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa do CDI acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, a partir de 26 de julho de 2012. Até 25 de julho de 2012, as Cotas Seniores da Segunda Série possuíam um <i>benchmark</i> de rentabilidade correspondente a 123% (cento e vinte e três por cento) da taxa do CDI.
Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais:	As Cotas Subordinadas Preferenciais buscam atingir o <i>benchmark</i> equivalente à variação do CDI, acrescido de um <i>spread</i> de 7,0 % a.a. (sete por cento ao ano). Os resultados do Fundo que excederem ao <i>benchmark</i> acima referido serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais não possuem <i>benchmark</i> de rentabilidade pré-definido.
Classificação de risco das Cotas:	<p>As Cotas Seniores da Segunda Série obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco “brAAA (sf)” e as Cotas Subordinadas Preferenciais, “brA (sf)”.</p> <p>As Cotas Subordinadas Ordinárias não foram objeto de classificação de risco.</p>
Quantidade de Cotas Seniores da Segunda Série:	A oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Segunda Série e das Cotas Subordinadas Preferenciais compreendeu, no mínimo, 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) e, no máximo, 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, com um valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, e, no mínimo, 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) e, no máximo, 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais, com valor inicial de R\$ 1.068,94 (um mil e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos) conforme o respectivo valor unitário verificado em 22 de novembro de 2011, na respectiva Data de Emissão, totalizando os montantes de (i) até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais) e (ii) até R\$ 12.025.575,00 (doze milhões vinte e cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais), respectivamente.

Foram distribuídas, no âmbito das referidas ofertas públicas de distribuição:

(i) 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da Segunda Série, ou seja, 100% (cem por cento) das Cotas Seniores da Segunda Série emitidas pelo Fundo e registradas na CVM no âmbito da respectiva oferta pública de distribuição, totalizando o montante de R\$ 49.857.559,69 (quarenta e nove milhões oitocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos); e

(ii) 10.020 (dez mil e vinte) Cotas Subordinadas Preferenciais, ou seja, 89,06% (oitenta e nove inteiros e seis centésimos por cento) das Cotas Subordinadas Preferenciais emitidas pelo Fundo e registradas na CVM no âmbito da respectiva oferta pública de distribuição, totalizando o montante de R\$ 11.216.662,95 (onze milhões duzentos e dezesseis mil seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

Adicionalmente, a fim de perfazer a Razão de Garantia, foram distribuídas 17.979 (dezenove mil novecentas e setenta e nove) Cotas Subordinadas Ordinárias, emitidas em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM 400, tendo sido destinadas e subscritas única e exclusivamente pela Sabemi.

Valor mínimos e máximos de aplicação inicial, aplicação subsequente:

- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não há.

- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.

Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo foi utilizado o valor de abertura da Cota Sênior em vigor do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.

Na subscrição de Cotas Seniores ocorrida posteriormente à Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, foi utilizado o valor de abertura da Cota Sênior do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Distribuição:	As ofertas públicas de distribuição de Cotas Seniores da Segunda Série e das Cotas Subordinadas Preferenciais foi liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, em conformidade com o disposto no prospecto das ofertas.
Amortização e resgate:	<p>A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série do Fundo, as Cotas Seniores da Segunda Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:</p> $VAMT = VCS(T) \times (1 / (54 - (M - 1)))$ <p>Onde:</p> <p>VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.  VCS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).  M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).</p> <p>O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.</p> <p>O resgate das Cotas Seniores da Segunda Emissão ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série.</p> <p>O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.</p> <p>As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto nos Artigos 39 e seguintes do Regulamento, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da Data da 1ª</p>

Integralização de Cotas Seniores da Segunda Série, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da Segunda Série, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da Segunda Série.

\* \* \*



## 2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

---

## POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

### 2.1. BASE LEGAL

O POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado pela ANBIMA como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Crédito Consignado.

### 2.2. PÚBLICO-ALVO

O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM 409, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos de creditórios. Qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir Cotas, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores. Investidores não residentes poderão adquirir Cotas, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução CMN 2.689, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.

O FUNDO É CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, SENDO QUE NÃO ADMITE A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO DE SUAS COTAS, E OS SEUS COTISTAS PODERÃO TER DIFICULDADES EM REALIZAR A VENDA DE SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.

### 2.3. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto.

A Oferta será composta por, no mínimo, 24.375 (vinte e quatro mil trezentas e setenta e cinco) e, no máximo, 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da Terceira Série, totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais), podendo ser tais valores aplicados exclusivamente em Direitos de Crédito Elegíveis, observado o disposto neste item 2.3., independentemente da quantidade de Cotas efetivamente colocada junto a investidores.

A quantidade de Cotas Seniores da Terceira Série inicialmente ofertada no âmbito da Oferta poderá ser acrescida de um lote adicional, a ser emitido na forma prevista no Artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400, de até 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, e de um lote suplementar, a ser emitido na forma prevista no Artigo 24 da Instrução CVM 400, de até 7.312 (sete mil trezentas e doze) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, podendo totalizar a Oferta a quantidade de até 65.812 (sessenta e cinco mil oitocentas e doze) Cotas Seniores da Terceira Série, no montante de até R\$ 65.812.000,00 (sessenta e cinco milhões oitocentas e doze mil reais).

A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição acima descrito, e, consequentemente, 13.125 (treze mil cento e vinte e cinco) Cotas Subordinadas (sendo 5.625 (cinco mil seiscentas e vinte e cinco) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.500 (sete mil e quinhentas) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o prazo de distribuição, sendo que o saldo não colocado poderá ser cancelado antes do referido prazo.

Não haverá, no âmbito do Fundo e da Oferta, fonte alternativa de captação de recursos em caso de distribuição parcial das Cotas.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- (i) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) Títulos de emissão do BACEN;
- (iii) Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e/ou
- (iv) Cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima;

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora e/ou o Gestor, ou fundos de investimento por eles administrados e/ou geridos, atuem como contraparte do Fundo.

O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Gestor envidará seus melhores esforços a fim de que seja aplicado ao Fundo e aos Cotistas o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo. Entretanto, não há garantia de que o tratamento aplicável aos Cotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente.

O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do disposto no acima, as operações com derivativos somente podem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade “com garantia”.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

#### 2.4. CONDIÇÕES DE CESSÃO

As Condições de Cessão serão verificadas mediante validação de declaração firmada pelo respectivo Cedente de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

- (i) decorrem de Assistência Financeira celebrados entre a Sabemi e os Segurados, cujos Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada;
- (ii) decorrem de Assistência Financeira concedida pela Sabemi a Segurados cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e sejam amortizadas mensalmente;
- (iii) decorrem de operações de mútuo representadas por CCB emitidas pelos Segurados em favor do Banco Cacique, e cujos pagamentos estejam consignados em folha de pagamento junto a qualquer dos Entes Públicos Conveniados;
- (iv) decorrem de operações de mútuo representadas por CCB emitidas pelos Segurados em favor do Banco Cacique e/ou de Assistência Financeira concedida pela Sabemi a Segurados que não apresentem, na data de aquisição pelo Fundo, parcelas vencidas e não pagas;
- (v) têm seu pagamento efetivado por meio de consignação em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Segurado;
- (vi) com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Ente Público Conveniado, somente poderão ser adquiridos Direitos de Crédito cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo Segurado com a aquiescência do consignatário;
- (vii) a idade do Segurado deve ser entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos, inclusive;
- (viii) contam, obrigatoriamente, com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao Fundo em caso de morte do Segurado;
- (ix) a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito são efetuadas em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito de Crédito, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito de Crédito. Não obstante, a taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo. Outrossim, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito devem observar a Taxa de Cessão, equivalente ao maior entre (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês; (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observado o eventual reajuste realizado na forma do item (x) abaixo; ou (iii) o critério estabelecido de comum acordo entre o Gestor e o Cedente, observados os itens (i) e (ii) acima;
- (x) Caso seja verificado, na Data de Verificação, que a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo

até a respectiva Data de Verificação, for superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão, verificada nos termos do item (ix) acima, será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI; e

- (xi) as cessões de Direitos de Crédito ao Fundo referentes a operações de Assistência Financeira e de mútuos representados por CCB somente poderão ocorrer após o desconto e repasse à Sabemi da primeira parcela da CCB ou do Contrato de Concessão de Assistência Financeira do respectivo Segurado, quando a averbação de tais contratos na respectiva margem consignável do Segurado não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática.

Não obstante o disposto no item (ix) acima, a cessão dos Direitos de Crédito representados pelas CCB foi efetuada em taxa equivalente a 1,42% (um inteiro e quarenta e dois centésimos por cento) ao mês, em observância aos critérios descritos no mencionado item.

## 2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo Custodiante. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e neste Prospecto, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

- (i) o prazo de vencimento das parcelas a serem cedidas ao Fundo deve ser de, no máximo, 60 (sessenta) meses, contados da cessão desde que o vencimento da última parcela não seja posterior ao prazo de duração da respectiva série de Cotas Seniores emitida;
- (ii) as parcelas a serem cedidas ao Fundo devem ter valor mínimo de R\$ 30,00 (trinta reais);
- (iii) o limite máximo de concentração por Segurado para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); e
- (iv) os Direitos de Crédito a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo.

Para fins de atendimento aos itens 2.3. e 5 do Anexo III-A à Instrução CVM 400, o limite de concentração por Segurado para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo será, no âmbito da Terceira Série, de aproximadamente 0,20% (vinte centésimos por cento) do valor total dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo. Não obstante, o referido limite de concentração representará, aproximadamente, com relação ao patrimônio líquido do Fundo compreendendo as Cotas emitidas no âmbito da Primeira Série, da Segunda Série e da Terceira Série, o percentual de 0,04% (quatro centésimos por cento) do valor total dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira.

Caso referido limite seja extrapolado em percentual superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, será divulgado neste Prospecto o nome do Segurado ou do obrigado responsável pelo pagamento ou pela liquidação dos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido do Fundo, verificado pelo Custodiante, consta do Anexo IV ao Regulamento, retratado na tabela abaixo. Na

hipótese de haver proposta para alteração do referido limite, esta deverá ser previamente submetida e analisada pela Agência Classificadora de Risco.

Ente Público Federal Conveniado	Limite máximo em relação ao Patrimônio Líquido
Exército Brasileiro	50%
Marinha do Brasil	50%
Aeronáutica	50%
SIAPE	100%
INSS	50%
Demais Entes Públicos Estaduais e Municipais Conveniados	10% (com limite individual de 2,5% por Ente Público Conveniado inserido nesta categoria)

Na hipótese do Direito de Crédito Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra os Cedentes, o Custodiante, o Gestor e/ou a Administradora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Custodiante, do Gestor e/ou da Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

## 2.6. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

### 2.6.1. Administração do Fundo

As atividades de administração do Fundo serão exercidas pela Administradora.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- (i) manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos Cotistas;
  - c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
  - d) o livro de presença de Cotistas;
  - e) este Prospecto;
  - f) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - h) os relatórios dos Auditores Independentes.
- (ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- (iii) entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, e da taxa de administração praticada;
- (iv) divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;
- (v) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (vi) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor, bem como o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo;
- (vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo; e
- (viii) providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

A divulgação das informações prevista no item (iv) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no DCI - Comércio, Indústria e Serviços, periódico de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação destas informações.

É vedado à Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto acima a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da Carteira, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento e o item 2.3. deste Prospecto (página 38).

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento e neste Prospecto;
- (vi) vender Cotas a prestação;
- (vii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (viii) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (ix) obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (x) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.



### *2.6.2. Gestão da Carteira*

O Gestor será responsável pela gestão da Carteira, de acordo com a política de investimento do Fundo.

O Gestor, observadas as limitações legais, da Instrução CVM 356, do Regulamento e deste Prospecto, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a Carteira.

Não obstante o estabelecido no acima, é de responsabilidade do Gestor:

- (i) proceder à análise dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- (ii) validar a Taxa de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo;
- (iii) verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo às Condições de Cessão;
- (iv) executar e supervisionar a conformidade dos investimentos do Fundo com a política de investimentos do Fundo;
- (v) monitorar o desempenho do Fundo, a forma de valorização das Cotas e a evolução do valor do patrimônio do Fundo;
- (vi) sugerir à Administradora modificações no Regulamento e neste Prospecto no que se refere às competências de gestão dos investimentos do Fundo ou qualquer outra que julgue necessária;
- (vii) propor a convocação de Assembleia Geral de Cotistas; e
- (viii) participar e votar em assembleias gerais de ativos e emissores de Ativos Financeiros que componham a Carteira, representando o Fundo, com poderes para deliberar e votar sobre quaisquer assuntos relacionados aos ativos do Fundo, de acordo com os melhores interesses do Fundo.

Não será de responsabilidade do Gestor o exercício da administração do Fundo, que compete à Administradora, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição.

Pelos serviços de gestão da Carteira e aqueles descritos nos itens acima, o Gestor receberá remuneração conforme prevista no Contrato de Gestão.

### *2.6.3. Remuneração da Administradora e do Gestor*

Pelos serviços de administração do Fundo, a Administradora receberá uma Taxa de Administração equivalente a 0,8% (oito décimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o mínimo mensal de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

A Taxa de Administração é calculada e apropriada por Dia Útil, com base no percentual acima referido sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Pela prestação dos serviços de gestão da Carteira, o Gestor fará jus à remuneração calculada em 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, nos termos do Contrato de Gestão, sendo tal remuneração descontada da Taxa de Administração, e paga diretamente pelo Fundo ao Gestor.

O Fundo não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

## 2.7. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR DO CUSTODIANTE, DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Administradora, mediante aviso divulgado no DCI - Comércio, Indústria e Serviços, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante de Cotistas; e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou (b) pela liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora, agindo no melhor interesse do Fundo, poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a substituição do Custodiante, observadas as condições e procedimentos estabelecidos no Contrato de Custódia.

Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral poderão, a seu exclusivo critério, realizar a substituição da Administradora, do Gestor, da Agência Classificadora de Risco e dos Auditores Independentes.

A Administradora, agindo no melhor interesse do Fundo, comunicará os Cotistas sobre todas as ocorrências verificadas no desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco e dos Auditores Independentes, de modo a embasar a eventual deliberação para substituição de tais prestadores de serviços, observadas as condições e procedimentos dos respectivos contratos.

## 2.8. CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

### 2.8.1. *Custódia, Controladoria e Escrituração*

As atividades de custódia e controladoria do Fundo prevista no Artigo 38 da Instrução CVM 356 serão exercidas pelo Custodiante.

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por operações financeiras;
- (ii) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e demais Documentos Representativos do Crédito comprobatórios da operação;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para os Auditores Independentes, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

As atividades de escrituração de Cotas serão realizadas pelo Agente de Escrituração, nos termos do contrato de prestação de serviços de escrituração de cotas.

A Sabemi foi contratada pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para atuar (i) como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis, sejam estes representados por Contratos de Concessão de Assistência Financeira ou por CCB decorrentes de operações de mútuo realizadas entre o Banco Cacique e um Segurado, não sendo devido, pelo Fundo à Sabemi, qualquer valor no âmbito da referida contratação. A Sabemi poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços ora descritos.

Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, conforme metodologia definida no Anexo III ao Regulamento, comunicando o resultado desta verificação à Administradora e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do ora disposto, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto à Sabemi, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.

Ao realizar a verificação acima referida, o Custodiante apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre a Sabemi e o respectivo Segurado relativo à contratação da Assistência Financeira, bem como de autorização por escrito para o desconto em folha de pagamento.

Conforme o Contrato de Custódia, o Custodiante faz jus à remuneração fixa mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) pela prestação dos serviços de custódia e escrituração ora descritos, sendo tal valor debitado diretamente do Fundo e transferido ao Custodiante até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua apuração. Não é devida qualquer quantia ao Custodiante a título de taxa de controladoria.

#### *2.8.2. Agência Classificadora de Risco*

O Fundo contratou a Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco especializada para ser responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais. A Agência Classificadora de Risco realizará, trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais.

Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral poderão, a seu exclusivo critério, realizar a substituição da Agência Classificadora de Risco.

A Administradora, agindo no melhor interesse do Fundo, comunicará os Cotistas sobre todas as ocorrências verificadas no desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco, de modo a embasar a eventual deliberação para substituição desta, observadas as condições e procedimentos do respectivo contrato.

O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco, se for o caso, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco.

#### *2.8.3. Auditores Independentes*

O Fundo contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, como responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da Administradora.

Os Cotistas reunidos em Assembleia Geral poderão, a seu exclusivo critério, realizar a substituição dos Auditores Independentes.

A Administradora, agindo no melhor interesse do Fundo, comunicará os Cotistas sobre todas as ocorrências verificadas no desempenho das funções dos Auditores Independentes, de modo a embasar a eventual deliberação para substituição destes, observadas as condições e procedimentos do respectivo contrato.

## 2.9. DISTRIBUIÇÃO

A distribuição da Terceira Série das Cotas Seniores, ofertadas publicamente, será realizada pela Administradora, em regime de melhores esforços, a qual poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços.

## 2.10. ORDEM DOS PAGAMENTOS DO FUNDO

A partir da data da primeira integralização de Cotas, e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira, na seguinte ordem:

- (i) no pagamento dos custos correntes do Fundo;
- (ii) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional;
- (iii) no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Seniores;
- (iv) no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Preferenciais; e
- (v) no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Ordinárias.

Não há entre os prestadores de serviços ao Fundo prioridade no recebimento das respectivas remunerações.

## 2.11. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Para efeito da determinação do valor dos ativos e do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Os ativos integrantes da Carteira serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao Segurado, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira:

- (i) Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter seus valores ajustados a valor de mercado (*mark-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos no manual de marcação a mercado do Custodiante e em acordo com as normas do BACEN e da CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- (ii) Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil;
- (iii) As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos na regulamentação aplicável em vigor. O valor ajustado em razão do

reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão destas desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos;

- (iv) Tendo em vista que não há mercado ativo para os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da Carteira, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos;
- (v) O Custodiante constituirá, a partir da respectiva data de aquisição de cada Direito de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com o disposto na Resolução CMN 2.682. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual dos Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão (“efeito vagão”), conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco variará de acordo com os critérios previstos na referida regulamentação;
- (vi) Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN 2.682, conforme tabela abaixo, sendo que, na data de aquisição, os Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira terão uma provisão inicialmente constituída em valor correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento):

Nível de Risco	Dias de Atraso	% de Provisão a ser aplicado aos Direitos de Crédito do mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira
AA	0	0,50%
A	Até 14	0,50%
B	15 a 30	1,00%
C	31 a 60	3,00%
D	61 a 90	10,00%
E	91 a 120	30,00%
F	121 a 150	50,00%
G	151 a 180	70,00%
H	Acima de 180	100,00%

e

- (vii) Os Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham quaisquer Direitos de Crédito Inadimplidos classificados como de nível de risco “H” serão transferidos para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da Carteira será inicialmente atribuído (i) às Cotas Subordinadas Ordinárias, até o limite equivalente à somatória do valor

total das mesmas, e posteriormente (iii) às Cotas Subordinadas Preferenciais, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos tais recursos, tal descumprimento será atribuído às Cotas Seniores.

Por outro lado, na hipótese de o Fundo atingir o *benchmark* das Cotas Seniores e o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída inicialmente à recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários. Após referida recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários, a rentabilidade excedente será atribuída exclusivamente às Cotas Subordinadas Ordinárias.

Serão adotados os critérios previstos na Resolução CMN 2.682, para a constituição de provisão para liquidação duvidosa para Direitos de Crédito Elegíveis, quando de sua aquisição pelo Fundo.

O atraso decorrente da impontualidade no pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Segurado deverá ensejar, no mínimo mensalmente, a revisão de sua classificação de risco segundo a Resolução CMN 2.682.

A classificação do nível de risco será feita com base em critérios consistentes e verificáveis, bem como amparada por informações internas e externas à Administradora, incluindo a classificação de risco atribuída aos Direitos de Créditos Elegíveis pela Agência Classificadora de Risco, nos termos do acima disposto.

A classificação dos Direitos de Crédito Elegíveis de um mesmo Segurado deve ser definida em função daquela que apresentar maior risco, admitindo-se, excepcionalmente, classificação diversa para determinado Direito de Crédito Elegível, observado o disposto na Resolução CMN 2.682.

Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Sem prejuízo do disposto neste Artigo, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado, a Administradora orientará ao Custodiante sobre a provisão a ser registrada.

A primeira valoração das Cotas ocorrerá a partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores e a última, na data de resgate da última das Cotas em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark* das Cotas Seniores. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o Parágrafo 9º do Artigo 24 do Regulamento, pelo número de Cotas Seniores emitidas; ou
- (ii) o valor unitário das Cotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Seniores *pro rata* no período, conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nos itens “a”, “b” ou “c” abaixo:

- a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{Sobretaxa Sênior } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{Spread Sênior } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva série “n”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left( \frac{\text{Taxa Pré}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSn_T$	valor de cada Cota Sênior da série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.
$VCSn_{T-1}$	valor de cada Cota Sênior da série “n” para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VCSn_{T-1}$ é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).
$CDI_{T-1}$	Taxa do CDI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então $DI_{T-1} = 11,50$ .
$\text{Sobretaxa Sênior}_n$	percentual aplicado sobre a taxa do CDI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da série “n” ser apurado na forma do item “a” acima,



observado o definido no respectivo suplemento da série “n”. Exemplo: Se a sobretaxa da Cota Senior definida no Suplemento for 120%, então  $SobretaxaSenior_n = 120$ .

*SpreadSenior<sub>n</sub>* *spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da série “n” ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no respectivo suplemento da série “n”. Exemplo: se o *spread* da Cota Senior for 2,40% ao ano, então  $SpreadSenior_n = 2,4$ .

*Taxa Pré<sub>n</sub>* percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da série “n” ser apurado na forma do item “c” acima, observado o definido no respectivo suplemento da série “n”. Exemplo: Se a *Taxa Pré* definida no suplemento for 20% ao ano, então  $Taxa Pré_n = 20$ .

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Preferenciais, o valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Subordinadas Preferenciais, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais*. As Cotas Subordinadas Preferenciais terão seu valor unitário calculado conforme uma das alíneas abaixo, conforme o caso:

- (i) caso a Cota Subordinada Preferencial não atinja o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, o cálculo do seu valor unitário considerará (a) o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o Parágrafo 9º do Artigo 24 do Regulamento, deduzido (b) do valor das Cotas Seniores em circulação, e dividido pelo número de Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação na respectiva data de cálculo; ou
- (ii) caso a Cota Subordinada Preferencial atinja o *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, seu valor unitário será aferido através do cálculo do valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do *benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais *pro rata* no período; conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nos itens “a”, “b” ou “c” abaixo:

- a) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{SobretaxaSubPn}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{SpreadSubP_n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado todo Dia Útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left( \frac{Taxa Pré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

onde:

$VCSPn_T$	valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado para a data “T”.
$VCSPn_{T-1}$	valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, resgate, calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. No caso de o cálculo ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão, $VQSn_{T-1}$ é igual a R\$ 1.000,00 (um mil reais).
$CDI_{T-1}$	Taxa do CDI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se Taxa DI over do Dia Útil anterior for 11,50%, então $DI_{T-1} = 11,50$ .
$SobretaxaSubP_n$	percentual aplicado sobre a taxa do CDI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “a” acima.
$SpreadSubP_n$	<i>spread</i> da Cota na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “b” acima, observado o definido no Artigo 2º, Parágrafo 3º do Regulamento. Exemplo: Se o <i>spread</i> da Cota Subordinada Preferencial for 7,00% ao ano, então $SpreadSubP_n = 7,0$ .
$Taxa Pré_n$	percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item “c” acima.

A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, o valor de cada Cota Subordinada Ordinária será equivalente ao maior entre zero e o valor do patrimônio líquido (i) subtraído (a) do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação e (b) do somatório do valor atualizado das Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação; e (ii) dividido pelo número de Cotas Subordinadas Ordinárias em circulação.

## 2.12. EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

As Cotas serão de classe Sênior e Subordinada, sendo que as Cotas Subordinadas são subdividas em (i) Cotas Subordinadas Preferenciais e (ii) Cotas Subordinadas Ordinárias. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista.

Apenas as Cotas Seniores da Terceira Série são objeto da presente Oferta, nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.

As Cotas Subordinadas Preferenciais são objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.

As Cotas Subordinadas Ordinárias são emitidas em lote único e indivisível, e serão subscritas e integralizadas única e exclusivamente pela Sabemi, nos termos dos boletins de subscrição e integralização das Cotas.

As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram objeto de classificação de risco (*rating*) pela Agência Classificadora de Risco, e será feita uma reavaliação periódica a cada trimestre. As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (i) comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no DCI - Comércio, Indústria e Serviços ou através de correio eletrônico; e
- (ii) envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da Agência Classificadora de Risco.

A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas previstas no Regulamento e neste Prospecto.

Será admitida a integralização total ou parcial de Cotas Subordinadas Ordinárias com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto, bem como os critérios definidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição das Cotas, ficando desde já definido que a integralização das Cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da Cota Subordinada Ordinária seja

parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

As Cotas Subordinadas Ordinárias poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.

Na emissão de Cotas Seniores e Subordinadas deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo. Para fins de amortização e resgate das Cotas Seniores e Subordinadas deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

O preço de subscrição das Cotas Seniores de cada série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Na subscrição de Cotas deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento.

Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente a Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Terceira Série, será utilizado o valor de abertura da Cota do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará o boletim de subscrição de Cotas, que será autenticado pela Administradora. Do boletim de subscrição de Cotas constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de cotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

A critério da Administradora, novas Cotas, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM 356 e os limites estipulados no Regulamento e neste Prospecto. Assim sendo, o Fundo poderá distribuir e manter séries distintas de Cotas Seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada série, definido no respectivo suplemento, nos termos do Anexo I ao Regulamento, e em quantidades e condições previamente ali estabelecidas, bem como no prospecto e no anúncio de início de distribuição de Cotas Seniores, nos termos do Artigo 20, Parágrafo 3º, da Instrução CVM 356.

Não haverá direito de preferência para os Cotistas da Primeira Série de Cotas Seniores, ou para os Cotistas de quaisquer das séries subsequentes à Primeira Série, na aquisição de Cotas de eventuais novas séries de Cotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

Na emissão de Cotas mencionada acima, a Administradora deverá emitir tantas Cotas Subordinadas Ordinárias e Preferenciais quantas sejam necessárias para que seja observada a Razão de Garantia.

As Cotas Seniores da Terceira Série deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta)<sup>2</sup> dias para

---

<sup>2</sup> O prazo da Oferta, originalmente fixado nos termos do Artigo 18 da Instrução CVM 400, com data final limite prevista para o dia 06 de abril de 2013, encerrar-se-á em 21 de maio de 2013, por conta da modificação da Oferta aprovada pela CVM em 02 de maio de 2013.

a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a Administradora solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

As Cotas são escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais foram registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, da CETIP. Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais emitidas pelo Fundo serão registradas para negociação no SF - Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados.

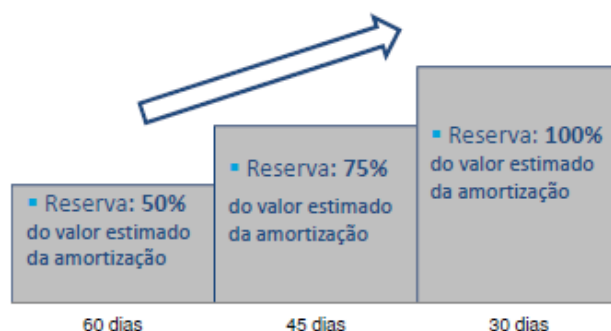
As Cotas não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

As amortizações de cada série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo suplemento de cada série de Cotas Seniores, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido suplemento.

Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia.

A Administradora deverá constituir Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os Ativos Financeiros:

- (i) A partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada data de amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- (ii) A partir de 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de cada data de amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- (iii) A partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.



Caso a Administradora verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o acima descrito, a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o Fundo atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento e no suplemento de cada série de Cotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas as hipóteses abaixo previstas.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, na hipótese de (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Preferenciais representarem percentual superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Preferenciais poderão ser amortizadas, desde que observados os seguintes critérios:

- (i) as Cotas Subordinadas Ordinárias não poderão representar percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- (ii) as Cotas Subordinadas Preferenciais serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação acima prevista. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições desta seção, bem como a Razão de Garantia.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, observado ao ora disposto, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representarem percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Ordinárias poderão ser amortizadas mediante solicitação da Sabemi, desde que observados os seguintes critérios:

- (i) a Reserva de Liquidez deverá estar devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto;
- (ii) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- (iii) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo III e Anexo IV do Regulamento não tenham sido excedidos;

- (iv) as Cotas Subordinadas Preferenciais não representem percentual inferior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- (v) as Cotas Subordinadas Ordinárias serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação ora prevista. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições desta seção, bem como a Razão de Garantia.

Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização, com o consequente resgate, das Cotas Seniores de cada uma das Séries de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

A amortização das Cotas Seniores de quaisquer das séries do Fundo poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de Cotas previstos para cada Série, na impossibilidade de enquadramento do Fundo à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

A antecipação do início da amortização de Cotas Seniores poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no DCI - Comércio, Indústria e Serviços, periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

O pagamento das amortizações das Cotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no suplemento de cada série de Cotas Seniores.

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de Cotas ou de sua liquidação.

Por ocasião do resgate acima referido, a Administradora observará, no que for cabível, os procedimentos definidos nesta seção e os relativos à liquidação do Fundo.

O Fundo não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

#### *Amortização e resgate das Cotas Seniores da Terceira Série*

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Terceira Série, as Cotas Seniores da Terceira Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VCS(T) \times (1 / (54 - (M - 1)))$$

Onde:

**VAMT** é o valor de amortização das Cotas Seniores.  
**VCS(T)** é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

O resgate das Cotas Seniores da Terceira Série ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Terceira Série.

O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto nos Artigos 39 e seguintes do Regulamento, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Primeira Série, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da Terceira Série do Fundo, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da Terceira Série do Fundo.

## 2.13. RESERVA DE FUNGIBILIDADE E RESERVA DE LIQUIDEZ

Para minimizar o risco de não ocorrência de repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição de cada série de Cotas Seniores, uma Reserva de Fungibilidade no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.

Os recursos da Reserva de Fungibilidade integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais valores recebidos pela Sabemi advindos dos Direitos de Crédito Elegíveis e não repassados ao Fundo.

Os recursos da Reserva de Fungibilidade serão alocados exclusivamente para aquisição de (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (iv) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

Para garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição das Cotas Seniores de cada série, uma Reserva de Liquidez no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.



Os recursos da Reserva de Liquidez integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis.

Os recursos da Reserva de Liquidez serão alocados exclusivamente para aquisição de (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do BACEN; (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; (iv) cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

#### 2.14. RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o Artigo 24, Inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores será de 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do *site* da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)).

Na hipótese de inobservância do percentual acima mencionado, ou seja, caso: (i) as Cotas Subordinadas representem percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representem percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (i) A Administradora imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.
- (ii) A Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Sabemi, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:
  - a) noticiará a inobservância do percentual acima mencionado e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará à Sabemi que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação; e
  - b) informará à Sabemi o número mínimo de Cotas Subordinadas Ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual acima fixado.
- (iii) A Sabemi deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no item (ii), a), acima, tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto na seção 2.12. acima (página 55).

Em razão do acima disposto, a Administradora poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas Ordinárias a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação patrimonial ora prevista.

#### 2.15. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- (ii) alterar o Regulamento, exceto em relação ao disposto no item (vi) abaixo;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Gestor;
- (iv) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de Taxa de Administração que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do Fundo; e
- (vi) deliberar sobre a alteração do prazo de duração de cada série de Cotas Seniores, do *benchmark* das Cotas Seniores, bem como de quaisquer outras características conforme definido em cada suplemento anexo ao Regulamento.

O Regulamento poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral de Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á mediante anúncio publicado no DCI - Comércio, Indústria e Serviços, periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

Independentemente das formalidades ora previstas, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Para efeito do acima disposto, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o abaixo disposto.

As deliberações relativas às matérias previstas nos itens (iii) a (v) acima serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

As deliberações sobre as matérias indicadas no item (vi) acima dependerão de aprovação, em Assembleia Geral, de Cotistas Seniores que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas a Administradora e seus empregados.

As decisões da Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação acima referida deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- (i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas;
- (ii) cópia da ata da Assembleia Geral de Cotistas;
- (iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (iv) modificações procedidas no prospecto.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;

(ii) não exercer cargo ou função na Administradora, no Gestor, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

(iii) não exercer cargo nos Cedentes.

## 2.16. DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo deverá suspender a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, na hipótese de verificação de qualquer um dos seguintes índices:

- (i) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- (ii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 20% (vinte por cento por cento);
- (iii) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- (iv) Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 10% (dez por cento);
- (v) Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 8% (oito por cento);
- (vi) Índice de Pré-Pagamento superior a 50% (cinquenta por cento);
- (vii) Índice de Recompra superior a 20% (vinte por cento); e
- (viii) Após 6 (seis) meses da Data de Emissão, o Índice de Excesso de *Spread* inferior a 0,5% (cinco décimos por cento).

Para fins de cálculo dos índices relacionados nos itens (i) a (viii) acima, será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada da Data de Verificação. Os índices relacionados nos itens acima serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um evento de suspensão de aquisição de direitos de crédito.

A suspensão de aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis pelo Fundo permanecerá válida até o momento em que se verifique que todos os índices descritos nos itens (i) a (viii) acima não excedam os limites acima relacionados.

## 2.17. DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência de qualquer uma das situações a seguir descritas, caberá à Administradora, ao Gestor, ao Custodiante, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da Carteira pelo Gestor e pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas:

- (i) Caso ocorra um evento de suspensão de aquisição de Direitos de Crédito por mais de 03 (três) meses consecutivos;
- (ii) Inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento e na seção 2.6. deste Prospecto (página 42), que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante;
- (iii) Renúncia da Administradora à administração do Fundo;
- (iv) Inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 20 do Regulamento e na seção 2.8.1. deste Prospecto (página 47), desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- (v) Aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, verificada pelo Custodiante;
- (vi) Rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Preferenciais em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- (vii) Não subscrição, por qualquer motivo, pela Sabemi, uma vez decorrido o prazo de que trata o Artigo 45 do Regulamento, de tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;
- (viii) Inobservância pelo Cedente dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificado pela Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, o Cedente não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;
- (ix) Não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores;
- (x) Caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou às Subordinadas Preferenciais por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- (xi) Se houver resilição do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias;
- (xii) Ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;
- (xiii) Existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados; e

- (xiv) Caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Cotas Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Administradora deverá implementar os procedimentos de liquidação do Fundo definidos no Artigo 57 do Regulamento e na seção 2.18. abaixo (página 66), incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

## 2.18. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Cada série de Cotas Seniores será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração. O prazo de duração da Terceira Série é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da Terceira Série.

O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- (i) Por deliberação de Assembleia Geral de Cotistas, nas hipóteses descritas no Artigo 45, bem como no Artigo 16, II, “b”, ambos do Regulamento, e nas seções 2.14. e 2.7. deste Prospecto (páginas 61 e 46);
- (ii) Se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- (iii) Caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (iv) Caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- (v) Se houver amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (vi) Impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;
- (vii) Se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da Sabemi;
- (viii) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 35% (trinta e cinco por cento);

- (ix) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 30% (trinta por cento);
- (x) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- (xi) Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- (xii) Caso o Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 12% (doze por cento);
- (xiii) Caso o Índice de Pré-Pagamento seja superior a 70% (setenta por cento); e
- (xiv) Caso o Índice de Recompra seja superior a 30% (trinta por cento).

Os índices relacionados nos itens (viii) a (xiv) acima serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um Evento de Liquidação. Para fins de cálculo dos referidos índices, será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada na Data de Verificação.

Nas hipóteses do item (i) acima, se a decisão da Assembleia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da Carteira, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese de a Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os Cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio acima referido, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em

andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas acima definidos. A Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Cotistas dissidentes acima referido.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o Artigo 24, Parágrafo 1º, do Regulamento, e na seção 2.11. acima (página 49), em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O eventual excedente será destinado prioritariamente ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Preferenciais, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se:

- (i) os Cotistas Subordinados poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no Artigo 24, Parágrafo 1º, do Regulamento, e na seção 2.11. acima (página 49), desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, e;
- (ii) que Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o Artigo 24, Parágrafo 1º, do Regulamento, e na seção 2.11. acima (página 49), acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

Após o pagamento integral das Cotas Subordinadas Preferenciais, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o eventual excedente será destinado ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Ordinárias, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se o disposto nos itens (i) e (ii) acima.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, e; ii) que cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

## 2.19. ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento e neste Prospecto ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;



- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação; e
- (x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- (xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do Inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## 2.20. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da respectiva Carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços, ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os Cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas.

Em caso de substituição do DCI - Comércio, Indústria e Serviços, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- (i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até:

- (i) 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, o informe mensal à CVM, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página da CVM; e
- (ii) 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de abril e encerramento em 31 de março de cada ano.

Aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo BACEN, observado que, aos exercícios sociais do Fundo iniciados a partir de 1º de agosto de 2011, aplicar-se-ão as disposições da Instrução CVM 489.

## 2.21. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

O Gestor adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A política de exercício de direito de voto orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários de titularidade do Fundo que confirmam a este o direito de voto.

A versão integral da política de exercício de direito de voto do Gestor encontra-se disposta no *website* deste, no endereço: <http://www.polocapital.com/cartas/PoliticaDeVoto-FundosDeInvestimentoPolo-30-Jun-08.pdf>.

## 2.22. TRIBUTAÇÃO

O disposto a seguir foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

### (i) Tributação aplicável aos Cotistas

#### *IOF*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Cotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo,

conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, e suas alterações posteriores. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

Os valores aportados no Brasil por parte dos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio (IOF/Câmbio). Atualmente, a maioria das operações de câmbio está sujeita à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 0,38%. Todavia, a liquidação das operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 6%, excetuados investimentos em renda variável realizados em bolsa de valores e ações de companhias abertas negociadas em bolsa de valores, cuja alíquota é de 2%. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior.

#### *Imposto de Renda*

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(a) Para o Cotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

#### Para fundos com carteira de longo prazo<sup>3</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

O Gestor buscará manter a Carteira como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

#### Para fundos com carteira de curto prazo<sup>4</sup>:

---

<sup>3</sup> Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

<sup>4</sup> Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;

Os ganhos auferidos na alienação das Cotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(b) Para Cotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Cotas devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Cotas à alíquota de 15%.

O imposto de renda pago será considerado: (i) definitivo, no caso de Cotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ para os Cotistas pessoas jurídicas. Ademais, no caso de pessoa jurídica, o ganho será incluído na base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Na hipótese de alienação de Cotas em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Cotista.

(iii) Para os Cotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Cotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a Cotistas registrados de acordo com a Resolução CMN 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida, para os quais as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Cotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores

#### *Exceções e outras incidências*

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

#### (ii) Tributação aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

#### *IOF*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

#### *Imposto de Renda*

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira é isenta do imposto de renda.

#### *Outras incidências*

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

### 2.23. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Protocolo do pedido de registro na CVM	Em 06 de setembro de 2012.
Concessão do registro da Oferta pela CVM	Em 04 de outubro de 2012.
Publicação do anúncio de início da Oferta	Em 08 de outubro de 2012.
Aprovação da modificação dos termos da Oferta pela CVM	Em 02 de maio de 2013.
Prazo de colocação	As Cotas Seniores da Terceira Série deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta e no boletim de subscrição de Cotas, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) <sup>5</sup> dias para a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo, qual seja, o DCI - Comércio, Indústria e Serviços.
Publicação do anúncio de encerramento da Oferta	Em 21 de maio de 2013 <sup>6</sup> .

<sup>5</sup> O prazo da Oferta, originalmente fixado nos termos do Artigo 18 da Instrução CVM 400, com data final limite prevista para o dia 06 de abril de 2013, encerrar-se-á em 21 de maio de 2013, por conta da modificação da Oferta aprovada pela CVM em 02 de maio de 2013.

<sup>6</sup> Data correspondente ao 13º (décimo terceiro) Dia Útil contado da data da aprovação da modificação dos termos e condições da Oferta pela CVM.

As datas acima são meramente estimativas, estando sujeitas a alterações.

## 2.24. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão de eventual contrato de distribuição celebrado pelo Fundo importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, aos quais se aplicará a regra de restituição descrita na seção 2.25. abaixo (página 74).

## 2.25. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

A Oferta poderá ser revogada ou sofrer modificações, mediante aprovação da CVM, em função de alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou nas circunstâncias que fundamentem o referido pedido. Além disso, a Oferta também poderá sofrer modificações de modo a melhorá-la em favor dos investidores e/ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pelo Fundo.

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Distribuidor aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão de confirmar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação do Distribuidor, referida acima, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Nas hipóteses de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, quando de uma eventual modificação das condições da Oferta, nos termos dos Artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados pelos investidores na integralização de Cotas durante o prazo de colocação das Cotas serão integralmente restituídos pelo Fundo aos respectivos investidores no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (a) da data em que a Oferta for revogada ou (b) da data em que a revogação da aceitação da Oferta por

cada investidor for comunicada ao Distribuidor, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos, tais como Imposto de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras, observadas as alíquotas previstas na legislação vigente. Nestes casos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao Distribuidor referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição de Cotas referentes às Cotas já integralizadas, que ficarão automaticamente cancelados.

## 2.26. ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

Os Direitos de Crédito cedidos poderão ser substituídos em caso de inadimplemento ou no caso de não performance. Nestes casos, os Direitos de Crédito poderão ser substituídos por créditos garantidores de montante, prazo e condições equivalentes, que não causem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

Os Direitos de Crédito não poderão ser acrescidos ou removidos, salvo em decorrência de novas operações firmadas entre o Fundo e os Cedentes, sempre em condições que não gerem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

## 2.27. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

Além das despesas de registro, relativas ao pagamento da taxa de fiscalização da CVM, nos termos da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e suas alterações posteriores, referente à Oferta e da taxa de registro do Regulamento no cartório de registro de títulos e documentos, dos custos relacionados às publicações relativas à Oferta, das comissões relativas aos serviços de colocação das Cotas devidas ao Distribuidor e aos honorários da Agência Classificadora de Risco e dos consultores legais, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à Oferta.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes são incorridos pelo Fundo com relação às atividades normalmente desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a Oferta.

A tabela abaixo discrimina a estimativa dos custos a serem incorridos com a Oferta.

Custo da distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Despesas de registro	95.000,00	0,19
Publicações	20.000,00	0,04
Agência Classificadora de Risco	20.000,00	0,04
Assessoria legal	30.000,00	0,06
Outras despesas	5.000,00	0,01
Total	170.000,00	0,34
Custo unitário de distribuição		
Preço por Cota Sênior (R\$)*	Custo por Cota Sênior (R\$)	
1.000,00	3,48	
* com base no preco de emissão na Data de Emissão		

O valor de despesas de registro informado acima refere-se, (i) ao pagamento das taxas da CVM em função do registro da Oferta, no montante de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais); e (ii) ao pagamento das despesas com o registro do Regulamento no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Os custos agrupados na tabela acima sob a rubrica de “Outras despesas” referem-se a gastos diversos observados e/ou estimados para a consecução da Oferta, relativos, por exemplo, a (i) transporte de documentos entre a Sabemi, Banco Cacique, Administrador, Gestor, Agência Classificadora de Risco e assessores legais, (ii) despesas de representação da Sabemi junto às partes acima referidas, (iii) reuniões, presenciais ou não, dentre outros.

As despesas acima mencionadas incorridas pelo Administrador serão reembolsadas a este pelo Fundo, na medida em que se constituam encargos do Fundo, nos termos descritos neste Prospecto e no Artigo 56 da Instrução CVM 356.

## 2.28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no Fundo, os investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e este Prospecto. O histórico da performance do Fundo poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o Fundo, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do Fundo, bem como receber críticas e sugestões.

### Exemplares do Prospecto

Os investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora e Distribuidor das Cotas do Fundo:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

E-mail: [locaspi@concordia.com.br](mailto:locaspi@concordia.com.br)

Website: <http://www.concordia.com.br/downloads/investimentos/fidcs/polo-credito-consignado-serie-3/Prospecto.pdf>

Gestor:

POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010



Leblon, Rio de Janeiro - RJ  
CEP 22440-033  
CNPJ/MF: 05.451.668/0001-79

Telefone: (21) 3205-9800

Fax: (21) 3205-9899

At.: Sr. Stephan Renaux Chamagne de Sabrit

E-mail: [operacional@polocapital.com](mailto:operacional@polocapital.com)

[stephan.sabrit@polocapital.com](mailto:stephan.sabrit@polocapital.com)

Website: [http://www.polocapital.com/arquivosFundos/Prospecto\\_Polo\\_Credito\\_Consignado\\_FIDC\\_I\\_3a\\_Serie.pdf](http://www.polocapital.com/arquivosFundos/Prospecto_Polo_Credito_Consignado_FIDC_I_3a_Serie.pdf)

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, nº 111

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares

Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP 20050-901

Tel.: (21) 3545-8686

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) -> Fundos de Investimento -> Consulta Consolidada de Fundo

São Paulo

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares

Edifício Delta Plaza

Bela Vista, São Paulo - SP

CEP 01333-010

Tel.: (11) 2146-2000

CETIP S.A. - Mercados Organizados

Rio de Janeiro

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-919

São Paulo

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

Jardim Paulistano, São Paulo - SP

CEP 01452-001

Website: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) -> Comunicados e documentos (Prospectos) -> Prospectos - Prospectos de Fundos de Investimento (Cotas de Fundos Fechados) -> busca por "Polo Crédito Consignado FIDC I 3ª Série"

## 2.29. ATENDIMENTO AO COTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do Fundo, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

Centro, São Paulo - SP

CEP 01009-905

CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08

Telefone: (11) 3292-1407

Fax: (11) 3241-3831

At.: Sr. Luis Locaspi

E-mail: [locaspi@concordia.com.br](mailto:locaspi@concordia.com.br)

Website: [www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à Administradora.

## 2.30. DISPOSIÇÕES GERAIS

Para fins do disposto no Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida entre a Administradora, o Gestor e os Cotistas, inclusive para convocação de Assembleias Gerais de Cotistas e procedimentos de consulta formal.

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

\* \* \*

### 3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

---

### 3.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo são (A) oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados - titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros -, consistentes de empréstimos conferidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, ou (B) representados por CCB, cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo realizadas por um Segurado com o Banco Cacique, visando obter recursos para auxiliar o complemento da respectiva renda, objetivando o pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas.

Adicionalmente, segue abaixo quadro contendo informações descritivas das características relevantes dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo:

Número de contratos cedidos até 10/01/2012	15.311
Valor presente da Taxa de Cessão	R\$ 117.493.074,40
Taxa da Cessão	O maior entre (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês, (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observado que, na hipótese de, na Data de Verificação, a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, ser superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI, ou (iii) o critério estabelecido de comum acordo entre o Gestor e a Sabemi, observados os itens (i) e (ii) acima. A cessão dos Direitos de Crédito representados pelas CCB foi efetuada em taxa equivalente a 1,42% (um inteiro e quarenta e dois centésimos por cento) ao mês, em observância aos critérios descritos anteriormente. Não obstante o mínimo acima previsto, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito é efetuada em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório, estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo

	ou cessão ao Fundo de Direito Creditório. A taxa de desconto praticada é estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo.
Regime utilizado	Composto
Prazo	60 (sessenta) meses
Prazo de amortização	Mensal
Garantias	Crédito consignado em folha de pagamento previamente acordado.
Data da primeira cessão	11/7/2011

### 3.1.1. Procedimentos e formalização das operações de cessão e aquisição de Direitos de Crédito ao Fundo

A cessão dos Direitos de Crédito da Sabemi para o Fundo será considerada formalizada na data (i) da verificação, pela Sabemi e pelo Custodiante, do cumprimento, pelos Direitos de Crédito, das Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade, (ii) do pagamento pelo Fundo do preço de aquisição e (iii) da assinatura do Termo de Cessão, nos termos abaixo descritos, desde que concluídos até às 11h30 horas da referida data.

A cessão dos Direitos de Crédito do Banco Cacique para o Fundo será considerada formalizada na data (i) da verificação, pelo Banco Cacique e pelo Custodiante, do cumprimento, pelos Direitos de Crédito, das Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade, e (ii) do pagamento pelo Fundo do preço de aquisição, desde que concluídos até às 11h30 da referida data.

Caso os eventos acima mencionados sejam concluídos após o referido horário, a formalização da cessão será considerada realizada no primeiro Dia Útil subseqüente.

A formalização da cessão observará as seguintes etapas:

- (i) os Cedentes enviarão ao Custodiante, por meio eletrônico, o *layout* contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito que estão dispostos a ceder ao Fundo naquela data.
- (ii) o envio do arquivo ao Fundo caracteriza a oferta de cessão dos Direitos de Crédito pelos Cedentes ao Fundo. A inserção do valor e da taxa de desconto pela Administradora no site a ser oportunamente indicado pelo Custodiante valida o interesse do Fundo e a disponibilidade para adquirir tais Direitos de Crédito.
- (iii) após o recebimento do arquivo, o Custodiante deverá verificar quais dos Direitos de Crédito oferecidos à cessão pelos Cedentes atendem aos Critérios de Elegibilidade. Após a conclusão deste procedimento, o Custodiante colocará à disposição dos Cedentes, por meio eletrônico, (i) arquivo retorno contendo a relação dos respectivos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade individualmente identificados, no mínimo, pelas informações dos Direitos de Crédito e o respectivo preço de aquisição; e (ii) arquivo retorno contendo a relação dos Direitos de Crédito que não atendam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade, individualmente identificados pelo(s) respectivo(s) Critério(s) de Elegibilidade que não tenha(m) sido atendidos por cada Direito de Crédito ofertado. O Custodiante disponibilizará à

Administradora relatórios contendo informações do processamento da aquisição, que serão utilizados pelo Custodiante para as liquidações financeiras.

Na Data de Aquisição e Pagamento, a Administradora elaborará o Termo de Cessão, que deverá ser arquivado pelas partes signatárias, representando o documento comprobatório da realização das operações realizadas entre o Fundo e a Sabemi, inclusive para fins de fiscalização dos órgãos reguladores da Sabemi e do Fundo e deverá ser registrado no competente cartório de registro de títulos e documentos. Não será firmado termo de cessão no âmbito das operações de cessão de Direitos de Crédito realizadas entre o Fundo e o Banco Cacique, representando o Contrato de Cessão celebrado entre as partes o documento comprobatório da realização das mencionadas operações, inclusive para fins regulatórios, devendo ser registrado no competente cartório de registro de títulos e documentos.

Ressalvadas as hipóteses de resolução da cessão dos Direitos de Crédito, esta será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Os Cedentes não respondem pela solvência ou solvibilidade dos Segurados, respondendo apenas pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira, conforme adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

### *3.1.2. Verificação de lastro dos Direitos de Crédito por amostragem*

Em decorrência do significativo volume, rotatividade e valores dos *tickets* médios das operações de crédito consignado, a metodologia a ser utilizada pelo Custodiante para a realização dos procedimentos de auditoria de lastro dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira contempla:

**(i) Amostra para auditoria de lastro:** Amostra probabilista simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, a proporcionalidade em relação à diversificação de devedores, quantidade e valor médio dos Direitos de Crédito, com nível de confiança de 90% (noventa por cento) e erro tolerável aceitável de até 10% (dez por cento). Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

$\xi_0^2$ : Erro estimado;

A: Tamanho da amostra;

N: População total;

$n_0$ : Fator amostral.

**(ii) Amostra para procedimentos de cobrança:** 100% (cem por cento) dos itens inadimplentes da amostra selecionada para auditoria do lastro.

### 3.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito devem ser efetuadas em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito de Crédito, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito de Crédito. Não obstante, a taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo. Outrossim, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito devem observar a Taxa de Cessão, a qual deverá ser equivalente ao maior entre (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês, (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observado que, na hipótese de, na Data de Verificação, a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, ser superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI, ou (iii) o critério estabelecido de comum acordo entre o Gestor e a Sabemi, observados os itens (i) e (ii) acima.

A cessão dos Direitos de Crédito representados pelas CCB foi efetuada em taxa equivalente a 1,42% (um inteiro e quarenta e dois centésimos por cento) ao mês, em observância aos critérios previstos para a fixação da Taxa de Cessão.

### 3.3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA

A política de concessão de crédito aos Segurados é desenvolvida e monitorada pela Sabemi, e pode ser sintetizada como sendo:

- (i) Antes da celebração de convênios com Entes Públicos, a Sabemi efetua uma análise prévia do comportamento destes Entes Públicos, buscando identificar eventuais problemas operacionais e financeiros no repasse dos descontos efetuados em folha em operações conveniadas. São também verificadas as condições exigidas pelo Ente Público para a celebração de convênios, para se avaliar a compatibilidade das exigências com os padrões de operação e de segurança da Sabemi. Caso as informações sejam positivas, a Sabemi procura, então, celebrar convênio com o Ente Público analisado.
- (ii) Após a etapa inicial, a Sabemi, em seu processo de análise de crédito, examina a compatibilidade entre a Assistência Financeira pretendida pelo Segurado e seus vencimentos, sempre observando que cada Ente Público Conveniado estabelece um percentual máximo de descontos a serem permitidos nos vencimentos de seus respectivos servidores.
- (iii) A partir da definição dos percentuais máximos de descontos permitidos, conforme determinado pelos Entes Públicos, a Sabemi, para definição da operação de Assistência Financeira, leva em consideração a margem consignável do servidor que está disponível no portal dos Entes Públicos, ainda considerando um redutor como margem de segurança da empresa.
- (iv) Sendo possível a operação em questão, o passo seguinte na análise é verificar se a Assistência Financeira pretendida se encontra dentro dos parâmetros operacionais definidos pela Sabemi em termos de valor mínimo - R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) - e valor máximo - R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - para a concessão da Assistência Financeira.

- (v) O prazo de duração da Assistência Financeira pretendida deve também estar dentro dos parâmetros de prazo definidos pela Sabemi: mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.
- (vi) Cada Segurado é também analisado em função da sua idade - existem limites diferenciados de idade máxima por Ente Público Conveniado - e existem parâmetros de valores máximos de liberação de Assistência Financeira nas faixas etárias acima de 65 (sessenta e cinco) anos. Além disso, sempre que o cliente tiver mais que 70 (setenta) anos, o departamento de crédito efetua uma análise individualizada com contato direto com o interessado.

O Banco Cacique utiliza a política de concessão de crédito aos Segurados na forma acima descrita, adotando para as CCB os mesmos procedimentos e critérios utilizados pela Sabemi, conforme aplicável.

A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pela Sabemi e/ou Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantém convênio para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento e sob a supervisão do Custodiante.

As etapas da cobrança consistem em:

- (i) Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira ou dos mútuos representados pelas CCB vencida(s) no período;
- (ii) Os valores descontados são repassados à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;
- (iii) A regularidade dos pagamentos das parcelas da Assistência Financeira é verificada pela Sabemi na mesma data em que os respectivos valores lhe são disponibilizados pelos Entes Públicos Conveniados;
- (iv) Havendo diferença entre os valores previstos e os recebidos, a Sabemi questiona o(s) respectivo(s) Ente(s) Público(s) Conveniado(s) sobre a razão do repasse em montante diverso do esperado; apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- (v) Os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas de tal recebimento.

### *3.3.1. Procedimentos de segregação e repasse ao Fundo dos valores recebidos pela Sabemi quando da liquidação dos Direitos de Crédito*

Diariamente, as receitas decorrentes das Assistências Financeiras realizadas pela Sabemi com seus recursos próprios são importadas para o Sistema de Gestão de Securitização - GESSEC. Após a importação total da carteira, e



anteriormente à cessão ao Fundo, os respectivos Direitos de Crédito são segregados de acordo com os Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento.

Embora os Direitos de Crédito estejam disponíveis para cessão ao Fundo, é realizada uma simulação para verificar o montante que será cedido em cada determinado dia. Nesta simulação, é verificada a taxa média ponderada dos títulos, a variação da CDI em relação à CDI da primeira cessão, o valor presente dos títulos na taxa de aquisição e na taxa dos contratos.

Aprovada a cessão pelo Departamento Financeiro, é gerado o arquivo e enviado ao Custodiante, que em duas horas realizada a validação da carteira e o crédito na conta corrente da Sabemi. Após esta validação é disponibilizado um arquivo de retorno com os títulos que foram selecionados e aprovados para cessão ao Fundo. Este arquivo é importado para o GESSEC, onde é realizada a marcação dos títulos e suas respectivas parcelas que foram cedidas.

Diariamente, é realizada a importação das parcelas vencidas dos Direitos de Crédito que tiveram a quitação realizada, ou seja, parcelas que foram pagas pelos Segurados. A informação da quitação de cada parcela também é importada para o GESSEC, o que possibilita à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada realizar o repasse dos valores recebidos referentes ao pagamento dos Direitos de Crédito ao Fundo.

O GESSEC disponibiliza para repasse somente as parcelas dos Direitos de Crédito que tiveram a marcação “cedida”. No caso de pré-pagamento, todas as parcelas cedidas são marcadas para repasse, o que é realizado de 48 (quarenta e oito) em 48 (quarenta e oito) horas, em consonância com o prazo estipulado no Regulamento.

Desse modo, a segregação de recursos por parte da Sabemi é feita por meio de controles internos (GESSEC), sendo que os valores descontados dos Segurados, conforme descrito no item anterior, são repassados à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes.

Por fim, a Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada realizam os repasses dos valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas de tal recebimento.

### *3.3.2. Procedimentos de Cobrança Extrajudicial e Judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos*

A Sabemi foi contratada pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para atuar como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

- (i) Após a Sabemi identificar a inadimplência, é enviada cobrança através de débito em conta corrente com os Bancos Conveniados, para a conta salário dos Segurados, no valor referente à parcela da Assistência Financeira vencida. Nos casos em que o Segurado devedor seja reincidente, é cobrado, além de uma parcela em atraso, também o valor da parcela do mês;
- (ii) Se a causa da inadimplência é a redução prolongada de margem consignável do Segurado, na hipótese do Segurado assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação à Assistência Financeira (pensão alimentícia judicial, por exemplo), busca-se renegociação de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem consignável do Segurado; toda e qualquer renegociação, refinanciamento

ou concessão de desconto dependem de prévia e expressa autorização da Administradora;

- (iii) Caso a Sabemi não tenha êxito na cobrança por débito em conta corrente, a Sabemi busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;
- (iv) Se caso a Sabemi não consiga localizar o Segurado, a Sabemi providencia mensalmente pesquisa em bancos de dados especializados, a higienização da base, atualizando, assim, os dados cadastrais dos Segurados;
- (v) Se decorridos 60 (sessenta) dias e a dívida não foi paga, o Segurado tem seu nome negativado junto ao SERASA;
- (vi) Caso o Segurado se apresente e seja feito um acordo, após o primeiro pagamento, a Sabemi providencia a imediata retirada do registro do SERASA;
- (vii) Se a causa da inadimplência for de Segurado oriundo do conveniado SIAPE, a Sabemi envia cobrança mensalmente mediante envio de arquivos, através do Portal da Consist, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento. A Consist processa os arquivos de todos os órgãos cadastrados no SIAPE e enviar ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para processamento da folha de pagamento; e
- (viii) Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, é repassado para cobrança administrativa para contato com a família (ou Ente Público Conveniado ao qual pertencia o falecido) para solicitar a certidão de óbito.

Depois de tomadas todas as providências pela Sabemi para a recuperação das parcelas da Assistência Financeira não pagas pelos Segurados que tenham se desligado do Ente Público Conveniado, são adotadas as providências legais para o registro destas operações como prejuízo, sendo realizadas as devidas provisões referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos.

A Sabemi, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito, é responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, inclusive os Direitos de Inadimplidos, sem que seja devida qualquer contraprestação.

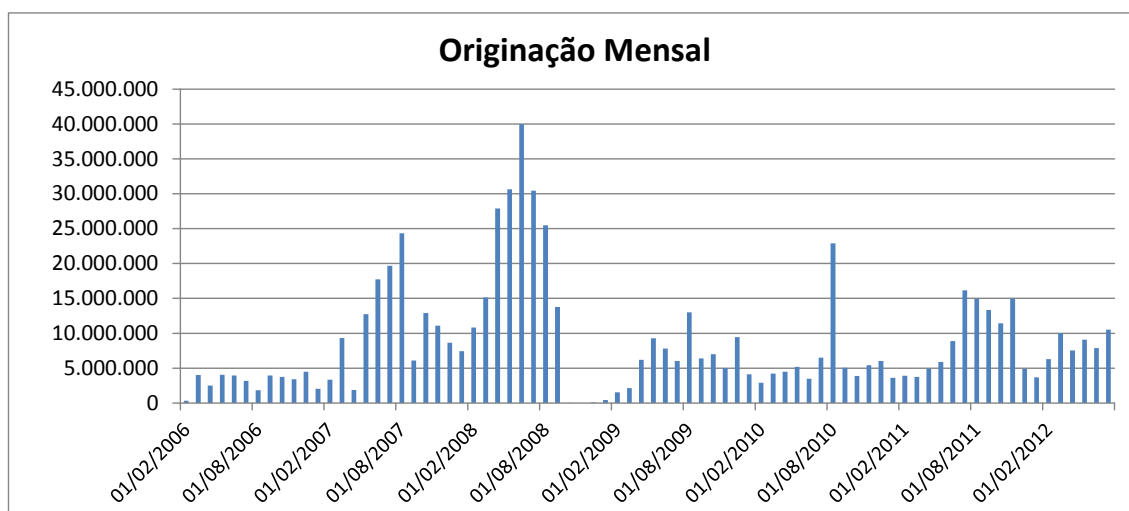
O Custodiante durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos de Crédito ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos de Crédito em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo à Sabemi, se julgar necessário e de acordo com as práticas adotadas pelo mercado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

#### 3.4. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLENTOS E PERDAS

As informações e estatísticas referentes a direitos creditórios de mesma natureza daqueles a serem adquiridos pelo Fundo foram fornecidas e compiladas pelos Cedentes, e seguem abaixo de forma resumida, apresentando um panorama sintético de inadimplimentos, perdas e pré-pagamento.

Foram originados, em um período de 6 (seis) anos, 83.006 (oitenta e três mil e seis) Contratos de Concessão de Assistência Financeira, que totalizam um montante de R\$ 676.893.000,00 (seiscentos e setenta e seis milhões oitocentos e noventa e três mil reais), considerando-se o valor emprestado.

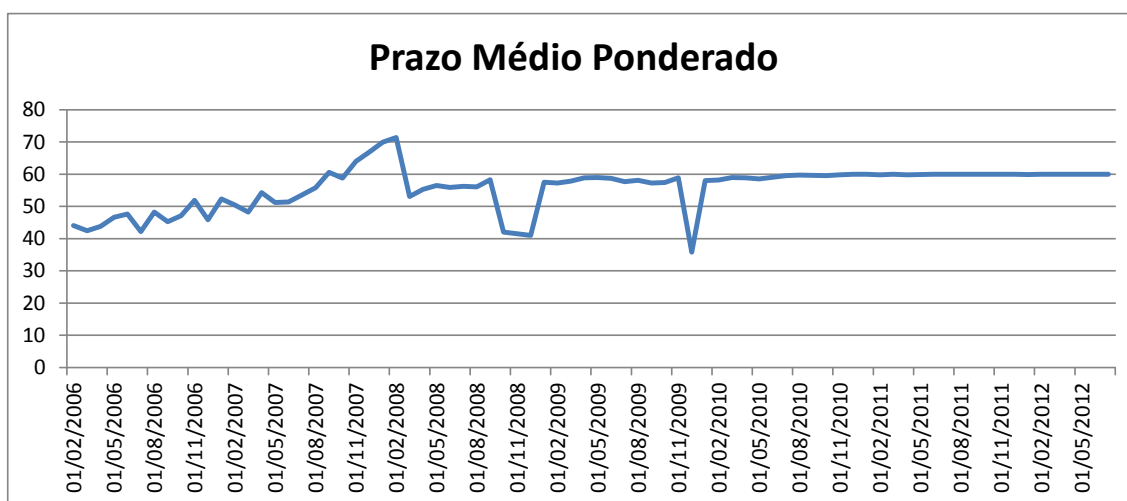
**Gráfico 1 - Produção Mensal**  
(montante, em milhões de reais, dos valores totais dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados entre a Sabemi e os Segurados entre 01/02/2006 e 01/02/2012)



\*Fonte: Cedente

Para o estabelecimento do prazo médio das operações, foi compilado o volume total de Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados. O prazo médio ponderado calculado é de 57 (cinquenta e sete) meses.

**Gráfico 2 - Prazo Médio Ponderado**  
(prazo, em meses, dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados entre a Sabemi e os Segurados entre 01/02/2006 e 01/05/2012)

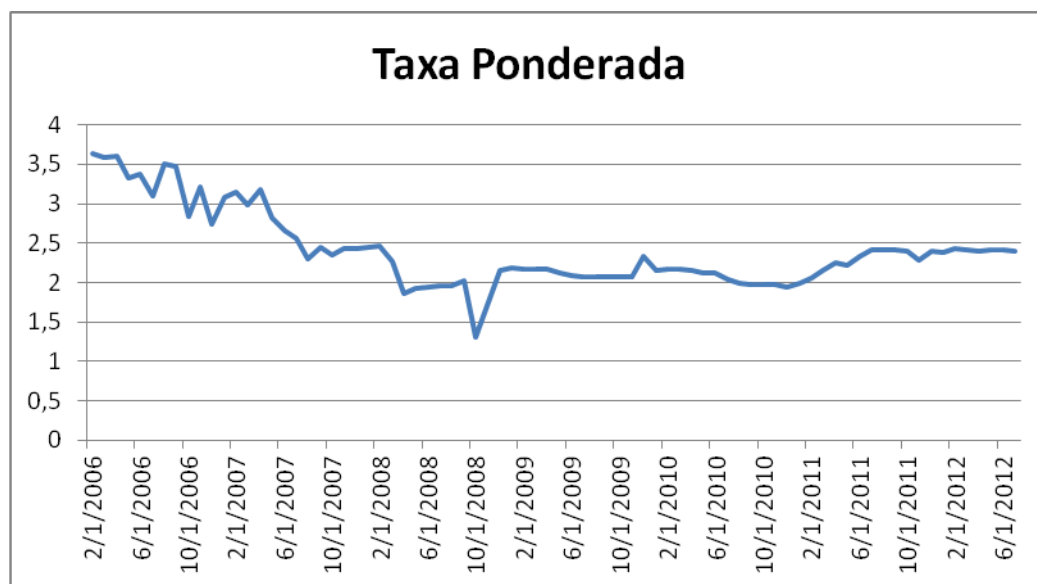


\*Fonte: Cedente - \*\*Em meses

Para o estabelecimento da taxa média dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira, foi compilado o volume total de Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados, resultando em um percentual de 2,28% (dois

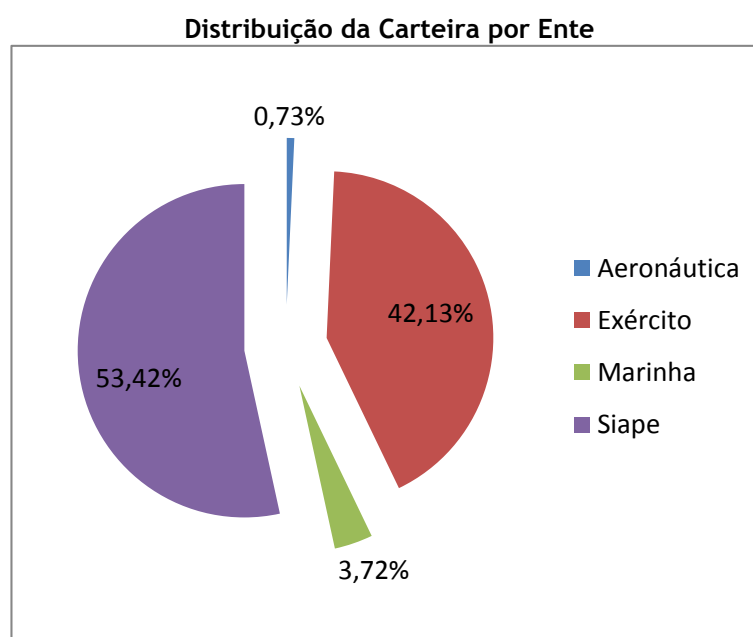
inteiros e vinte e oito centésimos por cento) ao mês.

**Gráfico 3 - Taxa Média Ponderada**  
(taxa média dos juros praticados pela Sabemi no âmbito dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados com os Segurados entre 02/01/2006 e 06/01/2012, calculada por meio da soma dos produtos de cada um dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira multiplicado por seus respectivos pesos, dividida pela soma dos pesos)



\*Fonte: Cedente \*

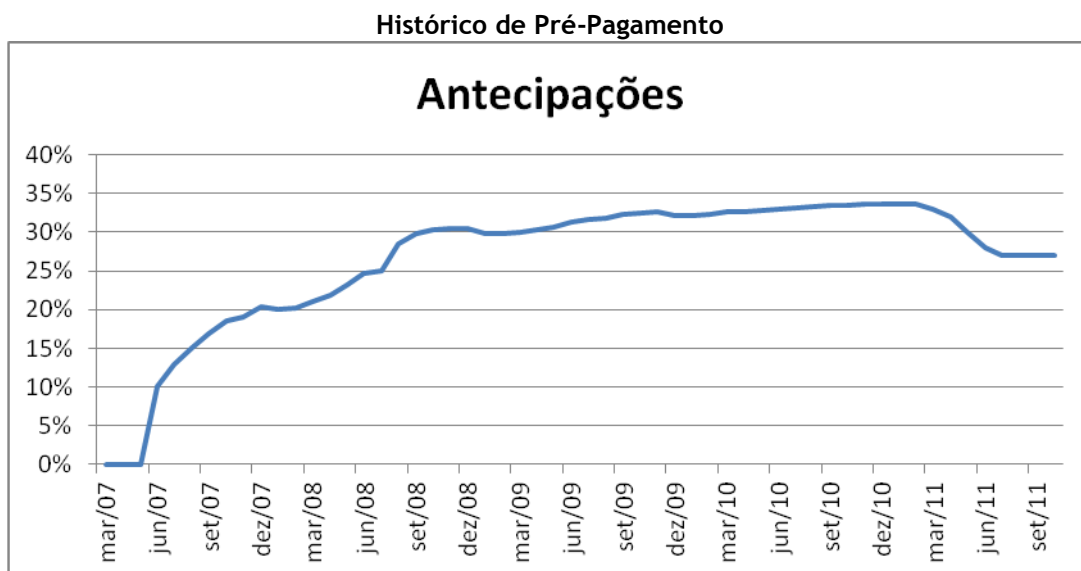
Com o intuito de verificar a participação de cada um dos Entes Federativos Conveniados, bem como as respectivas representatividades, destacamos e apresentamos a concentração dos maiores Entes Federativos Conveniados consignantes, a qual é retratada abaixo:



\*Fonte: Cedente

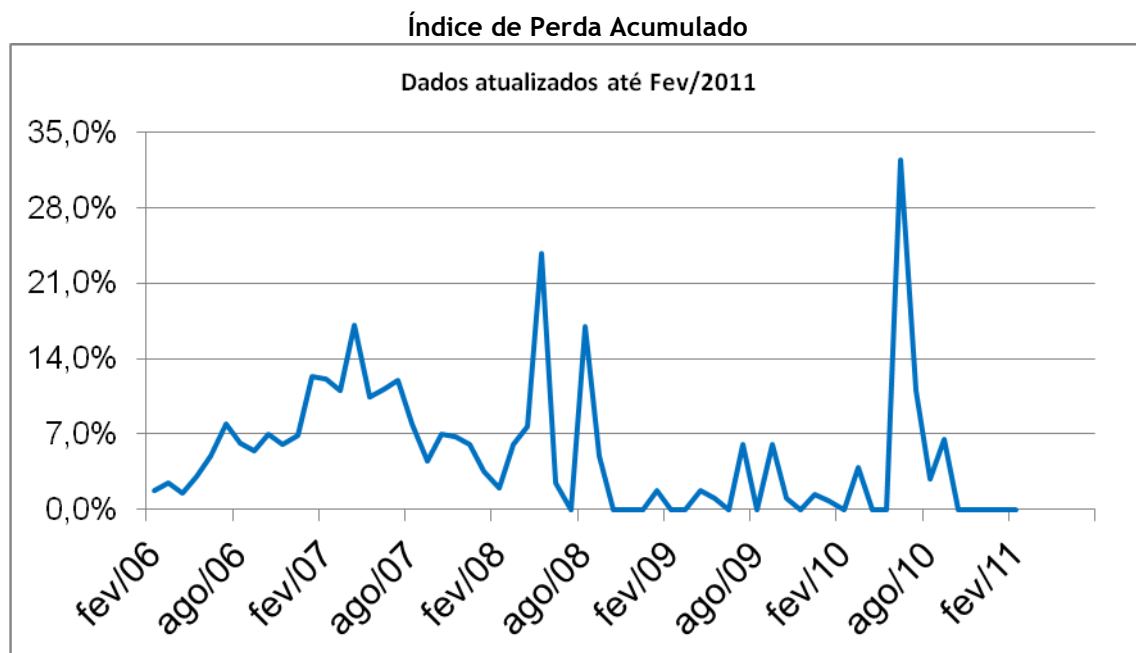
Para o estabelecimento do índice de pré-pagamento nos Contratos de Concessão de Assistência Financeira, foi

compilado o volume total de Contratos de Concessão de Assistência Financeira celebrados. Tal prática, comum no mercado de crédito consignados, relaciona-se à boa capacidade do mutuário de restabelecer sua linha de crédito no máximo da margem consignável permitida, também contribuindo fatores de redução de taxas de juros e de competição entre as instituições financeiras. A taxa média ponderada dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira que geraram perda no período apurado no gráfico abaixo equivale a um percentual de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento). A taxa média ponderada dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira objeto de antecipação no período apurado no gráfico abaixo equivale a um percentual de 2,46% (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento).



(percentual dos montantes acumulados dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira pré-pagos, de março de 2007 a setembro de 2011)

\*Fonte: Cedente



(percentual dos montantes acumulados de perdas dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira, de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2011)

\*Fonte: Cedente

# Desempenho Consolidado da Carteira

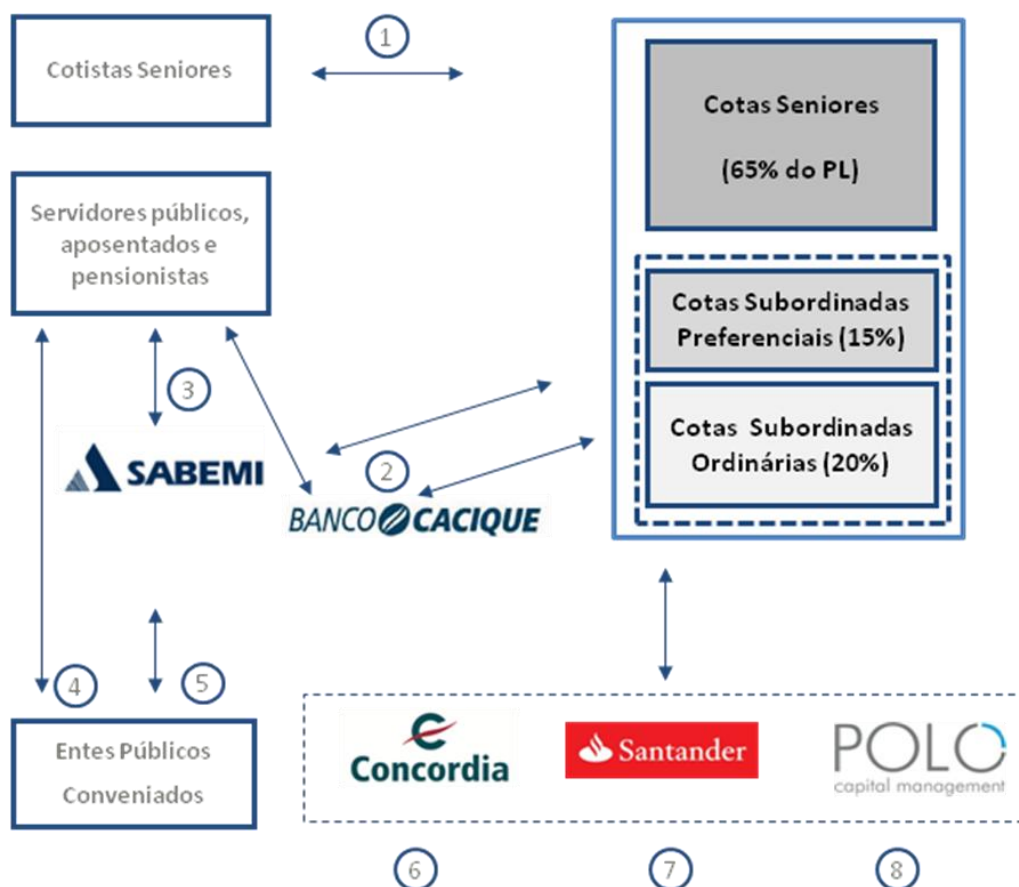
Mês	Fluxo de Geração com vencimento até Fev. 2011	Parcelas Liquidadas					Parcelas não Liquidadas			Índices		
		Pagamentos Pontuais	Atraso entre 30 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias (a)	Atraso acima de 180 dias (b)	PMT Não Liquidadas	Vencidas a mais de 60 dias	Vencidas a mais de 90 dias (c)	Vencidas a mais de 180 dias (d)	Índice de inadimplência acima de 90 dias (a) + (b) + (c)	Índice de inadimplência acima de 180 dias (b) + (d)
fev/06	364.941,30	95,45%	0,87%	0,38%	0,00%	0,61%	2,69%	0,00%	0,00%	0,00%	3,30%	2,69%
mar/06	8.344.139,65	96,79%	0,12%	0,32%	0,10%	0,23%	1,35%	1,10%	1,10%	1,10%	2,68%	2,45%
abr/06	5.369.196,86	97,83%	0,15%	0,29%	0,07%	0,12%	1,19%	0,36%	0,36%	0,36%	1,67%	1,55%
mai/06	8.470.579,18	95,43%	0,33%	0,52%	0,14%	0,34%	2,44%	0,81%	0,80%	0,80%	3,59%	3,23%
jun/06	8.154.971,86	92,75%	0,37%	0,93%	0,21%	0,54%	2,37%	2,83%	2,73%	2,68%	5,65%	5,03%
jul/06	5.926.917,93	90,91%	0,38%	0,57%	0,15%	0,35%	5,15%	2,48%	2,44%	2,38%	7,92%	7,53%
ago/06	3.840.788,25	92,70%	0,38%	0,95%	0,14%	0,63%	4,38%	0,82%	0,78%	0,72%	5,77%	5,09%
set/06	8.058.346,90	91,42%	1,04%	1,45%	0,15%	0,62%	3,08%	2,44%	2,31%	2,25%	5,75%	5,13%
out/06	6.897.387,01	91,29%	0,76%	0,71%	0,13%	0,28%	2,40%	4,43%	4,38%	3,97%	7,06%	6,37%
nov/06	6.676.579,56	90,39%	0,94%	1,49%	0,46%	0,78%	3,97%	1,97%	1,84%	1,68%	6,55%	5,65%
dez/06	7.836.700,77	90,73%	0,51%	1,35%	0,11%	0,29%	2,05%	4,95%	4,74%	4,29%	6,96%	6,34%
jan/07	3.749.866,55	85,98%	1,85%	0,65%	0,22%	0,27%	1,83%	9,20%	8,91%	8,70%	10,80%	10,06%
fev/07	6.183.956,23	85,06%	1,07%	1,20%	0,23%	0,46%	3,16%	8,82%	8,47%	8,28%	11,90%	10,93%
mar/07	16.584.180,64	85,21%	1,54%	1,12%	0,20%	0,50%	2,99%	8,45%	8,05%	7,86%	11,36%	10,28%
abr/07	3.417.961,34	87,10%	1,59%	1,22%	0,11%	0,23%	1,99%	7,76%	7,36%	7,16%	9,37%	8,58%
mai/07	20.798.607,56	85,05%	1,80%	1,18%	0,28%	0,56%	2,62%	8,52%	8,14%	7,97%	11,14%	10,08%
jun/07	27.430.818,73	85,28%	1,33%	1,03%	0,22%	0,46%	2,39%	9,29%	8,89%	8,70%	11,56%	10,53%
jul/07	29.182.147,72	83,50%	1,39%	1,18%	0,27%	0,56%	2,34%	10,76%	10,24%	9,99%	12,89%	11,59%
ago/07	33.039.514,57	87,82%	1,91%	0,92%	0,28%	0,48%	1,85%	6,75%	6,41%	6,24%	8,57%	7,62%
set/07	8.213.306,37	96,02%	1,37%	0,58%	0,21%	0,32%	0,82%	0,68%	0,65%	0,52%	1,76%	1,37%
out/07	16.738.979,45	93,19%	1,57%	0,55%	0,20%	0,37%	1,12%	3,00%	2,78%	2,67%	4,16%	3,49%
nov/07	13.707.397,64	92,11%	2,29%	0,68%	0,26%	0,56%	0,91%	3,18%	2,98%	2,89%	4,36%	3,52%
dez/07	10.221.902,45	93,62%	2,30%	0,83%	0,28%	0,41%	0,78%	1,78%	1,67%	1,62%	2,81%	2,24%
jan/08	8.658.047,98	94,85%	2,23%	0,85%	0,33%	0,66%	0,89%	0,18%	0,16%	0,15%	1,71%	1,01%
fev/08	12.149.074,44	94,25%	2,79%	0,96%	0,41%	0,64%	0,95%	0,00%	0,00%	0,00%	1,59%	0,95%
mar/08	17.556.267,04	93,40%	2,59%	0,88%	0,35%	0,60%	1,12%	1,06%	0,99%	0,96%	2,68%	1,98%
abr/08	27.992.087,23	91,74%	2,59%	1,03%	0,45%	0,68%	1,18%	2,34%	2,17%	2,08%	3,93%	3,04%
mai/08	29.998.909,65	94,06%	3,01%	0,96%	0,52%	0,92%	0,49%	0,94%	0,04%	0,04%	1,45%	0,53%
jun/08	38.462.707,72	94,61%	2,64%	0,97%	0,45%	0,82%	0,52%	0,00%	0,00%	0,00%	1,34%	0,52%
jul/08	28.221.486,23	94,64%	2,43%	0,90%	0,45%	1,07%	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	1,58%	0,51%
ago/08	22.795.229,55	94,35%	2,35%	0,89%	0,49%	1,12%	0,77%	0,03%	0,03%	0,03%	1,91%	0,80%
set/08	11.711.932,78	92,39%	1,94%	0,71%	0,19%	0,31%	0,60%	3,85%	3,46%	3,27%	4,19%	3,36%
out/08	5.400,00	96,30%	3,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/08	114.499,04	99,54%	0,00%	0,20%	0,00%	0,26%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,26%	0,00%
jan/09	331.424,56	98,35%	1,06%	0,08%	0,17%	0,00%	0,25%	0,08%	0,08%	0,08%	0,34%	0,25%
fev/09	1.110.112,71	99,81%	0,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
mar/09	1.483.312,14	99,11%	0,57%	0,20%	0,11%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%
abr/09	3.990.616,03	96,60%	2,00%	0,57%	0,34%	0,08%	0,00%	0,41%	0,30%	0,24%	0,33%	0,11%
mai/09	5.683.554,48	99,06%	0,48%	0,23%	0,03%	0,02%	0,05%	0,13%	0,09%	0,07%	0,14%	0,09%
jun/09	4.532.413,91	99,46%	0,37%	0,06%	0,02%	0,07%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,08%	0,00%
jul/09	3.361.905,54	99,23%	0,18%	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,56%	0,49%	0,46%	0,49%	0,36%
ago/09	6.835.522,40	99,13%	0,56%	0,16%	0,05%	0,02%	0,04%	0,04%	0,04%	0,04%	0,10%	0,08%
set/09	3.262.747,68	97,72%	1,08%	0,17%	0,12%	0,08%	0,01%	0,81%	0,64%	0,57%	0,66%	0,43%
out/09	3.335.307,39	97,63%	1,54%	0,26%	0,13%	0,14%	0,14%	0,17%	0,07%	0,05%	0,33%	0,16%
nov/09	2.146.507,86	98,78%	1,07%	0,06%	0,08%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%
dez/09	7.228.287,20	94,47%	3,71%	0,23%	0,11%	0,19%	0,06%	1,24%	1,04%	0,92%	1,16%	0,68%
jan/10	1.598.149,32	98,10%	0,71%	0,65%	0,15%	0,03%	0,11%	0,25%	0,16%	0,12%	0,26%	0,11%
fev/10	1.040.503,79	99,14%	0,16%	0,60%	0,04%	0,00%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,06%	0,00%
mar/10	1.325.594,90	98,80%	0,35%	0,50%	0,10%	0,07%	0,00%	0,18%	0,08%	0,05%	0,12%	0,01%
abr/10	1.277.886,78	99,20%	0,36%	0,18%	0,02%	0,00%	0,00%	0,24%	0,08%	0,00%	0,00%	0,00%
mai/10	1.331.353,51	99,53%	0,03%	0,07%	0,05%	0,10%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,32%	0,22%
jun/10	768.829,02	97,68%	0,01%	0,22%	0,00%	0,04%	0,00%	2,05%	1,40%	1,09%	1,13%	0,18%
jul/10	1.181.530,55	98,61%	0,67%	0,36%	0,00%	0,00%	0,00%	0,36%	0,15%	0,07%	0,07%	0,00%
ago/10	3.394.072,80	99,06%	0,29%	0,51%	0,08%	0,00%	0,00%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
set/10	614.334,12	99,05%	0,35%	0,27%	0,00%	0,00%	0,00%	0,33%	0,15%	0,00%	0,00%	0,00%
out/10	349.245,72	96,58%	3,39%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/10	318.434,20	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/10	175.081,87	99,80%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Metodologia: Desempenho Consolidado da Carteira por Fluxo de Geração

Fonte: Cedente.

Ressalta-se que, desde meados de 2010, o sistema de averbação do SIAPE, convênio com maior concentração da Cedente, implantou um sistema que realiza o processo de consignação de reserva da margem consignável de forma eletrônica, o que inibe o índice de fraudes e as chances de inadimplemento por falta da referida margem consignável. Tal processo pode ser visto em outros entes consignantes, como Marinha e Aeronáutica.

### 3.5. FLUXOGRAMA DA OFERTA



Correspondência:

1. O Fundo emite a Terceira Série de Cotas Seniores, que é adquirida pelos Cotistas Seniores.
2. O Fundo utiliza os recursos da Terceira Série para adquirir os Direitos de Crédito oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, bem como direitos de crédito representados por CCB, cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado.
3. Os Direitos de Crédito são originados quando a Sabemi concede Assistência Financeira a Segurados, e/ou quando o Banco Cacique realiza operações de mútuo representadas por CCB.
4. Os Entes Públicos Conveniados realizam a consignação das deduções em folha de pagamento dos Segurados.
5. Os Entes Públicos Conveniados remetem os montantes retidos dos salários dos Segurados para uma conta de arrecadação mantida na Sabemi.
6. A Concórdia é a instituição administradora do Fundo, representando-o para todos os fins.
7. O Santander é a instituição responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, escrituração, controladoria e liquidação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros do Fundo.
8. A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. é a instituição responsável pela gestão da Carteira do Fundo, agindo nos termos da política de investimentos adotada pelo Fundo, de acordo com o Regulamento.

\* \* \*

#### 4. FATORES DE RISCO

---



## FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e/ou o Gestor mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

Os recursos que constam na Carteira e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

**Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a Carteira.

**Risco de liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Gestor a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Cotistas, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

**Risco de derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas.

**Risco de descontinuidade:** conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente ao término do seu prazo de duração ou do prazo de resgate das respectivas séries de cotas. Deste modo, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelos Cedentes, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**Risco de mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

**Risco de concentração:** O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos de

Crédito cujo devedor seja um único Segurado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Segurado.

**Risco de concentração em poucos cedentes:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi e das operações de mútuo entre o Banco Cacique e os Segurados e da capacidade destes originarem Direitos de Crédito Elegíveis.

**Risco de descasamento:** Os Direitos de Crédito componentes da Carteira são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas tem como um dos parâmetros o CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o Gestor, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas, inclusive Cotas Seniores.

**Risco relacionado à emissão de novas Cotas:** O Fundo poderá, a qualquer tempo, emitir novas Cotas, independentemente de aprovação dos atuais Cotistas, observado o disposto no Capítulo XV do Regulamento e os procedimentos exigidos pela Instrução CVM 356. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.

**Risco relacionado a fatores macroeconômicos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Segurados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.

**Riscos associados aos Segurados:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira e/ou das CCB, respondendo pelo saldo a pagar apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira e/ou dos mútuos contraídos, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

**Risco de fungibilidade:** Em seu curso normal, os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos dos Segurados e repassados à instituição conveniada, a qual poderá ser a própria Sabemi ou a Sabemi Previdência Privada, sendo que, caso esta última receba tais recursos, é realizado o seu

respectivo repasse à Sabemi previamente ao pagamento ao Fundo. Desse modo, uma vez que os valores referentes aos Direitos de Crédito transitarão por contas bancárias da Sabemi e/ou da Sabemi Previdência Privada até o seu recebimento pelo Fundo, há o risco de que tais recursos não sejam repassados ao Fundo nos prazos estabelecidos no Regulamento, por exemplo, por motivo de intervenção ou indisponibilidade de recursos da Sabemi e/ou da Sabemi Previdência Privada, ou, ainda, em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.

**Risco operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira e os mútuos representados pelas CCB contraídos pelos Segurados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Segurados. Nesta hipótese, a Carteira pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.

**Risco operacional de sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e/ou dos mútuos representados pelas CCB e o repasse à Sabemi dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a Sabemi, a Administradora ou o Gestor controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

**Risco operacional de cobrança, do originador e de fluxo financeiro:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito são realizadas pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados ou das operações de mútuo representativas das CCB sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do mútuo representado pelas CCB ou pelo Contrato de Concessão de Assistência Financeira vencida(s) no período e repassam os valores descontados à Sabemi por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado, podendo tal instituição ser a própria Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada, a qual nesta hipótese atua como agente de recebimento dos valores devidos e os repassa à Sabemi. Em seguida, tais valores são repassados pela Sabemi ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao eventual risco de atraso ou não ocorrência do repasse dos valores recebidos pela Sabemi Previdência Privada, atuando como agente de recebimento, à Sabemi, bem como ao risco de atraso ou não ocorrência do repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

**Risco do convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Segurados é viabilizado por convênios celebrados entre a Sabemi, a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados, podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o Fundo, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos

decorrentes dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de Direitos de Crédito componentes da Carteira, o que lhe pode ser prejudicial.

**Risco do originador e de originação:** Os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique, o que pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não constância da concessão de mútuo representado por CCB pelo e/ou Banco Cacique e de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta em originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pela Sabemi ou pelo Banco Cacique contra os Segurados. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Sabemi na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Segurado no Contrato de Concessão de Assistência Financeira ou dos mútuos representados por CCB. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

**Riscos do mercado secundário:** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, apresenta baixa liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

**Risco da cobrança judicial e extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

**Risco de resgate das Cotas do Fundo em Direitos de Crédito:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.

**Risco de atraso no pagamento do resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

**Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos de Crédito:** O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. O Cedente poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados, de comprovada competência e idoneidade, para realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, os quais estarão sob inteira responsabilidade do Cedente, permanecendo este como fiel depositário dos Documentos Representativos do Crédito, não havendo, portanto,

qualquer superposição de funções entre o Cedente e eventual terceiro contratado por esta. Neste caso o Cedente ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelo fato de o terceiro contratado estar localizado em endereço distinto do Cedente.

**Risco relacionado à liquidação antecipada pelos Segurados dos Contratos de Concessão de Assistência Financeira:**

Os Segurados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Concessão de Assistência Financeira e/ou de mútuos representados pelas CCB cedidas ao Fundo, o que poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

**Ausência de notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese do Cedente deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do Cedente dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos de Crédito relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

**Riscos de exequibilidade das CCB:** A CCB é um título de crédito que foi criado pela Lei nº 10.931. De acordo com esta lei, a CCB caracteriza-se por ser um título executivo extrajudicial. Assim sendo, pelo fato da CCB constituir-se em um título executivo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento dos Segurados é mais célere. Entretanto, em virtude de questionamentos judiciais, a 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem decidido que a CCB não possui força executiva, uma vez que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de “forma”, estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei nº 10.931 não seriam válidas. Neste caso, a CCB não poderia ser considerada como título executivo extrajudicial e, portanto, sua exequibilidade estaria comprometida. Tendo em vista que o Fundo, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir Direitos Creditórios representados por CCB, há o risco da exequibilidade destas ser judicialmente contestada segundo o entendimento da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dificultando, desta forma, a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos Creditórios Inadimplidos representados por CCB.

**Risco de questionamento judicial:** Assim como as CCB cedidas ao Fundo, a Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, tais como o questionamento de eventual abusividade nas taxas de juros praticadas pela Sabemi, bem como eventual vício dos Documentos Representativos dos Créditos que impeça a efetiva exigibilidade do crédito (ausência de assinaturas, ilegitimidade de representação, entre outros). Nestes casos, a CCB e a Assistência Financeira poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

**Risco de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória:** O Fundo poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

**Risco de conflito de interesses com os Cedentes:** A Sabemi e/ou o Banco Cacique atuará como Cedente, sendo que apenas a Sabemi atuará como agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas.

**Demais riscos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

AS APLICAÇÕES REALIZADAS NO FUNDO NÃO CONTAM COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

\* \* \*

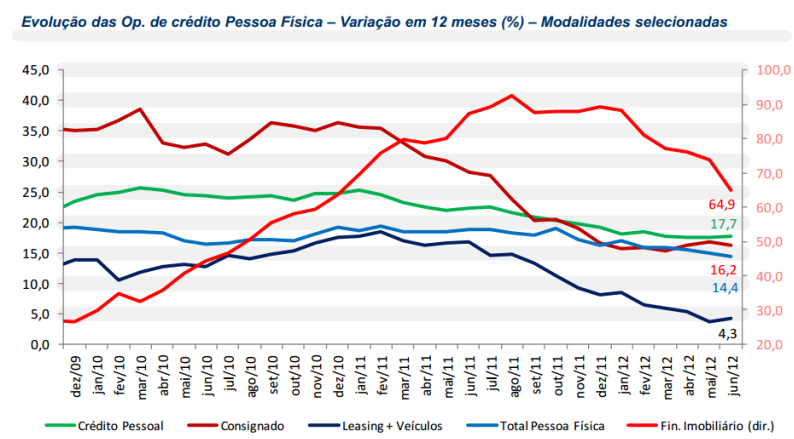
## 5. A INDÚSTRIA DE CRÉDITO CONSIGNADO

---

## A INDÚSTRIA DE CRÉDITO CONSIGNADO

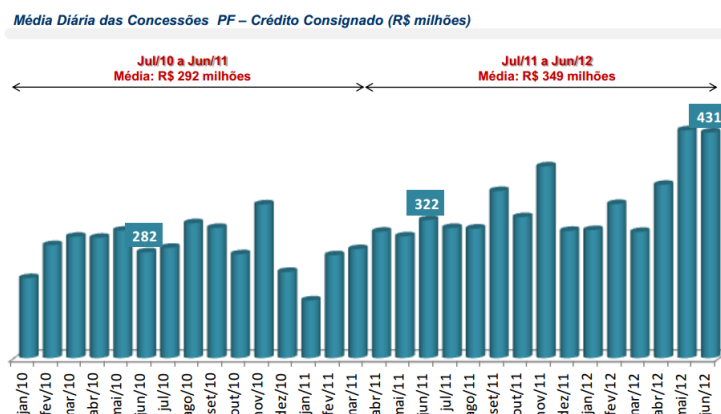
Visando ilustrar o desempenho da atividade do segmento do mercado no qual o Fundo aplicará os respectivos recursos, qual seja, setor de créditos consignados, a Administradora selecionou os seguintes quadros, demonstrativos de (i) evolução (em pontos percentuais) das operações de crédito a pessoas físicas no período compreendido entre dezembro de 2009 e junho de 2012 (Quadro 1), (ii) média diária (em milhões de reais) das concessões de crédito a pessoas físicas, medida entre janeiro de 2010 e junho de 2012 (Quadro 2); (iii) saldo (em milhões de reais) de operações de crédito pessoal a pessoas físicas verificado entre janeiro de 2010 e junho de 2012 (Quadro 3); e (iv) saldo (em milhões de reais) de operações de crédito consignado a pessoas físicas verificado entre janeiro de 2010 e junho de 2012 (Quadro 4).

Quadro 1



Fonte: BACEN

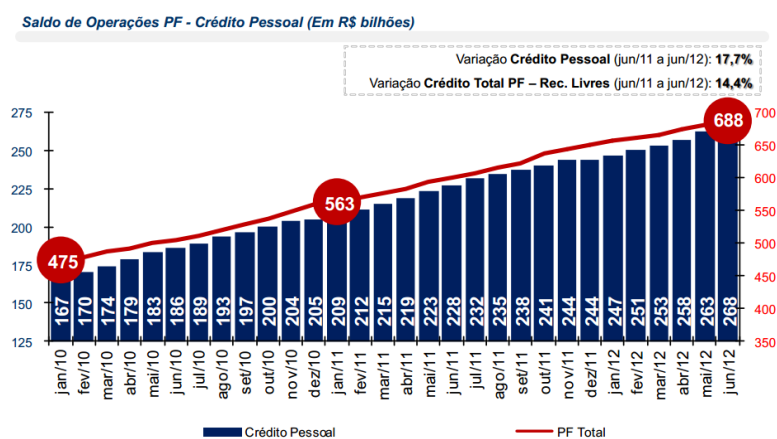
Quadro 2



Fonte: BACEN

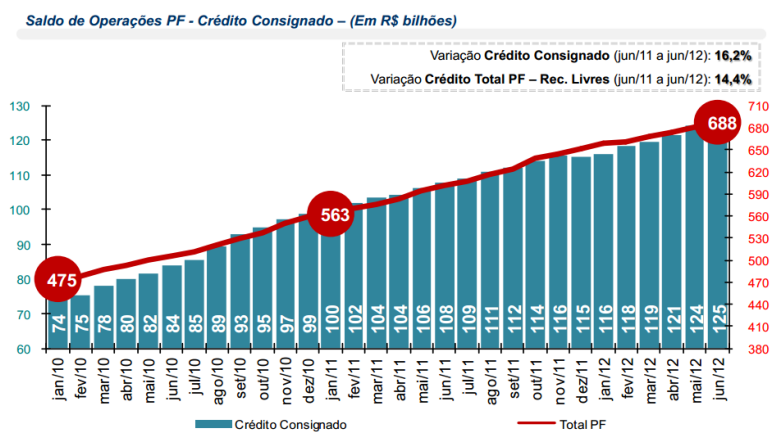


### Quadro 3



Fonte: BACEN

### Quadro 4



Fonte: BACEN

## 6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

---

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora e o Gestor orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros do Gestor.

Os riscos a que está exposto o Fundo (dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" do presente Prospecto, na página 92) e o cumprimento de sua política de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando acompanhar o nível de exposição a risco.

A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelo Cotista.

## 7. INFORMAÇÕES SOBRE OS CEDENTES

---

## INFORMAÇÕES SOBRE OS CEDENTES

### A Sabemi

A Sabemi, na qualidade de Cedente, é empresa que compõe o Grupo Sabemi, um grupo familiar estabelecido há mais de 35 anos, especializado em oferecer soluções financeiras para pessoas físicas, sendo formado por empresas que operam nos segmentos de seguros, previdência complementar, tecnologia e financeiro.

Com quase quatro décadas de experiência no mercado, conta com mais de 500 funcionários e 600 pontos de distribuição, atuando principalmente na área de empréstimos consignados a servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Como uma das mais antigas empresas da organização, a Sabemi atua nos ramos de seguros de pessoas, nas categorias prestamista e acidentes pessoais e, ainda, de previdência complementar. Em 2007, registrou no mercado um fundo de investimento em direitos creditórios.

### Empresas do Grupo Sabemi



#### Sabemi Participações S/A

Grupo Sabemi é liderado pela Sabemi Participações S/A, empresa holding que detém o controle acionário das empresas a seguir:



#### Sabemi Seguradora S/A

- Opera com os produtos descritos na subseção “Produtos oferecidos pela Sabemi”, abaixo (página 109).



#### Sabemi Tec - Tecnologia em Operações Comerciais e no Desenvolvimento de Softwares e Sistemas Gerenciais Ltda.

- Processamento de dados;
- Desenvolvimento, programação e análise de sistemas gerenciais;
- Consultoria em informática e sistemas;
- Assistência na aplicação de softwares.



#### Sabemi Negócios - Intermediadora de Negócios Ltda.

#### Sabemi Promo - Promotora de Vendas Ltda.

Análise de cadastro, recepção e encaminhamento de propostas de contrato e de documentos, cobrança extrajudicial de dívidas, atendimento a clientes, processamento de dados, promoção de vendas, intermediação de negócios e atividades de correspondente.



#### Sabemi Previdência Privada

- Opera no ramo de previdência privada aberta;
- Opera com crédito consignado.

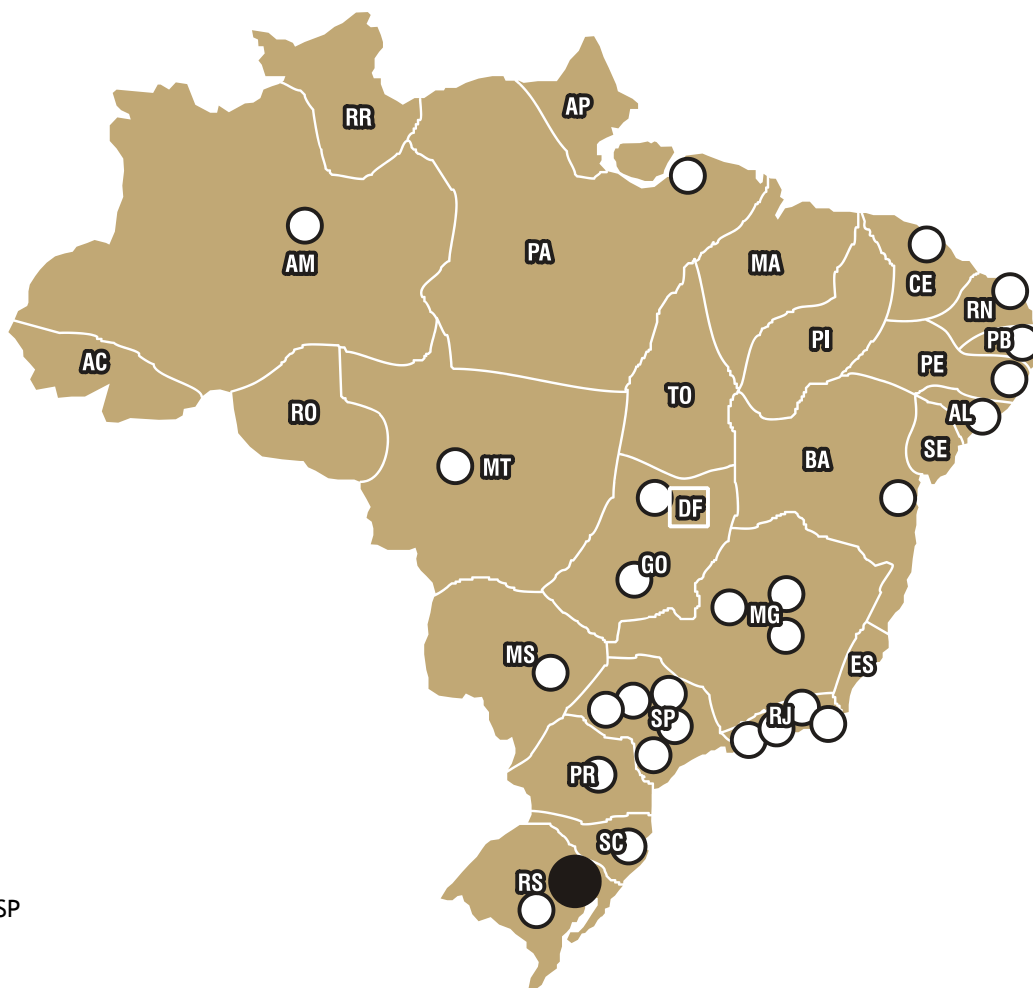
O Grupo Sabemi possui sede própria na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sendo que desde outubro de 2009 opera no prédio da antiga Bolsa de Mercadorias do Rio Grande do Sul, o qual foi totalmente reformulado para abrigar as empresas do Grupo. Possui filiais nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amazonas, Pará, e no Distrito Federal, conforme demonstra o quadro abaixo:

**Matriz:**

- Porto Alegre / RS

**Lojas Próprias:**

- Belém / PA
- Belo Horizonte / MG
- Brasília / DF
- Campinas / SP
- Campo Grande / MS
- Campo Grande / RJ
- Cuiabá / MT
- Curitiba / PR
- Duque de Caxias / RJ
- Florianópolis / SC
- Fortaleza / CE
- Goiânia / GO
- Guarulhos / SP
- João Pessoa / PB
- Maceió / AL
- Manaus / AM
- Natal / RN
- Niterói / RJ
- Nova Iguaçu / RJ
- Osasco / SP
- Porto Alegre / RS
- Recife / PE
- Rio de Janeiro / RJ
- Salvador / BA
- Santa Maria / RS
- São José dos Campos / SP
- São Paulo / SP



**Diretoria**

A Diretoria da Sabemi é composta pelo Sr. Antonio Tulio Lima Severo (Presidente), Sr. Alexandre Girardi (Diretor Administrativo Financeiro), Sr. Airto Luiz Zorzo (Diretor Comercial) e Sra. Eliana Schwingel Diederichsen (Diretora de Operações).

**Conselho de Administração**

O Conselho de Administração da Sabemi é composto pelo Sr. Antonio Tulio Lima Severo (Presidente), Sra. Maria Izabel Schneider Severo (Conselheira), Sr. Ruy Lopes Filho (Conselheiro), Sr. Nelson Barrizzelli (Conselheiro) e Sr. José Flávio Monteiro Lobato.

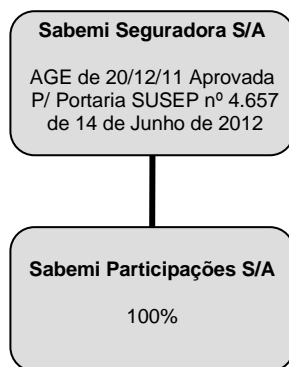
### *Auditoria*

A PWC atua desde 2007 para auditar as contas e demonstrações financeiras da Sabemi e da Sabemi Previdência Privada.

As atividades de auditoria interna, por sua vez, de acordo com o Artigo 3º, § 2º, da Circular da Superintendência de Seguros Privados nº 249, de 20 de fevereiro de 2004, devem fazer parte do sistema de controle das sociedades supervisionadas.

Assim, as empresas componentes do Grupo Sabemi contrataram, em 2006, a W&P Consultores Associados para atuar como auditora interna das sociedades, a qual permanece prestando serviços até a presente data. Atualmente, a auditoria interna é vista como um pilar da governança corporativa efetiva, exercendo o monitoramento do sistema de controles internos e sugerindo soluções para o aperfeiçoamento dos processos de negócio visando a eficiência operacional.

### *Composição acionária da Sabemi*



### *Análise dos indicadores econômicos e financeiros do Grupo Sabemi do exercício social de 2011*

A receita total operacional do Grupo Sabemi alcançou R\$ 115,1 milhões no exercício social de 2011, o que representa um crescimento de 24,8% sobre o ano de 2010. O resultado financeiro registrado neste período foi de R\$ 34 milhões. Na soma das duas receitas, o incremento foi de 33%.

O Grupo Sabemi registrou R\$ 20,6 milhões de lucro líquido no exercício social de 2011, o que representa 27,5% da receita líquida consolidada e um acréscimo de 26% em relação a 2010.

O desempenho do Grupo Sabemi pode ser demonstrado com a sequência de crescimento do lucro líquido, que atingiu 17% de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, superando os patamares dos anos anteriores. Da mesma forma, nos últimos cinco anos o patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 128,8 milhões, o que corresponde a um crescimento de 32,5%.

Os ativos totais do Grupo Sabemi somaram R\$ 246,5 milhões, apresentando um aumento de 16,8% em relação ao ano de 2010 e um crescimento acumulado de 93,7% nos últimos cinco anos. O saldo das aplicações financeiras obteve um acréscimo de 68,0% em relação ao período anterior, totalizando R\$ 159,4 milhões.

A esse respeito, segue abaixo o balanço do Grupo Sabemi, em milhões de reais, representativo dos anos de 2008 a 2011, o qual não foi auditado pela auditoria externa da Sabemi:

ATIVO	2008	2009	2010	2011
<b>CIRCULANTE</b>	<b>103.285</b>	<b>101.819</b>	<b>151.125</b>	<b>192.382</b>
DISPONÍVEL	2.512	5.207	5.448	1.904
APLICAÇÕES	76.824	70.344	94.947	159.464
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	2.790	3.911	4.938	5.215
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	21.158	22.357	45.792	25.799
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>72.168</b>	<b>72.446</b>	<b>59.995</b>	<b>54.200</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	46.429	49.260	36.319	23.746
INVESTIMENTOS	4.849	4.596	12.405	11.311
IMOBILIZADO	11.629	10.230	3.382	9.917
INTANGÍVEL	9.261	8.360	7.888	9.226
DIFERIDO	0	0	0	0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>175.453</b>	<b>174.265</b>	<b>211.120</b>	<b>246.582</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>41.120</b>	<b>46.669</b>	<b>78.010</b>	<b>95.536</b>
CONTAS A PAGAR	17.199	16.786	19.026	17.646
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	2.815	2.884	3.072	3.084
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	45	208	411	485
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	6.463	8.941	13.862	17.957
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS	12.867	15.702	37.890	52.166
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1.731	2.147	3.748	4.198
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.619</b>	<b>17.385</b>	<b>15.870</b>	<b>22.218</b>
CONTAS A PAGAR	144	81	10.790	15.645
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS	268	271	304	320
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1.019	1.042	1.210	1.561
OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	17.189	15.991	3.567	4.692
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>115.714</b>	<b>110.212</b>	<b>117.240</b>	<b>128.828</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA	97.118	94.002	100.958	111.706
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS NÃO CONTROLADORES	18.596	16.209	16.282	17.122
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>175.453</b>	<b>174.265</b>	<b>211.120</b>	<b>246.581</b>

Ainda, segue abaixo o demonstrativo do resultado dos exercícios do Grupo Sabemi, em milhões de reais, representativo dos anos de 2008 a 2011, o qual não foi auditado pela auditoria externa da Sabemi:

ATIVO	2008	2009	2010	2011
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>	<b>CONSOLIDADO</b>
OPERAÇÕES DE SEGUROS	19.696	24.198	32.734	34.020
<b>PRÊMIOS GANHOS</b>	<b>21.177</b>	<b>46.155</b>	<b>61.159</b>	<b>71.293</b>
SINISTROS RETIDOS	(1.481)	(21.958)	(28.425)	(37.273)
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	3.018	3.899	2.474	2.899
<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>4.003</b>	<b>5.011</b>	<b>5.495</b>	<b>5.589</b>
DESPESAS COM BENEFÍCIOS E RESGATES	(985)	(1.113)	(3.021)	(2.690)
RECEITA LÍQUIDA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	22.714	28.096	35.208	36.919
<b>OPERAÇÕES DE CORRESPONDENTE</b>	<b>68.075</b>	<b>20.091</b>	<b>25.569</b>	<b>38.252</b>
RECEITA LÍQUIDA TOTAL	90.790	48.187	60.777	75.171
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(23.738)	(4.991)	(5.810)	(14.985)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(51.799)	(42.811)	(37.830)	(49.072)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(10.245)	(4.740)	(6.919)	(7.595)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>15.837</b>	<b>18.497</b>	<b>13.315</b>	<b>34.122</b>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	667	(2.747)	(956)	(6.039)
RESULTADO PATRIMONIAL	(110)	(213)	338	115
RESULTADO OPERACIONAL	21.402	11.181	22.915	31.717
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	21.402	11.181	22.915	31.717
IMPOSTO DE RENDA	(3.165)	(1.597)	(1.895)	(2.544)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.489)	(2.801)	(4.245)	(6.061)
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	(1.082)	(143)	(480)	(2.474)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>15.666</b>	<b>6.639</b>	<b>16.296</b>	<b>20.638</b>



### *Produtos oferecidos pela Sabemi*

A expertise da Sabemi está focada em oferecer soluções financeiras a servidores públicos federais, estaduais e municipais dos órgãos da administração direta (civis e militares, autarquias e fundações), por meio dos seguintes produtos:

#### **Seguro de acidentes pessoais**

Garante o pagamento de uma indenização aos beneficiários do segurado, caso venha a ocorrer sua morte em decorrência de acidente coberto.

#### **Seguro prestamista**

Garante o pagamento do saldo devedor da dívida assumida junto à instituição financeira concedente dos recursos, em caso de morte por qualquer causa.

#### **Plano de previdência complementar**

Garante o pagamento de uma indenização através de um pecúlio por morte, aos beneficiários do cliente, em caso de seu falecimento.

#### **Assistência Financeira**

Empréstimos conferidos pela Sabemi a Segurados - titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram Contrato de Concessão de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros -, por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento.

#### **DPVAT**

Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. As situações indenizadas são morte ou invalidez permanente e, sob a forma de reembolso, as despesas médico-hospitalares.

Ainda com relação à Sabemi, listam-se abaixo algumas particularidades:

- Mais de 35 anos de experiência em operações com o setor público;
- Todos os contratos contam com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao Fundo em caso de morte do Segurado;
- Não há alavancagem financeira, ou seja, à Sabemi, por força da regulamentação a ela aplicável editada pela SUSEP, é vedada a utilização de instrumentos de captação de recursos junto a terceiros para financiar suas operações;
- Parcerias com bancos para *funding*;
- Célula de retenção de clientes, que, de forma pró-ativa, minimiza o risco de quitações antecipadas e transferência do crédito para outras instituições.
- Convênio para débito em conta com todos os bancos “pagadores de folha”. Em caso de uma eventual inadimplência, existe outra fonte de recuperação da inadimplência: débito em conta.

### *O Banco Cacique*

O Banco Cacique é integrante do Grupo Société Générale e controlado pelo Banco Société Générale Brasil S.A. Com sede na França, o Grupo Société Générale trabalha com um total de 156 mil funcionários e atende a mais de 27 milhões de clientes em todo o mundo. Na França, o Grupo Société Générale opera duas grandes redes complementares de distribuição, denominadas Société Générale e Crédit du Nord. Fora da França trabalha com dois segmentos: o banco de varejo, que está presente em 36 países, e a área de serviços financeiros especializados, que atua em 48. De acordo com os demonstrativos consolidados do Grupo Société Générale, em dezembro de 2011 seus ativos eram de 1.181,00 bilhões de Euros, o patrimônio líquido atingia 47 bilhões de Euros e o lucro líquido 2,4 bilhões de Euros. Segundo a Revista Fortune/2011, o Grupo Société Générale ocupava a 72ª posição entre as maiores empresas do mundo, com Receitas de US\$ 84 bilhões e lucro de US\$ 5,2 bilhões.

O Banco Cacique mantém seu foco principal de atuação junto ao varejo massificado, oferecendo, através de lojas próprias, crédito consignado em folha de pagamento para servidores públicos e beneficiários do INSS.

Organizado sob a forma de banco múltiplo, o Banco Cacique possui autorização para operar carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento e conduz suas operações em um conjunto de instituições que atua integrado no mercado financeiro, todas controladas, direta ou indiretamente, pelo conglomerado financeiro Société Générale Brasil.

### *Histórico do Banco Cacique*

<b>2007</b>	Adquirido pelo Grupo Société Générale.
<b>2005</b>	Expansão de negócios, com abertura de lojas e ênfase nos empréstimos consignados.
<b>1994</b>	Banco Cacique oferece alternativas de financiamento para compras de produtos.
<b>1989</b>	Cacique Financeira se transforma no Banco Cacique.
<b>1984</b>	Fundada a Cacique Financeira.

## 8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

---

## 8.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES

### 8.1.1. Administradora e Distribuidor das Cotas do Fundo - Concórdia

Com vinte e seis anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia possui escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro, e conta com profissionais especializados, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para seus investimentos.

Com atuação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, *commodities* e títulos públicos e privados, com experiência em operações de *hedge* e *swaps*.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos e exclusivos.

Desde 2003 a Concórdia dedica-se à prestação de serviços com foco em administração, gestão e distribuição de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, tendo atuado em operações envolvendo estruturas fiduciárias de securitização de recebíveis.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios sob administração da Concórdia são submetidos a processos de monitoramento de suas operações, garantindo conformidade com a legislação vigente e os mais altos padrões éticos e morais.

Atualmente, a Concórdia Corretora administra e/ou presta serviços de gestão de carteiras para 13 (treze) fundos de investimento, com um patrimônio líquido total de, aproximadamente, R\$2,0 bilhões.

### 8.1.2. Gestor - Polo Capital

#### 8.1.2.1 Introdução

A Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. é uma gestora de fundos de investimentos independente fundada em 2002, sendo autorizada pela CVM a administrar recursos de terceiros através do Ato Declaratório nº 7.162, de 19 de março de 2003.

O Gestor atualmente possui um patrimônio sob gestão de aproximadamente R\$ 2,75 bilhões.

O processo de investimento assim como a experiência e diversificação da equipe são uns dos principais diferenciais do Gestor.

Dentre as suas estratégias ilíquidas, o Gestor investe desde 2006 em crédito privado, a qual atualmente representa uma das principais áreas de negócios do Gestor, contando com uma equipe dedicada para os processos de originação, estruturação, análise de crédito e gestão de ativos.

A atuação do Gestor na estratégia de Crédito Privado tem como objetivo aproveitar oportunidades do mercado de crédito de forma flexível onde seja possível selecionar diferentes modalidades e instrumentos de crédito,

principalmente dentro das classes de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Cédulas de Crédito Imobiliário, arbitragem de risco, debêntures, e *eurobonds*.

Com interesses alinhados ao investidor, o Gestor é sempre remunerado apenas pela taxa de performance e de administração. Desta forma, os ganhos oriundos dos instrumentos de crédito serão todos direcionados aos Fundos.

#### 8.1.2.2 Equipe de profissionais (Estratégia Crédito Privado)

Através da ampla experiência dos seus profissionais, o Gestor possui experiência em gestão de recursos, em controle de operações e na área comercial. A equipe de profissionais é composta atualmente por 42 colaboradores, distribuídos nas áreas de gestão, operacional e comercial. Segue abaixo uma descrição dos membros da equipe de gestão da Polo Capital:

- **Sr. Marcos Duarte:** Atua na área de gestão dos fundos da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e é responsável pelas decisões estratégicas da empresa desde dezembro de 2002. Iniciou sua carreira no Banco Icatu em 1992, onde trabalhou no departamento macroeconômico. Em 1994 transferiu-se para o Bankers Trust Company, sendo responsável pela gestão da carteira proprietária de renda variável e por produtos soberanos. Em 1997 foi para o Banco CSFB, onde foi responsável pela gestão da carteira de renda fixa no México e Argentina. Graduado em Engenharia de Produção pela UFRJ. Atualmente é Conselheiro Fiscal da Telemar Norte Leste e da Brasil Telecom, bem como é suplente do Conselho Fiscal da Trisul S.A.
- **Sr. Cláudio José Carvalho de Andrade:** Atua na área de gestão dos fundos da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. e é responsável pelas decisões estratégicas da empresa desde dezembro de 2002. Iniciou sua carreira no Banco de Investimento Garantia em 1993, sendo responsável de 1997 até 2002 pela gestão do portfólio de valor relativo da carteira proprietária de renda variável. Graduado em Administração de Empresas pela FGV-SP. Atualmente é suplente dos Conselhos Fiscais da Vivo e da AGRE S.A.
- **Sr. André Pines:** Responsável pela área de operações e administrativa da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. desde setembro de 2005. Iniciou sua carreira em 1992 na área de desenvolvimento de sistemas do Banco Cindam, assumindo posteriormente a área de processamento bancário. Em 1999 foi para o UBS Asset Management como COO da operação no Brasil. Em 2002 atuou como *controller* da Degussa Dental Brasil. Entre 2003 e 2005 foi o sócio na Fidúcia Asset Management, responsável pelas áreas de *compliance*, administrativa, IT, jurídica e processamento. Em 2005 transferiu-se para a Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. Graduado em Engenharia de Computação pela PUC-Rio com pós-graduação em administração pela FGV-Rio. Atualmente é suplente dos Conselhos Fiscais da TIM, Tecnisa S.A. e do Banco ABC.
- **Sr. Carlos Alves:** Atua na área de gestão da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. desde maio de 2003. É responsável pelos setores de eletricidade, papel e celulose, petróleo / petroquímico e transporte. Iniciou sua carreira em 2000 como analista do setor elétrico no Banco de Investimento UBS. Transferiu-se para Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. em 2003. Graduado em Engenharia de Produção pela PUC-Rio. Atualmente é suplente dos Conselhos Fiscais da EVEN, Telemar Norte Leste, Brasil Telecom, CSU Cardsystem e do Banco Panamericano.
- **Sr. Stephan de Sabrit:** Responsável pela originação e estruturação de ativos de crédito privado. Iniciou sua carreira em 1998 no Unibanco atuando como *trader* de títulos de renda fixa internacional. Em 2000 transferiu-se para Bulltlick Capital Markets atuando como diretor responsável do escritório no Brasil. Em 2006 trabalhou na Latour Capital

Group sendo responsável pela área de distribuição transferindo-se em 2007 para a Planner Corretora onde atuou como diretor responsável pela área de *Investment Banking*. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado.

- **Sr. Rogério Bimbi:** Responsável pela originação e gestão de créditos não performados. Atuou de 1998 a 2007 como gestor de crédito da divisão de consumer finance no Lloyds TSB / HSBC. Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- **Sr. Roberto Watanabe:** Responsável pela originação e estruturação de ativos de crédito privado. Atuou na área de empréstimos sindicalizados do Wachovia Securities em Nova Iorque, de 1998 a 2003. Foi analista-chefe para operações estruturadas da Moody's Investors Services no Brasil entre 2003 e 2006. Foi responsável pela área de Debt Capital Markets do Deutsche Bank Brasil, de 2006 a 2008, e pela área de Debt Capital Markets da Planner Corretora de 2008 a 2009. Graduado em Administração de empresas pela FGV-SP.
- **Sr. Wellington de Assis:** Responsável pela análise de crédito e estruturação dos ativos de crédito privado. Foi membro da equipe da área operacional do Gestor entre 2003 e 2006. Graduado em Engenharia de Telecomunicações pelo IME.
- **Sr. Raphael Galhardo:** Responsável pela análise de crédito e controle dos ativos de crédito privado desde 2009, tendo atuado na área operacional do Gestor de 2007 a 2009. Anteriormente, foi membro de equipe da área de operacional do Pactual Asset Management em 2007. Graduado em Engenharia Civil pela UFRJ.
- **Sr. Luiz Felipe Novaes:** atua na área jurídica da Emissora, tendo iniciado sua carreira em 2004 no escritório de advocacia Fernando Ximenes Advogados, e em 2006 na área jurídica do Banco BBM S.A. Bacharel em Direito pela PUC Rio.

#### 8.1.3. Custodiante - Santander

O Custodiante é controlado pelo Banco Santander S.A., com grupo sediado na Espanha. O Santander, em 2007, participou do consórcio que fechou um importante negócio na história da indústria bancária do mundo ao adquirir 96,95% das ações do banco holandês ABN AMRO, por € 71 bilhões.

Fundado em 1857, o grupo do Banco Santander S.A. possui atualmente US\$ 1,6 trilhão em ativos, administra quase US\$ 1,8 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 13.660 agências e está presente em 40 países. Em 2008, o Banco Santander S.A. foi considerado o melhor banco do mundo, e o melhor banco da América Latina, segundo a revista Euromoney - Awards of Excellence (prêmio de excelência), e, em 2009, foi considerado o melhor banco do mundo e o melhor banco da Europa Ocidental, segundo a revista The Banker. Atualmente, o Banco Santander S.A. desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal.

Em 2009, o Banco Santander S.A. registrou lucro líquido de mais de € 12,4 bilhões. A América Latina representa 36,0% dos resultados do Santander no mundo. Em 2009, a América Latina foi responsável por um lucro líquido de mais de € 3,2 bilhões.

Em 1957, o grupo do Banco Santander S.A. entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998

adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.), e em 2000 adquiriu o Banespa.

Com a compra do Banco Real, realizada em 24 de julho de 2007, e a posterior incorporação de suas ações em 29 de agosto de 2008, o Santander consolidou-se como o terceiro maior banco privado do País, e continuou a ocupar esta posição em 2009, pelo *ranking* por ativo total do Bacen. O Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do Produto Interno Bruto nacional.

O Santander possui uma participação de mercado expressiva nessas regiões. Em 2009, o Santander possuía uma carteira de mais de 10,2 milhões de contas correntes de clientes ativos, 3.593 pontos de venda e 18.094 caixas eletrônicos, encerrando o ano de 2009 com um total de ativos de R\$ 316,0 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 69,3 bilhões.

O Santander possui uma participação de 20% dos resultados do grupo do Banco Santander S.A. no mundo e de 56% no resultado da América Latina.

#### 8.1.4. Agência Classificadora de Risco - Standard & Poor's

Com escritórios em 23 países e uma história de quase 150 anos, a Standard & Poor's é conhecida por investidores do mundo todo como líder serviços de inteligência no mercado financeiro. Atualmente, a Standard & Poor's dedica seus esforços para fornecer informações que facilitem a tomada de decisões de investimento baseadas em inteligência de mercado, na forma de *ratings* de crédito, índices, pesquisas de investimento e avaliações e soluções de riscos.

De maneira mais notável, a Standard & Poor's é conhecida como fornecedora independente de *ratings* de crédito. Em 2008, publicou mais de um milhão de novos *ratings* e revisões de *ratings*, e avaliou um total de US\$ 32 trilhões de dólares em títulos de dívida em mercado. A Standard & Poor's também é conhecida por manter um dos índices de ações *large-cap* (ações de empresas de grande valor de mercado) mais acompanhados: o Standard & Poor's 500. Em 2007, o Standard & Poor's 500 celebrou o seu 50º aniversário. Adicionalmente, o Standard & Poor's Global 1200 cobre cerca de 30 mercados que constituem aproximadamente 70% da capitalização de mercado global. Atualmente, há mais de US\$ 1,5 trilhão em ativos de investimento diretamente atrelados aos índices da Standard & Poor's, enquanto US\$ 5 trilhões em ativos são referenciados aos índices da Standard & Poor's - mais do que todas as empresas fornecedoras de índices combinadas.

Além disso, a divisão de avaliação de ações da Standard & Poor's é uma das maiores provedoras independentes de informação de investimentos do mundo, oferecendo análises fundamentalistas que cobrem mais de 2.000 empresas. É, também, líder na oferta de análises e informações sobre fundos de investimento.

#### 8.1.5. Auditoria - PWC

PWC é um conjunto de firmas separadas e independentes que trabalham de forma integrada na prestação de serviços de assessoria tributária e empresarial e de auditoria. As firmas que compõem o grupo econômico estão presentes em 153 (cento e cinquenta e três) países e congregam mais de 154.000 (cento e cinquenta e quatro mil) colaboradores e sócios em todo o mundo.

A PWC está presente no Brasil desde 1915, quando inaugurou seu primeiro escritório no Rio de Janeiro, possuindo cerca de 4.000 (quatro mil) profissionais distribuídos em 16 (dezesesseis) escritórios em todas as regiões brasileiras.

A PWC presta serviços de auditoria, consultoria tributária e societária, consultoria de negócios, com foco em segmentos econômicos específicos, em quatro áreas:

- Sustentabilidade empresarial;
- Gestão de riscos corporativos;
- Reestruturações organizacionais, fusões, aquisições e recuperação de empresas;
- Melhoria de processos e de desempenho, incluindo terceirização de funções contábeis e fiscais, entre outras.

## 8.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES

### 8.2.1. Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante

Além dos serviços que a Administradora e o Custodiante prestam ao Fundo, até a data deste Prospecto não existe qualquer outro relacionamento entre a Administradora e o Custodiante.

### 8.2.2. Relacionamento entre a Administradora e a Agência Classificadora de Risco

Além dos serviços que a Administradora e o Custodiante prestam ao Fundo, na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 4 (quatro) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios para os quais a Agência Classificadora de Risco presta os serviços de classificação de risco de cotas. Para cada fundo de investimento, a Agência Classificadora de Risco realiza uma proposta individualizada para a prestação dos serviços.

### 8.2.3. Relacionamento entre a Administradora e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, a Administradora atualmente não mantém relacionamento com os Auditores Independentes, sendo certo, entretanto, que os Auditores Independentes poderão ser contratados no futuro para a prestação dos serviços de auditoria independente das contas de fundos de investimento administrados pela Administradora.

### 8.2.4. Relacionamento entre o Custodiante e a Agência Classificadora de Risco

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, o Custodiante atualmente mantém relacionamento com a Agência Classificadora de Risco, tendo em vista que a Agência Classificadora de Risco presta serviços de classificação de risco a outros fundos de investimento administrados ou cujos ativos são custodiados pelo Custodiante.

### 8.2.5. Relacionamento entre o Custodiante e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, o Custodiante atualmente mantém relacionamento com os Auditores Independentes, tendo em vista que os Auditores Independentes prestam serviços de auditoria independente das contas de outros fundos de investimento administrados ou cujos ativos são custodiados pelo Custodiante.



#### 8.2.6. Relacionamento entre o Gestor e a Administradora

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, o Gestor atualmente não mantém relacionamento com a Administradora, sendo certo, entretanto, que o Gestor poderá ser contratado no futuro para a prestação dos serviços de gestão de carteiras de fundos de investimento administrados pela Administradora.

#### 8.2.7. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor contrataram o Custodiante para prestar os serviços de escrituração, custódia e controladoria.

Adicionalmente, alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor são administrados pela CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.318.407/0001-19, e têm cotas distribuídas pela ABN AMRO Real Corretora de Cambio e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.014.223/0001-49, ambas entidades relacionadas ao Custodiante.

Alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor investem em emissões de renda fixa e variável do Santander, sendo certo que os investimentos em renda variável não caracterizam o controle do Santander por parte destes fundos de investimento.

#### 8.2.8. Relacionamento entre o Gestor e a Agência Classificadora de Risco

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, o Gestor atualmente não mantém relacionamento com a Agência Classificadora de Risco, sendo certo, entretanto, que a Agência Classificadora de Risco poderá ser contratada no futuro para a prestação de classificação de risco de outros fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor.

Entre 2006 e 2009, a Standard & Poor's prestou serviços de classificação de risco do Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado, fundo de investimento cuja carteira é gerida pelo Gestor.

#### 8.2.9. Relacionamento entre o Gestor e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, alguns dos fundos de investimento cujas carteiras são geridas pelo Gestor contrataram os Auditores Independentes para auditarem as respectivas contas.

#### 8.2.10. Relacionamento entre a Agência Classificadora de Risco e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e à oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da Primeira e da Segunda Séries, a Agência Classificadora de Risco atualmente mantém relacionamento com os Auditores Independentes, tendo em vista que os Auditores Independentes prestam serviços de auditoria independente das contas de outros fundos de investimento cuja classificação de risco é avaliada pela Agência Classificadora de Risco.

Não há nenhuma outra relação comercial relevante entre os participantes do Fundo que poderia de alguma forma resultar em um conflito de interesses entre os participantes. Reforçamos que as partes possuem completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

### 8.3. CONFLITOS DE INTERESSE

De uma forma geral, os Fatores de Risco apresentados neste Prospecto (páginas 92 a 98) descrevem os possíveis conflitos de interesses resultantes do relacionamento entre as partes na prestação dos serviços para o Fundo. Neste sentido, foram celebrados contratos, descritos neste Prospecto (página 118), para regular o relacionamento entre os participantes.

A Sabemi atuará como Cedente, agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas.

Não obstante, tendo em vista que a totalidade das Cotas Subordinadas Ordinárias será adquirida pela Sabemi, esta é, portanto, parte interessada no correto funcionamento do Fundo.

Não existem conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

### 8.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destaca-se abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo Fundo.

#### 8.4.1. Contrato de Cessão e Termo de Cessão

São os instrumentos celebrados entre o Fundo, por meio da Administradora, e os Cedentes, com a interveniência do Custodiante, para a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis. A aquisição ou a cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito, sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

O “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Coobrigação e Outras Avenças”, assinado pelo Fundo e pela Sabemi, com a interveniência do Custodiante, foi celebrado em 11 de maio de 2011. O “Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Coobrigação e Outras Avenças”, assinado pelo Fundo e pelo Banco Cacique, com a interveniência do Custodiante, é celebrado à época de cada cessão ao Fundo de Direitos de Crédito representados por CCB, tendo sido firmado em duas ocasiões: 31 de julho de 2012 e 27 de agosto de 2012.

Os Termos de Cessão são documentos próprios elaborados na Data de Aquisição e Pagamento pela Administradora,

relacionando os Direitos de Crédito objeto da cessão pela Sabemi ao Fundo, na forma do modelo constante do Anexo I ao Contrato de Cessão celebrado entre o Fundo e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante.

Não será firmado termo de cessão no âmbito das operações de cessão de Direitos de Crédito realizadas entre o Fundo e o Banco Cacique, representando o Contrato de Cessão celebrado entre as partes o documento comprobatório da realização das mencionadas operações, inclusive para fins regulatórios.

#### 8.4.2. Contrato de Cobrança e Depósito

O Contrato de Cobrança e Depósito, celebrado em 11 de maio de 2011 entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, tem por objeto a prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis passíveis de cobrança de titularidade do Fundo, sejam estes representados por Contratos de Concessão de Assistência Financeira ou por CCB decorrentes de operações de mútuo realizadas entre o Banco Cacique e um Segurado, bem como guarda, manutenção, armazenamento, organização e custódia de todos os Documentos Representativos de Crédito, observados os procedimentos e os critérios definidos no referido contrato.

#### 8.4.3. Contrato de Custódia

Contrato celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Custodiante, com a interveniência da Administradora e do Gestor, em 4 de maio de 2011, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos direitos de crédito e ativos financeiros integrantes da Carteira, bem como sua supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do Fundo.

#### 8.4.4. Contrato de Gestão

Contrato celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Gestor, o qual tem por objeto a delegação ao Gestor dos poderes de gestão da Carteira, em 10 de maio de 2011, de modo que possa, ora em diante, intervir na constituição da sua Carteira, com observância às restrições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e segundo a política de investimento estabelecidas no Regulamento.

#### 8.4.5. Contrato de Concessão de Assistência Financeira

O contrato de concessão de assistência financeira concedida pela Sabemi aos Segurados - titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada, que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros -, consistente de empréstimo conferido pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, dando origem aos Direitos de Crédito.

#### 8.4.6. Convênio Sabemi

O convênio celebrado entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada em 02 de março de 2010, por meio do qual a Sabemi autoriza a Sabemi Previdência Privada a proceder em sua própria rubrica de consignação junto aos Entes

Públicos Conveniados para desconto em folha de pagamento, descontos de parcelas de Assistência Financeira concedidas, e a receber os respectivos valores.

## 9. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

---

### Identificação dos prestadores de serviços do Fundo

Administradora do Fundo e distribuidora das Cotas:	<p>CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar Centro, São Paulo - SP CEP 01009-905 CNPJ/MF: 52.904.364/0001-08 Telefone: (11) 3292-1407 Fax: (11) 3241-3831 At.: Sr. Luis Locaspi E-mail: locaspi@concordia.com.br Website: www.concordia.com.br</p> <p>A Administradora é a responsável pelas atividades de administração do Fundo e, na qualidade de Distribuidor, pela distribuição pública das Cotas Seniores da Terceira Série. Para maiores informações sobre a Administradora, vide o item 2.6.1. deste Prospecto (página 42).</p>
Gestor:	<p>POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA. Avenida Ataúlfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010 Leblon, Rio de Janeiro - RJ CEP 22440-033 CNPJ/MF: 05.451.668/0001-79 Telefone: (21) 3205-9800 Fax: (21) 3205-9899 At.: Sr. Stephan Renaux Chamagne de Sabrit E-mail: operacional@polocapital.com stephan.sabrit@polocapital.com Website: www.polocapital.com</p> <p>O Gestor é o responsável pela gestão da Carteira, de acordo com a política de investimento do Fundo prevista no Regulamento e neste Prospecto, sendo que, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do Fundo. Para maiores informações sobre o Gestor, vide o item 2.6.2. deste Prospecto (página 45).</p>
Custódia qualificada e escrituração:	<p>BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235, Bloco A Vila Olímpia, São Paulo - SP CEP 04543-011 CNPJ/MF: 90.400.888/0001-42 Telefone: (11) 3012-5775 Fax: (11) 5538-6937 At.: Sr. Danilo C. Barbieri</p>

	<p><i>E-mail:</i> dbarbieri@santander.com.br  <i>Website:</i> www.santanderoper.com.br</p> <p>O Custodiante sera o responsável pelas atividades de custódia e controladoria do Fundo prevista no Artigo 38 da Instrução CVM 356, além da escrituração das Cotas. Para maiores informações sobre o Custodiante, vide o item 2.8.1. deste Prospecto (página 47).</p>
Agência Classificadora de Risco:	<p>STANDARD &amp; POOR'S  Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182  CEP 05426-100  CNPJ/MF: 02.295.585/0001-40  Telefone: (11) 3039-9704  Fax: (11) 3039-9705  At.: Sr. João Carlos Scuracchio  <i>E-mail:</i> joao_scuracchio@standardandpoors.com  <i>Website:</i> www.standardandpoors.com.br</p> <p>A Agência Classificadora de Risco é a responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais, realizando, trimestralmente, no mínimo, a atualização de tal classificação de risco. Para maiores informações sobre a Agência Classificadora de Risco, vide o item 2.8.2. deste Prospecto (página 48).</p>
Assessoria jurídica	<p>FREITASLEITE ADVOGADOS  Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, 9º Andar  Vila Olímpia, São Paulo - SP  CEP 04547-006  CNPJ/MF: 61.197.240/0001-12  Telefone: (11) 3728-8100  Fax: (11) 3728-8101  At.: Dr. Cristiano da Cruz Leite  <i>E-mail:</i> cristiano@fladv.com.br  <i>Website:</i> www.fladv.com.br</p> <p>Os assessores jurídicos foram contratados para prestar ao Fundo os serviços de assessoria jurídica no âmbito da emissão da Terceira Série e da realização da Oferta.</p>
Auditoria:	<p>PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES  Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino  Água Branca, São Paulo - SP  CEP 05001-100  CNPJ/MF: 61.562.112/0001-20  Telefone: (11) 3674-3335  Fax: (11) 3674-2055  At.: Sr. Carlos Eduardo Sá da Matta  <i>E-mail:</i> carlos.matta@br.pwc.com  <i>Website:</i> www.pwc.com.br</p> <p>Os Auditores Independentes são os responsáveis pela revisão das</p>

demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da Administradora.

\* \* \*



#### 10. DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DO DISTRIBUIDOR

---

*Declaração nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400:*

A Administradora declara que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, bem como do objetivo, política de investimento do Fundo e composição da Carteira, dos riscos inerentes aos investimentos no Fundo pelos investidores e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo Sr. Ricardo Augusto Leão Martins.

A Administradora, na qualidade de Distribuidor, declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Administradora por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da Carteira, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo Sr. Antonio Joel Rosa.

\* \* \*

## ANEXOS

---

- ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO
- ANEXO II - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO III - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO IV - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO V - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
- ANEXO VI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO
- ANEXO VII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS
- ANEXO VIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO IX - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO X - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2012, POR MEIO DA QUAL FOI ALTERADO O REGULAMENTO
- ANEXO XI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA TERCEIRA SÉRIE DE COTAS
- ANEXO XII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SÉTIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO XIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA 3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO XIV - REGULAMENTO DO FUNDO
- ANEXO XV - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO
- ANEXO XVI - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA
- ANEXO XVII - RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA TERCEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES, ELABORADO PELA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO
- ANEXO XVIII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009
- ANEXO XIX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010
- ANEXO XX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011
- ANEXO XXI - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO FUNDO
- ANEXO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011

ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

---

01

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

27 ABR 2003 003409779

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

CNPJ/MF nº 52.904.364/0001-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**

1. Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários ("**Administrador**"), resolve:
- i Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 356/01**"), em regime de condomínio fechado, que será denominado **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I** ("**Fundo**");
  - ii Aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("**Regulamento**");
  - iii Nomear como Diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo o Sr. Ricardo Augusto Leão Martins, brasileiro, separado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 03.640.583-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 667.161.447-49, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Av. Rio Branco, nº 110, 32º andar, Centro, CEP 20040-001;
  - iv Assumir as funções de administrador do Fundo, bem como de responsável pela distribuição das cotas do Fundo;
  - v Deliberar sobre a contratação das seguintes instituições: (i) **POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010, Leblon, CEP 22440-033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003, para assumir a função de gestor da carteira do Fundo ("**Gestor**"); (ii) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, para a prestação dos serviços de custódia qualificada, escrituração, controladoria e liquidação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros (conforme definidos no Regulamento) integrantes da carteira do

000 12

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS-SP  
MICROEMPRESA

27 ABR 2009 003409779

Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01; (iii) **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e (iv) **STANDARD & POOR'S RATING SERVICES (MCGRAW-HILL INTERAMERICANA DO BRASIL LTDA.)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, para ser responsável pela classificação de risco das cotas seniores e cotas subordinadas preferenciais de emissão do Fundo;

- vi Deliberar sobre a distribuição pública de cotas da primeira série do Fundo, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 400/03**"), totalizando o montante de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), composta por 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, de valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
- vii A totalidade das Cotas Subordinadas Ordinárias do Fundo, a ser emitida em lote único e indivisível, será subscrita e integralizada única e exclusivamente pela Sabemi Seguradora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38.
- viii A oferta pública de distribuição das Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo será realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
- ix A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 22.750 (vinte e duas mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, consequentemente 12.250 (doze mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.000 (sete mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo 3º do artigo 33 do Regulamento.
- x As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("**CETIP**"). Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais emitidas pelo Fundo serão registradas para negociação no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Cotas do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da oferta pública de distribuição das cotas do Fundo respectivo e no boletim de subscrição das cotas do Fundo, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no Artigo 20, Parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 356/01 ("**Prazo de Distribuição**"). A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica



27 ABR 003409779

disponível. O valor mínimo inicial de aplicação por investidor é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo valores mínimos para a aplicação subsequente no Fundo, nem valor máximo de aplicação no Fundo; e.

- xi Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM nº 356/01 e pela Instrução CVM nº 400/03, para a obtenção do registro automático para funcionamento do Fundo e da distribuição pública das cotas seniores emitidas pelo Fundo.
- 2. Estando, assim, deliberado o presente instrumento de constituição, vai o presente assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 27 de abril de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: **José Roberto Mattias**  
Cargo: **Procurador**

Por: **Luis Loosani**  
Cargo: **Procurador**

Antonio J. Almeida  
Substituto

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP

Estado	R\$ 7.052,99	Protocolado e prenotado sob o n. 3.409.781 em
Ipesp	R\$ 2.004,54	27/04/2011 e registrado, hoje, em microfilme
R. Civil	R\$ 1.484,84	sob o n. 3.409.779, em títulos e documentos.
T. Justiça	R\$ 371,21	São Paulo, 27 de abril de 2011
<b>Total</b>	<b>R\$ 11.284,79</b>	

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

3

TP Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

27 ABR 2000 003409779

ANEXO  
REGISTRADO

REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I





ANEXO II - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

03. 01. 8

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),

**RESOLVE:**

a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 03 de maio de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargos: **José Roberto Matias**  
**Procurador**

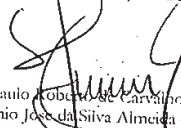
Por:   
Cargos: **Lúcio Lucaspi**  
**Procurador**

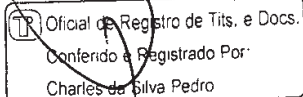
REGISTRADO  
LMAI 0003410647  
PORTAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 250,96 Protocolado e prenotado sob o n. 3.410.449 em  
Estado R\$ 71,48 04/05/2011 e registrado, hoje, em microfilme  
Ipesp R\$ 52,86 sob o n. 3.410.447, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 13,38 Averbado à margem do registro n. 3405779  
T. Justiça R\$ 13,38 São Paulo, 04 de maio de 2011

Total R\$ 402,06  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

  
Paulo Roberto de Carvalho Régio - Oficial  
Antonio José da Silva Almeida - Substituto

  
Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

12

OFICIAL DE REGISTRO E TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
MORALIM DO SUL

ANEXO I

- LMAI 003410447

REGISTRADO

**REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**



ANEXO III - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

---



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 (“Administradora” e “Fundo”, respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo (“Regulamento”),

**RESOLVE:**

a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 09 de maio de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: **Ricardo Gattal**  
Cargo: **Diretor**

Por: **Lúcia Locaspi**  
Cargo: **Procurador**

**Antonio J. S. Almeida**  
Substituto

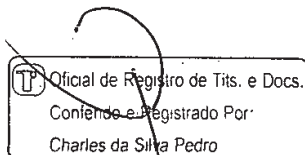


Estado de São Paulo  
R. Civil  
T. Justiça

Total R\$ 407,46  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25.  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 254,33 Protocolado e prenotado sob o n. **3.410.947** em  
R\$ 72,44 **09/05/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 53,57 sob o n. **3.410.945**, em títulos e documentos.  
R\$ 13,56 Averbado à margem do registro n. **3409779**  
R\$ 13,56 São Paulo, 09 de maio de 2011

**Paulo Roberto de Carvalho Régio** - Oficial  
**Antonio Jose da Silva Almeida** - Oficial Substituto



02

ANEXO I



REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

ANEXO IV - INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),

RESOLVE:

a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 13 de maio de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:  
Cargo:

*Ricardo Gattai*  
Diretor

Por:  
Cargo:

*Luis Loosapi*  
Procurador

*Antonio J. S. Almeida*  
Substituto



Emol.  
Estado  
Ipsesp  
R. Civil  
T. Justiça

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 240,84 Protocolado e prenotado sob o n. **3.411.441** em  
R\$ 68,60 **13/05/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 50,73 sob o n. **3.411.439**, em títulos e documentos.  
R\$ 12,85 Averbado à margem do registro n.  
R\$ 12,85 **3409779/27/04/2011**

São Paulo, 13 de maio de 2011

Total R\$ 385,87

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

*Paulo Roberto de Carvalho Régio* - Oficial  
*Antonio Jose da Silva Almeida* - Oficial Substituto

Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

13MAY2011 003411439

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - SP



ANEXO I

1ª OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS/SP  
MARCIAL M. DOS SANTOS

13 MAI 2000 3411439

REGISTRADO

REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

ANEXO V - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

---

22 JUN 2011 003415270

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo ("Regulamento"),

**RESOLVE:**

- a) aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 21 de junho de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **Procurador**

Por:   
Cargo: **Procurador**



Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 250,57 Protocolado e prenotado sob o n. **3.415.272** em  
R\$ 71,37 **22/06/2011** e registrado hoje, em microfilme  
R\$ 52,78 sob o n. **3.415.270**, em títulos e documentos.  
R\$ 13,36 Averbado à margem do registro n.  
R\$ 13,36 **3409779/27/04/2011**  
São Paulo, 22 de junho de 2011

Total R\$ 401,44

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Régio - Oficial  
Antonio José da Silva Almeida - Oficial Substituto

**Antonio J. S. Almeida**  
**Substituto**

1  
1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
Contendo e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

ANEXO VI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

---

00 01

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP  
11/03/2011 10:00:00

-1 JUN 003413244

CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
CNPJ/MF nº 52.904.364/0001-08 REGISTRADO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

CONSIDERANDO QUE até a presente data não ocorreu qualquer subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca da contratação de prestadores de serviços ao Fundo,

RESOLVE:

a) retificar o item "v" do Instrumento Particular de Constituição do Fundo, datado de 27 de abril de 2011, o qual se encontra registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 003409779, de 27 de abril de 2011 ("Instrumento de Constituição"), de modo a substituir a KPMG Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, pela **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 9º, 10º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares, Torre Torino, Água Branca, CEP 05001-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, na qualidade de responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, de modo a que o referido item tenha a seguinte redação:

- v *Deliberar sobre a contratação das seguintes instituições: (i) **POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, salas 1001 a 1010, Leblon, CEP 22440-033, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003, para assumir a função de gestor da carteira do Fundo ("Gestor");*



006-02

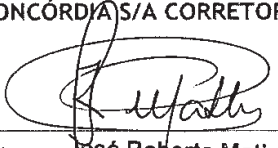
(ii) **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, para a prestação dos serviços de custódia qualificada, escrituração, controladoria e liquidação dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros (conforme definidos no Regulamento) integrantes da carteira do Fundo, de forma a cumprir com o Artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01; (iii) **PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e (iv) **STANDARD & POOR'S RATING SERVICES (MCGRAW-HILL INTERAMERICANA DO BRASIL LTDA.)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, para ser responsável pela classificação de risco das cotas seniores e cotas subordinadas preferenciais de emissão do Fundo;

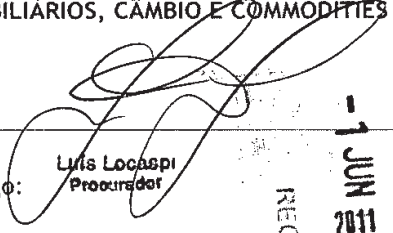
b) ratificar, de modo que restem inalterados e convalidados, os demais termos e condições do Instrumento de Constituição, restando certo que o respectivo Anexo I mantém a redação que lhe foi dada pelo Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo, conforme aprovado pela Administradora em 13 de maio de 2011, tendo sido registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 003411439, em 13 de maio de 2011.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 31 de maio de 2011.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **Procurador**

Por:   
Cargo: **Procurador**

**Antonio J. S. Almeida**  
Substituto

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP

R\$ 24,77 Protocolado e prenotado sob o n. **3.413.246** em  
R\$ 7,05 **01/06/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 5,21 sob o n. **3.413.244**, em títulos e documentos.  
R\$ 1,31 Averbado à margem do registro n.  
R\$ 1,31 **3409779/27/04/2011**  
São Paulo, 01 de junho de 2011

Total R\$ 39,65

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Rego - Oficial  
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

REGISTRADO

-1 JUN 2011 003413244

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1º Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Confirmando e Registrado Por:  
Charles da Silva Pedro

ANEXO VII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS  
SENIORES E DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS

---

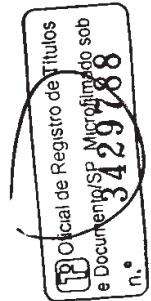
2      1

1

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE  
EMIÇÃO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE  
EMIÇÃO DE COTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS DO**

**POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("**Administradora**" e "**Fundo**", respectivamente),



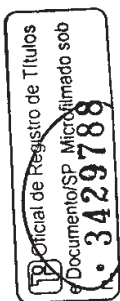
**CONSIDERANDO** que, nos termos do Artigo 33 do regulamento do Fundo, devidamente aprovado em 21 de junho de 2011, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 22 de junho de 2011, sob nº 003415270 ("Regulamento"), a Administradora pode, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, independentemente de aprovação dos cotistas do Fundo, emitir novas cotas do Fundo, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 356/01**"), e os limites estipulados no Regulamento;

**CONSIDERANDO** que a Administradora deseja realizar a oferta pública de distribuição das cotas seniores da 2ª série do Fundo ("**Cotas Seniores**"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 400/03**"), totalizando o montante de até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) novas Cotas Seniores, no valor de R\$ 1.000 (um mil reais) cada uma, perfazendo o total da referida oferta o valor de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais), cujas demais características encontram-se descritas na minuta do Suplemento nº 02 ao Regulamento ("**Suplemento**"), o qual segue anexo ao Regulamento aprovado pelo presente instrumento, nos termos do Anexo I abaixo;

1



**RESOLVE** a Administradora retificar e ratificar o Regulamento, nos termos a seguir explicitados, inclusive para nele acrescentar o Suplemento, a fim de promover a devida emissão dos referidos valores mobiliários:



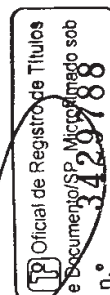
1) Fica aprovada a oferta pública de distribuição de Cotas Seniores da 2ª série do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais), composta por até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, de valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos do Suplemento anexo ao presente instrumento e que passa a ser parte integrante do Regulamento;

2) Em virtude do disposto no item 1) acima e em atendimento à Razão de Garantia estabelecida no Artigo 45 do Regulamento, serão emitidas pelo Fundo, outrossim, (i) até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) cotas subordinadas preferenciais ("**Cotas Subordinadas Preferenciais**"), e (ii) até 15.400 (quinze mil e quatrocentas) cotas subordinadas ordinárias ("**Cotas Subordinadas Ordinárias**" e, em conjunto com as Cotas Subordinadas Preferenciais, as "**Cotas Subordinadas**"). As Cotas Subordinadas Preferenciais terão valor inicial de R\$ 1.068,94 (um mil e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), conforme o respectivo valor unitário verificado em 22 de novembro de 2011. O valor das Cotas Subordinadas Preferenciais será atualizado, devendo ser utilizado, para fins de emissão, o valor de abertura da Cota Subordinada Preferencial em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor;

3) Considerando que (i) em atendimento ao Parágrafo 2º do Artigo 28 do Regulamento, a primeira oferta pública de distribuição de Cotas Subordinadas Preferenciais foi realizada mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 476/09**"), tendo sido encerrada em 07 de outubro de 2011, (ii) o Artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09 determina que, a menos que registrada na CVM, uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários realizada mediante esforços restritos de colocação não pode ser sucedida por outra oferta pública de distribuição realizada sob o mesmo regime antes de decorridos 4 (quatro) meses da data do encerramento da primeira oferta ("**Período de Lock-Up**"), e (iii) haja vista o descrito no item (i) acima, o Período de *Lock-Up* não fora finalizado até a presente data, a nova oferta pública de distribuição de Cotas Subordinadas Preferenciais será realizada nos termos da Instrução CVM nº 400/03, sendo, portanto, registrada na CVM.

4) As Cotas Subordinadas Ordinárias serão distribuídas publicamente em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM nº 400/03, e destinadas única e exclusivamente à Sabemi Seguradora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38.

5) A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 2ª série do Fundo e, considerando a Razão de Garantia, 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 2ª série do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 3º do Artigo 33 do Regulamento.



6) As Cotas Seniores da 2ª Série e as Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”). Ainda, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais serão registradas para negociação no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. As cotas do Fundo deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da oferta pública de distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais e no respectivo boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no Artigo 20, Parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 356/01. A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível. Será admitida a integralização total ou parcial, bem como a amortização e/ou o resgate de Cotas Subordinadas Ordinárias em direitos de crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. O valor mínimo inicial de aplicação por investidor é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo valores mínimos para a aplicação subsequente no Fundo, nem valor máximo de aplicação no Fundo.

5) Adicionalmente, retifica-se a definição de “Data de Verificação”, constante do item 30 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento, a fim de que esta fique em consonância com o Artigo 9º, Parágrafo 1º, inciso IX, do Regulamento, de modo a que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte nova redação:

30. Data de Verificação: o último Dia Útil de cada mês;

6) Ratificar e consolidar todas as demais cláusulas e condições do Regulamento, ora aprovado e promulgado, conforme documento anexo, que incorpora o teor do presente instrumento e o Suplemento referente à 2ª série de Cotas Seniores.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 29 de novembro de 2011.

**José Roberto Matias**  
Procurador

**Ricardo Gattai**  
Diretor

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE  
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
ADMINISTRADORA DO FUNDO**

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

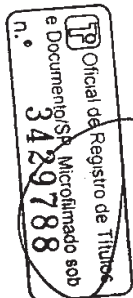
Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome: **Caroline da Silva**  
RG: RG: 35.005.882-9 - SSP/SP  
CPF: 386.217.238-40

2. \_\_\_\_\_

Nome: **Daniel Franco**  
RG: RG: 38.449.542-6 SSP/SP  
CPF: 277.180.548-02



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 5.703,84 Protocolado e prenotado sob o n. **3.430.375** em  
Estado R\$ 1.621,10 **30/11/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
Ipsesp R\$ 1.200,81 sob o n. **3.429.788**, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 300,21 Averbado à margem do registro n.  
T. Justiça R\$ 300,21 **3409779/27/04/2011**  
São Paulo, 30 de novembro de 2011  
Total R\$ 9.126,17  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

**Paulo Roberto de Carvalho Rêgo** - Oficial  
**Antonio Jose da Silva Almeida** - Oficial Substituto

**Antonio J. S. Almeida**  
Substituto

**TP** Oficial de Registro de Tít. e Docs.

Conferido por:

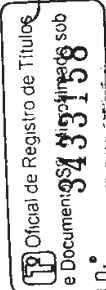
☐ Charles S. Pedro

ANEXO VIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

01

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), haja vista a necessidade do atendimento às exigências formuladas pela CVM nos termos (i) do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 1271, de 15 de dezembro de 2011, e (ii) do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 1280, de 20 de dezembro de 2011, a Administradora, diante da permissão conferida pelo Artigo 46, Parágrafo Único, do regulamento do Fundo ("Regulamento"), bem como pelo Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, RESOLVE aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.



Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 10 de janeiro de 2012

**José Roberto Matias**  
Procurador

**Luís Locaspi**  
Procurador

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: **Caroline da Silva**  
Cargo: RG: 35.005.882-9 - SSP/SP  
CPF: 386.217.238-40

Por: **Adalberto Camilo Monteiro**  
Cargo: CPF: 089.458.348-42  
RG: 17.457.030-2 SSP/SP



Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça

Total

Sólos e taxas  
Recolhidos  
à verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 13.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 272,21 Protocolado e prenotado sob o n. 3.434.016 em  
R\$ 77,26 10/01/2012 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 57,36 sob o n. 3.433.158, em títulos e documentos.  
R\$ 14,51 Averbado à margem do registro n. 3409779  
R\$ 14,51 em 27/04/2011  
São Paulo, 10 de janeiro de 2012

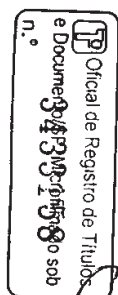
Paulo Roberto de Carvalho Régio - Oficial  
Danilo de Moraes Oliveira - Oficial Substituto

**DANILLO DE MORAES OLIVEIRA**  
Substituto

02

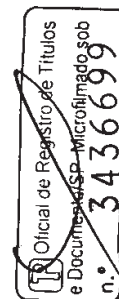
## ANEXO I

### REGULAMENTO DO POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I



ANEXO IX - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**



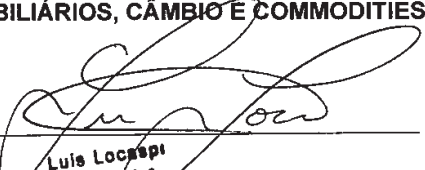
Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("**Administradora**" e "**Fundo**", respectivamente), haja vista a necessidade do atendimento às exigências formuladas pela CVM nos termos do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 050, de 1º de fevereiro de 2012, a Administradora, diante da permissão conferida pelo Artigo 46, Parágrafo Único, do regulamento do Fundo ("**Regulamento**"), bem como pelo Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, RESOLVE aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento assinado.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **José Roberto Matias  
Procurador**

Por:   
Cargo: **Luis Locaspi  
Procurador**



Emol.  
Estado  
Ipsesp  
R. Civil  
T. Justiça

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01015-000 - São Paulo/SP  
R\$ 268,65  
R\$ 76,25  
R\$ 56,61  
R\$ 14,32  
R\$ 14,32  
Protocolado e prenotado sob o n. **3.437.781** em  
**14/02/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **3.436.699**, em títulos e documentos.  
Averbado à margem do registro n. **3409779**  
em **27/04/2011**

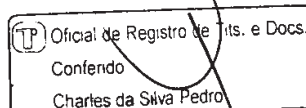
São Paulo, 14 de fevereiro de 2012

Total R\$ 430,15

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Rego - Oficial  
Danilo de Moraes Oliveira - Oficial Substituto

**OSEIAS FERREIRA NOBRE FILHO**  
Substituto



1



ANEXO X - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2012, POR MEIO  
DA QUAL FOI ALTERADO O REGULAMENTO

---



01

**POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS**  
**REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2012**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 23 dias do mês de julho de 2012, às 10H00, na sede da **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, na qualidade de instituição administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente).
2. **PRESENÇA:** Cotistas do Fundo ("Cotistas") representando 71,42% (setenta e um vírgula quarenta e dois por cento) da totalidade das cotas seniores do Fundo ("Cotas"), 100% (cem por cento das cotas subordinadas) conforme assinaturas apostas no Anexo I à presente ata, e a Administradora.
3. **CONVOCAÇÃO:** Realizada mediante publicação de anúncio no DCI – Comércio, Indústria e Serviços em 13 de julho de 2012, nos termos do Artigo 48 do regulamento do Fundo ("Regulamento"), bem como do Artigo 28 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
4. **MESA:** Presidente: Sr. José Roberto Matias Secretária: Sra. Maria Adelaide C. G. de Aquino
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:
  - A) o exame e aprovação das demonstrações contábeis do Fundo relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2012, devidamente auditadas, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20;
  - B) a alteração dos Artigos 1º, 2º, 9º, 10, 20, 22, 23, 26, 47, 54, Anexo I, Anexo IV e Anexo V do Regulamento, com vistas à:
    - (a) A viabilização da aquisição pelo Fundo de direitos de crédito representados por Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") cedidas pelo Banco Cacique S/A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.349.358/0001-83 ("Banco Cacique"), decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado (conforme definido no Regulamento), com os quais os Entes Públicos Conveniados (conforme definido no Regulamento)



02

mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada (conforme definidos no Regulamento) e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas, com a consequente alteração do Regulamento, nos seguintes termos, se aprovada pelos Cotistas:

- (i) A inclusão do novo item 8 no Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento, e consequente renumeração dos demais, a fim de incluir a definição de "Banco Cacique", referente ao Banco Cacique S/A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.349.358/0001-83, na qualidade de instituição financeira beneficiária de CCB emitidas por Segurados, elegíveis ao investimento pelo Fundo, nos termos da deliberação constante do item (a)(ix) abaixo;
- (ii) A alteração do item 11 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(i) acima), visando contemplar o "Banco Cacique" sob a definição de "Cedente", junto à Sabemi;
- (iii) A inclusão do novo item 12 no Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento, e consequente renumeração dos demais, a fim de incluir a definição de "CCB", referente às CCB originadas de operações de mútuo entre os Segurados e o Banco Cacique, as quais serão passíveis de aquisição pelo Fundo, nos termos do item (a)(ix) abaixo;
- (iv) A alteração do item 16 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), de modo a incluir na definição de "Contrato de Cessão" o contrato de promessa de cessão de direitos de crédito celebrados entre o Fundo e o Banco Cacique;
- (v) A alteração do item 17 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), a fim de fazer constar na definição de "Contrato de Cobrança e Depósito" que o referido instrumento foi objeto de alteração, de modo a contemplar o Banco Cacique como parte, em virtude da deliberação constante do item (a)(ix) abaixo;
- (vi) A alteração do item 34 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), de modo a incluir na definição de "Direitos de Crédito" os direitos de crédito representados por CCB, cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada (conforme definido no Regulamento) e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas;
- (vii) A alteração do item 37 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), a fim de incluir na definição de "Documentos Representativos do Crédito" as CCB emitidas

2

em favor pelo Banco Cacique, observada a deliberação constante do item (a)(ix) abaixo, e excluir os convênios firmados entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados;

(viii) A alteração do item 60 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), visando incluir na definição de "Segurados" os titulares de seguros ou planos de previdência privada contratados junto à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada e que tenham emitido CCB em favor do Banco Cacique, observada a deliberação constante do item (a)(ix) abaixo;

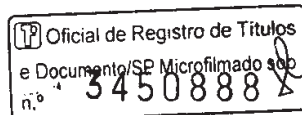
(ix) A alteração do "caput" do Artigo 2º do Regulamento, de modo a prever que o Fundo também buscará atingir seus objetivos por meio da aquisição de direitos de crédito representados por CCB;

(x) A alteração do Parágrafo 4º do Artigo 2º do Regulamento, a fim de fazer constar que o Banco Cacique, na qualidade de cedente de direitos de crédito ao Fundo, não garante ou promete aos Cotistas qualquer rentabilidade decorrente das aplicações de recursos no Fundo;

(xi) A inclusão do novo inciso III no Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento, e consequente renumeração dos demais, de modo a prever nova condição de cessão à aquisição de direitos de crédito pelo Fundo, referente a recebíveis decorrentes de operações de mútuo representadas por CCB emitidas pelos Segurados em favor do Banco Cacique, e cujos pagamentos estejam consignados em folha de pagamento junto a qualquer dos Entes Públicos Conveniados, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima;

(xii) A alteração do Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento e dos respectivos incisos IV e XI (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(xi) acima), a fim de adequar as condições de cessão ali representadas à deliberação constante do item (a)(ix) acima;

(xiii) A alteração dos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 10 do Regulamento, de modo a fazer constar que (i) ambos os cedentes de direitos de crédito ao Fundo (Sabemi e Banco Cacique) serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como que (ii) a cessão dos direitos de crédito objeto de investimento pelo Fundo será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os cedentes (Sabemi e Banco Cacique), da plena titularidade dos direitos de crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem



04

como reajustes monetários, juros e encargos, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima;

(xiv) A alteração dos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 20 do Regulamento, a fim de contemplar que ambos os cedentes de direitos de crédito ao Fundo (Sabemi e Banco Cacique) são responsáveis pelo depósito fiel dos documentos representativos dos direitos de crédito integrantes da carteira do Fundo, podendo contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar tais serviços;

(xv) A inclusão do Parágrafo Único no Artigo 22 do Regulamento, de modo a fazer constar que o Banco Cacique utiliza a política de concessão de crédito aos Segurados na forma descrita no "caput" do referido dispositivo, adotando para as CCB os mesmos procedimentos e critérios utilizados pela Sabemi, conforme aplicável, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima;

(xvi) A alteração do inciso I do Parágrafo 1º do Artigo 23 do Regulamento, visando contemplar, como uma das etapas da cobrança dos pagamentos dos direitos de crédito integrantes da carteira do Fundo o desconto, pelos Entes Públicos Conveniados, dos vencimentos dos Segurados dos valores referentes aos mútuos representados pelas CCB vencida(s) no período, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima;

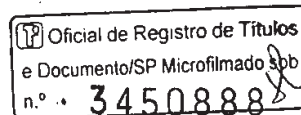
(xvii) A inclusão do novo inciso XXV e a alteração dos incisos VII, XI, XIII, XIV, XV, XVII, XXII, XXIII, XXIV, XXVI e XXVIII do Parágrafo Único do Artigo 26 do Regulamento, renumerados, conforme o caso, de modo a adequar os fatores de risco representados pelos referidos dispositivos à deliberação constante do item (a)(ix) acima;

(xviii) A alteração do inciso III do Parágrafo Único do Artigo 47 do Regulamento, a fim de fazer constar que somente poderá exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que não exerça cargo no "Cedente", assim considerada a Sabemi e o Banco Cacique, conforme a deliberação constante do item (a)(ii) acima;

(xix) A alteração do inciso VIII do "caput" do Artigo 54 do Regulamento, visando incluir como Evento de Avaliação (conforme definido no Regulamento) a inobservância pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cobrança e Depósito (conforme definido no Regulamento) com relação à cobrança dos direitos de crédito integrantes da carteira do Fundo, desde que, se notificada pelo custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Sabemi e/ou o Banco Cacique não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima;

(xx) A alteração dos itens 2.1. dos Anexos I e V ao Regulamento, referentes aos Suplementos da 1ª e 2ª séries de Cotas, para os fins da deliberação constante do item (a)(x) acima;

4



05

(b) A modificação da regra para o cálculo da taxa de cessão a ser adotada nas operações de cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de direitos de crédito, com a consequente alteração do Regulamento, nos seguintes termos, se aprovada pelos Cotistas:

(i) A alteração do inciso IX do Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(xi) acima), visando modificar a regra para o cálculo da taxa de cessão a ser adotada nas operações de cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de direitos de crédito; e

(ii) A alteração do inciso X do Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(xi) acima), a fim de adequar a referência cruzada relativa ao inciso IX do mesmo dispositivo, nos termos do item (b)(i) acima;

(c) A redução do valor mínimo das parcelas dos recebíveis a serem cedidos ao Fundo para R\$ 30,00 (trinta reais), com a consequente alteração do inciso II do "caput" do Artigo 10 do Regulamento;

(d) A modificação do Evento de Avaliação constante do inciso VI do "caput" do Artigo 54 do Regulamento, referente ao rebaixamento da classificação de risco inicial de cotas seniores do Fundo ou das cotas subordinadas preferenciais do Fundo, a fim de fazer constar que tal fato se configurará mediante a redução da nota de classificação em dois níveis, considerando-se a tabela da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;

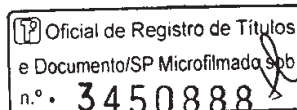
(e) A elevação, para 100% (cem por cento), do limite máximo de concentração do patrimônio líquido do Fundo em direitos de crédito oriundos de Segurados pertencentes ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal – SIAPE ("SIAPE"), com a consequente alteração da tabela constante do Anexo IV ao Regulamento;

(f) A alteração da meta de rentabilidade atribuída às cotas seniores da 1ª e 2ª séries do Fundo para a variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Taxa CDI"), acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com a consequente alteração do item 2. dos Anexos I e V (Suplementos da 1ª e 2ª séries de Cotas);

(g) A aprovação da nova versão do Regulamento, contemplando as alterações decorrentes das deliberações constantes dos itens acima, na forma do Anexo II à presente Ata, bem como a autorização para a Administradora tomar toda e qualquer

5





06

providência que decorra das deliberações descritas nos itens acima, inclusive, mas não se limitando, no que tange ao encaminhamento à CVM de todo e qualquer documento exigido pela regulamentação aplicável ao Fundo.

**6. DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas por unanimidade dos cotistas presentes, representando 71,42% (setenta e um vírgula quarenta e dois por cento) da totalidade das cotas seniores do Fundo as seguintes matérias, conforme abaixo descrito:

A) Aprovação das demonstrações contábeis do Fundo relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2012, devidamente auditadas, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.562.112/0001-20;

B) A viabilização da aquisição pelo Fundo de direitos de crédito representados por CCB cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas. Em razão da deliberação tomada acima, foi aprovada a alteração do Regulamento, nos seguintes termos:

(i) A inclusão do novo item 8 no Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento, e consequente renumeração dos demais, a fim de incluir a definição de "Banco Cacique", referente ao Banco Cacique S/A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.349.358/0001-83, na qualidade de instituição financeira beneficiária de CCB emitidas por Segurados, elegíveis ao investimento pelo Fundo, nos termos da deliberação constante do item (a)(ix) abaixo. Desse modo, o item acima referido terá a seguinte redação:

*8. Banco Cacique: o Banco Cacique S/A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 402, 9º a 17º andares, Paraíso, CEP 01310-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.349.358/0001-83, beneficiária de CCB emitidas por Segurados;*

(ii) A alteração do item 11 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(i) acima), visando contemplar o "Banco Cacique" sob a definição de "Cedente", junto à Sabemi. Desse modo, o item acima referido passará a ter a seguinte redação:

*11. Cedente: a Sabemi, abaixo definida, e/ou o Banco Cacique;*

(iii) A inclusão do novo item 12 no Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento, e consequente renumeração dos demais, a fim de incluir a definição de "CCB", referente às

6



07

CCB originadas de operações de mútuo entre os Segurados e o Banco Cacique, as quais serão passíveis de aquisição pelo Fundo, nos termos do item (a)(ix) abaixo. Desse modo, o item acima referido terá a seguinte redação:

12. CCB: as Cédulas de Crédito Bancário emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores;

(iv) A alteração do item 16 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), de modo a incluir na definição de "Contrato de Cessão" os contratos de cessão e/ou de promessa de cessão de direitos de crédito celebrados entre o Fundo e o Banco Cacique. Desse modo, o item acima referido passará a ter a seguinte redação:

16. Contrato de Cessão: o Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado 11 de maio de 2011 entre o Fundo e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, ou o Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e o Banco Cacique, com a interveniência do Custodiante;

(v) A alteração do item 17 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), a fim de fazer constar na definição de "Contrato de Cobrança e Depósito" que o referido instrumento foi objeto de alteração, de modo a contemplar o Banco Cacique como parte, em virtude da deliberação constante do item (a)(ix) abaixo. Desse modo, o item acima referido passará a ter a seguinte redação:

17. Contrato de Cobrança e Depósito: o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito, Depósito de Documentos e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, a Sabemi e o Banco Cacique, com a interveniência do Custodiante;

(vi) A alteração do item 34 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), de modo a incluir na definição de "Direitos de Crédito" os direitos de crédito representados por CCB, cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas. Desse modo, o item acima referido passará a ter a seguinte redação:

7



34. Direitos de Crédito: direitos de crédito oriundos de contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, consistentes de empréstimos conferidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, ou direitos de crédito representados por CCB, cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas;

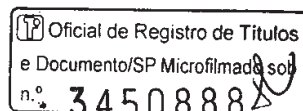
(vii) A alteração do item 37 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), a fim de incluir na definição de "Documentos Representativos do Crédito" as CCB emitidas em favor pelo Banco Cacique, observada a deliberação constante do item (a)(ix) abaixo, e excluir os convênios firmados entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados. Desse modo, o item acima referido passará a ter a seguinte redação:

37. Documentos Representativos do Crédito: os contratos de concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, ou as CCB emitidas em favor do Banco Cacique;

(viii) A alteração do item 60 do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Regulamento (após renumeração decorrente das deliberações constantes dos itens (a)(i) e (a)(iii) acima), visando incluir na definição de "Segurados" os titulares de seguros ou planos de previdência privada contratados junto à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada e que tenham emitido CCB em favor do Banco Cacique, observada a deliberação constante do item (a)(ix) abaixo. Desse modo, o item acima referido passará a ter a seguinte redação:

60. Segurados: (a) os titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros; ou (b) os titulares de seguros ou planos de previdência privada referidos nos itens (a)(i) e (a)(ii) acima, contratados junto à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada e que tenham emitido CCB em favor do Banco Cacique;

(ix) A alteração do "caput" do Artigo 2º do Regulamento, de modo a prever que o Fundo também buscará atingir seus objetivos por meio da aquisição de direitos de crédito



09

representados por CCB. Desse modo, o dispositivo acima referido passará a ter a seguinte redação:

**Artigo 2º:** *É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, bem como por Direitos de Crédito Elegíveis representados por CCB, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.*

(x) A alteração do Parágrafo 4º do Artigo 2º do Regulamento, a fim de fazer constar que o Banco Cacique, na qualidade de cedente de direitos de crédito ao Fundo, não garante ou promete aos Cotistas qualquer rentabilidade decorrente das aplicações de recursos no Fundo. Desse modo, o parágrafo acima referido passará a ter a seguinte redação:

**Parágrafo 3º:** *A aquisição de Cotas Seniores ou Subordinadas do Fundo não representa qualquer garantia ou promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, da Sabemi, da Sabemi Previdência Privada, do Banco Cacique ou dos Segurados acerca da rentabilidade das aplicações de recursos no Fundo.*

(xi) A inclusão do novo inciso III no Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento, e consequente renumeração dos demais, de modo a prever nova condição de cessão à aquisição de direitos de crédito pelo Fundo, referente a recebíveis decorrentes de operações de mútuo representadas por CCB emitidas pelos Segurados em favor do Banco Cacique, e cujos pagamentos estejam consignados em folha de pagamento junto a qualquer dos Entes Públicos Conveniados, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima. Desse modo, o inciso acima referido terá a seguinte redação:

*III. decorram de operações de mútuo representadas por CCB emitidas pelos Segurados em favor do Banco Cacique, e cujos pagamentos estejam consignados em folha de pagamento junto a qualquer dos Entes Públicos Conveniados;*

(xii) A alteração do Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento e dos respectivos incisos IV e XI (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(xi) acima), a fim de adequar as condições de cessão ali representadas à deliberação constante do item (a)(ix) acima. Desse modo, os incisos acima referidos passarão a ser a seguinte redação:



10

**Parágrafo 1º:** As Condições de Cessão serão verificadas mediante validação de declaração firmada pelo respectivo Cedente de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

(...)

IV. decorram de operações de mútuo representadas por CCB emitidas pelos Segurados em favor do Banco Cacique e/ou de Assistência Financeira concedida pela Sabemi a Segurados que não apresentem, na data de aquisição pelo Fundo, parcelas vencidas e não pagas;

(...)

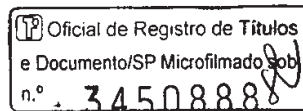
XI. as cessões de Direitos de Crédito ao Fundo referentes a operações de Assistência Financeira e de mútuos representados por CCB somente poderão ocorrer após o desconto e repasse à Sabemi da primeira parcela da CCB ou do contrato de Assistência Financeira do respectivo Segurado, quando a averbação de tais contratos na respectiva margem consignável do Segurado não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática.

(xiii) A alteração dos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 10 do Regulamento, de modo a fazer constar que (i) ambos os cedentes de direitos de crédito ao Fundo (Sabemi e Banco Cacique) serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como que (ii) a cessão dos direitos de crédito objeto de investimento pelo Fundo será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os cedentes (Sabemi e Banco Cacique), da plena titularidade dos direitos de crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima. Desse modo, o parágrafo acima referido terá a seguinte redação:

**Parágrafo 3º:** Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Custodiante, do Gestor e/ou da Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito.

**Parágrafo 4º:** A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os

10



11

*direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.*

- (xiv) A alteração dos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 20 do Regulamento, a fim de contemplar que ambos os cedentes de direitos de crédito ao Fundo (Sabemi e Banco Cacique) são responsáveis pelo depósito fiel dos documentos representativos dos direitos de crédito integrantes da carteira do Fundo, podendo contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar tais serviços. Desse modo, os parágrafos acima referidos terão a seguinte redação:

**Parágrafo 3º:** *As Cedentes são contratadas pelo Fundo para atuar (i) como fiéis depositárias dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis. As Cedentes poderão contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços descritos neste parágrafo.*

**Parágrafo 4º:** *Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, conforme metodologia definida no Anexo III a este Regulamento, comunicando o resultado desta verificação à Administradora e à Agência Classificadora de Risco do Fundo. Independentemente do disposto neste parágrafo, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto às Cedentes, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.*

- (xv) A inclusão do Parágrafo Único no Artigo 22 do Regulamento, de modo a fazer constar que o Banco Cacique utiliza a política de concessão de crédito aos Segurados na forma descrita no "caput" do referido dispositivo, adotando para as CCB os mesmos procedimentos e critérios utilizados pela Sabemi, conforme aplicável, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima. Desse modo, o parágrafo acima referido terá a seguinte redação:

**Parágrafo Único:** *O Banco Cacique utiliza a política de concessão de crédito aos Segurados na forma descrita no caput deste Artigo, adotando para as CCB os mesmos procedimentos e critérios utilizados pela Sabemi, conforme aplicável.*

- (xvi) A alteração do inciso I do Parágrafo 1º do Artigo 23 do Regulamento, visando contemplar, como uma das etapas da cobrança dos pagamentos dos direitos de crédito integrantes da carteira do Fundo o desconto, pelos Entes Públicos Conveniados, dos vencimentos dos Segurados dos valores referentes aos mútuos representados pelas CCB

11

vencida(s) no período, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima. Desse modo, o inciso acima referido passará a ter a seguinte redação:

*I. Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira ou dos mútuos representados pelas CCB vencida(s) no período;*

(xvii) A inclusão do novo inciso XXV e a alteração dos incisos VII, XI, XIII, XIV, XV, XVII, XXII, XXIII, XXIV, XXVI e XXVIII do Parágrafo Único do Artigo 26 do Regulamento, renumerados, conforme o caso, de modo a adequar os fatores de risco representados pelos referidos dispositivos à deliberação constante do item (a)(ix) acima. Desse modo, os incisos acima referidos terão a seguinte redação:

**VII. Risco de Concentração em poucos Cedentes:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi e das operações de mútuo entre o Banco Cacique e os Segurados e da capacidade destes originarem Direitos de Crédito Elegíveis.

(...)

**XI. Riscos Associados aos Segurados:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira e/ou das CCB, respondendo pelo saldo a pagar apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira e/ou dos mútuos contraídos, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

(...)

**XIII. Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira e os mútuos representados pelas CCB contraídos pelos Segurados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos



dos Segurados. Nesta hipótese, a carteira do Fundo pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.

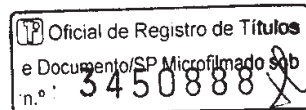
(...)

**XIV. Risco Operacional de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e/ou dos mútuos representados pelas CCB e o repasse à Sabemi dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a Sabemi, a Administradora ou o Gestor controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

(...)

**XV. Risco Operacional de Cobrança, do Originador e de Fluxo Financeiro:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito são realizadas pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados ou das operações de mútuo representativas das CCB sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do mútuo representado pelas CCB ou pelo contrato da Assistência Financeira vencida(s) no período e repassam os valores descontados à Sabemi por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado, podendo tal instituição ser a própria Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada, a qual nesta hipótese atua como agente de recebimento dos valores devidos e os repassa à Sabemi. Em seguida, tais valores são repassados pela Sabemi ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao eventual risco de atraso ou não ocorrência do repasse dos valores recebidos pela Sabemi Previdência Privada, atuando como agente de recebimento, à Sabemi, bem como ao risco de atraso ou não ocorrência do repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

(...)



14

**XVII. Risco do Originador e de Originação:** Os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique, o que pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não constância da concessão de mútuo representado por CCB pelo e/ou Banco Cacique e de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta em originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pela Sabemi ou pelo Banco Cacique contra os Segurados. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Sabemi na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Segurado no Contrato de Concessão de Assistência Financeira ou dos mútuos representados por CCB. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

(...)

**XXII. Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos de Crédito:** O Custodiante realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos de Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. O Cedente poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados, de comprovada competência e idoneidade, para realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, os quais estarão sob inteira responsabilidade da Cedente, permanecendo esta como fiel depositário dos Documentos Representativos do Crédito, não havendo, portanto, qualquer superposição de funções entre o Cedente e eventual terceiro contratado por esta. Neste caso o Cedente ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelo fato de o terceiro contratado estar localizado em endereço distinto do da Cedente.

(...)

**XXIII. Risco relacionado à liquidação antecipada pelos Segurados dos Contratos de Assistência de Concessão Financeira:** Os Segurados podem, a qualquer tempo,

14  
*[Handwritten signature]*



15

*proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Concessão de Assistência Financeira e/ou de mútuos representados pelas CCB cedidas ao Fundo, o que poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos neste Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.*

(...)

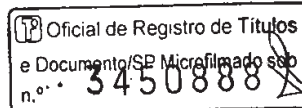
**XXIV. Ausência de Notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese da Cedente deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da Cedente dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos de Crédito relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

(...)

**XXV. Riscos de Exequibilidade das CCB:** A CCB é um título de crédito que foi criado pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores. De acordo com esta lei, a CCB caracteriza-se por ser um título executivo extrajudicial. Assim sendo, pelo fato da CCB constituir-se em um título executivo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento dos Segurados é mais célere. Entretanto, em virtude de questionamentos judiciais, a 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem decidido que a CCB não possui força executiva, uma vez que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de "forma", estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores, não seriam válidas. Neste caso, a CCB não poderia ser considerada como título executivo extrajudicial e, portanto, sua exequibilidade estaria comprometida. Tendo em vista que o Fundo, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir Direitos Creditórios representados por CCB, há o risco da exequibilidade destas ser judicialmente contestada segundo o entendimento da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dificultando, desta forma, a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos Creditórios Inadimplidos representados por CCB.

15





16

(...)

**XXVI. Risco de Questionamento Judicial:** Assim como as CCB cedidas ao Fundo, a Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, tais como o questionamento de eventual abusividade nas taxas de juros praticadas pela Sabemi, bem como eventual vício dos Documentos Representativos dos Créditos que impeça a efetiva exigibilidade do crédito (ausência de assinaturas, ilegitimidade de representação, entre outros). Nestes casos, as CCB e a Assistência Financeira poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, consequentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

(...)

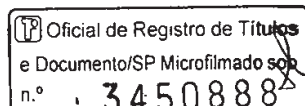
**XXVIII. Demais Riscos:** A Sabemi e/ou o Banco Cacique atuará como Cedente, sendo que apenas a Sabemi atuará como agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

(xviii) A alteração do inciso III do Parágrafo Único do Artigo 47 do Regulamento, a fim de fazer constar que somente poderá exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que não exerça cargo no "Cedente", assim considerada a Sabemi e o Banco Cacique, conforme a deliberação constante do item (a)(ii) acima. Desse modo, o inciso acima referido passará a ter a seguinte redação:

*III. não exercer cargo no Cedente.*

(xix) A alteração do inciso VIII do "caput" do Artigo 54 do Regulamento, visando incluir como Evento de Avaliação a inobservância pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique dos

16



17

deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos direitos de crédito integrantes da carteira do Fundo, desde que, se notificada pelo custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Sabemi e/ou o Banco Cacique não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação, observada a deliberação constante do item (a)(ix) acima. Desse modo, o inciso acima referido passará a ter a seguinte redação:

*VIII. inobservância pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificada pela Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Sabemi e/ou o Banco Cacique não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;*

(xx) A alteração dos itens 2.1. dos Anexos I e V ao Regulamento, referentes aos Suplementos da 1ª e 2ª séries de Cotas, para os fins da deliberação constante do item (a)(x) acima. Desse modo, os itens acima referidos passarão a ter a seguinte redação:

*2.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, da Sabemi, do Banco Cacique ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.*

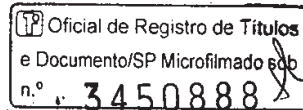
(...)

*2.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, da Sabemi, do Banco Cacique ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.*

- (b) Por unanimidade dos cotistas presentes, representando 71,42% (setenta e um vírgula quarenta e dois) da totalidade das cotas seniores do Fundo, a modificação da regra para o cálculo da taxa de cessão a ser adotada nas operações de cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de direitos de crédito. Em razão da deliberação tomada acima, foi aprovada a alteração do Regulamento, nos seguintes termos:
- (i) A alteração do inciso IX do Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(xi) acima), visando modificar a regra para o cálculo da taxa de cessão a ser adotada nas operações de cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de direitos de crédito. Desse modo, o inciso acima referido passará a ter a seguinte redação:

*IX. a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito deve ser efetuada em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito Creditório. Não obstante, a taxa de desconto*

17



18

*praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo. Outrossim, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito devem ser efetuadas em taxa de cessão equivalente ao maior entre: (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês; (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observados em ambos os casos o eventual reajuste realizado na forma do inciso X abaixo; ou (iii) o critério estabelecido de comum acordo entre o Gestor e a Cedente, observados os itens (i) e (ii) acima ("Taxa de Cessão");*

- (ii) A alteração do inciso X do Parágrafo 1º do Artigo 9º do Regulamento (após renumeração decorrente da deliberação constante do item (a)(xi) acima), a fim de adequar a referência cruzada relativa ao inciso IX do mesmo dispositivo, nos termos do item (b)(i) acima. Desse modo, o inciso acima referido passará a ter a seguinte redação:

*X. Caso seja verificado, no último Dia Útil de cada mês ("Data de Verificação"), que a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, for superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão, verificada na forma do inciso IX acima, será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI; e*

- (c) Por unanimidade dos cotistas presentes, representando 71,42% (setenta e um vírgula quarenta e dois) da totalidade das cotas seniores do Fundo, a redução do valor mínimo das parcelas dos recebíveis a serem cedidos ao Fundo para R\$ 30,00 (trinta reais), com a consequente alteração do inciso II do "caput" do Artigo 10 do Regulamento. Desse modo, o inciso acima referido passará a ter a seguinte redação:

*II. as parcelas a serem cedidas ao Fundo devem ter valor mínimo de R\$ 30,00 (trinta reais);*

- (d) Por unanimidade dos cotistas presentes, representando 71,42% (setenta e um vírgula quarenta e dois) da totalidade das cotas seniores do Fundo, a modificação do Evento de Avaliação constante do inciso VI do "caput" do Artigo 54 do Regulamento, referente ao rebaixamento da classificação de risco inicial de cotas seniores do Fundo ou das cotas subordinadas preferenciais do Fundo, a fim de fazer constar que tal fato se configurará mediante a redução da nota de classificação em dois níveis, considerando-se a tabela da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo. Desse modo, o inciso acima referido passará a ter a seguinte redação:

18

*VI. rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;*

- (e) Por unanimidade dos cotistas presentes, representando 71,42% (setenta e um vírgula quarenta e dois) da totalidade das cotas seniores do Fundo, a elevação, para 100% (cem por cento), do limite máximo de concentração do patrimônio líquido do Fundo em direitos de crédito oriundos de Segurados pertencentes ao SIAPE, na qualidade de Ente Público Conveniado, com a consequente alteração da tabela constante do Anexo IV ao Regulamento. Desse modo, a célula da tabela acima referida passará a ter a seguinte redação:

SIAPE	100%
-------	------

- (f) Por unanimidade dos cotistas presentes, representando 71,42% (setenta e um vírgula quarenta e dois) da totalidade das cotas seniores do Fundo, a alteração da meta de rentabilidade atribuída às cotas seniores da 1ª e 2ª séries do Fundo para a variação positiva da Taxa CDI, acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, com a consequente alteração do item 2. dos Anexos I e V (Suplementos da 1ª e 2ª séries de Cotas). Desse modo, o item dos Anexos I e V acima referidos passará a ter as seguintes redações:

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 1ª Série.** A 1ª Série de Cotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do Fundo, possui um Benchmark de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano.

(...)

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 2ª Série.** A 2ª Série de Cotas Seniores possui um Benchmark de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano.

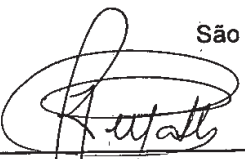


203

- (g) A aprovação da nova versão do Regulamento, contemplando as alterações decorrentes das deliberações constantes dos itens acima, na forma do Anexo II à presente Ata, bem como a autorização para a Administradora tomar toda e qualquer providência que decorra das deliberações descritas nos itens acima, inclusive, mas não se limitando, no que tange ao encaminhamento à CVM de todo e qualquer documento exigido pela regulamentação aplicável ao Fundo.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a Assembleia, sendo esta ata transcrita, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

São Paulo, 23 de julho de 2012.

  
Sr. José Roberto Matias  
Presidente

  
Maria Adelaide C. G. de Aquino  
Secretária

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E  
COMMODITIES**  
Administradora

Cópia transcrita do livro de Atas de Assembleias Gerais. Confere com o original.



Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça

R\$ 350,14  
R\$ 99,37  
R\$ 73,77  
R\$ 18,66  
R\$ 18,66

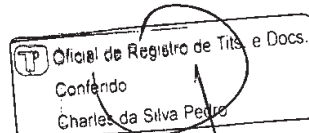
Total  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP: 01013-000 - São Paulo/SP  
Protocolado e prenotado sob o n. **3.453.500** em  
**24/07/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **3.450.888**, em títulos e documentos.  
Averbado à margem do registro n. **3415270** em  
**22/06/2011**

São Paulo, 24 de julho de 2012

  
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo / Oficial  
Liovaldo Cagnotto - Oficial Substituto

Liovaldo Cagnotto  
Substituto

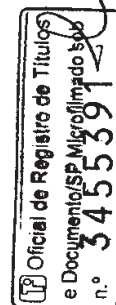


20

ANEXO XI - INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA TERCEIRA SÉRIE DE COTAS

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA  
3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE  
RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DO**

**POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**



Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente),

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) nos termos do Artigo 33 do regulamento do Fundo, devidamente aprovado em 23 de julho de 2012, registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 24 de julho de 2012, sob o nº 003450888 ("Regulamento"), a Administradora pode, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, independentemente de aprovação dos cotistas do Fundo, emitir novas cotas do Fundo, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM nº 356/01"), e os limites estipulados no Regulamento;
- b) a Administradora deseja aprovar a emissão e a oferta pública de distribuição das cotas seniores da 3ª série do Fundo ("Oferta", "Cotas Seniores" e "3ª Série", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), totalizando o montante de até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) novas Cotas Seniores, no valor de R\$ 1.000 (um mil reais) cada uma, perfazendo o total da referida Oferta o valor de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais), cujas demais características encontram-se descritas no Suplemento (conforme abaixo definido),
- c) há necessidade de retificar dispositivos do Regulamento, a fim de adequá-los às regras de provisionamento para perdas e divulgação de informações por

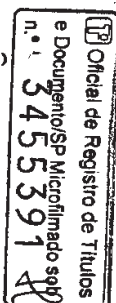


administradores de fundos de investimento em direitos creditórios estabelecidas pela Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011 ("Instrução CVM nº 489/11"),

**RESOLVE** a Administradora:

- I. Aprovar a emissão e a Oferta das Cotas Seniores da 3ª Série, nos termos a seguir explicitados, os quais constarão do Suplemento nº 03 ao Regulamento ("**Suplemento**"), nos termos do Anexo I abaixo:

- 1) No âmbito da 3ª Série de Cotas Seniores, serão emitidas, nos termos do Regulamento e da Instrução CVM nº 356/01, até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, de valor inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentas e cinquenta mil reais), a serem ofertadas publicamente sob o regime da Instrução CVM nº 400/03 exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos pela regulamentação expedida pela CVM, bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios;
- 2) A Oferta será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços, sempre em conformidade com o disposto no prospecto da Oferta;
- 3) A quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertada no âmbito da Oferta poderá ser acrescida de um lote adicional, a ser emitido na forma prevista no Artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03, de até 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, e de um lote suplementar, a ser emitido na forma prevista no Artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, de até 7.312 (sete mil trezentas e doze) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, podendo totalizar a Oferta a quantidade de até 65.812 (sessenta e cinco mil oitocentas e doze) Cotas Seniores da 3ª Série, no montante de até R\$ 65.812.500,00 (sessenta e cinco milhões oitocentos e doze mil e quinhentos reais);
- 4) Em virtude do disposto nos itens 1) e 3) acima e em atendimento à Razão de Garantia estabelecida no Artigo 45 do Regulamento, serão emitidas pelo Fundo, outrossim, (i) até 15.188 (quinze mil cento e oitenta e oito) cotas subordinadas preferenciais ("**Cotas Subordinadas Preferenciais**"), e (ii) até 20.250 (vinte mil duzentas e cinquenta) cotas subordinadas ordinárias ("**Cotas Subordinadas**





**Ordinárias"** e, em conjunto com as Cotas Subordinadas Preferenciais, as "**Cotas Subordinadas**";

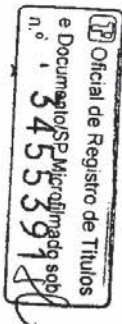
- i. As Cotas Subordinadas Preferenciais serão ofertadas publicamente mediante esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e terão valor inicial de R\$ 1.171,11 (um mil cento e setenta e um reais e onze centavos), conforme o respectivo valor unitário verificado em 24 de agosto de 2012. O valor das Cotas Subordinadas Preferenciais será atualizado, devendo ser utilizado, para fins de emissão, o valor de abertura da Cota Subordinada Preferencial em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor;
  - ii. As Cotas Subordinadas Ordinárias serão distribuídas publicamente em lote único e indivisível, nos termos do Artigo 5º, II, da Instrução CVM nº 400/03, e destinadas única e exclusivamente à Sabemi Seguradora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.163.234/0001-38. As Cotas Subordinadas Ordinárias terão valor inicial de R\$ 983,82 (novecentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos), conforme o respectivo valor unitário verificado em 24 de agosto de 2012. O valor das Cotas Subordinadas Ordinárias será atualizado, devendo ser utilizado, para fins de emissão, o valor de abertura da Cota Subordinada Ordinária em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor;
- 5) A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 3ª Série e, considerando a Razão de Garantia, 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 3ª Série. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 3º do Artigo 33 do Regulamento;
- 6) As Cotas Seniores da 3ª Série e as Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"). Ainda, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Preferenciais serão registradas para negociação no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Cotas Seniores deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início da Oferta e no respectivo boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do referido anúncio no DCI – Comércio, Indústria e Serviços, periódico utilizado para



divulgação de informações relativas ao Fundo. A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível. Será admitida a integralização total ou parcial, bem como a amortização e/ou o resgate de Cotas Subordinadas Ordinárias em direitos de crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. O valor mínimo inicial de aplicação em Cotas Seniores por investidor é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não havendo valores mínimos para a aplicação subsequente no Fundo, nem valor máximo de aplicação no Fundo;

- 7) O prazo de duração da 3ª Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da 3ª Série, dentro do qual as Cotas Seniores da 3ª Série serão amortizadas, segundo o cronograma previsto no Suplemento, sendo resgatadas ao final do 66º (sexagésimo sexto) mês;
- 8) A 3ª Série de Cotas Seniores possuirá um *benchmark* de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano.

- II. Considerando o disposto no Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM nº 356/01, assim como no Artigo 46, Parágrafo Único, do Regulamento, retificar as redações dos dispositivos do Regulamento abaixo listados, a fim de adequá-los às regras de provisionamento para perdas e divulgação de informações por administradores de fundos de investimento em direitos creditórios estabelecidas pela Instrução CVM nº 489/11:



- 1) Inclusão do Parágrafo 10 ao Artigo 24:

**Parágrafo 10:** *Sem prejuízo do disposto neste Artigo, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado, a Administradora orientará ao Custodiante sobre a provisão a ser registrada.*

- 2) Artigo 63:

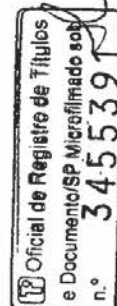


**Artigo 63:** A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até:

I. 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, o informe mensal à CVM, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página da CVM; e

II. 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

III. Ratificar, convalidar e consolidar todas as demais cláusulas e condições do Regulamento, conforme documento anexo, que incorpora o teor do presente instrumento e o Suplemento referente à 3ª Série de Cotas Seniores.



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 03 de setembro de 2012.

José Roberto Matias  
Procurador

Lula Locaesi  
Procurador

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE  
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
ADMINISTRADORA DO FUNDO**

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

Testemunhas:

1.

Nome: Karina da Silva Yai  
RG: 32.133.246-5 SSP/SP  
CPF: 219.813.238-99

2.

Nome: Danieli Franco  
RG: 30.449.542-6 SSP/SP  
CPF: 277.180.548-02



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 6.027,44  
Estado R\$ 1.713,07  
Ipesp R\$ 1.268,94  
R. Civil R\$ 317,24  
T. Justiça R\$ 317,24  
Protocolado e prenotado sob o n. 3.458.307 em  
05/09/2012 e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. 3.455.391, em títulos e documentos.  
Averbado à margem do registro n. 3450888 em  
24/07/2012

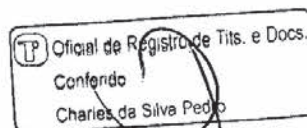
São Paulo, 05 de setembro de 2012

Total R\$ 9.643,93

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Liovaldo Cagnotto - Oficial Substituto

Liovaldo Cagnotto  
Substituto



ANEXO XII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE SÉTIMA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

---

01

[Stamp: Oficial de Registro de Títulos e Documentos/SP Microfilmado sob nº 3464020]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF Nº 13.566.670/0001-11**

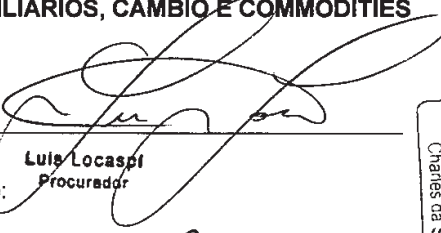
Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), haja vista a necessidade do atendimento às exigências formuladas pela CVM nos termos do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/Nº 303, de 11 de outubro de 2012, a Administradora, diante da permissão conferida pelo Artigo 46, Parágrafo Único, do regulamento do Fundo ("Regulamento"), bem como pelo Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, RESOLVE aprovar a nova versão do Regulamento, o qual passará a vigorar nos termos do documento anexo ao presente instrumento.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

São Paulo, 07 de dezembro de 2012.

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por:   
Cargo: **José Roberto Matias**  
**Procurador**

Por:   
Cargo: **Luis Locaspi**  
**Procurador**



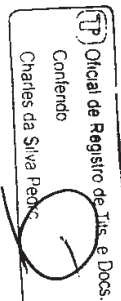
Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça

Total R\$ 452,29  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

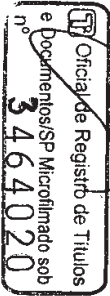
1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo, SP  
R\$ 282,48 Protocolado e prenotado sob o n. 3.467.489 em  
R\$ 80,17 07/12/2012 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 59,52 sob o n. 3.464.020, em títulos e documentos.  
R\$ 15,06 Averbado à margem do registro n. 3455391  
R\$ 15,06 em 05/09/2012

São Paulo, 07 de dezembro de 2012

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Liovaldo Cagnotto - Oficial Substituto



02



EM BRANCO

ANEXO XIII - INSTRUMENTO PARTICULAR DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA 3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO

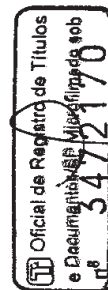
---

01

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DE EMISSÃO DA  
3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE  
RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DO**

**POLO CRÉDITO CONSIGNADO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I  
CNPJ/MF nº 13.566.670/0001-11**

Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, devidamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio dos seus representantes abaixo assinados, na qualidade de administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("**Administradora**" e "**Fundo**", respectivamente),



**CONSIDERANDO QUE:**

- a) a Administradora, por meio do competente instrumento particular, devidamente aprovado em 03 de setembro de 2012 e registrado no 1º Office de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 05 de setembro de 2012, sob o nº 003455391 ("**Instrumento de Deliberação**"), deliberou, nos termos do Artigo 33 do regulamento do Fundo ("**Regulamento**"), realizar a emissão e a oferta pública de distribuição das cotas seniores da 3ª série do Fundo ("**Oferta**", "**Cotas Seniores**" e "**3ª Série**", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 400/03**"), conforme as características descritas no Instrumento de Deliberação e no Suplemento nº 03 ao Regulamento ("**Suplemento**"); e
- b) a Administradora deseja retificar os termos e condições da Oferta previstos no Instrumento de Deliberação e no Suplemento, a fim de melhorá-la em favor dos investidores, conforme o § 3º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 400/03;

**RESOLVE a Administradora:**

- I. Retificar o item I, 8), do Instrumento de Deliberação, bem como o item 2 do Suplemento, a fim de neles fazer constar que a 3ª Série de Cotas Seniores possuirá um *benchmark* de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média



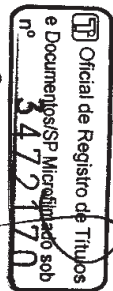
02

diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no Informativo Diário, disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. Sendo assim, as redações do item I, 8) do Instrumento de Deliberação e do item 2 do Suplemento passarão a vigorar nos seguintes termos:

a) Item I, 8) do Instrumento de Deliberação:

I. (...)

8) A 3ª Série de Cotas Seniores possuirá um benchmark de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.



b) Item 2 do Suplemento:

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 3ª Série.** A 3ª Série de Cotas Seniores possui um Benchmark de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

II. Retificar o item I, 5) do Instrumento de Deliberação, bem como o item 7.4. do Suplemento, de modo a elevar para 24.375 (vinte e quatro mil trezentas e setenta e cinco) o patamar mínimo de distribuição das Cotas Seniores da 3ª Série e, consequentemente, das cotas subordinadas de emissão do Fundo. Sendo assim, as redações do item I, 5) do Instrumento de Deliberação e do item 7.4. do Suplemento passarão a vigorar nos seguintes termos:

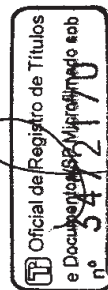
a) Item I, 5) do Instrumento de Deliberação:

I. (...)

5) A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 24.375 (vinte e quatro mil trezentas e setenta e cinco) Cotas Seniores da 3ª Série e, considerando a Razão de Garantia, 13.125 (treze mil cento e vinte e cinco) Cotas Subordinadas (sendo 5.625 (cinco mil seiscentas e vinte e cinco) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.500 (sete mil e quinhentas) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 3ª Série. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 3º do Artigo 33 do Regulamento;

b) Item 7.4. do Suplemento:

7.4. A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 24.375 (vinte e quatro mil trezentas e setenta e cinco) Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo e, conseqüentemente, 13.125 (treze mil cento e vinte e cinco) Cotas Subordinadas (sendo 5.625 (cinco mil seiscentas e vinte e cinco) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.500 (sete mil e quinhentas) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 3º do Artigo 33 do Regulamento.



III. Estabelecer, para fins de esclarecimento, que o novo *Benchmark* de rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo passará a ser aplicado às Cotas Seniores da 3ª Série já emitidas no âmbito da Oferta a partir do dia útil imediatamente subsequente (inclusive) ao dia da aprovação pela CVM do pedido de modificação dos termos da Oferta (a "Data da Modificação"). Desta forma, o *Benchmark* de rentabilidade das Cotas Seniores da 3ª Série já emitidas no âmbito da Oferta aplicável até a Data da Modificação será equivalente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, e, a partir do dia útil imediatamente subsequente (inclusive) à Data da Modificação, o *Benchmark* de rentabilidade será equivalente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

IV. Ratificar, convalidar e consolidar todas as demais cláusulas e condições do Instrumento de Deliberação e do Suplemento, o qual é parte integrante e inseparável

04

do Regulamento, que se manteve inalterado, conforme documento anexo, incorporando o teor do deliberado no presente instrumento.

- V. Tomar toda e qualquer providência que decorra das deliberações acima, inclusive, mas não se limitando, no que tange ao encaminhamento à CVM de todo e qualquer documento exigido pela regulamentação aplicável ao Fundo e à Oferta, inclusive pedido de modificação dos termos da Oferta, ficando os efeitos das deliberações sujeitos à aprovação, pela CVM, do referido pedido.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 12 de março de 2013.

José Roberto Matias  
Procurador

Luís Locaspi  
Procurador

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE  
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES  
ADMINISTRADORA DO FUNDO**

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

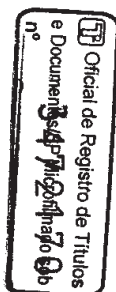
Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome: Karyna da Silva Yai  
RG: RG: 32.133.246-5 SSP/SP  
CPF: CPF: 219.813.238-99

2. \_\_\_\_\_

Nome: Danieli Franco  
RG: RG: 30.449.542-6 SSP/SP  
CPF: CPF: 277.180.548-02



Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça

Total R\$ 505,92  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25  
Rua Dr. Miguel Couto, 44 - Centro - CEP 01008-010 - São Paulo/SP  
R\$ 315,89 Protocolado e prenotado sob o n. 3.476.232 em  
R\$ 89,58 12/03/2013 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 66,71 sob o n. 3.472.170, em títulos e documentos.  
R\$ 16,87 Averbado à margem do registro n. 3455391  
em 05/09/2012  
R\$ 16,87

São Paulo, 12 de março de 2013

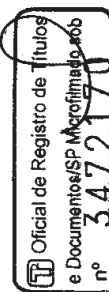
Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial  
Liovaldo Cagnotto - Oficial Substituto

DANILO DE MORAES OLIVEIRA  
Escriturante Substituto

Oficial de Registro de Tít. e Docs.  
Conferido por:  
☐ Charles S. Pedro

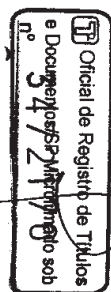
05

**ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO**



A handwritten signature in cursive script, located at the bottom right of the page.

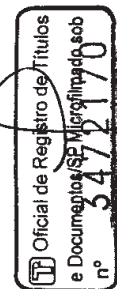
06



EM BRANCO

#### ANEXO XIV - REGULAMENTO DO FUNDO

---



## REGULAMENTO

DO

POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

- 1 -

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized loops and flourishes.

## ÍNDICE

CAPÍTULO I – DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO .....	3 -
CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS DO FUNDO .....	12 -
CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, COMPOSIÇÃO E .....	12 -
DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA .....	12 -
CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO .....	14 -
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	15 -
CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO .....	16 -
CAPÍTULO VII – DA SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA .....	19 -
CAPÍTULO VIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA .....	19 -
CAPÍTULO IX – DA GESTÃO .....	20 -
CAPÍTULO X – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO .....	21 -
CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DO FUNDO .....	22 -
CAPÍTULO XII – DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS .....	22 -
CAPÍTULO XIII – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO .....	26 -
CAPÍTULO XIV – DOS FATORES DE RISCO .....	33 -
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS .....	40 -
CAPÍTULO XVI – DA RESERVA DE FUNGIBILIDADE E DA RESERVA DE LIQUIDEZ .....	46 -
CAPÍTULO XVII – DA RAZÃO DE GARANTIA .....	47 -
CAPÍTULO XVIII – DA ASSEMBLEIA GERAL .....	48 -
CAPÍTULO XIX – DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO .....	50 -
CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....	51 -
CAPÍTULO XXI – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	53 -
CAPÍTULO XXII – DOS ENCARGOS DO FUNDO .....	56 -
CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS .....	56 -
CAPÍTULO XXIV – DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO .....	58 -
CAPÍTULO XXV – DO FORO .....	58 -
ANEXO I – SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES .....	59 -
ANEXO II – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO .....	62 -
ANEXO III – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM .....	64 -
ANEXO IV – LIMITE MÁXIMO DE CONCENTRAÇÃO POR ENTE PÚBLICO CONVENIADO, EM TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO .....	65 -
ANEXO V – SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES .....	66 -
ANEXO VI – SUPLEMENTO DA 3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES .....	69 -





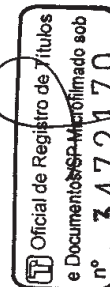
**REGULAMENTO DO  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**

**CAPÍTULO I – DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO**

**Artigo 1º:** O **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I** é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

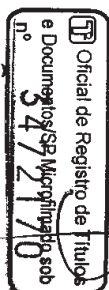
**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

1. Administradora: a **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;
2. Agência Classificadora de Risco: a agência classificadora de risco das Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo;
3. Agente de Escrituração: o Banco Santander (Brasil) S.A., com sede na com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Bloco A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42;
4. Assembleia Geral de Cotistas: a assembleia geral de cotistas do Fundo;
5. Assistência Financeira: os contratos de concessão de assistência financeira celebrados pela Sabemi com os Segurados, consistentes de empréstimos concedidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento;
6. Ativos Financeiros: ativos detidos pelo Fundo que não sejam Direitos de Crédito e estejam entre aqueles mencionados no Artigo 5º deste Regulamento;
7. BACEN: o Banco Central do Brasil;
8. Banco Cacique: o Banco Cacique S/A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 402, 9º a 17º andares, Paraíso, CEP 01310-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.349.358/0001-83, beneficiária de CCB emitidas por Segurados;

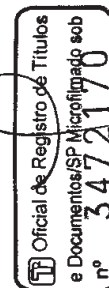


A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.

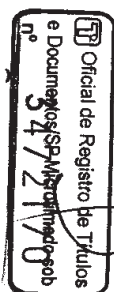
9. Bancos Conveniados: bancos junto aos quais os Segurados possuem conta-corrente na qual é realizado o desconto das parcelas da Assistência Financeira, e que realizam o repasse dos respectivos valores à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada;
10. CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP (abaixo definida);
11. Cedente: a Sabemi, abaixo definida, e/ou o Banco Cacique;
12. CCB: as Cédulas de Crédito Bancário emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores;
13. CETIP: CETIP S.A. – Mercados Organizados;
14. Circular SUSEP 320: a Circular SUSEP nº 320, de 02 de março de 2006 e suas alterações posteriores;
15. Condições de Cessão: as condições de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;
16. Contrato de Cessão: o Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado 11 de maio de 2011 entre o Fundo e a Sabemi, com a interveniência do Custodiante, ou o Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito Sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e o Banco Cacique, com a interveniência do Custodiante;
17. Contrato de Cobrança e Depósito: o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito, Depósito de Documentos e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, a Sabemi e o Banco Cacique, com a interveniência do Custodiante;
18. Contrato de Concessão de Assistência Financeira: o contrato de concessão de assistência financeira concedida pela Sabemi aos Segurados, dando origem aos Direitos de Crédito, consistente de empréstimo conferido pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento;
19. Contrato de Custódia: o contrato de prestação de serviços qualificados para fundo(s) de investimento - custódia qualificada e controladoria de Ativos e Passivo celebrado em 4 de maio de 2011 entre a Administradora, o Custodiante, a Sabemi e o Gestor;



20. Contrato de Gestão: o contrato de prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo celebrado em 10 de maio de 2011 entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Gestor;
21. Convênio Sabemi: o convênio celebrado entre a Sabemi e a Sabemi Previdência Privada, por meio do qual a Sabemi autoriza a Sabemi Previdência Privada a proceder em sua própria rubrica de consignação junto aos Entes Públicos Conveniados para desconto em folha de pagamento, descontos de parcelas de Assistência Financeira concedidas, e a receber os respectivos valores;
22. Cotas: as cotas de emissão do Fundo;
23. Cotas Seniores: as cotas seniores do Fundo;
24. Cotas Subordinadas: as Cotas Subordinadas Ordinárias e as Cotas Subordinadas Preferenciais quando referidas em conjunto;
25. Cotas Subordinadas Ordinárias: são aquelas Cotas que se subordinam às Cotas Subordinadas Preferenciais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo;
26. Cotas Subordinadas Preferenciais: são aquelas Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo;
27. Cotistas: os investidores que venham adquirir Cotas de emissão do Fundo;
28. Crêditos de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
29. Custodiante: o Banco Santander (Brasil) S.A., com sede na com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Bloco A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42
30. CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;
31. Data de Emissão: a data em que os recursos decorrentes da integralização de determinada Série de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas Preferenciais e/ou de Cotas Subordinadas Ordinárias, em moeda corrente nacional, ou os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo por ocasião da integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
32. Data de Verificação: o último Dia Útil de cada mês;



33. Dia Útil: segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na praça de sede da Administradora.
34. Direitos de Crédito: direitos de crédito oriundos de contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, consistentes de empréstimos conferidos pela Sabemi aos Segurados por meio de consignação nas respectivas folhas de pagamento, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, ou direitos de crédito representados por CCB, cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas;
35. Direitos de Crédito Elegíveis: os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente (i) às Condições de Cessão e (ii) aos Critérios de Elegibilidade, bem como que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;
36. Direitos de Crédito Inadimplidos: os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;
37. Documentos Representativos do Crédito: os contratos de concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, ou as CCB emitidas em favor do Banco Cacique;
38. Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais e/ou municipais que mantenham convênio firmado com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada, dentre os quais o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, a Aeronáutica, o SIAPE e o INSS;
39. Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XX deste Regulamento;
40. Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XXI deste Regulamento;
41. Eventos de Suspensão de Aquisição de Direitos de Crédito: as situações descritas no Capítulo XIX deste Regulamento;
42. Fundo: o **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**;



43. **Gestor:** Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., com sede na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22440-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, autorizada pela CVM a prestar os serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do meio do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003;

44. **Índice de Excesso de Spread:** é o índice utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo, apurado em cada Data de Verificação de acordo com a seguinte fórmula:

$$ES = \left\{ \left[ 1 + \frac{RDC_D + ROA_D - RCS_D - D_D}{DC_D + OA_D} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

onde:

$RDC_D$ : somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo;

$ROA_D$ : somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo, apropriados no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo;

$RCS_D$ : somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriada no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo;

$D_D$ : somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior até a data referencial de cálculo, excluindo-se a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

$DC_D$ : somatório do valor contábil dos Direitos de Crédito adimplentes pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo; e

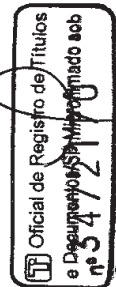
$OA_D$ : somatório do valor contábil dos Ativos Financeiros pertencentes ao Fundo na data referencial de cálculo.

45. **Índice de Atraso:** O Índice de Atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F,D} = \left( \frac{PNP_{F,D}}{PT_D} \right)$$

onde:

$Atraso_{F,D}$ : Índice de Atraso calculado para a faixa "F" na Data de Verificação.



PT<sub>D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito na Data de Verificação, sendo Direitos de Crédito a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito relativos a Contratos de Concessão de Assistência Financeira integralmente provisionados, nos termos da Resolução nº. 2.682, integrantes da carteira do Fundo.

PNP<sub>F,D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F.

D: Data de Verificação

F: Faixa de dias de atraso, respeitado os seguintes conjuntos:

- 1) F30: faixa de atraso acima de 30 dias, segundo a Resolução nº. 2.682, provisionado nas faixas de atraso C, D, E, F, e G;
- 2) F60: faixa de atraso acima de 60 dias, segundo a Resolução nº. 2.682, provisionado nas faixas de atraso D, E, F, e G;
- 3) F90: faixa de atraso acima de 90 dias, segundo a Resolução nº. 2.682, provisionado nas faixas de atraso E, F, e G; e
- 4) F120: faixa de atraso acima de 120 dias, segundo a Resolução nº. 2.682, provisionado nas faixas de atraso F e G.

46. Índice de Perda Acumulada: O Índice de Perda Acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

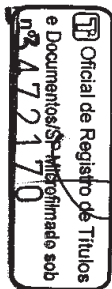
$$Perda_D = \left( \frac{PA_D}{P_D} \right)$$

onde:

Perda<sub>D</sub>: Índice de Perda Acumulada calculado na Data de Verificação.

P<sub>D</sub>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados.

PA<sub>D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes a Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à Data de Verificação, vencido e não pago por prazo



superior a 180 dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Contratos de Concessão de Assistência Financeira cedidos pelo Fundo a um terceiro, que possuam um Direito de Crédito em atraso acima de 180 dias.

D: Data de Verificação.

47. Índice de Pré-pagamentos: o Índice de Pré-pagamento acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PPMT_D = \left( \frac{PP_D}{P_D} \right)$$

onde:

PPMT<sub>D</sub>: Índice de Pré-pagamento acumulado calculado na Data de Verificação.

P<sub>D</sub>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados.

PP<sub>D</sub>: somatório do valor de recursos pagos pelos tomadores sobre os Direitos de Crédito referentes aos Contratos de Concessão de Assistência Financeira a título de liquidação antecipada da totalidade do respectivo Contratos de Concessão de Assistência Financeira, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo e até a Data de Verificação.

D: Data de Verificação.

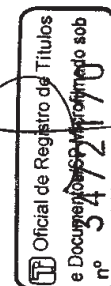
48. Índice de Recompras: o Índice de Recompra acumulado utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Recompra_D = \left( \frac{CM_D}{P_D} \right)$$

onde:

PPMT<sub>D</sub>: Índice de Recompra acumulado calculado na Data de Verificação.

P<sub>D</sub>: somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada até a respectiva Data de Verificação, sem a exclusão de (i) Direitos de Créditos integralmente provisionados e/ou (ii) Direitos de Créditos recomprados.

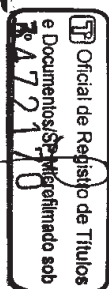




CM<sub>D</sub>: somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito vencidos e inadimplidos recomprados pela Cedente, desde a primeira cessão realizada pelo Fundo.

D: Data de Verificação.

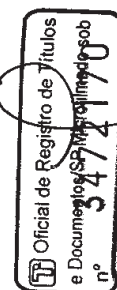
49. Instrução CVM nº 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações posteriores;
50. Portal da Consist: Portal de Suporte & Serviços da Consist, por meio do qual a Sabemi envia mensalmente cobranças, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento, de Direitos de Crédito Inadimplidos devidos por Segurados oriundos do SIAPE, nos termos do Artigo 23, Parágrafo 2º, VII, deste Regulamento;
51. Razão de Garantia: a relação mínima equivalente a 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, nos termos do Artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do site da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br));
52. Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores;
53. Reserva de Fungibilidade: a reserva constituída para minimizar o risco de não ocorrência de repasse dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis pela Sabemi ao Fundo, nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;
54. Reserva de Liquidez: a reserva constituída pelo Administrador em favor do Fundo, a fim de garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento;
55. Resolução CMN nº. 2.682: a Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº. 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme posteriormente alterada.
56. Sabemi: a **Sabemi Seguradora S.A.**, com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Sete de Setembro, n.º 515, térreo, 5º e 9º andares. CEP: 90.010-190 e inscrita no CNPJ sob nº 87.163.234/0001-38;
57. Sabemi Previdência Privada: a **Sabemi Previdência Privada**, entidade aberta de previdência complementar, com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do





Sul, na Rua Sete de Setembro, n.º 515, térreo, 4º andar. CEP: 90.010-190 e inscrita no CNPJ sob n.º 88.747.928/0001-85;

58. SERASA: SERASA S.A.;
59. SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO;
60. Segurados: (a) os titulares de (i) seguro de acidentes pessoais, o qual garante o pagamento de uma indenização aos seus beneficiários, em caso de morte decorrente de acidente coberto, e (ii) plano de previdência privada que celebraram contrato de Assistência Financeira com a Sabemi como um meio de auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros; ou (b) os titulares de seguros ou planos de previdência privada referidos nos itens (a)(i) e (a)(ii) acima, contratados junto à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada e que tenham realizado operações de mútuo e, em seguida, emitido CCB em favor do Banco Cacique, a fim de obter recursos para auxiliar o complemento da respectiva renda, visando ao pagamento de impostos, quitação de dívidas, dentre outros;
61. SIAPE: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal;
62. SUSEP: SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.



**Parágrafo 2º:** O Fundo poderá apresentar Séries de Cotas Seniores com prazos e regras de amortização distintas.

**Parágrafo 3º:** O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409"), bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em Direitos de Crédito.

**Parágrafo 4º:** Para os fins do disposto no parágrafo 4º acima, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir Cotas do Fundo, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores.

**Parágrafo 5º:** Investidores não residentes poderão adquirir Cotas do Fundo, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

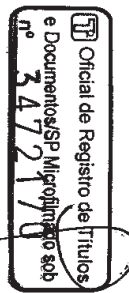
## CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS DO FUNDO

**Artigo 2º:** É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, bem como por Direitos de Crédito Elegíveis representados por CCB, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

**Parágrafo 1º:** A Sabemi mantém convênio com Entes Públicos Conveniados e o Convênio Sabemi para que os valores concedidos a título de Assistência Financeira aos Segurados sejam consignados para desconto em folha de pagamento.

**Parágrafo 2º:** As Cotas Seniores do Fundo buscarão atingir o "Benchmark das Cotas Seniores", conforme definido em cada Suplemento da respectiva série de Cotas Seniores. Atingido o Benchmark das Cotas Seniores, os resultados excedentes do Fundo serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Preferenciais.

**Parágrafo 3º:** As Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo buscarão atingir o "Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais" equivalente à variação do CDI, acrescido de um *spread* de 7,0 % a.a. (sete por cento ao ano). Os resultados do Fundo que excederem ao Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais serão destinados ao pagamento de amortizações e resgates das Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais não possuem *benchmark* de rentabilidade pré-definido.



**Parágrafo 4º:** A aquisição de Cotas Seniores ou Subordinadas do Fundo não representa qualquer garantia ou promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, da Sabemi, da Sabemi Previdência Privada, do Banco Cacique ou dos Segurados acerca da rentabilidade das aplicações de recursos no Fundo.

**Parágrafo 5º:** Resultados e rentabilidades obtidos pelo Fundo no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

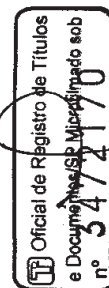
## CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

**Artigo 3º:** Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de Ativos Financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

**Artigo 4º:** Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

**Artigo 5º:** A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis ("Ativos Financeiros") poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- I. Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- II. Títulos de emissão do BACEN;
- III. Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional
- IV. Cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos nas alíneas I, II e III *supra*;



**Parágrafo 1º:** O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora e/ou o Gestor, ou fundos de investimento por eles administrados e/ou geridos, atuem como contraparte do Fundo.

**Parágrafo 2º:** O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

**Parágrafo 3º:** O Gestor envidará seus melhores esforços a fim de que seja aplicado ao Fundo e aos Cotistas o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo. Entretanto, não há garantia de que o tratamento aplicável aos Cotistas, quando da amortização e/ou resgate de suas Cotas, será o mais benéfico dentre os previstos na legislação tributária vigente.

**Artigo 6º:** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

**Parágrafo 1º:** Para o efeito do disposto no *caput*, as operações com derivativos somente podem ser realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

**Parágrafo 2º:** As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade "com garantia".

**Artigo 8º:** Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

**Artigo 9º:** Para que possam ser adquiridos para a carteira do Fundo, os Direitos de Crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis.


I. decorram de Assistência Financeira celebrados entre a Sabemi e os Segurados, cujas Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada;

III. decorram de operações de mútuo representadas por CCB emitidas pelos Segurados em favor do Banco Cacique, e cujos pagamentos estejam consignados em folha de pagamento junto a qualquer dos Entes Públicos Conveniados;

V. tenham seu pagamento efetivado por meio de consignação em folha de pagamento do servidor público ou através de folha de benefícios dos aposentados ou pensionistas do INSS, devidamente autorizada pelo respectivo Segurado;

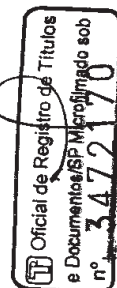
VI. com base na respectiva legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Ente Público Conveniado, somente poderão ser adquiridos Direitos de Crédito cuja autorização para consignação em folha de pagamento somente possa ser cancelada pelo respectivo Segurado com a aquiescência do consignatário;

VII. a idade do Segurado deve ser entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos, inclusive;


 Oficial de Registro de Títulos e Documentos/SP Microfilmado sob nº 3472170

- 14 -

- VIII. devem, obrigatoriamente, contar com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao Fundo em caso de morte do Segurado;
- IX. a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos de Crédito deve ser efetuada em taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório, a ser estabelecida em cada operação de aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo de Direito Creditório. Não obstante, a taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo. Outrossim, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito devem ser efetuadas em taxa de cessão equivalente ao maior entre: (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês; (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observados em ambos os casos o eventual reajuste realizado na forma do inciso X abaixo; ou (iii) o critério estabelecido de comum acordo entre o Gestor e a Cedente, observados os itens (i) e (ii) acima ("Taxa de Cessão");
- X. Caso seja verificado, no último Dia Útil de cada mês ("Data de Verificação"), que a relação entre a Taxa DI desde a primeira cessão ao Fundo até a respectiva Data de Verificação, for superior a 115% (cento e quinze por cento), a Taxa de Cessão, verificada na forma do inciso IX acima, será reajustada na mesma proporção da referida variação da Taxa DI; e
- XI. as cessões de Direitos de Crédito ao Fundo referentes a operações de Assistência Financeira e de mútuos representados por CCB somente poderão ocorrer após o desconto e repasse à Sabemi da primeira parcela da CCB ou do contrato de Assistência Financeira do respectivo Segurado, quando a averbação de tais contratos na respectiva margem consignável do Segurado não ocorrer por meio eletrônico ou de forma automática.



## CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

**Artigo 10:** Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo Custodiante. Para fins do disposto na legislação e no Regulamento, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

- I. o prazo de vencimento das parcelas a serem cedidas ao Fundo deve ser de, no máximo, 60 (sessenta) meses, contados da cessão desde que o vencimento da última parcela não seja posterior ao prazo de duração da respectiva Série de Cotas Seniores emitida;

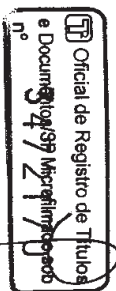
- II. as parcelas a serem cedidas ao Fundo devem ter valor mínimo de R\$ 30,00 (trinta reais);
- III. o limite máximo de concentração por Segurado para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); e
- IV. os Direitos de Crédito a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo.

**Parágrafo 1º:** O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido do Fundo, verificado pelo Custodiante, consta do Anexo IV ao presente Regulamento. Na hipótese de haver proposta para alteração no Anexo IV, esta deverá ser previamente submetida e analisada pela Agência Classificadora de Risco.

**Parágrafo 2º:** Na hipótese do Direito de Crédito Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Custodiante, o Gestor e/ou a Administradora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

**Parágrafo 3º:** Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do Fundo, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Custodiante, do Gestor e/ou da Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito.

**Parágrafo 4º:** A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irrevogável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.



## CAPÍTULO VI – DA ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 11:** As atividades de administração do Fundo serão exercidas pela Administradora.

**Artigo 12:** Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - b) o registro dos cotistas;
  - c) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
  - d) o livro de presença de cotistas;



- Oficial de Registro de Titulos e Documentos**  
**Sistema de Propriedade Industrial**  
**nº 2**

do  
stas

**Artigo 13:** É vedado à Administradora:

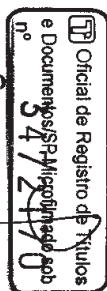
- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

**Parágrafo 1º:** As vedações de que tratam os incisos I a III do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

**Parágrafo 2º:** Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

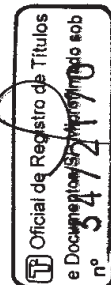
**Artigo 14:** É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- II. realizar operações e negociar com Ativos Financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM nº 356;
- III. aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV. adquirir Cotas do próprio Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM nº 356, bem como neste Regulamento;
- VI. vender Cotas do Fundo a prestação;
- VII. prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;





- VIII. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- IX. obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- X. efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.



### CAPÍTULO VII – DA SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

**Artigo 15:** A Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo indicado no Prospecto, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356.

**Parágrafo Único:** Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

**Artigo 16:** No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de Cotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou b) pela liquidação antecipada do Fundo.

### CAPÍTULO VIII – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

**Artigo 17:** Pelos serviços de administração do Fundo, a Administradora receberá uma taxa de administração equivalente a 0,8% (oito décimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o mínimo mensal de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) ("Taxa de Administração").

**Parágrafo 1º:** A remuneração da Administradora é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido no *caput* deste Artigo sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo 2º:** Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

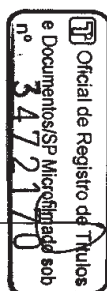
**Parágrafo 3º:** A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

**Parágrafo 4º:** O Fundo não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

## CAPÍTULO IX – DA GESTÃO

**Artigo 18:** O Gestor será responsável pela gestão da carteira do Fundo, de acordo com a Política de Investimento do Fundo prevista neste Regulamento.

**Parágrafo Único:** O Gestor, observadas as limitações legais e da Instrução CVM nº 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do Fundo.



**Artigo 19:** Não obstante o estabelecido no Artigo anterior, é de responsabilidade do Gestor:

- I. Proceder à análise dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- II. Validar a Taxa de Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, conforme o disposto no inciso VII do Parágrafo 1º do Artigo 9º deste Regulamento;
- III. Verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo às Condições de Cessão;
- IV. Executar e supervisionar a conformidade dos investimentos do Fundo com a política de investimentos descrita neste Regulamento;
- V. Monitorar o desempenho do Fundo, a forma de valorização das Cotas e a evolução do valor do patrimônio do Fundo;
- VI. Sugerir à Administradora modificações neste Regulamento no que se refere às competências de gestão dos investimentos do Fundo ou qualquer outra que julgue necessária;

- Parágrafo 1º:** Não será de responsabilidade do Gestor o exercício da administração do Fundo, que compete à Administradora, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, conforme estabelecido neste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** Pelos serviços de gestão de carteira do Fundo e aqueles descritos no *caput*, o Gestor receberá remuneração conforme prevista no Contrato de Gestão.



## CAPÍTULO X – DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

**Artigo 20:** As atividades de custódia e controladoria do Fundo prevista no Artigo 38 da Instrução CVM nº 356 serão exercidas pelo Custodiante.

**Parágrafo 1º:** O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I. receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por operações financeiras;
- II. validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e demais Documentos Representativos do Crédito comprobatórios da operação;
- IV. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- V. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- VI. cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

- 21 -

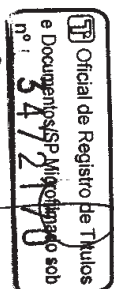
os ou  
idos

**Parágrafo 2º:** As atividades de escrituração de Cotas do Fundo serão realizadas pelo Agente de Escrituração, nos termos do contrato de prestação de serviços de escrituração de cotas.

**Parágrafo 3º:** As Cedentes são contratadas pelo Fundo para atuar (i) como fiéis depositárias dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) como agente de cobrança dos Direitos de Crédito Elegíveis. As Cedentes poderão contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços descritos neste parágrafo.

**Parágrafo 4º:** Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, conforme metodologia definida no Anexo III a este Regulamento, comunicando o resultado desta verificação à Administradora e à Agência Classificadora de Risco do Fundo. Independentemente do disposto neste parágrafo, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto às Cedentes, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito.

**Parágrafo 5º:** Ao realizar a verificação referida no parágrafo 4º acima, o Custodiante apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre a Sabemi e o respectivo Segurado relativo à contratação da Assistência Financeira, bem como de autorização por escrito para o desconto em folha de pagamento.



## CAPÍTULO XI – DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DO FUNDO

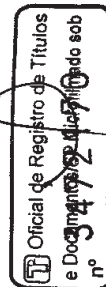
**Artigo 21:** A distribuição das Cotas do Fundo será realizada pela Administradora, a qual poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços.

## CAPÍTULO XII – DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

**Artigo 22:** A política de concessão de crédito aos Segurados, desenvolvida e monitorada pela Sabemi, e pode ser sintetizada como sendo:

- I. Antes da celebração de convênios com Entes Públicos, a Sabemi efetua uma análise prévia do comportamento destes Entes Públicos, buscando identificar eventuais problemas operacionais e financeiros no repasse dos descontos efetuados em folha em operações conveniadas. São também verificadas as condições exigidas pelo Ente Público para a celebração de convênios, para se avaliar a compatibilidade das exigências com os padrões de operação e de segurança da Sabemi. Caso as informações sejam positivas a Sabemi procura então celebrar convênio com o Ente Público analisado.

- II. Após a etapa inicial, a Sabemi, em seu processo de análise de crédito, examina a compatibilidade entre a Assistência Financeira pretendida pelo Segurado e seus vencimentos, sempre observando que cada Ente Público Conveniado estabelece um percentual máximo de descontos a serem permitidos nos vencimentos de seus respectivos servidores.
- III. A partir da definição dos percentuais máximos de descontos permitidos, conforme determinado pelos Entes Públicos, a Sabemi, para definição da operação de Assistência Financeira, leva em consideração a margem consignável do servidor que está disponível no portal dos Entes Públicos, ainda considerando um redutor como margem de segurança da empresa.
- IV. Sendo possível a operação em questão, o passo seguinte na análise é verificar se a Assistência Financeira pretendida se encontra dentro dos parâmetros operacionais definidos pela Sabemi em termos de valor mínimo – R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) – e valor máximo – R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) – para a concessão da Assistência Financeira.
- V. O prazo de duração da Assistência Financeira pretendida deve também estar dentro dos parâmetros de prazo definidos pela Sabemi: mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 72 (setenta e dois) meses.
- VI. Cada Segurado é também analisado em função da sua idade – existem limites diferenciados de idade máxima por Ente Público Conveniado – e existem parâmetros de valores máximos de liberação de Assistência Financeira nas faixas etárias acima de 65 anos. Além disso, sempre que o cliente tiver mais que 70 anos o departamento de crédito efetua uma análise individualizada com contato direto com o interessado.



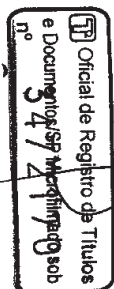
**Parágrafo Único:** O Banco Cacique utiliza a política de concessão de crédito aos Segurados na forma descrita no *caput* deste Artigo, adotando para as CCB os mesmos procedimentos e critérios utilizados pela Sabemi, conforme aplicável.

**Artigo 23:** A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pela Sabemi e/ou Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantêm convênio para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento e sob a supervisão do Custodiante.

**Parágrafo 1º:** As etapas da cobrança consistem em:

- I. Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira ou dos mútuos representados pelas CCB vencida(s) no período;
- II. Os valores descontados são repassados à Sabemi e/ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;
- III. A regularidade dos pagamentos das parcelas da Assistência Financeira é verificada pela Sabemi na mesma data em que os respectivos valores lhe são disponibilizados pelos Entes Públicos Conveniados;
- IV. Havendo diferença entre os valores previstos e os recebidos, a Sabemi questiona o(s) respectivo(s) Ente(s) Público(s) Conveniado(s) sobre a razão do repasse em montante diverso do esperado; apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- V. Os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas de tal recebimento.

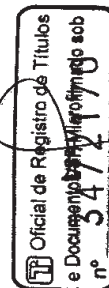
**Parágrafo 2º:** A Sabemi foi contratada pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, para atuar como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:



- I. Após a Sabemi identificar a inadimplência é enviada cobrança através de débito em conta corrente com os Bancos Conveniados, para a conta salário dos Segurados, no valor referente à parcela da Assistência Financeira vencida. Nos casos em que o Segurado devedor seja reincidente é cobrado, além de uma parcela em atraso, também o valor da parcela do mês;
- II. Se a causa da inadimplência é a redução prolongada de margem consignável do Segurado, na hipótese do Segurado assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação à Assistência Financeira (pensão alimentícia judicial, por exemplo), busca-se renegociação de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem consignável do Segurado; toda e qualquer renegociação, refinanciamento ou concessão de desconto dependem de prévia e expressa autorização da Instituição Administradora.



- III. Caso a Sabemi não tenha êxito na cobrança por débito em conta corrente, a Sabemi busca obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;
- IV. Se caso a Sabemi não consiga localizar o Segurado, a Sabemi providencia mensalmente pesquisa em bancos de dados especializados, a higienização da base, atualizando assim os dados cadastrais dos Segurados;
- V. Se decorridos 60 (sessenta) dias e a dívida não foi paga, o Segurado tem seu nome negativado junto ao SERASA;
- VI. Caso o Segurado se apresente e seja feito um acordo, após o primeiro pagamento, a Sabemi providencia a imediata retirada do registro do SERASA;
- VII. Se a causa da inadimplência for de Segurado oriundo do Conveniado SIAPE, a Sabemi envia cobrança mensalmente mediante envio de arquivos, através do Portal da Consist, em datas preestabelecidas pelo Ministério do Planejamento. A Consist processa os arquivos de todos os órgãos cadastrados no SIAPE e enviar ao SERPRO para processamento da folha de pagamento; e
- VIII. Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, é repassado para cobrança Administrativa para contato com a família (ou ente Público Conveniado à qual pertencia o falecido) para solicitar a Certidão de Óbito.



**Parágrafo 3º:** Depois de tomadas todas as providências pela Sabemi para a recuperação das parcelas da Assistência Financeira não pagas pelos Segurados que tenham se desligado do Ente Público Conveniado, são adotadas as providências legais para o registro destas operações como prejuízo, sendo realizadas as devidas provisões referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos.

**Parágrafo 4º:** A Sabemi, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito, é responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, inclusive os Direitos de Inadimplidos, sem que seja devida qualquer contraprestação.

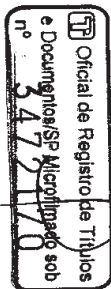
**Parágrafo 5º:** O Custodiante durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos de Crédito ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos de Crédito em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo à Sabemi, se julgar necessário e de acordo com as práticas adotadas pelo mercado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

### CAPÍTULO XIII – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

**Artigo 24:** Para efeito da determinação do valor dos ativos e do Patrimônio Líquido do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

**Parágrafo 1º:** Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao Segurado, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira:

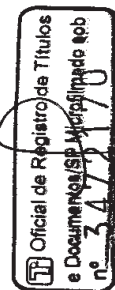
- I. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter seus valores ajustados a valor de mercado (*mark-to-market*), observadas as regras e os procedimentos definidos no manual de marcação a mercado do Custodiante e em acordo com as normas do BACEN e da CVM, aplicáveis aos fundos de investimentos em Direitos de Crédito;
- II. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil;
- III. As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos na regulamentação aplicável em vigor. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão destas desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos;
- IV. Tendo em vista que não há mercado ativo para os Direitos de Crédito Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos;
- V. O Custodiante constituirá, a partir da respectiva data de aquisição de cada Direitos de Crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o disposto na Resolução CMN nº. 2.682. Consiste o provisionamento para créditos de liquidação duvidosa na reserva mensal de valores correspondentes a um percentual dos Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão ("efeito vagão"), conforme o nível de risco adotado, observado que referido nível de risco variará de acordo com os critérios previstos na referida regulamentação;





- VI. Os níveis de risco, provisão e faixas de atraso observarão os seguintes critérios, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº. 2.682, conforme tabela abaixo, sendo que, na data de aquisição, os Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira terão uma provisão inicialmente constituída em valor correspondente a 0,5% (meio por cento);

Nível de Risco	Dias de Atraso	% de Provisão a ser aplicado aos Direitos de Crédito do mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira
AA	0	0,50%
A	Até 14	0,50%
B	15 a 30	1,00%
C	31 a 60	3,00%
D	61 a 90	10,00%
E	91 a 120	30,00%
F	121 a 150	50,00%
G	151 a 180	70,00%
H	Acima de 180	100,00%



- VII. Os Contratos de Concessão de Assistência Financeira que contenham quaisquer Direitos de Crédito inadimplidos classificados como de nível de risco "H" serão transferidos para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos 6 (seis) meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior, permanecendo registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

**Parágrafo 2º:** O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do Fundo será inicialmente atribuído: (i) às Cotas Subordinadas Ordinárias, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas, e, posteriormente, (ii) às Cotas Subordinadas Preferenciais, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos tais recursos, tal descumprimento será atribuído às Cotas Seniores.

**Parágrafo 3º:** Por outro lado, na hipótese do Fundo atingir o *Benchmark* das Cotas Seniores e o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais definidos no Capítulo II toda a rentabilidade a ele excedentes será atribuído inicialmente à recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários. Após referida recomposição do capital investido pelos Cotistas Subordinados Ordinários, a rentabilidade excedente será atribuída exclusivamente às Cotas Subordinadas Ordinárias.

**Parágrafo 4º:** A partir da data da primeira integralização de Cotas, e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- I. no pagamento dos custos correntes do Fundo;
- II. no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional;
- III. no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Seniores;
- IV. no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Preferenciais; e
- V. no pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Ordinárias.

**Parágrafo 5º:** Serão adotados os critérios previstos na Resolução CMN nº 2.682, para a constituição de provisão para liquidação duvidosa para Direitos de Crédito Elegíveis, quando de sua aquisição pelo Fundo.

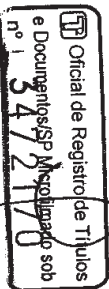
**Parágrafo 6º:** O atraso decorrente da impontualidade no pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis pelo Segurado deverá ensejar, no mínimo mensalmente, a revisão de sua classificação de risco segundo a Resolução CMN nº 2.682.

**Parágrafo 7º:** A classificação do nível de risco será feita com base em critérios consistentes e verificáveis, bem como amparada por informações internas e externas à Administradora, incluindo a classificação de risco atribuída aos Direitos de Créditos Elegíveis pela Agência Classificadora de Risco, nos termos do Parágrafo 6º, acima.

**Parágrafo 8º:** A classificação dos Direitos de Crédito Elegíveis de um mesmo Segurado deve ser definida em função daquela que apresentar maior risco, admitindo-se, excepcionalmente, classificação diversa para determinado Direito de Crédito Elegível, observado o disposto na Resolução CMN nº 2.682.

**Parágrafo 9º:** Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

**Parágrafo 10:** Sem prejuízo do disposto neste Artigo, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado, a Administradora orientará ao Custodiante sobre a provisão a ser registrada.



**Artigo 25:** A primeira valoração das Cotas ocorrerá a partir do primeiro dia útil seguinte à primeira integralização de Cotas Seniores ("Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores"), e a última na data de resgate da última das Cotas em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, o valor unitário das Cotas Seniores será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *Benchmark* das Cotas Seniores. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- I. o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o parágrafo 9º do Artigo 24 deste Regulamento, pelo número de Cotas Seniores emitidas; ou
- II. o valor unitário das Cotas Seniores no dia útil imediatamente anterior acrescido do *Benchmark* das Cotas Seniores *pro rata* no período, conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas "a", "b" ou "c" deste inciso:
  - a) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

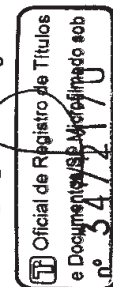
$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{\text{SobretaxaSenior } n}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{\text{SpreadSenior } n}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série "n", terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSn_T = VCSn_{T-1} \times \left( \frac{\text{Taxa Pr é}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}}$$

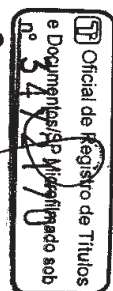


onde:

$VCS_{nT}$  valor de cada Cota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "T".

$VCS_{nT-1}$  valor de cada Cota Sênior da Série "n" para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "T". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VCS_{nT-1}$  é igual a R\$ 1.000,00 (mil reais).

$CDI_{T-1}$  Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis) (a "Taxa DI"), referente ao dia útil anterior à data "T". Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1} = 11,50$ .



$Sobretaxa_{Senior_n}$  percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma do item "a" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se a Sobretaxa da Cota Senior definida no Suplemento for 120%, então  $Sobretaxa_{Senior_n} = 120$ .

$Spread_{Senior_n}$  *spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma do item "b" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se o *spread* da Cota Senior for 2,40% ao ano, então  $Spread_{Senior_n} = 2,4$ .

$Taxa_{Pré_n}$  percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Sênior da Série "n" ser apurado na forma do item "c" acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "n". Exemplo: Se a *Taxa Pré* definida no Suplemento for 20% ao ano, então  $Taxa_{Pré_n} = 20$ .

**Parágrafo 1º:** A partir do primeiro dia útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Preferenciais, o valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização ou resgate. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Subordinadas Preferenciais, desde que o patrimônio do Fundo o permita, buscará atingir rentabilidade do *Benchmark das Cotas Subordinadas Preferenciais*. As Cotas Subordinadas Preferenciais terão seu valor unitário calculado conforme uma das alíneas abaixo, conforme o caso:

- I. caso a Cota Subordinada Preferencial não atinja o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, o cálculo do seu valor unitário considerará (a) o valor do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o parágrafo 9º do Artigo 24 deste Regulamento, deduzido (b) do valor das Cotas Seniores em circulação, e dividido pelo número de Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação na respectiva data de cálculo; ou
- II. caso a Cota Subordinada Preferencial atinja o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais, seu valor unitário será aferido através do cálculo do valor unitário das Cotas Subordinadas Preferenciais no dia útil imediatamente anterior acrescido do *Benchmark* das Cotas Subordinadas Preferenciais *pro rata* no período; conforme 1 (uma) das 3 (três) opções de remuneração previstas nas alíneas "a", "b" ou "c" deste inciso:

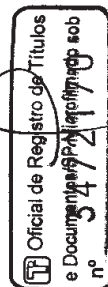
- a) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left\{ \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left( \frac{SobretaxaSubPn}{100} \right) + 1 \right\},$$

- b) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left[ \left( \frac{CDI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{SpreadSubPn}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}},$$

- c) após a 1ª Data de Emissão, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate,



calculado todo dia útil pela Administradora, de acordo com a seguinte expressão:

$$VCSPn_T = VCSPn_{T-1} \times \left( \frac{Taxa Pré}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}},$$

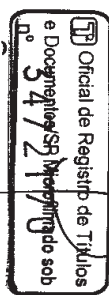
onde:

$VCSPn_T$

valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado para a data "T".

$VCSPn_{T-1}$

valor de cada Cota Subordinada Preferencial para efeito de cálculo de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado no dia útil imediatamente anterior à data "T". No caso de o cálculo ser efetuado no dia útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQSn_{T-1}$  é igual a R\$ 1.000,00 (mil reais).



$CDI_{T-1}$

Taxa DI-over, média, extra grupo, divulgado pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), expressa na forma percentual, em base anual (252 dias úteis) (a "Taxa DI"), referente ao dia útil anterior à data "T". Exemplo: Se Taxa DI over do dia útil anterior for 11,50%, então  $DI_{T-1} = 11,50$ .

$SobretaxaSubP_n$

percentual aplicado sobre a Taxa DI, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item "a" acima.

$SpreadSubP_n$

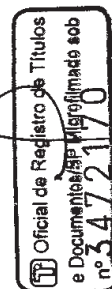
*spread* da Cota na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item "b" acima, observado o definido no Artigo 2º, parágrafo 3º deste regulamento. Exemplo: Se o *spread* da Cota Subordinada Preferencial for 7,00% ao ano, então  $SpreadSubP_n = 7,0$ .

$Taxa Pré_n$

percentual a ser utilizado exclusivamente na hipótese de o valor das

Cotas Subordinadas Preferenciais ser apurado na forma do item "c" acima.

**Parágrafo 2º:** A partir do primeiro dia útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Ordinárias, o valor de cada Cota Subordinada Ordinária será equivalente ao maior entre zero e o valor do patrimônio líquido (i) subtraído (a) do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em circulação e (b) do somatório do valor atualizado das Cotas Subordinadas Preferenciais em circulação; e (ii) dividido pelo número de Cotas Subordinadas Ordinárias em Circulação.



#### CAPÍTULO XIV – DOS FATORES DE RISCO

**Artigo 26:** Não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e/ou o Gestor mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Cotista.

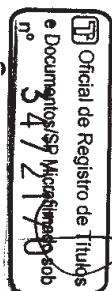
**Parágrafo Único:** Os recursos que constam na carteira do Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- I. **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;
- II. **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Gestor a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Cotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.



40

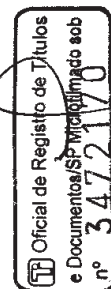
- III. **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas.
- IV. **Risco de Descontinuidade:** o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente ao término do seu prazo de duração ou do prazo de resgate das respectivas séries de cotas. Deste modo, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- V. **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.
- VI. **Risco de Concentração:** O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Segurado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Segurado.
- VII. **Risco de Concentração em poucos Cedentes:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi e das operações de mútuo entre o Banco Cacique e os Segurados e da capacidade destes originarem Direitos de Crédito Elegíveis.
- VIII. **Risco de Descasamento:** Os Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas tem como um dos parâmetros o CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o Gestor, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar





substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas, inclusive Seniores.

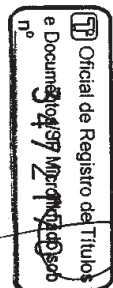
- IX. **Risco relacionado à emissão de novas Cotas:** O Fundo poderá, a qualquer tempo, emitir novas Cotas, independentemente de aprovação dos atuais Cotistas, observado o disposto no Capítulo XV deste Regulamento e os procedimentos exigidos pela Instrução CVM 356. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.
- X. **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Segurados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.
- XI. **Riscos Associados aos Segurados:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira e/ou das CCB, respondendo pelo saldo a pagar apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira e/ou dos mútuos contraídos, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.
- XII. **Risco de Fungibilidade:** Em seu curso normal, os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos dos Segurados e repassados à instituição conveniada, a qual poderá ser a própria Sabemi ou a Sabemi Previdência Privada, sendo que, caso esta última receba tais recursos, é realizado o seu respectivo repasse à Sabemi previamente ao pagamento ao Fundo. Desse modo, uma vez que os valores referentes aos Direitos de Crédito transitarão por contas bancárias da Sabemi e/ou da Sabemi Previdência Privada até o seu recebimento pelo Fundo, há o risco de que tais recursos não sejam repassados ao Fundo nos prazos



estabelecidos neste Regulamento, por exemplo, por motivo de intervenção ou indisponibilidade de recursos da Cedente e/ou da Sabemi Previdência Privada, ou, ainda, em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.

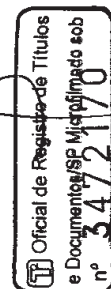
XIII. **Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira e os mútuos representados pelas CCB contraidos pelos Segurados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Segurados. Nesta hipótese, a carteira do Fundo pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.

XIV. **Risco Operacional de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e/ou dos mútuos representados pelas CCB e o repasse à Sabemi dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a Sabemi, a Administradora ou o Gestor controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.



XV. **Risco Operacional de Cobrança, do Originador e de Fluxo Financeiro:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito são realizadas pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados ou das operações de mútuo representativas das CCB sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do mútuo representado pelas CCB ou pelo contrato da Assistência Financeira vencida(s) no período e repassam os valores descontados à Sabemi por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado, podendo tal instituição ser a própria Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada, a qual nesta hipótese atua como agente de recebimento dos valores devidos e os repassa à Sabemi. Em seguida, tais valores são repassados pela Sabemi ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao eventual risco de atraso ou não ocorrência do repasse dos valores recebidos pela Sabemi Previdência Privada, atuando como agente de recebimento, à Sabemi, bem como ao risco de atraso ou não ocorrência do repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

XVI. **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Segurados é viabilizado por convênios celebrados entre a Sabemi, a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o Fundo, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo, o que lhe pode ser prejudicial.



XVII. **Risco do Originador e de Originação:** Os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique, o que pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não constância da concessão de mútuo representado por CCB pelo e/ou Banco Cacique e de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta em originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pela Sabemi ou pelo Banco Cacique contra os Segurados. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Sabemi na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Segurado no Contrato de Concessão de Assistência Financeira ou dos mútuos representados por CCB. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

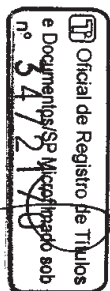
XVIII. **Riscos do Mercado Secundário:** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, apresenta baixa liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

**XIX. Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

**XX. Risco de Resgate das Cotas do Fundo em Direitos de Crédito:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

**XXI. Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

**XXII. Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos de Crédito:** O Custodiante realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos de Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. O Cedente poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados, de comprovada competência e idoneidade, para realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, os quais estarão sob inteira responsabilidade da Cedente, permanecendo esta como fiel depositário dos Documentos Representativos do Crédito, não havendo, portanto, qualquer superposição de funções entre o Cedente e eventual terceiro contratado por esta. Neste caso o Cedente ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelo fato de o terceiro contratado estar localizado em endereço distinto do Cedente.



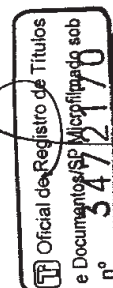
**XXIII. Risco relacionado à liquidação antecipada pelos Segurados dos Contratos de Assistência de Concessão Financeira:** Os Segurados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Concessão de Assistência Financeira e/ou de mútuos representados pelas CCB cedidas

ao Fundo, o que poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos neste Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

**XXIV. Ausência de Notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese da Cedente deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da Cedente dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos de Crédito relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.

**XXV. Riscos de Exequibilidade das CCB:** A CCB é um título de crédito que foi criado pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores. De acordo com esta lei, a CCB caracteriza-se por ser um título executivo extrajudicial. Assim sendo, pelo fato da CCB constituir-se em um título executivo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento dos Segurados é mais célere. Entretanto, em virtude de questionamentos judiciais, a 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem decidido que a CCB não possui força executiva, uma vez que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de "forma", estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores, não seriam válidas. Neste caso, a CCB não poderia ser considerada como título executivo extrajudicial e, portanto, sua exequibilidade estaria comprometida. Tendo em vista que o Fundo, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir Direitos Creditórios representados por CCB, há o risco da exequibilidade destas ser judicialmente contestada segundo o entendimento da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dificultando, desta forma, a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos Creditórios Inadimplidos representados por CCB.

**XXVI. Risco de Questionamento Judicial:** Assim como as CCB cedidas ao Fundo, a Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, tais como o questionamento de eventual abusividade nas taxas de juros praticadas pela Sabemi, bem como eventual vício dos Documentos Representativos dos Créditos que impeça a efetiva exigibilidade do crédito (ausência de assinaturas, ilegitimidade de representação, entre outros). Nestes





casos, as CCB e a Assistência Financeira poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, consequentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

**XXVII. Risco de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória:** O Fundo poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira do Fundo podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

**XXVIII. Risco de conflito de interesses com os Cedentes:** A Sabemi e/ou o Banco Cacique atuará como Cedente, sendo que apenas a Sabemi atuará como agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas.

**XXIX. Demais Riscos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplimento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

**Artigo 27:** As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS

**Artigo 28:** As Cotas do Fundo serão de classe Sênior e Subordinada, sendo que as Cotas Subordinadas são subdividas em (i) Cotas Subordinadas Preferenciais e (ii) Cotas Subordinadas Ordinárias. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista.

**Parágrafo 1º:** Apenas as Cotas Seniores serão objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

**Parágrafo 2º:** As Cotas Subordinadas Preferenciais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

**Parágrafo 3º:** As Cotas Subordinadas Ordinárias serão emitidas em lote único e indivisível, e serão subscritas e integralizadas única e exclusivamente pela Sabemi, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

**Artigo 29:** As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais serão objeto de classificação de risco (*rating*) pela Agência Classificadora de Risco e será feita uma reavaliação periódica a cada trimestre. As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco.

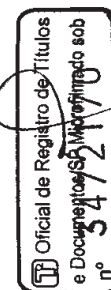
**Parágrafo Único:** Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I. comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo indicado no Prospecto ou através de correio eletrônico; e
- II. envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

**Artigo 30:** A integralização, a amortização e o resgate de Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

**Parágrafo 1º:** Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** Será admitida a integralização total ou parcial de Cotas Subordinadas Ordinárias do Fundo, com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como os critérios definidos no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das Cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da Cota Subordinada Ordinária seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.



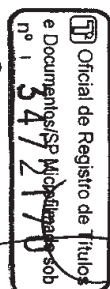
**Parágrafo 3º:** As Cotas Subordinadas Ordinárias poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.

**Artigo 31:** Na emissão de Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo. Para fins de amortização e resgate das Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

**Parágrafo 1º:** As Cotas Seniores da 1ª Série, bem como as Cotas Subordinadas terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Cotas da respectiva Série.

**Parágrafo 2º:** O preço de subscrição das Cotas Seniores de cada Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

**Artigo 32:** No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição que será autenticado pela Administradora. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de cotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.



**Artigo 33:** A critério da Administradora, novas Cotas do Fundo, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução CVM nº 356 e os limites estipulados neste Regulamento. Assim sendo, o Fundo poderá distribuir e manter séries distintas de Cotas Seniores concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada Série, definido no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, nos termos do Anexo I e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas Seniores, nos termos do Artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 356.

**Parágrafo 1º:** Não haverá direito de preferência para os Cotistas da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo, ou para os Cotistas de quaisquer das Séries subsequentes à 1ª Série, na aquisição de Cotas de eventuais novas séries de Cotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

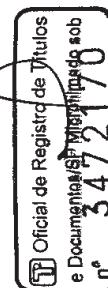
**Parágrafo 2º:** Na emissão de Cotas mencionadas no *caput*, a Administradora deverá emitir tantas Cotas Subordinadas Ordinárias e Preferenciais quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das Cotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo, nos termos do Artigo 45 deste Regulamento.



**Parágrafo 3º:** As Cotas mencionadas no *caput* deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a subscrição de Cotas, a contar da data da publicação do referido anúncio no periódico utilizado para divulgação de informações relativas ao Fundo.

**Parágrafo 4º:** O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a Administradora solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

**Artigo 34:** As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, da CETIP. Ainda, as Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais emitidas pelo Fundo serão registradas para negociação no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados.



**Artigo 35:** As Cotas emitidas pelo Fundo não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

**Artigo 36:** As amortizações de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, conforme Anexo I deste Regulamento, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

**Parágrafo Único:** Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no Artigo 45 deste Regulamento.

**Artigo 37:** A Administradora deverá constituir Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os Ativos Financeiros:

- I. A partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

- II. A partir de 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 75% (setenta e cinco) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
- III. A partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

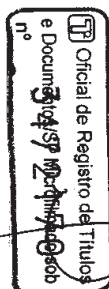
**Parágrafo Único:** Caso a Administradora verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito no *caput*, a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

**Artigo 38:** As Cotas Subordinadas Preferenciais e Ordinárias somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o Fundo atenda a todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento e no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas as hipóteses previstas no Artigo 39, e seu parágrafo único, deste Regulamento.

**Artigo 39:** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Preferenciais representarem percentual superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Preferenciais poderão ser amortizadas, desde que observados os seguintes critérios:

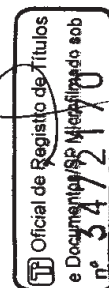
- I. as Cotas Subordinadas Ordinárias não poderão representar percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- II. as Cotas Subordinadas Preferenciais serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista no *caput* deste Artigo. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista neste Regulamento.

**Parágrafo 1º:** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, observado o disposto no parágrafo 2º abaixo, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do



Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representarem percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Ordinárias poderão ser amortizadas mediante solicitação da Sabemi, desde que observados os seguintes critérios:

- I. a Reserva de Liquidez deverá estar devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- II. o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- III. na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo III e Anexo IV deste Regulamento não tenham sido excedidos; e
- IV. as Cotas Subordinadas Preferenciais não representem percentual inferior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
- V. as Cotas Subordinadas Ordinárias serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista neste parágrafo. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista neste Regulamento.



**Parágrafo 2º:** Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização, com o consequente resgate, das Cotas Seniores de cada uma das Séries de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

**Artigo 40:** A amortização das Cotas Seniores de quaisquer das Séries do Fundo poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de Cotas previstos para cada Série, na impossibilidade de enquadramento do Fundo à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

**Parágrafo Único:** A antecipação do início da amortização de Cotas Seniores do Fundo poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

**Artigo 41:** O pagamento das amortizações das Cotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores.

**Artigo 42:** Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de Cotas ou de sua liquidação.

**Parágrafo 1º:** Por ocasião do resgate de que trata o *caput*, a Administradora observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Capítulo XXI deste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** O Fundo não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do disposto neste parágrafo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 2º do Artigo 17 deste Regulamento.

#### **CAPÍTULO XVI – DA RESERVA DE FUNGIBILIDADE E DA RESERVA DE LIQUIDEZ**

**Artigo 43:** Para minimizar o risco de não ocorrência de repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição de cada Série de Cotas Seniores, uma Reserva de Fungibilidade no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.

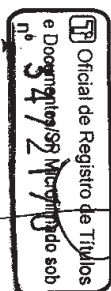
**Parágrafo 1º:** Os recursos da Reserva de Fungibilidade integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais valores recebidos pela Sabemi advindos dos Direitos de Crédito Elegíveis e não repassados ao Fundo nos termos deste Regulamento.

**Parágrafo 2º:** Os recursos da Reserva de Fungibilidade serão alocados exclusivamente para aquisição dos títulos previstos nos inciso I, II e III do Artigo 5º deste Regulamento.

**Artigo 44:** Para garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis, a Administradora constituirá, desde o momento inicial de subscrição das Cotas Seniores de cada Série, uma Reserva de Liquidez no montante equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) valor do somatório dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, apurado na última Data de Verificação.

**Parágrafo 1º:** Os recursos da Reserva de Liquidez integrarão o patrimônio do Fundo e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos de Crédito Elegíveis.

**Parágrafo 2º:** Os recursos da Reserva de Liquidez serão alocados exclusivamente para aquisição dos títulos previstos nos inciso I, II e III do Artigo 5º deste Regulamento.



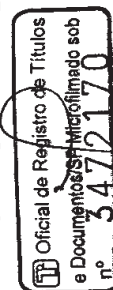
## CAPÍTULO XVII – DA RAZÃO DE GARANTIA

**Artigo 45:** Em conformidade com o Artigo 24, inciso XV, da Instrução nº 356, a relação entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores será de 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do *site* da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)).

**Parágrafo 1º:** Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, ou seja, caso: (i) as Cotas Subordinadas representem percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representem percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I. A Administradora imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.
- II. A Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Sabemi, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:
  - a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no *caput* e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará à Sabemi que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
  - b) informará à Sabemi o número mínimo de Cotas Subordinadas Ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.
- III. A Sabemi deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II, alínea “a”, deste parágrafo, tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido do Fundo e Cotas Seniores mencionada no *caput*.

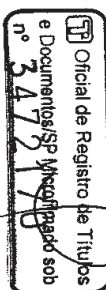
**Parágrafo 2º:** Em razão do disposto no *caput*, a Administradora poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas Ordinárias do Fundo a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação patrimonial prevista neste Artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XV deste Regulamento.



## CAPÍTULO XVIII – DA ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 46:** Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II. alterar o Regulamento do Fundo, exceto em relação ao disposto no inciso VI abaixo;
- III. deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Gestor;
- IV. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de Taxa de Administração que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do Fundo; e
- VI. deliberar sobre a alteração do prazo de duração de cada Série de Cotas Seniores do Fundo, do *Benchmark* das Cotas Seniores, bem como de quaisquer outras características conforme definido em cada Suplemento anexo ao Regulamento do Fundo.



**Parágrafo Único:** O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

**Artigo 47:** A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

**Parágrafo Único:** Somente pode exercer as funções de Representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I. ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- II. não exercer cargo ou função na Administradora, no Gestor, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III. não exercer cargo no Cedente.



**Artigo 48:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) indicados no Prospecto, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º:** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

**Parágrafo 2º:** Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Parágrafo 3º:** Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

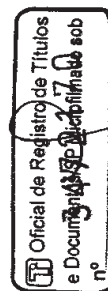
**Parágrafo 4º:** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

**Parágrafo 5º:** Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

**Artigo 49:** Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

**Artigo 50:** Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto no parágrafo 1º deste Artigo.

**Parágrafo 1º:** As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 46, incisos III a V, deste Regulamento, serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.



**Parágrafo 2º:** As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 46, inciso VI, dependerão de aprovação, em Assembleia Geral, de Cotistas Seniores que representem 67% (sessenta e sete por cento) das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

**Parágrafo 3º:** Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

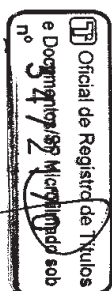
**Parágrafo 4º:** Não têm direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas a Administradora e seus empregados.

**Artigo 51:** As decisões da Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

**Parágrafo Único:** A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

**Artigo 52:** As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I. lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas;
- II. cópia da ata da Assembleia Geral de Cotistas;
- III. exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV. modificações procedidas no prospecto.



## CAPÍTULO XIX – DOS EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

**Artigo 53:** O Fundo deverá suspender a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, na hipótese de verificação de qualquer um dos seguintes índices:

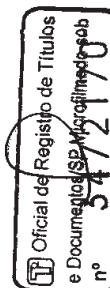
- I. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- II. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 20% (vinte por cento);
- III. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- IV. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 10% (dez por cento);
- V. Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 8% (oito por cento);



- VI. Índice de Pré-Pagamento superior a 50% (cinquenta por cento);
- VII. Índice de Recompra superior a 20% (vinte por cento); e
- VIII. Após 6 (seis) meses da Data de Emissão, o Índice de Excesso de Spread inferior a 0,5% (cinco décimos por cento).

**Parágrafo 1º:** Para fins de cálculo dos índices relacionados nos incisos I a VIII do *caput* será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada da Data de Verificação. Os índices relacionados nos incisos I a VIII do *caput*, serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um Evento de Suspensão de Aquisição de Direitos de Crédito.

**Parágrafo 2º:** A suspensão de aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis pelo Fundo permanecerá válida até o momento em que se verifique que todos os índices descritos nos incisos I a VIII do *caput* não excedam os limites acima relacionados.

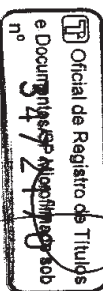


## CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

**Artigo 54:** Na hipótese de ocorrência de qualquer uma das situações a seguir descritas, caberá à Administradora, ao Gestor, ao Custodiante, ou aos Cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Gestor e pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Cotistas:

- I. caso ocorra um evento de suspensão de aquisição de Direitos de Crédito por mais de 03 (três) meses consecutivos;
- II. inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo Custodiante;
- III. renúncia da Administradora à administração do Fundo;
- IV. inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º do Artigo 20 deste Regulamento, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- V. aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V deste Regulamento, verificada pelo Custodiante;

- VI. rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores ou das Cotas Subordinadas Preferenciais do Fundo em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- VII. não subscrição, por qualquer motivo, pela Sabemi, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do Parágrafo 1º, do Artigo 45, de tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;
- VIII. inobservância pela Sabemi e/ou pelo Banco Cacique dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Cobrança e Depósito com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificada pela Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, a Sabemi e/ou o Banco Cacique não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;
- IX. não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das Cotas Seniores;
- X. caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores ou às Subordinadas Preferenciais por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- XI. se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos cotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias;
- XII. ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;
- XIII. existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos de Crédito não foram regularmente e devidamente formalizados;
- XIV. caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior.



**Parágrafo Único:** Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Cotas Subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no Artigo 57, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

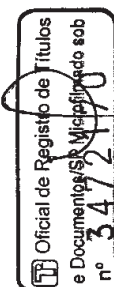
**Artigo 55:** Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

## CAPÍTULO XXI – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

**Artigo 56:** Cada Série de Cotas Seniores do Fundo será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

**Artigo 57:** O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- I. por deliberação de Assembleia Geral de Cotistas, nas hipóteses descritas no Artigo 45, parágrafo 1º e Artigo 16, II, “b”, ambos deste Regulamento;
- II. se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- III. caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- IV. caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- V. se houver amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- VI. impossibilidade do Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua política de investimentos;
- VII. se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da Sabemi;
- VIII. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 35% (trinta e cinco por cento);
- IX. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 30% (trinta por cento);
- X. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento);



- XI. Caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 15% (quinze por cento);
- XII. Caso o Índice de Perda Acumulada, represente percentual superior a 12% (doze por cento);
- XIII. Caso o Índice de Pré-Pagamento seja superior a 70% (setenta por cento); e
- XIV. Caso o Índice de Recompra seja superior a 30% (trinta por cento).

**Parágrafo 1º:** Os índices relacionados nos incisos VIII a XIV do *caput*, serão calculados pelo Custodiante na Data de Verificação, cabendo à Administradora analisá-los para fins da verificação ou não de um Evento de Liquidação. Para fins de cálculo dos referidos índices, será utilizada a média móvel de 3 (três) meses do respectivo índice, calculada na Data de Verificação.

**Parágrafo 2º:** Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembleia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

**Parágrafo 3º:** Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os Cotistas do Fundo poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do Fundo, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

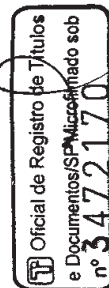


**Parágrafo 4º:** Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos Cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

**Parágrafo 5º:** A Administradora deverá notificar os cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas após a constituição do referido condomínio.

**Parágrafo 6º:** Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em circulação.

**Artigo 58:** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de Cotas do Fundo definidos no Artigo 57 acima. A Administradora deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos cotistas dissidentes de que trata o parágrafo 2º do Artigo 57 supra.



**Artigo 59:** Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o Artigo 24, parágrafo 1º, deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas. O eventual excedente será destinado prioritamente ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Preferenciais, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se:

- I. os Cotistas Subordinados poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 56, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no Artigo 24, parágrafo 1º, deste Regulamento, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, e;
- II. que Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o Artigo 24, parágrafo 1º, deste Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

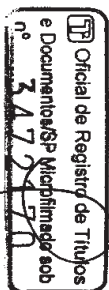
**Parágrafo Primeiro:** Após o pagamento integral das Cotas Subordinadas Preferenciais, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o eventual excedente será destinado ao pagamento dos titulares de Cotas Subordinadas Ordinárias, conforme a respectiva quantidade de Cotas de cada titular, observando-se o disposto nos incisos I e II do caput deste Artigo.

**Parágrafo Segundo:** A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, e; ii) que cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

## CAPÍTULO XXII – DOS ENCARGOS DO FUNDO

**Artigo 60:** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração prevista neste Regulamento:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento do Fundo ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação; e
- X. despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- XI. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, na forma do inciso I do art. 31 da Instrução CVM nº 356.



**Parágrafo Único:** Quaisquer despesas não previstas neste Artigo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

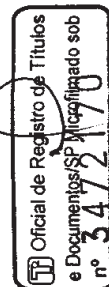
## CAPÍTULO XXIII – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

**Artigo 61:** A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante

relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**Parágrafo 1º:** A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo.

**Parágrafo 2º:** Em caso de substituição do periódico indicado pela Administradora no Prospecto do Fundo, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.



**Artigo 62:** A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I. o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III. o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**Artigo 63:** A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até:

- I. 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, o informe mensal à CVM, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página da CVM; e
- II. 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

**Artigo 64:** As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**Parágrafo 1º:** O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de abril e encerramento em 31 de março de cada ano.



**Parágrafo 2º:** Aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo BACEN, observado que, aos exercícios sociais do Fundo iniciados a partir de 1º de agosto de 2011, aplicar-se-ão as disposições da Instrução CVM nº 489, 14 de janeiro de 2011.

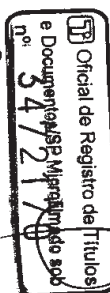
#### CAPÍTULO XXIV – DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

**Artigo 65:** O Gestor deste Fundo adota política de exercício de direito de voto (“Política de Voto”) em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários de titularidade do Fundo que confirmam a este o direito de voto.

**Parágrafo Único:** A versão integral da Política de Voto do Gestor encontra-se disposta no website desta no endereço: <http://www.polocapital.com/cartas/PoliticaDeVoto-FundosDeInvestimentoPolo-30-Jun-08.pdf>.

#### CAPÍTULO XXV – DO FORO

**Artigo 66:** Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.



São Paulo, 07 de dezembro de 2012.

José Roberto Mattias  
Procurador

Luís Locaspi  
Procurador

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,  
CÂMBIO E COMMODITIES  
Instituição Administradora do

POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I



## ANEXO I – SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, administrado por **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**.

**1. Prazo.** O prazo de duração da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores.

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 1ª Série.** A 1ª Série de Cotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do Fundo, possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano.

**2.1.** Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, da Sabemi, do Banco Cacique ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

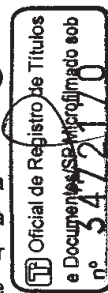
**3. Avaliação de Risco – Rating.** A 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo obterá classificação de risco a ser preparada pela agência Standard & Poors.

**4. Quantidade.** Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores.

**5. Valor Inicial de Emissão.** O valor inicial de emissão unitário de Cotas Seniores da 1ª Série é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observada uma aplicação mínima inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por investidor, não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

**6. Valor de Subscrição.** Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.

**6.1.** Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente a Data da 1ª Integralização de Cotas do Fundo, será utilizado o valor de abertura da Cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.



**7. Distribuição.** A distribuição da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo, ofertadas publicamente, será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo.

**7.1.** A Oferta Pública de Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo será composta por 65.000 (sessenta e cinco mil) Cotas Seniores, com Valor Unitário Inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais). A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 22.750 (vinte e duas mil e setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, e consequentemente 12.250 (doze mil e duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.000 (sete mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Emissão do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo 3º do Artigo 33 do Regulamento.

**7.2.** A Administradora deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 45 deste Regulamento.

**8. Amortização e Resgate.** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, as Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VCS(T) \times (1/(54 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VCS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

**8.1.** O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

**8.2.** O resgate das Cotas Seniores ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores.

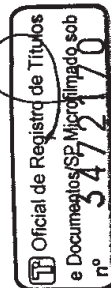


8.3. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 8.1 e 8.2, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.4. As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observados o disposto no Artigo 39 do Regulamento e seus parágrafos, respectivamente, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês e o 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo.

8.5. Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.



José Roberto Mattia  
Procurador

São Paulo, 21 de junho de 2011.

Luís Locaspi  
Procurador

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E  
COMMODITIES**

Instituição Administradora do  
**POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS I**

## ANEXO II – TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco do  
POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I

Nome/Razão Social do Cotista: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_ VALOR (R\$) \_\_\_\_\_

Na qualidade de subscritor de Cotas [Seniores/Subordinadas Preferenciais/Subordinadas Ordinárias] de emissão do POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I ("Fundo) administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários ("Administradora"), venho, por meio do presente Termo de Adesão ao Regulamento ao Fundo, declarar o quanto segue:

I - Ter recebido um exemplar do Regulamento e do Prospecto da Oferta de Cotas do Fundo, administrado pela Administradora e cuja gestão da carteira é exercida pela Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., com sede na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22440-030, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.451.668/0001-79, autorizada pela CVM a prestar os serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, nos termos do meio do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003 ("Gestor");

II - Ter lido e compreendido os termos, cláusulas e condições do Regulamento, cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente, especialmente quanto à Política de Investimento adotada pelo Fundo;

III - Ter ciência dos riscos envolvidos nas operações realizadas pelo Fundo, os quais encontram-se descritos no Regulamento e no Prospecto do Fundo;

IV - Ter conhecimento e concordar com a possibilidade de ocorrência de perda do capital investido, no todo ou em parte, ou por eventuais prejuízos da carteira, em virtude da adoção da política de investimento prevista no Regulamento;

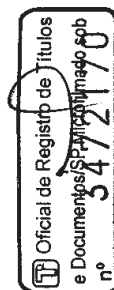
V - Ter ciência de que, não obstante a diligência do Administrador e do Gestor, os investimentos em fundos de investimento, por sua própria natureza, estão sempre sujeitos a riscos. Por este motivo, o Administrador e o Gestor não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira ou perda da rentabilidade, ou



mesmo do capital investido, no todo ou em parte, salvo nos casos de sua comprovada negligência ou má-fé;

VI - Estar ciente de que os investimentos no Fundo não possuem garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante do Fundo e/ou do Fundo Garantidor de Créditos, de acordo com a legislação brasileira, e que a rentabilidade passada e simulações de carteira do Fundo não constituem garantia de rentabilidade futura;

VII - Estar ciente de que as Cotas Seniores [e as Cotas Subordinadas] emitidas pelo Fundo, objeto de distribuição pública, não são adequadas a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação tanto de cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios como de direitos de créditos apresenta atualmente baixa liquidez, não havendo nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das cotas que possibilite aos investidores a alienação de suas cotas, caso estes assim decidam;



VIII - Obrigar-se a manter a documentação cadastral atualizada, de acordo com as regras vigentes;

IX - Estar ciente de que o Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, e que preenche os requisitos de investidor qualificado, nos termos da regulamentação editada pela CVM, estando desta forma apto a investir no Fundo, razão pela qual, neste ato, assina também a "DECLARAÇÃO DE INVESTIDOR QUALIFICADO", junto ao Administrador do Fundo.

As declarações ora prestadas são a expressão da verdade.

Sendo assim, o Investidor adere expressamente aos termos, cláusulas e condições do Regulamento.

O presente instrumento é irrevogável e irretratável, vinculando o Investidor por si, seus herdeiros e sucessores.

Os termos utilizados neste Termo de Adesão, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

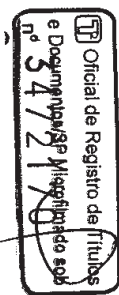
\_\_\_\_\_  
[NOME/DENOMINAÇÃO DO INVESTIDOR]  
CPF/CNPJ:

### ANEXO III – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM

Em decorrência do significativo volume, rotatividade e valores dos tickets médios das operações de crédito consignado, a metodologia a ser utilizada pelo Custodiante para a realização dos procedimentos de auditoria de lastro dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo contempla:

**(i) Amostra para Auditoria de Lastro:** Amostra probabilista simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, a proporcionalidade em relação à diversificação de devedores, quantidade e valor médio dos Direitos de Crédito, com nível de confiança de 90% (noventa por cento) e erro tolerável aceitável de até 10% (dez por cento). Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$



Onde:

$\xi_0^2$ : Erro estimado;

A: Tamanho da amostra;

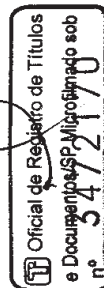
N: População total;

$n_0$ : Fator amostral.

**(ii) Amostra para procedimentos de cobrança:** 100% (cem por cento) dos itens inadimplentes da amostra selecionada para auditoria do lastro.

**ANEXO IV – LIMITE MÁXIMO DE CONCENTRAÇÃO POR ENTE PÚBLICO CONVENIADO,  
EM TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO**

Ente Público Federal Conveniado	Limite Máximo em relação ao Patrimônio Líquido
Exército Brasileiro	50%
Marinha do Brasil	50%
Aeronáutica	50%
SIAPE	100%
INSS	50%
Demais Entes Públicos Estaduais e Municipais Conveniados	10% (com limite individual de 2,5% por Ente Público Conveniado inserido nesta categoria)



\*\*\*

72

## ANEXO V – SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Suplemento nº 02 referente à 2ª Série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, administrado por **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**.

**1. Prazo.** O prazo de duração da 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da 2ª Série.

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 2ª Série.** A 2ª Série de Cotas Seniores possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), *acrescida de 2,30%* (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano.

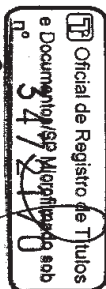
**2.1.** Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, da Sabemi, do Banco Cacique ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

**3. Avaliação de Risco – Rating.** A 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo, bem como as Cotas Subordinadas Preferenciais, obterão classificação de risco a ser preparada pela agência Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40. As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco. Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Preferenciais, serão adotados os seguintes procedimentos: (i) comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo indicado no Prospecto ou através de correio eletrônico; e (ii) envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

**4. Quantidade.** Serão emitidas até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores.

**5. Valor Inicial de Emissão.** O valor inicial de emissão unitário de Cotas Seniores da 2ª Série é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observada uma aplicação mínima inicial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por investidor, não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

**6. Valor de Subscrição.** Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos





recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.

**6.1.** Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente a Data da 1ª Integralização de Cotas do Fundo, será utilizado o valor de abertura da Cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

**7. Distribuição.** A distribuição da 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo, bem como das Cotas Subordinadas Preferenciais, ofertadas publicamente, será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da Oferta Pública da 2ª Série de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Preferenciais.

**7.1.** A Oferta Pública de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo será composta por até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, com Valor Unitário Inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais).

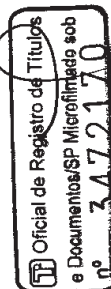
**7.2.** A Administradora deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 45 do Regulamento. Por tal razão, serão emitidas, no âmbito da Oferta Pública de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, (i) até 11.250 (onze mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais, e (ii) até 15.400 (quinze mil e quatrocentas) Cotas Subordinadas Ordinárias.

**7.3.** A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo e, consequentemente, 5.250 (cinco mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas (sendo 2.250 (duas mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Preferenciais e 3.000 (três mil) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 4º do Artigo 33 do Regulamento.

**8. Amortização e Resgate.** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, as Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VCS(T) \times (1/(54 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.



74

VCS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).

8.1. O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

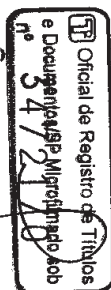
8.2. O resgate das Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores desta série.

8.3. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 8.1 e 8.2, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.4. As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto nos Artigos 39 e seguintes do Regulamento, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da data da 1ª integralização de Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

8.5. Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.



São Paulo, 29 de novembro de 2011.

José Roberto Matias  
Procurador

Luis Locaspi  
Procurador

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE  
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Instituição Administradora do

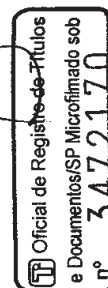
**POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS I**

## ANEXO VI – SUPLEMENTO DA 3ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Suplemento nº 03 referente à 3ª Série de Cotas Seniores, emitida nos termos do Regulamento do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, administrado por **Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**.

**1. Prazo.** O prazo de duração da 3ª Série de Cotas Seniores do Fundo é de 66 (sessenta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da 3ª Série.

**2. Benchmark das Cotas Seniores da 3ª Série.** A 3ª Série de Cotas Seniores possui um *Benchmark* de rentabilidade correspondente à variação positiva da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), acrescida de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.



**2.1.** Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora, do Gestor, da Sabemi, do Banco Cacique ou do Custodiante acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

**3. Avaliação de Risco – Rating.** A 3ª Série de Cotas Seniores do Fundo, bem como as Cotas Subordinadas Preferenciais, obterão classificação de risco a ser preparada pela agência Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjuntos 181 e 182, Pinheiros, CEP 05426-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40. As Cotas Subordinadas Ordinárias não serão objeto de classificação de risco. Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores, serão adotados os seguintes procedimentos: (i) comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo indicado no Prospecto ou através de correio eletrônico; e (ii) envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

**4. Quantidade.** Serão emitidas até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores da 3ª Série.

**5. Valor Inicial de Emissão.** O valor inicial de emissão unitário de Cotas Seniores da 3ª Série é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), observada uma aplicação mínima inicial de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por investidor, não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

**6. Valor de Subscrição.** Na subscrição de Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Regulamento e no Boletim de Subscrição.

**6.1.** Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente à Data da 1ª Integralização de Cotas do Fundo, será utilizado o valor de abertura da Cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

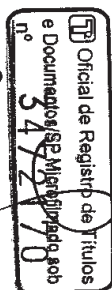
**7. Distribuição.** A distribuição da 3ª Série de Cotas Seniores do Fundo, ofertadas publicamente, será liderada pela Administradora, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no prospecto da oferta pública de distribuição da 3ª Série de Cotas Seniores ("Oferta").

**7.1.** A Oferta será composta por até 48.750 (quarenta e oito mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, com Valor Unitário Inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, totalizando o montante de até R\$ 48.750.000,00 (quarenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil reais).

**7.2.** A Administradora deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 45 do Regulamento. Por tal razão, serão emitidas (i) até 15.188 (quinze mil cento e oitenta e oito) Cotas Subordinadas Preferenciais, e (ii) até 20.250 (vinte mil duzentas e cinquenta) Cotas Subordinadas Ordinárias, as quais serão distribuídas conforme os Parágrafos 2º e 3º do Artigo 28 do Regulamento, respectivamente.

**7.3.** A quantidade de Cotas Seniores inicialmente ofertada no âmbito da Oferta poderá ser acrescida de um lote adicional, a ser emitido na forma prevista no Artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores ("Instrução CVM nº 400"), de até 9.750 (nove mil setecentas e cinquenta) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quantidade Adicional"), e de um lote suplementar, a ser emitido na forma prevista no Artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de até 7.312 (sete mil trezentas e doze) Cotas Seniores, equivalente, em conjunto, a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas ("Lote Suplementar"), podendo totalizar a Oferta a quantidade de até 65.812 (sessenta e cinco mil oitocentas e doze) Cotas Seniores da 3ª Série, no montante de até R\$ 65.812.000,00 (sessenta e cinco milhões oitocentos e doze mil reais).

**7.4.** A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 24.375 (vinte e quatro mil trezentas e setenta e cinco) Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo e, consequentemente, 13.125 (treze mil cento e vinte e cinco) Cotas Subordinadas (sendo 5.625 (cinco mil seiscentas e vinte e cinco) Cotas Subordinadas Preferenciais e 7.500 (sete mil e



quinhentas) Cotas Subordinadas Ordinárias), poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Parágrafo 3º do Artigo 33 do Regulamento.

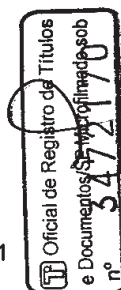
**8. Amortização e Resgate.** A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo, as Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VCS(T) \times (1/(54 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VCS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 54 (última amortização).



**8.1.** O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

**8.2.** O resgate das Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo ocorrerá no 66º (sexagésimo sexto) mês, contados da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores desta série.

**8.3.** O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 8.1 e 8.2, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

**8.4.** As Cotas Subordinadas Preferenciais e as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão ser amortizadas mensalmente, desde que observado o disposto nos Artigos 39 e seguintes do Regulamento, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês, contado da data da 1ª integralização de Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo, e o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

**8.5.** Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização das Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo, as quais serão amortizadas e/ou resgatadas somente após o resgate da totalidade das Cotas Seniores da 3ª Série do Fundo.

78

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

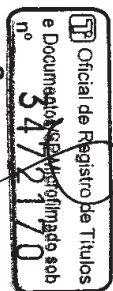
São Paulo, 12 de março de 2013.

José Roberto Matias  
Procurador

Luís Locaspi  
Procurador

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE  
VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES**

Instituição Administradora do  
**POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS I**



ANEXO XV - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO

---




## DECLARAÇÃO

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") para o exercício profissional da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08 ("**Administradora**"), e integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de (i) instituição administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 ("**Fundo**") e (ii) de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição de cotas seniores da terceira série do Fundo ("**Oferta**"), vem, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar (a) que as informações prestadas pela administradora do Fundo por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) que as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que integram o prospecto da Oferta, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo, 3 de setembro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: Antonio Joel Rosa  
Cargo: Diretor estatutário





ANEXO XVI - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

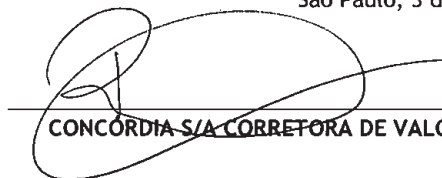
---



## DECLARAÇÃO

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para o exercício profissional da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, Centro, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08, na qualidade de instituição administradora do **POLO CRÉDITO CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS I**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.566.670/0001-11 (“Fundo”), vem, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) o prospecto de distribuição pública de cotas seniores da terceira série do Fundo (“Prospecto” e “Oferta”, respectivamente) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das cotas do Fundo, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos inerentes aos investimentos no Fundo pelos investidores e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta.

São Paulo, 3 de setembro de 2012.



---

**CONCÓRDIA S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

Por: Ricardo Augusto Leão Martins  
Cargo: Diretor estatutário

ANEXO XVII - RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA TERCEIRA SÉRIE DE COTAS  
SENIORES, ELABORADO PELA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

---

Data de Publicação: 17 de janeiro de 2013

## Relatório de Monitoramento

### Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

#### Perfil

**Direitos creditórios:** direitos creditórios oriundos de contratos de concessão de assistência financeira originados pelo Banco Cacique S/A e pela Sabemi Seguradora S/A, os quais possuem as mesmas características dos empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento e são devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320.

**Administradora do FIDC:** Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.

**Originador dos direitos creditórios:** Banco Cacique S/A e Sabemi Seguradora S/A (Sabemi).

**Custodiante:** Banco Santander (Brasil) S.A. (Santander: BBB/Estável/A-2 e brAAA/Estável/brA-1).

**Proteção de crédito:** subordinação de cotas (mínima de 35% para as cotas seniores e 20% para as cotas preferenciais) e *spread* excedente, proporcionado pela aplicação de uma taxa mínima de desconto na aquisição dos direitos creditórios (equivalente ao maior entre 1,4% ao mês e 55% da taxa de juros definida no contrato de empréstimo a ser adquirido).

#### Ratings em Janeiro de 2013

Instrumento	Rating Atual	Rating Inicial	Data de Atribuição do Rating Preliminar	Valor do Patrimônio Líquido em 30 de Novembro de 2012	Vencimento Final
Cotas Seniores- 1ª Série	brAAA (sf)	brAAA (sf)	10 de maio de 2011	R\$ 70.666.010,49	Janeiro de 2017
Cotas Seniores- 2ª Série	brAAA (sf)	brAAA (sf)	23 de novembro de 2011	R\$ 53.716.779,43	Junho de 2017
Cotas Seniores- 3ª Série	brAAA (sf) Preliminar*	Não Classificadas	31 de agosto de 2012	R\$ 2.164.481,40	Abril de 2018
Cotas Subordinadas Preferenciais – 1ª Série	brA (sf)	brBBB (sf)	23 de novembro de 2011	R\$ 17.669.941,51	Setembro de 2016
Cotas Subordinadas Preferenciais – 2ª Série	brA (sf)	brBBB (sf)	23 de novembro de 2011	R\$ 11.803.520,89	Junho de 2017
Cotas Subordinadas Preferenciais– 3ª Série	brA (sf) Preliminar*	Não Classificadas	31 de agosto de 2012	R\$ 10.735.078,36	Abril de 2018
Cotas Subordinadas Ordinárias	Não Classificadas	Não Classificadas	Não Aplicável	R\$ 44.522.834,13	Não Aplicável

\* O rating atribuído é preliminar. A atribuição de um rating final condiciona-se ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

#### Fundamentos e Definição do Rating

Os ratings atribuídos às cotas seniores e subordinadas preferenciais do Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I (Polo Consignados FIDC) refletem a aplicação dos critérios da Standard & Poor's para a análise de operações lastreadas por empréstimos consignados. O ponto fundamental da análise é a avaliação da qualidade de crédito dos ativos e dos mecanismos de fluxo de caixa da operação. Adicionalmente, consideramos elementos jurídicos, operacionais e de contraparte do FIDC.

De acordo com nossas definições, uma obrigação avaliada como 'brAAA' tem o rating mais alto atribuído na Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's. A capacidade do devedor de honrar seus compromissos financeiros relativos à obrigação, em relação à de outros devedores nacionais, é extremamente forte. Por sua vez, uma obrigação avaliada como 'brA' é de certa forma mais suscetível aos efeitos adversos de mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas do que a dívida com rating mais alto. Ainda assim, a capacidade do devedor de honrar seus compromissos financeiros relativos à obrigação, em relação à de outros devedores nacionais, é forte.

## Informações sobre o Monitoramento

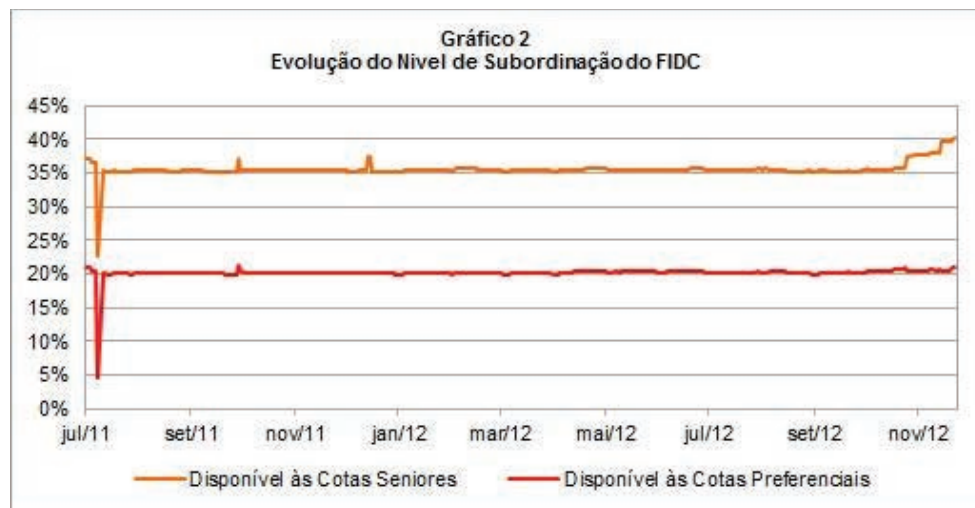
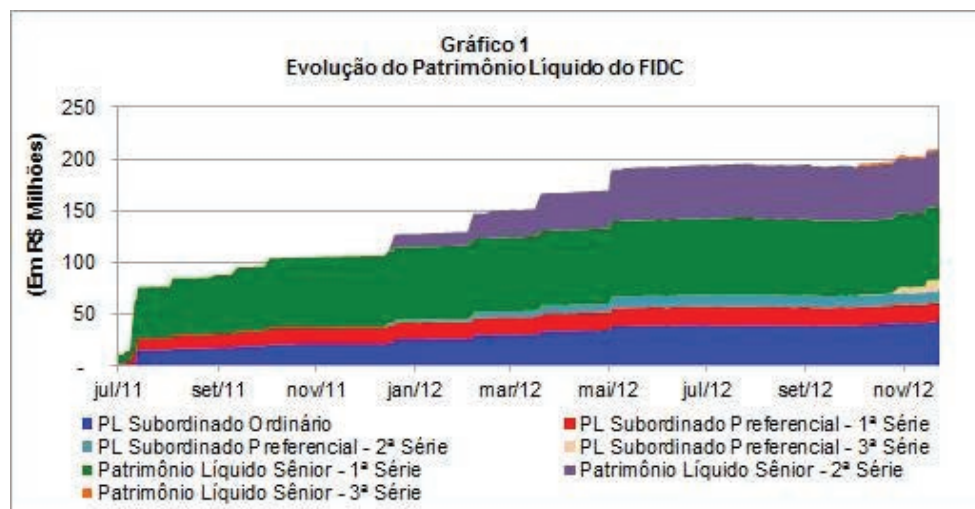
Para o monitoramento do rating atribuído às cotas seniores e subordinadas preferenciais do Polo Consignados FIDC, foi considerada a informação disponível no período entre julho de 2011 e novembro de 2012, o que corresponde a 17 meses.

A estimativa do índice de perda dos ativos que dão lastro ao Polo Consignados FIDC, acumulado até maio de 2012, é equivalente a 1,8% (são necessários 180 dias do vencimento do direito creditório para o cálculo do índice de perda). O desempenho dos ativos está consistente com nossa estimativa para um cenário de caso-base, atualmente igual a 6,0%, e com o estágio atual de envelhecimento da carteira. O índice de perda é calculado como a média das observações mensais do índice de atrasos acima de 180 dias, ponderada pelo fluxo de vencimentos.

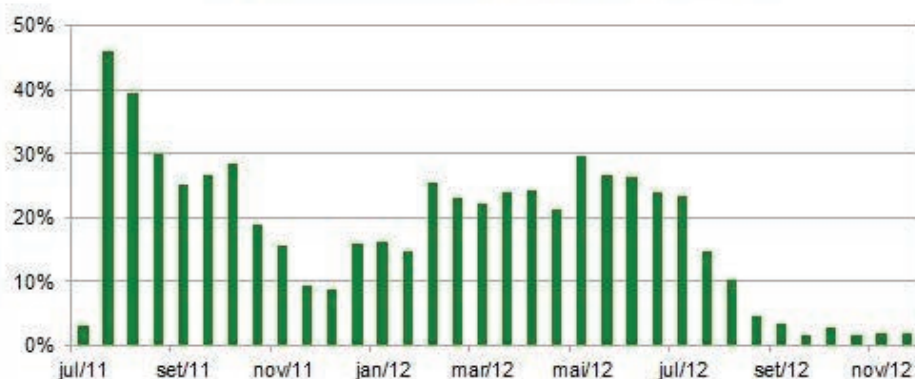
A cedente do Polo Consignados FIDC realiza recompras voluntárias de direitos creditórios. Entretanto, a análise da Standard & Poor's baseia-se no desempenho da carteira de ativos, livre dos efeitos de recompra, uma vez que esse benefício depende da capacidade e da vontade da cedente – fator não incorporado na análise de risco de crédito do FIDC.

Em 30 de novembro de 2012, o Polo Consignados FIDC mantinha operações com quatro entes consignantes, sendo o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) o maior deles, com 73,8% do Patrimônio Líquido (PL) Total do FIDC. Na mesma data, o FIDC possuía cerca de R\$ 4,4 milhões investidos em ativos de liquidez imediata e baixo risco de crédito, montante equivalente a 3,5% do PL Sênior.

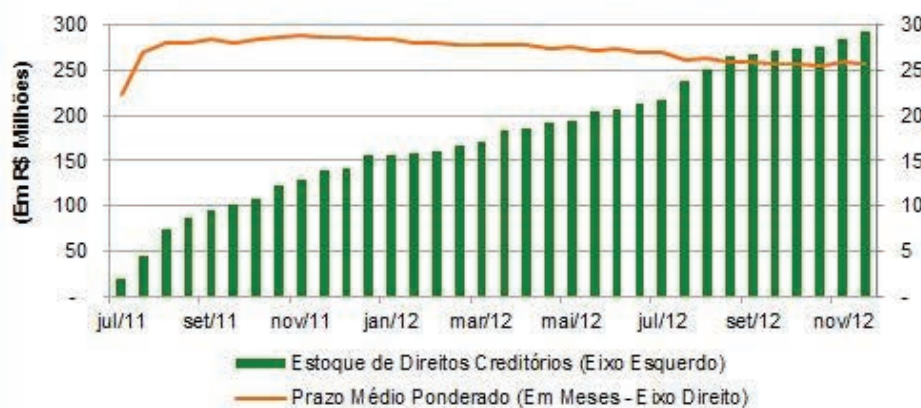
Os gráficos abaixo demonstram o desempenho do Polo Consignados FIDC desde seu início até novembro de 2012:



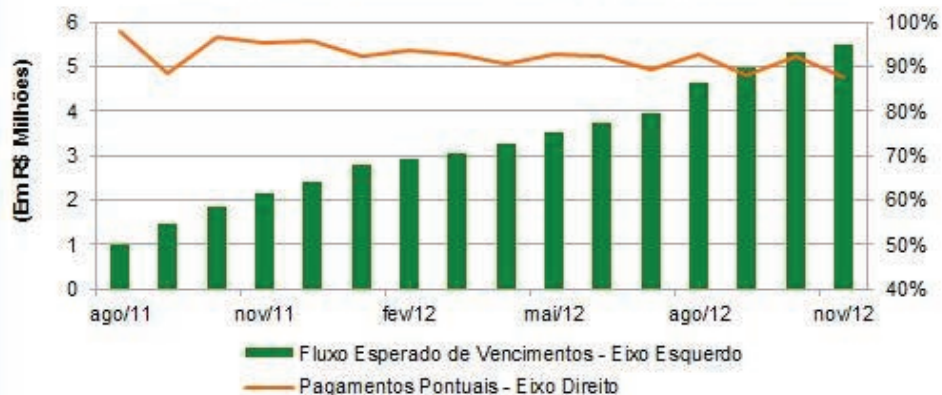
**Gráfico 3**  
**Participação de Outros Ativos no Patrimônio Líquido do FIDC**

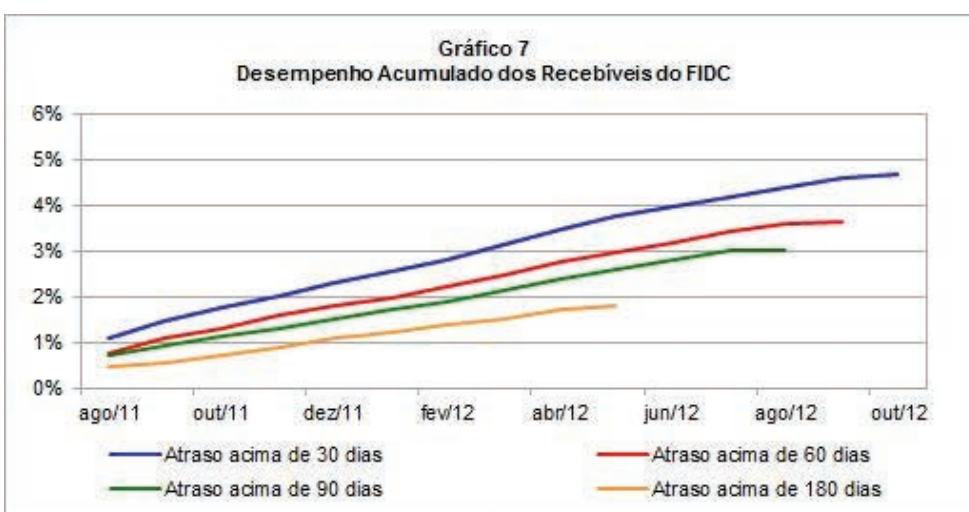
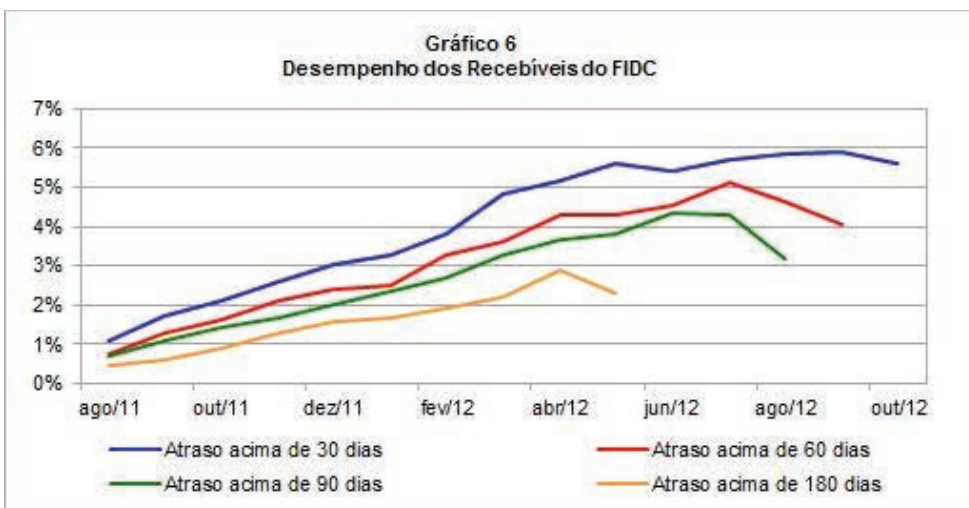


**Gráfico 4**  
**Estoque de Direitos Creditórios e Prazo Médio Ponderado**



**Gráfico 5**  
**Fluxo Esperado de Vencimentos e Percentual de Pagamentos Pontuais**





\* O percentual de direitos creditórios referentes ao Ministério da Marinha - RJ e ao Tribunal de Justiça - AM são menores do que 0,1% do PL.

### Aspectos Informacionais

Conforme o informe trimestral mais recente publicado pela Concórdia S.A. C.V.M.C.C., administradora do FIDC, de 14 de novembro de 2012, ocorreram aquisições de direitos creditórios pelo fundo em julho, agosto e setembro de 2012, as quais totalizaram R\$ 82.600.626,14 em valor nominal. As informações contidas nos relatórios trimestrais não apresentaram divergências daquelas disponíveis à Standard & Poor's para os mesmos períodos. No último relatório de



auditoria independente, publicado pela PricewaterhouseCoopers em 5 de julho de 2012, a auditora considerou que as demonstrações financeiras disponibilizadas apresentavam adequadamente a posição patrimonial e financeira do FIDC.

#### Características das Cotas

Instrumento	Data de Início	Rentabilidade-Alvo	Cronograma de Amortização das Cotas	Valor Inicial	Valor da Cota em 30 de Novembro de 2012
Cotas Seniores- 1ª Série	8 de julho de 2011	Taxa DI Over + 2,3% a.a.	54 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 1.087,17
Cotas Seniores- 2ª Série	26 de dezembro de 2011	Taxa DI Over + 2,3% a.a.	54 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 1.101,88
Cotas Seniores- 3ª Série	Não Iniciada	Taxa DI Over + 2,3% a.a.	54 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses	Não Aplicável**	R\$ 1.012,39
Cotas Subordinadas Preferenciais – 1ª Série	8 de julho de 2011	Taxa DI Over + 7,00% a.a.	54 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 1.178,00
Cotas Subordinadas Preferenciais – 2ª Série	22 de dezembro de 2011	Taxa DI Over + 7,00% a.a.	54 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses	R\$ 1.000,00	R\$ 1.178,00
Cotas Subordinadas Preferenciais– 3ª Série	Não Iniciada	Taxa DI Over + 7,00% a.a.	54 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses	Não Aplicável**	R\$ 1.178,00
Cotas Subordinadas Ordinárias	11 de julho de 2011	Não Aplicável*	Não Aplicável	R\$ 1.000,00	R\$ 1.004,01

\* As cotas subordinadas ordinárias não possuem rentabilidade-alvo, embora se beneficiem de qualquer rentabilidade excedente após o FIDC ter alcançado a remuneração-alvo das cotas seniores.

*A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito da Standard & Poor's atende emissores, seguradores, terceiros, intermediários e investidores no mercado financeiro brasileiro para oferecer tanto ratings de crédito de dívida (que se aplicam a instrumentos específicos de dívida) quanto ratings de crédito de empresas (que se aplicam a um devedor). Os ratings de crédito na Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos de rating globais da Standard & Poor's com a adição do prefixo "br" para indicar "Brasil", e o foco da escala é o mercado financeiro brasileiro. A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito não é diretamente comparável à escala global da Standard & Poor's ou a nenhuma outra escala nacional utilizada pela Standard & Poor's ou por suas afiliadas, refletindo sua estrutura única, desenvolvida exclusivamente para atender as necessidades do mercado financeiro brasileiro.*

#### Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's

A Regra 17g-7 da *Securities And Exchange Commission* (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de execução em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra. Essa regra aplica-se aos títulos classificados no dia 26 de setembro de 2011 ou após esta data (inclusive aqueles com ratings preliminares).

Se aplicável, o Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com>.

#### Artigos Relacionados

- *Princípios Fundamentais de Critérios e Ratings de Operações Estruturadas*, publicado em 16 de fevereiro de 2011.
- *Índice de Operações Estruturadas Lastreadas em Empréstimos ao Consumo no Brasil: Dinâmicas do Mercado de Crédito Podem Levar a Aumento de Inadimplência em 2012*, publicado em 22 de maio de 2012.
- *Ratings em Retrospectiva: Recorde de novas emissões de operações estruturadas brasileiras no segundo semestre de 2011; ratings mantêm-se estáveis*, publicado em 6 de março de 2012.



- *Análise Global de Cenário e Sensibilidade Para Operações Estruturadas: Os Efeitos dos Cinco Principais Fatores Macroeconômicos*, publicado em 4 de novembro de 2011.
- *Análise de Cenário e Sensibilidade de Operações Estruturadas Latino-Americanas: Os Efeitos das Variáveis do Mercado Regional*, 21 de junho de 2012.

#### LISTA DE RATINGS

Instrumento	Rating Atual	Data de Atribuição do Rating Atual	Rating Inicial	Data de Atribuição do Rating Inicial	Ação de Rating Anterior	Data da Ação de Rating Anterior
Cotas Seniores- 1ª Série	brAAA (sf)	18 de abril de 2012	brAAA(sf) Preliminar	10 de maio de 2011	De: brAAA (sf) Preliminar Para: brAAA (sf) Rating final	18 de abril de 2012
Cotas Seniores- 2ª Série	brAAA (sf)	31 de agosto de 2012	brAAA (sf) Preliminar	23 de novembro de 2011	De: brAAA (sf) Preliminar Para: brAAA (sf) Rating final	31 de agosto de 2012
Cotas Seniores- 3ª Série	brAAA (sf) Preliminar	31 de agosto de 2012	brAAA (sf) Preliminar	31 de agosto de 2012	De: Não Classificadas Para: brAAA (sf) Preliminar	31 de agosto de 2012
Cotas Subordinadas Preferenciais – 1ª Série	brA (sf)	31 de agosto de 2012	brBBB (sf) Preliminar	23 de novembro de 2011	De: brBBB (sf) Para: brA (sf)	31 de agosto de 2012
Cotas Subordinadas Preferenciais – 2ª Série	brA (sf)	31 de agosto de 2012	brBBB (sf) Preliminar	23 de novembro de 2011	De: brBBB (sf) Para: brA (sf)	31 de agosto de 2012
Cotas Subordinadas Preferenciais– 3ª Série	brA (sf) Preliminar	31 de agosto de 2012	brA (sf) Preliminar	31 de agosto de 2012	De:Não Classificadas Para: brA (sf) Preliminar	31 de agosto de 2012

#### Contatos da Standard & Poor's

Contatos Analíticos: Leandro de Albuquerque, São Paulo, (55) 11 3039-9729, [leandro\\_albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro_albuquerque@standardandpoors.com) e Gustavo Belger, São Paulo, (55) 11 3039-9743, [gustavo\\_belger@standardandpoors.com](mailto:gustavo_belger@standardandpoors.com).

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets, Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, [juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:juan_demollein@standardandpoors.com)

#### Informações regulatórias adicionais

##### Outros serviços fornecidos ao emissor

A Standard & Poor's Brasil tem fornecido ao emissor os serviços de "*Credit Estimate*". Clique [aqui](#) para mais informações sobre serviços auxiliares/outros serviços da S&P ou partes relacionadas.

##### Atributos e limitações do rating de crédito

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da

utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

### Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

### Aviso de ratings ao emissor

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "Aviso de Pré-Publicação aos Emissores".

### Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:

- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito)  
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento  
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>

### Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services

A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "Conflitos de Interesse — Instrução Nº 521/2012, Artigo 16 XII" seção em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

### Faixa limite de 5%

- De acordo com a informação sobre as receitas da Standard & Poor's Brasil do Ano Fiscal de 2012, as receitas da entidade avaliada não ultrapassam 5% do total das receitas da S&P Brasil;
- A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em <http://www.standardandpoors.com/ratings/br-disclosure/pt/la> o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Copyright© 2013 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA INTERROMPIDO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P serem responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer

decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitem a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P se reserva o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) e [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br) (gratuitos), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

**McGRAW-HILL**

ANEXO XVIII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009

---

# SABEMI Seguradora

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores acionistas:

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V.Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras da Companhia juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer Atual e o Parecer de Auditoria Atual, relativos ao exercício de 2009.

### CENÁRIO ECONÔMICO

Quando 2009 iniciou apresentando sinais de desaceleração ocorrida no último trimestre de 2008. Diante disso, o primeiro trimestre de 2009 apresentou resultados semelhantes aos resultados do primeiro trimestre de 2008. Entretanto, no segundo trimestre de 2009 iniciou-se um processo gradativo de queda da taxa da SELIC, contribuindo para a diminuição da inadimplência e para a redução de parte dos gastos públicos. No segundo semestre de 2009 o principal fator de avanço foi a diminuição gradativa de juros, o mercado financeiro apresentou-se cada vez mais competitivo os indicadores mostraram uma diminuição do custo total cobrado por alguns institutos de crédito e de pessoas físicas. O volume de queda da Taxa SELIC de 13,75% no ano de 2009, refletiu nas projeções de crédito no mercado, representando para as pessoas físicas uma diminuição das taxas cobradas no cheque especial, cartão de crédito, crédito pessoal, dentre outros. Para as pessoas jurídicas esta redução apresentou uma melhoria nas taxas praticadas dos produtos oferecidos. Além disso, houve um aumento do consumo baseado nas operações de financiamento de curto e longo prazo e Brasil operacionamente se observou como um mercado parceiro comercial no mercado internacional.

### MERCADO DE ATUAÇÃO

A Sabemi Seguradora é uma Companhia com mais de três décadas de atuação, especializada no segmento de consignação e folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguros de Vida e Acidentes Pessoais e Prestamista. Prestamista Complementar assistencial financeira aos segurados e participantes.

No exercício de 2009 a Sabemi Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro

DPVAT, de acordo com a Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

### DESEMPENHO DA COMPANHIA

Acompanha registrou lucro líquido no exercício de R\$ 4.816 mil, representando uma rentabilidade de 12,54 % sobre o patrimônio líquido. Os resultados satisfatórios do exercício decorrem principalmente da redução do prêmio de seguro de acidentes pessoais e prestamista e da receita financeira gerada pelos empréstimos consignados a participantes. As despesas administrativas caíram em 4,0%, comparado a dezembro de 2008, resultado de um forte trabalho de otimização dos recursos e principalmente de uma reestruturação do quadro funcional. Acrescidas com prêmios e rendas de contribuições aumentaram em 8,57 %, comparado a dezembro de 2008, no cálculo foram expurgadas as receitas com o prêmio do ramo de Seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA. Os índices de sinistralidade da Companhia ficaram em 6,01% em relação ao prêmio ganho, no cálculo do indicador foram expurgados os efeitos da sinistralidade de 86,7% apresentada no ramo do Seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT SA. Os ativos totais registraram um saldo de R\$ 84.438 mil, apresentando um crescimento de 1,86 % em relação a dezembro de 2008. O índice combinado ampliado ficou em 0,85.

A Assembleia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2009 deliberou pela anulação do capital social, no valor de R\$ 12.000 mil, em atendimento à Carta SUSEP/DECONGABIN nº 547 de 4 de dezembro de 2008.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de dezembro de 2009, foi aprovada a nova composição da diretoria, tornando-se como Vice-Presidente a Sra. Maria Maria Schneider Severo, e como Diretora Financeira a Sra. Eliana Schwingel Diederichsen, dando continuidade ao processo de governança corporativa. Não houve acordo de acionistas no período.

### IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A Companhia destinou R\$ 7.335 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no exercício.

### CONTROLES INTERNOS

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência operacional, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

Avaliação dos colaboradores; uso de tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a Companhia.

Com vistas a proporcionar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho de Administração, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

### OUVIDORIA

A Companhia instituiu em 2005 a Ouvidoria visando atuar como estratégia preventiva, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

No exercício, 99 % dos casos atendidos foram encerrados com negociação exitosa.

### SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Companhia administrativamente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

CNPJ nº 87.163.234/0001-38

NIRE 43300032990

Carta Patente SUSEP nº 021

Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares  
CEP 90010-190 - Porto Alegre-RS

### RECURSOS HUMANOS

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentável. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. A Companhia tem investido fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2009, o quadro da Sabemi era formado por 178 colaboradores.

### PERSPECTIVAS FUTURAS

A Companhia continuará a emendar seus esforços na venda de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e nas operações financeiras.

Adicionalmente, para fazer a manutenção do resultado, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

### DECLARAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE FINANCEIRA

As demonstrações financeiras estão classificadas como "Títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado.

Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos judiciais pelo órgão fiscalizador.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e aos nossos parceiros, fornecedores, consultores e clientes o apoio e a confiança.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2010.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares reais			
	2009	2008	
<b>Ativo</b>			
Circulante	39.802	38.983	
Disponível	1.607	1.664	
Caixa e equivalentes de caixa	1.607	1.664	
Aplicações financeiras (Nota 4)	15.692	19.596	
Títulos de renda fixa	10.556	6.564	
Quotas de fundos de investimentos	7.680	15.273	
Outras aplicações	166	1.069	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 5)</b>	<b>3.911</b>	<b>2.342</b>	
Prêmios a receber	2.202	2.387	
Operações com resseguradores	1.59	4	
Outros créditos operacionais	161		
(-) Provisão para riscos de crédito	(49)	(49)	
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 6)</b>	<b>15.709</b>	<b>14.130</b>	
Títulos e créditos a receber	1.642	1.634	
Créditos tributários e previdenciários	33	525	
Outros créditos	15.709	14.130	
(-) Provisão para riscos de crédito	(1.527)	(1.398)	
<b>Outros valores e bens</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	
Outros valores	25	25	
<b>Não circulante</b>	<b>44.636</b>	<b>44.006</b>	
Realizável a longo prazo	44.636	44.006	
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	1.607	1.664	
Créditos tributários e previdenciários	1.610	3.394	
Depósitos judiciais e fiscais	8.076	7.684	
Outros créditos operacionais	35.693	31.596	
(-) Provisão para riscos de crédito	(3.023)	(2.622)	
<b>Investimentos</b>	<b>526</b>	<b>1.480</b>	
Participações societárias	493	481	
Imóveis destinados a renda	1	33	
Outros investimentos	33	33	
(-) Depreciação	(35)	(35)	
Imobilizado	1.571	2.319	
Imóveis	1.571	2.319	
Bens móveis	2.777	2.662	
Outras imobilizações	96	96	
(-) Depreciação	(1.302)	(1.230)	
Intangível	183	159	
Marcas, patentes e sistemas aplicativos	219	159	
Redução ao valor recuperável	(36)	(36)	
<b>Total ativo</b>	<b>84.438</b>	<b>82.899</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de lucros acumulados
Em 1º de janeiro de 2008	7.220		18.672
Ajustes de exercícios anteriores			(105)
Aumento do capital (em aprovação)		12.000	
Lucro líquido do exercício			5.083
Proposta de destinação do resultado			
Reserva legal			254
Reserva estatutária			4.724
Em 31 de dezembro de 2008	7.220		23.650
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 15(b))			(1.748)
Reversão de aumento de capital (Nota 15(b))		(12.000)	
Lucro líquido do exercício			4.816
Proposta de destinação do resultado			
Reserva legal			153
Reserva estatutária			2.915
Em 31 de dezembro de 2009	7.220		26.718
<b>Total</b>	<b>7.220</b>		<b>33.938</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008			
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma			

### 1 Contexto operacional

A Companhia tem por objeto, operar em seguros do ramo vida, bem como em previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e de rendas. A instituição possui sede na Rua Sete de Setembro 515 - térreo, 5º e 9º andares, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia também está atuando como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 32/006.

No exercício social de 2009, a Companhia ingressou e iniciou operações com o Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 15414.004076/2008-95 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis e aprovadas pelos órgãos reguladores.

As mesmas também contemplam os critérios de apresentação estabelecidos no plano de contas instituídos pela Circular SUSEP nº 37/008 e 38/009.

Nas elaborações das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas

contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na elaboração das provisões para contingências na aplicação de reservas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos. Os resultados podem variar se as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data não foram aprovadas pela SUSEP.

### Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aprovou em 2009, em 19 de dezembro de 2008, diversos pronunciamentos da Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (até o CPC 13), com aplicação imediata dessas normas contábeis em 2008, bem como o CPC 11 - Contratos de Seguros com efeitos especificamente para essa norma a partir de 1º de janeiro de 2010.

A norma e as interpretações de normas CPC 11 foram publicadas e aprovadas pela SUSEP e serão obrigatórias para os exercícios contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2010. Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009, que afetam as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data não foram aprovadas pela SUSEP.

Nos termos da nova norma contábil sobre contratos de seguros para aplicação em 2010, as cifras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, aqui apresentadas, deverão ser representadas para as demonstrações financeiras do exercício a partir de 31 de dezembro de 2010. Caso outras normas do CPC sejam aprovadas pelo regulador para aplicação em 2010, o mesmo procedimento estará sendo adotado. A

### Demonstrações do resultado

	2009	2008
Exercício findo em 31 de dezembro		
Em milhares reais		

	2009	2008
<b>Operações de seguros</b>		
Prêmios emitidos líquidos	43.994	22.595
Contribuições para cobertura de riscos	2.170	2.420
Prêmios resgatados cedidos	(9)	(13)
Prêmios retidos	47.110	25.002
Variação das provisões técnicas e prêmios	2.170	498
Prêmios ganhos	49.280	25.503
Sinistros retidos (Nota 16)	(22.240)	(1.540)
Despesas de comercialização (Nota 16)	(3.052)	(3.192)
Outras receitas e despesas operacionais	(5.684)	(4.963)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1)	(2)
Receitas de contribuições e prêmios	2.170	498
Variação de outras provisões técnicas	(463)	(297)
Despesas de Comercialização	(344)	(88)
Despesas com Sinistros (Nota 16)	(18.366)	(1.946)
Despesas com tributos (Nota 16)	(1.828)	(1.489)
Resultado financeiro (Nota 16)	10.946	13.538
Resultado patrimonial (Nota 16)	92	13
Resultado líquido	8.340	6.334
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 16)</b>	<b>(44)</b>	<b>(84)</b>
Resultado antes dos impostos e participações	8.296	6.250
Imposto de renda (Nota 16)	(2.076)	(351)
Contribuição social (Nota 18)	(1.318)	(66)
Participações sobre o resultado	(486)	(750)
Lucro líquido do exercício	4.816	5.083
<b>Quantidade de ações</b>	<b>6.688.994</b>	<b>6.688.994</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações do capital social</b>	<b>0,7200</b>	<b>0,7599</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A administração vem trabalhando na implementação e análise dos impactos do CPC 11 nas demonstrações financeiras de 2010 e até a presente data não foi possível identificar mensurar esses efeitos.

### 3 Principais práticas contábeis

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decorrer do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

As receitas de planos previdenciários e as despesas com benefícios são reconhecidas no ato de sua renovação.

As operações de retrocessões são registradas em função dos valores informados pelo Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, para o período de operação das operações técnicas, provisão de IBNR e provisão de sinistros a liquidar.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas de forma simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

### (c) Aplicações financeiras

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos contabilmente pelo valor de aquisição e registro e avaliação determinados pela Circular SUSEP nº. 37/08. Os títulos e valores mobiliários são classificados como "Títulos para negociação", adquiridos com o propósito de serem alienados em um prazo determinado e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor de mercado informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

### (d) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### (e) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, cujo prazo de vencimento seja superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de longo prazo e os valores de realização ou liquidação, inclusive, não negociáveis, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

### (f) Títulos e créditos a receber

Os valores registrados nas contas de Títulos e créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais, e incluem a avaliação monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço, assim como assistência financeira a participantes registrada sob o regime de amortização diretamente "pro rata temporis" com base no método exponencial e na taxa de juros pactuada.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base no histórico de inadimplência dos vencimentos e parcelas.

### (g) Ativo realizável a longo prazo

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, não negociáveis, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

### (h) Investimentos

Registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os títulos patrimoniais do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB são avaliados e ajustados pelo valor patrimonial, não auditado, informado pelo respectivo instituto.

### Demonstrações do fluxo de caixa

	2009	2008
Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares reais		

	2009	2008
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de prêmio e outras	23.666	25.016
Outros recebimentos operacionais (Salvados, ressarcimentos e outros)	22.145	38
Despesas de sinistros (Benefícios, resgates e comissões)	(5.030)	(6.053)
Repasse de prêmios por cessão de riscos	(11)	(15)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(5.038)	(1.804)
Pagamentos de despesas e obrigações	(19.441)	(20.951)
Pagamento de indenizações e despesas com processos judiciais	(1.986)	(1.522)
Outros pagamentos operacionais	(12.643)	(8.092)
Recebimentos de juros e dividendos	56	22
Contribuição de depósitos judiciais	(677)	(4.829)
Resgates de depósitos judiciais	206	3.152
Pagamentos de participações nos resultados	(86)	(1.633)
<b>Caixa consumido pelas operações</b>	<b>116,1</b>	<b>(16.621)</b>
Depósitos e contrapontos pagos	(3.899)	(7.130)
Juros pagos		(8)
Investimentos financeiros:		
Recebimentos de empréstimos	(180.645)	(127.488)
Vendas e resgates	187.566	151.989
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>4.183</b>	<b>672</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Pagamento pela compra de ativo permanente	(763)	(649)
Recebimento pela venda de ativo permanente	23	
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(740)</b>	<b>(649)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(3.500)	
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(3.500)</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(57)</b>	<b>23</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.664	1.641
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.607	1.664
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(57)</b>	<b>23</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(i) Mobilização Registrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, composto principalmente por edificações, equipamentos e móveis e utensílios.

As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos e processamento de dados.

### (j) Intangível

Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação em vigor. Este grupo está representado por Marcas e patentes e sistemas aplicativos.

### (k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais





**Dúvidas sobre a sua assinatura JC?** Ligue (51) 32.13.13.13 **Jornal do Comércio**

ANEXO XIX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010

---





# SABEMI Seguradora

## Relatório da administração

### Senhores acionistas:

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V.Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras da Companhia juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer Atuarial, relativos ao exercício de 2010.

### Contexto econômico

O ano de 2011 projeta um incremento nas taxas de juros próximo de dois pontos percentuais. A taxa Selic que encerrou 2010 em 10,75% a.a. deve atingir níveis próximos a 13% a.a. no final de 2011. Apesar deste aumento dos juros, a expectativa de crescimento da economia projetada para este ano de 2011 está na ordem de 5,5%. Este nível de crescimento tende a fortalecer a expansão do crédito pessoal e do mercado segurador.

O governo federal deve anunciar medidas que visam o equilíbrio das contas públicas e a manutenção do desempenho econômico. Assim, entendemos que o Brasil continuará no processo de crescimento contínuo e consolidação de sua economia em nível mundial. Desta forma, as operações relacionadas ao mercado consignado de serviços públicos e as relativas ao mercado segurador tendem a apresentar incremento em seus volumes negociados no ano de 2011.

### Mercado de atuação

A Sabemi Seguradora é uma Companhia com mais de três décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguro de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes.

Em janeiro de 2009 a Sabemi Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, de acordo com a Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

### Desempenho da Companhia

A Companhia registrou lucro líquido no exercício de R\$ 5.131 mil,

representando uma rentabilidade de 14,86% sobre o patrimônio líquido.

O resultado satisfatório no exercício decorre principalmente da receita com prêmio de resgate de acidentes pessoais e premiação e da receita financeira gerada pelos empréstimos consignados a participantes.

As receitas com prêmios e rendas de contribuições aumentaram em 51,54%, comparado a dezembro de 2009, no cálculo foram expurgadas as receitas com prêmios do ramo de seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

O Índice de sinistralidade da Companhia ficou em 18,59% em relação ao prêmio ganho, no cálculo do indicador foram expurgados os efeitos da sinistralidade de 87,04% apresentada no ramo do seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Os ativos totais registraram um saldo de R\$ 114.195 mil, apresentando um acréscimo de 35,24% em relação a dezembro de 2009.

O Índice combinado ampliado ficou em 0,90.

### Organização societária

A Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2010 deliberou pelo grupamento das ações na proporção de 100.000 (cem mil) ações para 01 (uma) ação (nota 15).

O ato foi homologado através da Portaria SUSEP/ CGRAT nº 1.112, de 28 de junho de 2010.

Não houve acordo de acionistas no período.

**Impostos e contribuições**  
A Companhia destinou R\$ 5.945 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no exercício.

### Controles internos

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para promover o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

A qualificação dos colaboradores; uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria.

Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho de Administração, com a finalidade de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles a da Sabemi Seguradora, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

Desde a sua constituição em 2005, a Ovidória vem atuando com estratégia pró-ativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a Companhia e o seu legado e beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

No exercício, 86% dos casos atendidos foram encerrados com negociação exitosa.

### Segurança da informação

A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

### Recursos humanos

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu

plano de crescimento sustentado. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente na formação de seu pessoal, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2010, o quadro da Sabemi era formado por 151 colaboradores.

### Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

### Perspectivas futuras

A Companhia continuará a emendar seus esforços na venda de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e nas operações financeiras.

Ademais, para fazer a manutenção do resultado, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores, colaboradores e clientes o indispensável apoio e a confiança.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2011.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares reais			
	2010	2009	
<b>Ativo</b>			
Circulante	83.513	39.802	
Disponível	3.138	1.607	
Caixa e equivalentes de caixa	3.138	1.607	
<b>Aplicações financeiras (Nota 4)</b>	<b>39.379</b>	<b>18.402</b>	
Títulos de renda fixa	10.291	10.052	
Quotas de fundos de investimentos	28.401	7.841	
Outras aplicações	1.141	509	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 5)</b>	<b>4.938</b>	<b>3.911</b>	
Prêmios a receber	2.920	2.202	
Operações com resseguradoras	1.768	1.597	
Outros créditos operacionais	299	161	
(-) Provisão para riscos de crédito	(49)	(49)	
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 6)</b>	<b>35.570</b>	<b>15.857</b>	
Títulos e créditos a receber	312	642	
Créditos tributários e previdenciários	356	33	
Outros créditos operacionais	39.237	15.709	
(-) Provisão para riscos de crédito	(4.335)	(1.527)	
<b>Outros valores e bens</b>	<b>34</b>	<b>25</b>	
Outros valores	34	25	
<b>Não circulante</b>	<b>30.682</b>	<b>44.636</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>29.061</b>	<b>42.356</b>	
<b>Títulos e créditos a receber (Nota 6)</b>	<b>29.061</b>	<b>42.356</b>	
Créditos tributários e previdenciários	1.034	1.810	
Depósitos judiciais e fiscais	7.967	8.076	
Outros créditos operacionais	22.426	35.693	
(-) Provisão para riscos de crédito	(2.366)	(3.023)	
<b>Investimentos</b>	<b>33</b>	<b>526</b>	
Participações societárias		493	
Outros investimentos	33	33	
<b>Imobilizado</b>	<b>1.425</b>	<b>1.571</b>	
Bens móveis	2.972	2.777	
Outras imobilizações	111	96	
(-) Depreciação	(1.658)	(1.302)	
<b>Intangível</b>	<b>263</b>	<b>183</b>	
Marcas, patentes e sistemas aplicativos	236	219	
Redução ao valor recuperável	(73)	(36)	
<b>Total ativo</b>	<b>114.195</b>	<b>84.438</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais			
<b>Capital social</b>	<b>7.220</b>	<b>Aumento de capital (em aprovação)</b>	<b>Reservas de lucros acumuladas</b>	<b>Lucros</b>
Reversão de 1º janeiro de 2009		12.000	23.650	(1.748)
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 15(d))				4.816
Emenda de aumento de capital (Nota 15(d))		(12.000)		
Lucro Líquido do exercício				4.816
Proposta de destinação do resultado				
Reserva legal			153	(153)
Reserva estatutária			2.915	(2.915)
Em 31 de dezembro de 2009	7.220		26.718	33.938
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 15(d))				(296)
Reversão de reserva de lucros				
Ag. de 27/04/10 - Portaria SUSEP N.º 112 de 28/06/10 (Nota 15(a))			(1.672)	(1.672)
Proposta de destinação do resultado (Nota 15(c))			5.131	5.131
Reserva legal			16	(16)
Reserva estatutária			2.819	(2.819)
Juros sobre o Capital Próprio			(2.000)	(2.000)
Em 31 de dezembro de 2010	7.220		27.881	35.101

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009				
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma				
<b>1 Contexto operacional</b>	Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na apuração de provisões técnicas de sinistros e de provisões de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos, bem como na determinação de níveis de provisão para riscos de crédito. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.			
No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 154.10.040/78/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.	<b>Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor</b> Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aprovou com a edição da Circular 379 de 19 de dezembro de 2009 diversos pronunciamentos da Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (até o CPC 13), prevendo a aplicação dessas normas contábeis para os exercícios de 2008 e 2009. Conforme o Contrato de Seguros (IFRS 4 - Insurance Contracts), será aplicada nas demonstrações financeiras individuais somente a partir de 1º de janeiro de 2011.			
<b>2 Apresentação das demonstrações financeiras</b>	Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais que, até a presente data, não foram aprovadas pela SUSEP.			
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 25 de fevereiro de 2011.	Por meio da Circular N.º 408/10, a SUSEP esclarece que continuará acompanhando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as			

Demonstrações do resultado		
Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2010	2009
<b>Operações de seguros</b>		
Prêmios emitidos líquidos	60.832	43.994
Contribuições à seguradora de riscos	3.352	3.121
Prêmios resseguros cedidos	(9)	(2)
Prêmios retidos	64.184	47.110
Variação das provisões técnicas de prêmios	290	2.170
<b>Prêmio ganho (Nota 20)</b>	<b>64.474</b>	<b>49.280</b>
<b>Sinistros retidos (Nota 16)</b>	<b>(29.673)</b>	<b>(22.240)</b>
<b>Despesas de comercialização (Nota 16)</b>	<b>(3.745)</b>	<b>(3.052)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais (Nota 16)</b>	<b>(4.746)</b>	<b>(5.684)</b>
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1)	(1)
Variação de contribuições e prêmios	(1)	(1)
<b>Receitas de outras provisões técnicas</b>	<b>(9)</b>	<b>(463)</b>
<b>Despesas de Comercialização</b>	<b>(130)</b>	<b>(344)</b>
<b>Despesas operacionais (Nota 16)</b>	<b>(22.880)</b>	<b>(18.769)</b>
<b>Despesas com tributos (Nota 16)</b>	<b>(2.579)</b>	<b>(1.828)</b>
<b>Resultado financeiro (Nota 16)</b>	<b>6.541</b>	<b>10.946</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>7.311</b>	<b>8.340</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>	<b>218</b>	<b>44</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>7.529</b>	<b>8.296</b>
Imposto de renda (Nota 18)	(1.181)	(2.076)
Contribuição social (Nota 18)	(737)	(1.318)
Contribuição sobre o resultado	(434)	(860)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.131</b>	<b>4.816</b>
<b>Quantidade de ações (Nota 15(a))</b>	<b>63.625</b>	<b>6.688.994.000</b>
<b>Lucro líquido por ação do capital social - R\$</b>	<b>80.6440</b>	<b>0.00072</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

decorrentes após a serem providas serão divulgadas por meio da Comissão Contábil criada pela Resolução CNSP 86/2002. A referência Circular estabelece, ainda, que as demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, quando aplicáveis, sejam elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Administração da Seguradora está efetuando a avaliação das novas práticas contábeis que serão requeridas para as demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2011 e até a presente data a Administração não finalizou a análise das normas que poderão impactar as demonstrações financeiras de 2011 da Seguradora de forma mais relevante.

### 3 Principais práticas contábeis

(a) **Auração de resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

• Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão da apólice, futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto seja avaliado após o decorrer do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

• As receitas de planos previdenciários e as despesas com benefícios são reconhecidas no ato de sua realização.

• As operações de retrocessões são registradas em função dos montantes imputados pelos Resseguradores do Brasil, abrangendo prêmios, comissões, provisões técnicas, provisão de IBNR e provisão de sinistros a liquidar.

• As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

• As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

### (c) Aplicações financeiras

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos contabilmente de acordo com os critérios para registro e avaliação determinados pela Circular SUSEP N.º 379/08. Os títulos e valores mobiliários são classificados como "títulos para negociação", adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de custos ou despesas, no caso de convênios operacionais.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

### (d) Instrumentos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Emprestimos e recebíveis são classificados em:

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis com prazo de vencimento inferior a 12 meses são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis com prazo de vencimento inferior a 12 meses são classificados como ativos circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o valor de mercado dos ativos financeiros não é inferior ao registrado no valor acima de seu valor recuperável (impairment).

### (e) Títulos e créditos a receber - Outros créditos operacionais

Os valores registrados nas contas de Títulos e créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e incluem a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço, assim como assistência financeira a participantes registrada pelo valor da operação atualizada diariamente "pro rata temporis" com base no método exponencial e na taxa de juros pactuada.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base no histórico de inadimplência dos vencimentos das parcelas.

Demonstrações do fluxo de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais		
	2010	2009
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	39.179	23.666
Outros recebimentos operacionais (Salvados, ressarcimentos e outros)	6.527	22.145
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(5.290)	(5.030)
Resgates de prêmios por cessão de riscos	(5)	(11)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(5.998)	(5.038)
Pagamentos de despesas e obrigações	(18.971)	(19.441)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(1.212)	(1.986)
Outros pagamentos operacionais	(1.048)	(12.643)
Recebimentos de juros e dividendos	60	56
Constituição de depósitos judiciais	(1.519)	(677)
Resgates de depósitos judiciais	1.539	206
Pagamentos de participações nos resultados	(121)	(86)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>13.141</b>	<b>1.161</b>
Impostos e contribuições pagos	(5.945)	(3.899)
Investimentos financeiros:		
• Aplicações	(180.133)	(180.645)
• Vendas e resgates	177.148	187.566
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>4.211</b>	<b>4.183</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Pagamento pela compra de ativo permanente	(170)	(763)
Recebimento pela venda de ativo permanente	440	23
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>270</b>	<b>(740)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de empréstimos	(2.950)	(3.500)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(2.950)</b>	<b>(3.500)</b>
<b>Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.531</b>	<b>(57)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.607	1.664
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.138	1.607
<b>Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.531</b>	<b>(57)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### (f) Ativo realizável a longo prazo

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

### (g) Investimentos

Registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os títulos patrimoniais do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB são avaliados e ajustados pelo valor patrimonial, não auditado, informado pelo respectivo instituto.

### (h) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, composto principalmente por edificações, equipamentos e móveis e utensílios.

As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados.

### (i) Intangível

Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por Marcas e patentes e Sistemas aplicativos.

(j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

Os

286



## Continuação

Circular SUSEP nº 379/2008, na Demonstração de Resultados do valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificada para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado.

**(d) Ajuste de exercícios anteriores**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram contabilizados valores decorrentes da reversão do resultado da equivalência patrimonial relativa a investimentos em ações, no montante de R\$ 296.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram contabilizados valores decorrentes: (i) da correção no cálculo da apropriação da receita financeira de assistência financeira, no montante de R\$ 1.962, líquido dos correspondentes efeitos tributários e; (ii) da reversão dos valores de IPTU provisionados cujos débitos não eram devidos pela Seguradora no montante de R\$ 214, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

## 16 Contas da Demonstração do Resultado

Estimamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 375/08.

	2010	2009
Sinistros retidos		
Indenizações avisadas	(4.457)	(1.473)
Indenizações avisadas de consórcios e fundos - DPVAT (*)	(17.772)	(15.967)
Despesas com sinistros	(96)	(51)
Despesas com sinistros de consórcios e fundos - DPVAT (*)	(2.338)	(2.005)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(3.759)	(2.459)
Provisão matemática benefícios concedidos	(40)	(3)
Despesas com benefícios	(1.411)	(20)
	<b>(29.673)</b>	<b>(22.240)</b>

Despesas de comercialização		
Comissões	(3.745)	(3.052)
Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	205	1.853
Pro-labore	(5.788)	(4.974)
Contingências	1.481	331
Consórcio DPVAT (*)	115	(528)
Outras despesas com apólices	(759)	(2.366)
	<b>(4.746)</b>	<b>(5.654)</b>
Despesas Administrativas		
Pessoal próprio	(5.956)	(6.616)
Serviços de terceiros	(6.367)	(4.907)
Localização e funcionamento	(2.830)	(2.896)
Publicidade e propaganda institucional	(15)	(39)
Publicações	(113)	(124)
Doativos e contribuições	(28)	(23)
Depósitos judiciais	(1.437)	(1.171)
Multas	(357)	(165)
Consórcio DPVAT (*)	(1.679)	(2.423)
Outras	(44)	(18)
	<b>(22.886)</b>	<b>(18.366)</b>

Despesas com Tributos		
Impostos Municipais	(78)	(18)
Impostos Estaduais	(1)	(1)
COFINS	(1.878)	(1.367)
PIS	(305)	(223)
Contribuição sindical	(30)	(18)
Taxa de Fiscalização	(270)	(139)
Impostos Federais	(20)	(62)
	<b>(2.579)</b>	<b>(1.828)</b>

Resultado Financeiro		
Renda fixa	2.985	748
Renda variável	1.060	1.652
Assistência financeira	8.999	10.402
Operações de seguros		
Reversão provisão risco de crédito sobre AF	514	281
Outras receitas consórcios e fundos	84	168
Atualizações créditos tributários	285	
Outras receitas financeiras	46	
Despesas financeiras com tributos	(102)	(45)
Operação seguro	(2.643)	(238)
Despesas financeiras com Provisões Técnicas	(128)	(60)
Assistência financeira	(2.681)	(868)
Atualizações contratuais	(170)	(987)
Despesas financeira consórcio DPVAT	(16)	(7)
Outras despesas financeiras, líquidas	(138)	
	<b>(6.541)</b>	<b>(10.946)</b>

Resultado Patrimonial		
Ajustes - Investimentos em Ações IRR	25	25
Dividendos e rendimentos	65	86
Despesas com imóveis destinados à renda	84	92
	<b>65</b>	<b>92</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Resultado - Alienação de bens	218	(44)

(\*) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

<b>17 Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e Margem de solvência</b>		
Conforme Circular SUSEP nº 385, de 29 de junho de 2009, segue demonstrando abaixo o cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e da Margem de Solvência, apurados em 31 de dezembro:		
	2010	2009
Patrimônio Líquido	35.101	33.938
Patrimônio Líquido Ajustado	35.101	33.938
(A) 0,2 Prêmio Retido Anual Médio - Últimos 12 meses	12.161	8.789
(B) 0,33 Sinistro Retido Anual Médio - Últimos 36 meses	5.687	3.071
(C) Margem de Solvência (Maior valor entre (A) e (B))	12.161	8.789
Suficiência	22.940	25.149

<b>18 Imposto de renda e contribuição social</b>		
<b>(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo</b>		
No exercício 2009, a Seguradora registrou créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nos montantes de R\$ 646 (2009 - R\$ 1.006) e R\$ 388 (2009 - R\$ 604), respectivamente, decorrentes de adições temporárias de provisões indutíveis.		
Abaixo segue demonstração da movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:		
	IR	CS
Saldo em 31/12/2009	1.006	604
Constituição	178	107
Reversão	(538)	(323)
Saldo em 31/12/2010	646	388

<b>(b) Imposto de renda e contribuição social - Provisão do Imposto de renda</b>		
	2010	2009
Encargo total à alíquota nominal	712	2.063
Juros sobre o capital próprio	(500)	(664)
Despesas não dedutíveis	21	028
Receitas não tributáveis	(30)	(40)
Corrente - Alíquota efetiva	1203	15,98
Diferido (i)	122	115
Reversão 31/12/2008 (ii)	(122)	(1013)
Incentivos	(181)	2.076

<b>Contribuição social</b>		
	2010	2009
Encargo total à alíquota nominal	1.042	13,85
Juros sobre o capital próprio	(300)	(3,98)
Despesas não dedutíveis	13	17
Receitas não tributáveis	(18)	0
Corrente - Alíquota efetiva	737	10,28
Diferido (i)		1,25
Reversão 31/12/2008 (ii)	737	1,318

<b>(i) Referre-se, em 2009, a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a despesas temporariamente indutíveis em períodos anteriores.</b>		
(ii) Reversão em virtude de nova apuração com aproveitamento de créditos antes considerados indutíveis.		
<b>19 Participação dos empregados nos lucros</b>		
A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros, exercício 2010, foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical. Para exercício 2009 a Seguradora firmou acordo de caráter normativo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), regulada pela Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente homologado no sindicato da categoria. O pagamento da participação dos empregados nos lucros, foi feito nas bases estabelecidas pelo acordo assinado e tais valores foram deduzidos como despesa operacional.		

<b>20 Ramos de atuação</b>		
Os principais ramos de atuação estão demonstrados abaixo:		
	2010	2009
<b>Ramo</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Prêmio</b>
	<b>Ganho</b>	<b>Ganho</b>
	<b>I.S. %</b>	<b>I.S. %</b>
	<b>I.C. %</b>	<b>I.C. %</b>
09-32 APC	22.368	5,68
09-77	34,22	12,54
Prestatista	12.771	3,48
05-58 DPVAT	25.838	87,04
Outros	3.489	11,60%
	<b>64.474</b>	<b>46,02</b>
	<b>5,81</b>	<b>49,280</b>
	<b>45,13%</b>	<b>6,19%</b>

<b>I.S. - Índice de Sinistralidade</b>		
<b>21 Instrumentos financeiros</b>		
<b>(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros</b>		
A Seguradora opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e créditos a receber, assistência financeira a participantes de plano de benefícios de previdência complementar aberta e a segurados de seguros de pessoas, e contas a pagar a terceiros. Considerando a natureza dos instrumentos e dos valores justos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.		

**(b) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outros ativos circulares e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(c) Aplicações financeiras**

O valor contábil das aplicações financeiras em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado.

**(d) Assistência financeira**

As operações de assistência financeira são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata temporis" com base na taxa de juros de mercado são protegidos. Quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

**(f) Risco de crédito**

A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a está deposita a se seguir no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos riscos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

Para administração de aplicações financeiras, a Seguradora possui contrato junto à Instituição financeira para administração de sua carteira de investimentos, o qual prevê a diversificação destes investimentos e a conformidade com os parâmetros de cobertura previstos na Resolução BACEN nº 3.380/05.

**(g) Risco de liquidez**

O risco de liquidez não dispõe de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de pagamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e das despesas previstas.

Para administração de liquidez de caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

**Risco de mercado - Taxa de juros**

O risco de mercado de taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a captações no mercado. Quando aplicável, quando aplicável, monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

<b>Parceiro atuarial</b>	
1. Realizada a Avaliação Atuarial da Sabemi Seguradora S/A, com data base 31.12.2010, em conformidade com os normativos em vigor, em especial a Resolução CNSP nº 162/2006 consolidada e a Circular SUSEP nº 272/2004, foram examinadas as carteiras de seguros e de previdência, quanto à consistência das provisões técnicas constituídas e seu objetivo de garantia das operações e compromissos assumidos.	
2. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) encontra-se constituída considerando, além dos processos administrativos, o passivo atuarial decorrente das demandas judiciais, conforme critério específico descrito em Nota Técnica Atuarial, mantendo-se adequada frente ao seu objetivo. Os testes e recálculos realizados junto a PPNNG acusaram sua suficiência, não havendo necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP).	
3. Em relação às operações de previdência, a Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC) vem sendo avaliada e constituída mensalmente, seguindo os critérios de segurança atuarial recomendados.	
4. Todas as provisões encontram-se detalhadamente analisadas no relatório analítico da Avaliação Atuarial, cuja Provisão de Eventos Ocorridos e a Provisão de Eventos Futuros demonstram oportunidade de se aplicar nova metodologia. Os resultados obtidos de forma consolidada constatarem um desempenho qualitativo satisfatório das provisões, frente aos compromissos assumidos oriundos de seus planos.	

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2011.

ATUARIAL BRASILEIRA Assessoria, Consultoria e Auditoria  
CNPJ 06112480/0001-45 - CTA 0087

Eder Gerson Aguiar de Oliveira Luiz Ernesto Both  
Atuário MIBA 630 Atuário MIBA 425

Eliana Schwingel Diederichsen  
Diretora

## Ministério Público vai lançar programa para qualificar submetidos a trabalho escravo

De 2005 a 2010, 17.456 pessoas que trabalhavam em condições degradantes, semelhantes à escravidão, foram libertadas em todo o país pelos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O número, divulgado hoje (24), pelo Ministério Público do Trabalho (MPPT), indica que, apesar dos esforços, o Brasil ain-

da está longe de resolver o problema do trabalho escravo.

“Os projetos de combate ao trabalho escravo normalmente não procuram o cerne do problema, que é a vulnerabilidade das pessoas causada justamente pela impossibilidade dos libertados encontrarem melhores formas de trabalho. Tenho certeza de que este programa vai ajudar

a reduzir a reincidência”, afirmou o procurador.

De acordo com o coordenador regional da Conaete em Mato Grosso, o procurador Raulino Maracá Filho, o projeto-piloto no estado consumiu R\$ 300 mil e, só no ano passado, beneficiou 120 trabalhadores que frequentaram um curso de formação de operadores de máquina. (ABR)

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO (PRAZO 20 DIAS)

**Credor: HSTC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO**

Pelo presente edital, por edital em lugar ignorado, fica(m) notificado(s) a(s) pessoa(s) adiante nomeada(s) para ciência de que estamos autorizados na forma da lei (Decreto-Lei nº 70 de 21.11.66 e Regulamentação Complementar, e Lei nº 8004/90), a promover a execução extrajudicial da(s) hipoteca(s) que onera(m) o(s) imóvel(is) indicado(s) a seguir. Fica(m) identificadas, outrossim, de que tem(têm) o prazo de 20 (vinte) dias, a contar desta data, para purgar(em) o débito e evitar(em) a continuidade da execução, o que poderá ser feito na:

Rua SETE de SETEMBRO, n.º 601, Bairro: Centro. CEP: 90.010-190, PORTO ALEGRE/RS. FONES: (51) 3216.8738 e/ou 0800-541.3227, nos horários das 9:00 hs, às 11:00 hs; e das 14:00 hs às 18:00 hs, em qualquer dia útil exceto aos sábados.

SED: H-6000309 - CONTRATO: 014.064-1 CONTROLE: H-13.281/10

**NOME: MARCELO CORREA DIAS**  
**CI 9037522134/RS - CPF 471.370.700-78**  
**BRASILEIRO, SEPARADO JUDICIALMENTE, FUNCIONÁRIO PÚBLICO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM PORTO ALEGRE, RS.**

Imóvel financiado:

**Rua Dom Pedro II nº797, apartamento nº34, box nº04, Edifício Soraya.**  
**Bairro: Higienópolis**  
**CEP: 90.550-142**

**Local/UF: PORTO ALEGRE/RS**

Matriculado no Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS sob n.ºs 45.605 (quarenta e cinco mil seiscentos e cinco) apto e 317 (trezentos e dezessete) box.

Valor da dívida para purgação da mora: R\$ 136.323,25 (cento e trinta e seis mil trezentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), até 25/novembro/2010. O valor será atualizado na época do pagamento, acrescido dos encargos contratuais e despesas pertinentes. Publicações nos dias 28/02/2011 Jornal do Comércio, 01/03/2011 Jornal do Comércio e 02/03/2011 Jornal do Comércio.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

**COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO**  
**AGENTE FIDUCIÁRIO**

Site JC: [www.jornaldocomercio.com](http://www.jornaldocomercio.com)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIÁBA**

**COMUNICADO**

Edital nº 001/2011.

Modalidade: Tomada de Preços

A Comissão Permanente de Licitações julgou vencedora do certame a empresa ECOSSIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Comissão Permanente de Licitações

**Panorama**

JOURNEY RIVERS

Você quer dançar?

»CINEMA, LITERATURA, TEATRO, VIDA LOCAL. O CADerno ONDE VOCÊ ENCONTRA EM VOCÊ. PANORAMA. NO SEU JC.

Ligue e assine 0800.051.0133 - [www.jornaldocomercio.com](http://www.jornaldocomercio.com)

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PASSO FUNDO RS**, com sede à Rua Coronel Chicuta, nº29, Centro Passo Fundo RS CEP: 99020-030, inscrita no CNPJ sob nº92.046.895/0001-13, Código da Entidade Sindical nº004.181.88238-6, Fundado em 08/04/1937 - Carta Sindical Expedida em 05/01/1944 e Certidão de Registro de Alteração Estatutária conforme processo nº46000.011411/00, COM BASE TERRITORIAL nos municípios de Camargo, Caseros, Charrua, Coxilha, Erebang, Gentil, Ipiranga do Sul, Mato Castelhano, Montauri, Muliterno, Nova Alvorada, Pontão, São Domingos do Sul, Vanini, Victor Graeff, Água Santa, Casca, Ciriaco, David Canabarro, Ernestina, Estação, Getúlio Vargas, Ibiaci, Ibiraiaras, Marau, Passo Fundo, Sananduva, Serafina Correa, Sertão, Tapajara, Vila Maria, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

**EDITAL - ARRECAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

Pelo presente Edital ficam NOTIFICADOS todas as firmas e Empresas Industriais e trabalhadores autônomos, cujas atividades econômicas paralelas atividade profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Passo Fundo RS, com base Territorial nos Municípios acima mencionados, para recolherem a contribuição sindical, Exercício de 2011. As empresas descontarão de seus empregados no mês de Março o valor correspondente a (i) um dia do respectivo salário nominal por empregado, e recolherá em faturas próprias até o dia 30 de abril de 2011 na Caixa Econômica Federal, para os trabalhadores admitidos posteriormente será efetuado o desconto no primeiro mês subsequente ao mês de admissão, contribuição fora de prazo será acrescida de multas e juros, e demais cominações legais previstas no ART.600 da CLT. O Sindicato estará à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares, poderão ser obtidos junto à secretaria deste Sindicato pelo Telefone 35133-6786.

Passo Fundo, 24 de fevereiro de 2011.

**Nivaldo Rocha da Silva - Tesoureiro**

**7 anos**

**Jornal do Comércio**

O Jornal de economia e negócios do RS.

ANEXO XX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011

---



# SABEMI Seguradora

CNPJ nº 87.163.234/0001-38  
NIRE 43300032990  
Carta Patente SUSEP nº 021  
Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares  
CEP 90010-100 - Porto Alegre-RS

## Relatório da administração

### Sinopse executiva:

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submeteu a V.Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras da Companhia juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer Atual, relativos ao exercício de 2011.

### Cenário econômico

No segundo semestre de 2011 tivemos o início do processo de redução da taxa de juros Selic, de forma que em 31/12/2011 a taxa era de 11,00 %. O movimento de redução destas taxas tende a ser continuado ao longo de 2012, podendo se aproximar de níveis próximos de um dígito. Em fevereiro de 2012 a taxa Selic é de 10,50 %. Em decorrência destes movimentos temos a redução do custo de crédito pessoal e a estimativa em investimentos produtivos no Brasil, fazendo com que a demanda interna continue aquecida com projeção de crescimento do PIB nacional próximo de 4 % em 2012. Neste cenário, as operações relativas ao mercado segurador, bem como as de assistência financeira a servidores públicos devem continuar aquecidas e crescentes ao longo de 2012.

### Mercado de atuação

A Sabemi Seguradora é uma Companhia com mais de trinta décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em nome de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguro de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes.

### Desempenho da Companhia

A Companhia registrou lucro líquido no exercício de R\$ 4.662 mil, representando uma rentabilidade de 11,46 % sobre o patrimônio líquido médio.

O resultado apresentado no exercício decorre principalmente da receita com prêmio de seguro de acidentes pessoais e prestamista e da receita financeira gerada pelos empréstimos consignados a participantes.

A Administração julgou adequado revisar o método de estimativa do impairment do ativo financeiro para o ano de 2011, cujo impacto está registrado no resultado do exercício de 2011.

Adicionalmente, o prêmio de renda de contribuições aumentadas em 24,84 %, comparado ao mesmo período de 2010, no cálculo foram expurgadas as receitas com prêmios do ramo de seguro DPVAT, no âmbito da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

O índice de sinistralidade da Companhia ficou em 31,37% em relação ao prêmio pago, no cálculo do indicador foram expurgados os efeitos da sinistralidade de 87,02% apresentada no ramo do seguro DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Os ativos totais registraram um salto de R\$ 133.641 mil apresentando um acréscimo de 17,03 % em relação a dezembro de 2010.

O índice combinado ampliado ficou em 0,93.

### Organização societária

A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2011 deliberou sobre o aumento de capital social de R\$ 7,2 mil para R\$ 42.000 mil (nota 18).

O ato societário foi homologado através da Portaria SUSEP/CIGRAT nº 4.284 de 26 de fevereiro de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a nova composição da diretoria, tomando posse como Diretor Presidente o Sr. Antonio Tullio Lima Severo, Diretor Administrativo e Financeiro o Sr. Alexandre Girard, Diretor de Operações e Tecnologia a Sra. Eliana Schwab Diederichsen e como Diretor de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira o Sr. Antonio Tullio Lima Severo.

Não houve acordo de acionistas no período.

Dividendos

A Companhia optou pelo pagamento dos juros sobre o capital próprio.

próprio de acordo com a legislação vigente, atendendo os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

Seguradora de Informações

A Companhia destina R\$ 9.199 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no âmbito das atividades de seguros, previdência complementar e assistência financeira.

### Controles internos

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentável, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

A qualificação dos colaboradores, uso da tecnologia, melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos, gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria.

Com vistas a proporcionar um quadro de gestão profissionalizada, a Companhia estruturou um Conselho de Administração, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

Desde a sua constituição em 2005, a Ovidual vem atuando com estratégia proativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, devido ao exposto os demais canais de acesso e atendimento ao cliente.

No exercício, 96 % dos casos atendidos foram encerrados com negociação exitosa.

A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, visando a proteção

das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Recursos humanos

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, recrutamento e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentável. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2011, o quadro da Sabemi era formado por 178 colaboradores.

### Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "ativos de longo prazo", ajustados pelo valor de mercado.

Os benefícios de planos previdenciários e similares são pagos originalmente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

### Perspectivas futuras

A Sabemi continuará a empenhar seus esforços na venda de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pequeno e em operações financeiras.

Adicionalmente, para fazer a manutenção do resultado, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos disponíveis.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores, consultores e outros o indispensável apoio e a confiança.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2012.

Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares reais			
	2011	2010	
<b>Ativo</b>	<b>110.016</b>	<b>93.513</b>	
Circulante	590	3.138	
Disponível	590	3.138	
Caixa e bancos	590	3.138	
Aplicações (Nota 5.1 e 5.2)	88.640	39.833	
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 5.4)</b>	<b>3.342</b>	<b>3.176</b>	
Prêmios a receber	2.902	2.878	
Operações com resseguradores	441	299	
Outros créditos operacionais	441	299	
<b>Ativos de resseguros - provisões técnicas (Nota 5.4)</b>	<b>1.872</b>	<b>1.762</b>	
Títulos e créditos a receber	21.242	35.570	
Títulos e créditos a receber (Nota 5.4)	302	115	
Créditos tributários e previdenciários	123	356	
Assistência financeira a participantes (Nota 5.4)	20.678	35.082	
Outros créditos	139	17	
Outros valores e bens	30	34	
Ativo não circulante	17.625	20.682	
Realizável a longo prazo	16.053	20.681	
Títulos e créditos a receber	16.053	20.681	
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos (Nota 7)	1.154	1.034	
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 6)	8.884	7.961	
Assistência financeira a participantes (Nota 5.4)	6.015	20.606	
Investimentos (Nota 9)	33	33	
Imobilizado (Nota 10)	1.381	1.425	
Bens imobilizados	1.259	1.319	
Outros imobilizados	102	106	
Intangíveis (Nota 10)	178	163	
Outros intangíveis	178	163	
Total ativo	133.641	114.195	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares reais					
	Capital social	Reservas de lucros acumuladas	Lucros acumulados	Dividendos a pagar	Total
Em 1º de janeiro de 2010	7.220	26.116	(286)		33.050
Ajustes de exercícios anteriores					(295)
Reversão de reserva de lucros AGE de 27/04/2010		(1.672)	5.131		(1.672)
Portaria SUSEP nº 1112 de 28/06/2010					5.131
Lucro líquido do exercício					
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal		18	(16)		2
Reserva estatutária		2.819	(1.205)		1.614
Juros sobre o capital próprio			(795)		(795)
Juros sobre capital próprio adicionais (propostos (Nota 18.2))			795		795
Em 31 de dezembro de 2010	7.220	27.881	(795)		35.306
Juros sobre o capital próprio aprovados em AGO 31/03/2011 (Nota 18.2)			(795)		(795)
Aumento de capital (em aprovação) AGE 28/06/2011 (Nota 18 (a))	26.537	(26.537)			
Por subscrição realizada em dinheiro	6.971				6.971
Por subscrição realizada com crédito de juros sobre capital próprio	1.272				1.272
Reversão de reserva de lucros AGE de 29/12/2011		(10)	4.562		4.552
Lucro líquido do exercício					
Proposta de destinação do resultado:					
Reserva legal		233	(233)		
Reserva estatutária		2.679	(1.782)		897
Juros sobre o capital próprio (Nota 18.2)					
Em 31 de dezembro de 2011	42.000	4.248			46.248

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011. Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

**1. Informações gerais**  
A Seguradora tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades pequeno e de rendas. A Seguradora possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - térreo, 5º e 9º andares, Centro - Porto Alegre-RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Seguradora também está atuando como correspondente de distribuição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/08.

No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 15414.00407/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2009.

### Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 24 de fevereiro de 2012.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

**2.1. Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas têm sido aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho de Contas, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 124, de 29 de abril de 2011 e alterações posteriores. A Seguradora identificou diferenças em relação às práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, que requeriam ajustes contábeis nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2010, apresentadas para fins de comparação, ou nos saldos na data de 2011.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e provisões adotadas.

### Moeda funcional e moeda de apresentação

Os bens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos

### 2.4. Ativos financeiros

Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles que são classificados em uma das seguintes categorias: disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados e vendidos no mercado secundário. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são avaliados com base no preço de mercado e não com base no custo.

de origem ou despesa, no resultado do exercício. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os efeitos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de caixa dos investimentos tiverem vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informada pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

### (b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo seu valor justo (aumentado dos custos de transação diretamente atribuídos), no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes, com base no preço de mercado para venda, calculado com o uso do método da taxa efetiva de juros, nos reconhecimentos na demonstração do resultado como receitas financeiras. Os ativos dessa categoria compreendem as aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informada pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

### (c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos nesse ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos são compensados o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Seguradora avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Seguradora utiliza para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- mudança relevante do fluxo de caixa futuro do devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- mudanças nas condições econômicas ou jurídicas relativas à capacidade financeira do tomador do empréstimo, garantido ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa esperados da Seguradora no futuro. Nesta circunstância o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores do empréstimo na carteira;

Os critérios que a Seguradora utiliza para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- mudança relevante do fluxo de caixa futuro do devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- mudanças nas condições econômicas ou jurídicas relativas à capacidade financeira do tomador do empréstimo, garantido ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa esperados da Seguradora no futuro. Nesta circunstância o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores do empréstimo na carteira;

Os critérios que a Seguradora utiliza para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- mudança relevante do fluxo de caixa futuro do devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- mudanças nas condições econômicas ou jurídicas relativas à capacidade financeira do tomador do empréstimo, garantido ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa esperados da Seguradora no futuro. Nesta circunstância o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores do empréstimo na carteira;

Os critérios que a Seguradora utiliza para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- mudança relevante do fluxo de caixa futuro do devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- mudanças nas condições econômicas ou jurídicas relativas à capacidade financeira do tomador do empréstimo, garantido ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa esperados da Seguradora no futuro. Nesta circunstância o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores do empréstimo na carteira;

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2011	2010
<b>Operações de seguros</b>	<b>75.564</b>	<b>60.832</b>
Prêmios emitidos líquidos	75.564	60.832
Contribuições para cobertura de riscos	3.352	
Variação das provisões técnicas de prêmios	(4.271)	220
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>74.644</b>	<b>61.052</b>
Sinistros ocorridos (Nota 19)	(23.771)	(22.886)
Quanto de equidade (Nota 19)	(5.277)	(3.740)
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(8.284)</b>	<b>(4.746)</b>
Contribuição da provisão de benefício a conceder	6	(1)
Variação de outras provisões técnicas	(106)	(9)
<b>Custos de aquisição</b>	<b>(172)</b>	<b>(130)</b>
Despesas administrativas (Nota 19)	(28.771)	(22.886)
Despesas com seguros (Nota 7)	(2.773)	(2.579)
<b>Resultado financeiro (Nota 19)</b>	<b>16.727</b>	<b>6.541</b>
<b>Resultado patrimonial (Nota 19)</b>	<b>46</b>	<b>65</b>
Outras operações	8.073	7.311
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>	<b>(2)</b>	<b>219</b>
Resultado antes dos impostos e participações	(8.073)	219
Imposto de renda (Nota 7)	(1.240)	(821)
Contribuição social (Nota 7)	(1795)	(350)
Imposto de renda diferido (Nota 7)	45	(216)
Contribuição social diferida (Nota 7)	(1.193)	(430)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.662</b>	<b>1.531</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(1.138)	
Pagamento de empréstimos gerados pelo consumo nas atividades de investimento	(5.550)	(2.950)
<b>Atividades de investimento</b>	<b>(282)</b>	<b>(2.950)</b>
<b>Variação (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.248)</b>	<b>1.531</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.138	1.602
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>890</b>	<b>3.138</b>
<b>Variação (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.248)</b>	<b>1.531</b>
<b>Conciliação do fluxo líquido com o fluxo de caixa nas atividades operacionais</b>		
Variação de créditos e débitos a receber	4.662	5.131
Depreciações e amortizações	419	430
Variação em ativos não correntes	3	
Variação em débitos e créditos a receber	9.052	2.864
Variação da provisão para impairment de débitos a receber	(1.383)	(913)
Variação em ativos não correntes	(218)	
Variação em débitos	(238)	
Variação nos ativos e passivos		
Variação de aplicações financeiras	(48.807)	(21.431)
Variação de créditos com operações de seguros e resseguros	(167)	(859)
Variação de créditos de resseguros - provisões técnicas	(110)	(168)
Variação de títulos e créditos a receber	19.667	(8.549)
Variação de títulos e obrigações	(8)	
Variação de contas a pagar	(2.636)	7.979
Variação de débitos com operações de seguros e resseguros	12	187
Variação de débitos com operações de previdência complementar	3	20
Variação de depósitos em terceiros	2.232	3.985
Variação de provisões técnicas - seguros	14.292	22.379
Variação de provisões técnicas - previdência complementar	101	67
Variação de outros débitos	498	(1.751)
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas)</b>	<b>(29.446)</b>	<b>4.730</b>







## Continuação

	2011	2010
Capital base	15.000	15.000
Capital adicional	21.356	20.954
Risco de subordinação	13.263	9.564
Risco de crédito	11.406	20.064
Capital mínimo requerido	36.386	34.664
Suficiência	9.650	11.037

**Ativos financeiros a valor justo por meio de resultados - títulos para negociação**  
O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação eram os seguintes:

	2011	2010
	custo	valor de
	atualizado	mercado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	8.247	6.247
Certificado de Depósito Bancário - CDB (a)	5.174	5.174
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE (b)	5.594	5.594
Quotas de fundos de investimento (c)	42.161	42.161
Outras aplicações (d)	3.884	3.884
Total de títulos para negociação	63.060	63.060

Em 31 de dezembro de 2011 a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros disponíveis para negociação:

(a) **Certificados de Depósito Bancário - CDB e Letras Financeiras do Tesouro - LFT**  
Os títulos privados têm remuneração vinculada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. O critério de valorização dos títulos públicos considera os preços médios divulgados pela Anbima.

(b) **Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE**  
Os títulos privados têm sua remuneração vinculada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

(c) **Quotas de Fundos de Investimento**

	2011	2010
Quotas de fundos de investimento		
Sucred FIF	26.005	13.718
Brasileiro FIF	7.767	6.907
Banco do Brasil FIF	7.745	6.914
FIDC Energia	168	331
FIDC Bonuário	279	564
Plural Extra Multimercado (i)	197	177
Total	42.161	28.401

(i) Refere-se às aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial.

(d) **Outras aplicações**

	2011	2010
Debêntures		
Eletropaulo Metrop. Elétric SP S.A.	352	350
Vale Norte	16	21
Autovias	24	31
Centrovias	29	37
Telepar	454	205
Tessta Tax Transmissora Alcania de Energia Elétrica S.A.	436	317
Amil - amil	543	
CITEP - TE	535	
Eurovários	324	
ASL Ties	493	
Alvar	250	
Eletro Elétrica	523	
Tractebel Energia S.A.	3.879	1.137
Reaseguradora IRB	3.884	1.141

**5.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento**

	2011	2010
Certificado de Depósito Bancário - CDB		
A vencer até 90 dias	734	742
A vencer de 91 a 180 dias	1.575	
A vencer de 181 a 270 dias	1.044	874
A vencer de 271 a 360 dias	1.418	1.714
A vencer acima de 360 dias	5.174	3.130

**Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE**

	2011	2010
A vencer até 90 dias	2.259	2.135
A vencer de 91 a 180 dias	1.041	368
A vencer de 181 a 270 dias	2.294	1.784
A vencer de 271 a 360 dias	5.594	7.161

**Quotas de Fundos de Investimentos**

	2011	2010
Sem vencimento	168	279
A vencer de 91 a 180 dias	168	279
A vencer acima de 360 dias	42.161	28.401

**Debêntures**

	2011	2010
A vencer de 90 a 180 dias	3.879	1.137
A vencer acima de 360 dias	3.884	1.141

**Letra financeira**

	2011	2010
A vencer acima de 360 dias	5.174	3.130

De acordo com normalização da SUSEP (Circular 424/11), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

**5.2 Ativos financeiros disponíveis para venda**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda:

	2011	2010
	custo	valor de
	atualizado	mercado
Quotas de Fundos de Investimentos		
Polo CC FIDC (i)	25.580	25.580
Total de títulos disponíveis para venda	25.580	25.580

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo refere-se a 25.580 cotas subordinação ordinária emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios - Polo CC FIDC.

No 2º semestre de 2011 foi constituído através de instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras vantagens, o Polo CC FIDC Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Consolidado), juntamente com a Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. (Gestor), Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities (Administrador), Sabemi Seguradora S.A. (Cedente) e Banco Santander S.A. (Custodiante). A Sabemi Seguradora participa no Patrimônio do Polo CC FIDC Consignado FIDC (i), com 20% do total do Patrimônio Líquido, através da subordinação de cotas subordinação ordinárias. O Fundo inclui suas atividades em julho de 2011.

O CFC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e suas interpretações, determina que entidades de propósito específico ("EPE"), como no caso do FIDC acima, devem ser consolidadas quando a entidade do relacionamento entre a entidade e a EPE indica que a EPE é controlada por essa entidade. A Administração analisou o referido CFC concluiu, juntamente com seus assessores legais, que não há evidências de controle do FIDC por parte da Sabemi, bem como os riscos e benefícios dessas transações são transferidos totalmente para o FIDC quando das securitizações e que desta forma não existe obrigação em divulgar demonstrações financeiras de forma consolidadas. Em conjunto com essa análise e de modo a corroborar esse entendimento, em 24 de fevereiro de 2012 a Seguradora efetuou consulta a SUSEP com relação a esse entendimento, cuja resposta reafirmou o nosso posicionamento.

Além, com relação às cessões de créditos efetuadas pela Sabemi ao FIDC, o CFC 36 - reconhecimento e mensuração, apêndice A, AG 36, instrui um fluxograma de avaliação de se essas cessões creditórias podem ser desreconhecidas ou não. A Sabemi Seguradora não possui obrigação de receber os fluxos de caixa desses ativos ou não.

Na opinião do consultor jurídico externo da Seguradora, constante em Conselho Legal, de acordo com o exposto no Regulamento do Fundo e do Contrato de Cessão há transferência dos riscos inerentes aos Direitos de Crédito cedidos pela Sabemi ao FIDC, uma vez que:

(i) a cessão dos Direitos de Crédito se opera de forma irrevogável, irrevocável e não constitui obrigação de repasse de recursos para a Sabemi;

(ii) no Regulamento e no Contrato de Cessão, inexistia qualquer obrigação da Sabemi em responder pela solvência ou sobrevivência

dos devedores dos Direitos de Crédito, tampouco em recomprar eventuais Direitos de Crédito cujos devedores se encontrassem insolvides; e  
(iii) embora seja titular de Cotas Subordinadas Ordinárias de emissão do Polo CC FIDC, a Sabemi não possui obrigação de garantir a emissão de novas cotas, o que realça a subordinação de tais cotas, em caso de insolvência da operação de Garantia do FIDC.  
Dante o exposto acima, a Administração da Seguradora em conjunto com seus assessores legais, entendendo que não retém os direitos de receber os fluxos de caixa desses ativos financeiros cedidos, logo, neste contexto há transferência de riscos a beneficiários da Sabemi para o Fundo. Diante desse entendimento a Seguradora efetuou o desreconhecimento dos créditos cedidos da sua demonstração financeira, bem como registrou os ganhos e despesas relacionadas a essas operações no resultado do exercício de 2011, conforme divulgado na Nota 5.4.2.

**5.2.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento**

	2011	2010
Quotas de Fundos de Investimentos		
A vencer acima de 360 dias	25.580	25.580

**5.3 Estimativa de valor justo**

Presupõe-se que os saldos das cotas a receber de clientes e a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos.

A Sabemi Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

• (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos cotados no mercado ou passivos;

• (Nível 2) inputs observáveis dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

• (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado Brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2011	2010
Mensuração ao valor justo no exercício findo em 31 de dezembro:		
Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Mensurados ao Valor Justo		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	41.715	27.716
Certificado de Depósito Bancário - CDB	5.174	3.130
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	5.594	7.161
Letra financeira	6.247	6.247
Debêntures	3.879	1.137
Outros de FIDC	26.026	1.137
Outros	3.879	64.761
Total	84.761	113.378

A Seguradora não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo.

**5.4 Empréstimos e recebíveis**

**5.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros**

	2011	2010
Prêmios a receber	1.575	1.546
Prêmios diretos	1.575	1.546
Fatura Unimed (i)	2.240	1.240
Operações com Resseguradoras	1	5
Outros créditos	1	5
Ativos de resseguros - provisões técnicas	1	5
Recuperação sobre resseguros cedidos	1	5
Outros créditos operacionais	1.872	1.762
Consortio DPVAT (ii)	441	299
Total	5.214	4.936

(i) A Seguradora possui fatura pendente referente à aplicação de seguro na UNIMED - Federação Sul de Minas, no valor de R\$ 1.324 (2010 - R\$ 1.244), valor 99,9% ressegurado junto ao Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, líquido de custos operacionais e tributos. O valor foi contabilizado em Provisão a receber, tendo sua contabilidade registrada em Débitos de operações com seguros e resseguros, no valor de R\$ 1.236 (2010 - R\$ 1.236).

(ii) A classificação conforme Carta Circular SUSEP/DECONGAB Nº 01/09.

(iii) Desde janeiro de 2009, a Seguradora aderiu ao Consórcio do Seguro - DPVAT, contando com participação de 0,7% (2010 - 0,8%).

Para as operações de resseguro, o prêmio líquido no valor de R\$ 26.335 (2010 - R\$ 25.697), sinistro líquido no valor de R\$ 18.106 (2010 - R\$ 17.772). O saldo de R\$ 441 (2010 - R\$ 299) refere-se a valores a receber administrados pela Ceder Seguradora.

**Composição por idade**

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2011	2010
A vencer Vencidas até 30 dias	1.575	1.374
A vencer Vencidas de 31 a 90 dias	1.374	2.949
A vencer Vencidas de 91 a 180 dias	1.546	1.374
A vencer Vencidas de 181 a 270 dias	1.546	1.374
A vencer Vencidas de 271 a 360 dias	1.546	1.374
A vencer Vencidas acima de 360 dias	1.546	1.374
Total	1.575	1.374

(\*) A provisão para riscos sobre créditos e constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data do vencimento do crédito.

**5.4.2 Títulos e créditos a receber**

Em 31 de dezembro composto da seguinte forma:

	2011	2010
Circulante		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 16)	7	93
Créditos a receber	295	21
Provisão para riscos de crédito	(197)	(197)
Total	305	115
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (i)	31.001	39.220
Assistência financeira a participantes (ii)	10.323	14.138
Assistência financeira a participantes (iii)	20.678	35.082
Outros créditos		
Adiantamento administrativo	139	17
Total do circulante	61.139	88.214
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (i)	6.030	22.426
Assistência financeira a participantes (ii)	15	(2.366)
Assistência financeira a participantes (iii)	6.015	20.060
Total do não circulante	12.060	39.120
Total	73.200	127.334

(i) Assistência financeira a participantes

Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito ao Polo CC FIDC de Investimento em Direitos Creditórios, I, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Garantia de averbação	67.720	54.991
Garantia de averbação (i)	67.720	54.991
Recursos a apropriar	33.409	49.454
Cessão de crédito (ii)	23.059	236
Cessão de crédito (iii)	23.059	236
Total	124.848	105.681

(i) Assistência financeira a participantes

Garantia de averbação

Recursos a apropriar

Cessão de crédito (ii)

Cessão de crédito (iii)

Total

(i) Assistência financeira a participantes

Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito ao Polo CC FIDC de Investimento em Direitos Creditórios, I, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Garantia de averbação	67.720	54.991
Garantia de averbação (i)	67.720	54.991
Recursos a apropriar	33.409	49.454
Cessão de crédito (ii)	23.059	236
Cessão de crédito (iii)	23.059	236
Total	124.848	105.681

(i) Assistência financeira a participantes

Garantia de averbação

Recursos a apropriar

Cessão de crédito (ii)

Cessão de crédito (iii)

Total

(i) Assistência financeira a participantes

Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito ao Polo CC FIDC de Investimento em Direitos Creditórios, I, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Garantia de averbação	67.720	54.991
Garantia de averbação (i)	67.720	54.991
Recursos a apropriar	33.409	49.454
Cessão de crédito (ii)	23.059	236
Cessão de crédito (iii)	23.059	236
Total	124.848	105.681

(i) Assistência financeira a participantes

Garantia de averbação

Recursos a apropriar

Cessão de crédito (ii)

Cessão de crédito (iii)

Total

No 2º semestre de 2011 os valores contábeis das operações de avaliação totalizaram R\$ 168.760 e os valores das cessões descontados às taxas negociadas, foram de R\$ 115.531, para um período de financiamento de até 90 meses, pagos em moeda corrente. O resultado das operações reconhecido como receita financeira, durante o exercício de 2011 montou a R\$ 25.062. Esses créditos foram cedidos sem contrapartida ao Polo CC FIDC de Investimento em Direitos Creditórios I, com a Sabemi Seguradora S.A. aderente administrativamente a cobrança desses títulos. Durante o 2º semestre de 2011 a Administração da Seguradora recuperou do Polo CC FIDC I, parcelas anteriormente cedidas que se encontravam inadimplentes no montante de R\$ 31 e parcelas inadimplentes anteriormente no montante de R\$ 6.035. O resultado da operação de recompra foi reconhecido como reversão de receita financeira com cessão de direitos creditórios no montante de R\$ 691, a qual montou o valor líquido de R\$ 24.371 (nota 19). Adicionalmente foram incorridos despesas de comissão e estruturação no valor de R\$ 13.485 (nota 19), logo, o resultado líquido das operações de cessão de crédito reconhecido no exercício de 2011 montou R\$ 10.886.

(i) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2011 foi apurada pela Administração da Seguradora em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Seguradora considerou a economia histórica de perda da carteira de títulos contida a uma análise estatística e o julgamento da área interna de crédito. O método aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atraso e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 12 (doze) grupos, definidos segundo critérios técnicos a partir do histórico dos títulos e das particularidades das operações de crédito consignadas. As faixas de classificação foram, mostradas a seguir, refletindo as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria:

	2011	2010
Com parcelas quitadas		
A 1 a 12 Parcelas vencidas	35	35
B 13 a 24 Parcelas vencidas	383	383
C 25 a 36 Parcelas vencidas	383	383
D 37 a 48 Parcelas vencidas	1.214	1.214
E 49 a 60 Parcelas vencidas	235	235
F 61 a 72 Parcelas vencidas	63	63
G 73 a 84 Parcelas vencidas	34	34
H 85 a 96 Parcelas vencidas	235	235
I Acima de 96 parcelas vencidas	1.546	1.546
J Suspensas	6.281	6.281
Total	10.338	10.338

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e a sua assertividade de previsão com relação a eventuais reves de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2011, estão demonstradas a seguir:

	2011	2010
A vencer em até 12 meses	1.523	18.860
A vencer acima de 12 meses	10.636	17.156
Vencidos em até 12 meses	1.523	18.860
Vencidos de 13 a 24 meses	4.820	7.335
Vencidos de 25 a 36 meses	7.505	10.461
Vencidos acima de 36 meses	37.031	61.646

**5.4.3 Impairment de ativos financeiros**

Conforme metodologia mencionada na nota 5.3.2, a Administração utilizou o método de estimativa do impairment de ativos financeiros para o ano de 2011.

**7.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro**

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Participação no resultado

Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação



2010									
1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	181 a 210 dias	211 a 240 dias	241 a 270 dias	Acima de 270 dias
Prêmios e emolumentos recebidos	16	20	64	50	152	553	857		
Outros depósitos	556	330	650	550	1.614	5.122	8.822		
<b>15. Passivos de contratos de seguros</b>									
<b>Provisões técnicas</b>									
Seguro de pessoas coletivas	2011	2010							
Previdência complementar	2.108	2.006							
DPVAT (I)	23.260	20.583							
Retrocessado	47	46							
Curto prazo	54.594	40.200							
Longo prazo	54.594	40.200							
<b>(I) Conforme informações obtidas da Seguradora Líder dos Contratos do Seguro DPVAT S.A.</b>									
<b>15.1 Provisões técnicas - Movimentação</b>									
<b>(a) Seguro de Pessoas Coletivas</b>									
As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para o exercício de 2010 e 2011, encerrado em 31 de dezembro de 2011.									
<b>Seguro de Pessoas Coletivas - movimentação das provisões técnicas</b>									
Competências	PPNG*	PSI	IBNR	PBAR	PROVAR	TOTAL			
Saldo em 01/01/2010	5.398	4.781	1.958	12.137		24.274			
Constituições		3.688	1.381	5.259		10.328			
Reversões	(222)					(222)			
Saldo em 31/12/2010	5.176	8.469	3.339	16.396		31.380			
Constituições	4.215	5.574	1.879	11.656		13.224			
Reversões	(77)					(77)			
Saldo em 31/12/2011	9.314	14.043	5.218	28.052		56.627			
*PPNG=PCP+RVNE									
<b>Previdência complementar: movimentação das provisões técnicas</b>									
Competências	PPNG*	POR	PMBAC	PMBIC	PDA	IBNR	PIC	PBAR	PROVAR
Saldo em 01/01/2010	12	4	9	1	188	8	25	30	1.441
Constituições	(1)	78	6	1	(185)	(27)	(26)	(872)	(1)
Saldo em 31/12/2010	11	82	13	2	3	140	200	71	1.004
Constituições	6	2			59	10	105	110	1.421
Reversões	(20)	(12)	(6)	(3)	(71)	(1)	(20)	(38)	(1.664)
Saldo em 31/12/2011	11	69	7	1	33	139	235	172	938
*PPNG=PCP+RVNE									
<b>15.2 Garantias das provisões técnicas</b>									
Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras e depósitos no RFB, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução SUSEP nº 3.080/05.									
<b>Ativos oferecidos em cobertura</b>									
Quotas de fundos de investimento - Renda Fixa	10.482	5.885							
Certificados de depósito bancário - CDB	5.174	3.300							
Quotas de fundos de investimento em direitos creditários	447	685							
Debêntures	3.879	1.137							
Depósito a prazo - DPGE	5.594	2.761							
Lâneas Financeiras	6.247	1.360							
Aplicações cobertura DPVAT (*)	23.260	20.583							
Depósitos especiais no RFB	55.496	38.724							
Ativos oferecidos em cobertura	104.211	63.724							
Total das provisões técnicas	54.594	40.200							
Operações com resseguradoras	(1.873)	(1.758)							
Total a ser coberto	52.721	38.432							
Suficiência de cobertura	2.775	302							
(*) Aplicações administradas pela Seguradora Líder									
<b>15.3 Comportamento da provisão de sinistros em anos anteriores aos anos de constituição</b>									
A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros da Seguradora, denominada de tabela de desenvolvimento de sinistros.									
<b>Seguro de Pessoas Coletivas</b>									
Período	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011			
Saldo anterior (*)	1.059	2.941	3.204	2.875	3.187	6.706			
Receitas	8.068	5.268	2.436	1.573	5.176	12.834			
Exercícios atuais	4.911	4.043	2.386	593	2.623	5.854			
Exercícios anteriores	3.157	1.235	50	970	2.353	6.980			
pagamentos	(6.186)	(5.005)	(2.765)	(1.251)	(1.657)	(7.369)			
exercícios atuais	(3.817)	(2.762)	(1.020)	(235)	(687)	1.922			
Exercícios anteriores	(2.369)	(2.243)	(1.745)	(1.016)	(970)	5.447			
Saldo final (*)	2.941	3.204	2.875	3.187	6.706	12.834			
(*) Liquido de resseguro									
<b>Plano de Pecúlio</b>									
Período	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011			
Saldo anterior	17	113	169	405	929				
Receitas	17	150	252	531	1.059	711			
exercícios atuais	17	154	240	405	577	905			
Exercícios anteriores									
pagamentos	0	54	196	295	535	789			
exercícios atuais	0	42	102	131	186	293			
Exercícios anteriores									
Saldo final	17	113	169	405	929	851			
A tabela a seguir mostra o detalhamento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia.									
<b>Seguro de Pessoas Coletivas</b>									
Período	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011			
Provisão período anterior (*)	1.059	2.941	3.204	2.875	3.187	6.706			
pagamentos									
Um ano mais tarde	561	783	808	589	460	1.332			
Dois anos mais tarde									
Três anos mais tarde	615	1.006	1.084	691	484				
Quatro anos mais tarde									
Seis anos mais tarde	664	1.387	1.165						
Saldo final	17	113	169	405	929	851			
(*) Liquido de resseguro									
<b>Plano de Pecúlio</b>									
Período	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011			
Provisão período anterior	17	113	169	405	929				
pagamentos									
Um ano mais tarde	3	33	61	228	354				
Dois anos mais tarde									
Três anos mais tarde	4	33	76	250					
Quatro anos mais tarde									
Cinco anos mais tarde	4	33							
Seis anos mais tarde									



**18. Patrimônio líquido**  
**18.1 Capital social e reservas**  
O Capital social registrado é de R\$ 42.000 (2010 - R\$ 7.220), representado por 78.088 (2010 - 63.625) ações nominativas sem valor nominal, sendo 67.386 (2010 - 52.922) ações preferenciais sem direito a voto e 10.703 (2010 - 10.703) ações preferenciais com direito a voto.  
**a) Aumento de capital**  
Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2011 aumento de capital social no valor total de R\$ 34.780, com a seguinte composição:  
- aumento de capital social no montante de R\$ 5.971, em espécie, com emissão de 12.232 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 569,90 (quinhentos e sessenta e nove reais e noventa centavos) cada, calculado pelo valor patrimonial da ação apurado na data-base de 30 de abril de 2011;  
- aumento de capital social no montante de R\$ 1.272, proveniente dos juros sobre o capital próprio, com emissão de 2.232 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 569,90 (quinhentos e sessenta e nove reais e noventa centavos) cada, calculado pelo valor patrimonial da ação apurado na data-base de 30 de abril de 2011 e;  
- aumento de capital social no montante de R\$ 26.537, incorporando ao capital social parte da Reserva de Lucros (valor total da Reserva Estatutária no montante de R\$ 26.437 e valor parcial da Reserva Legal no montante de R\$ 100) que foi procedida sem emissão de novas ações.  
Com a emissão de 14.464 ordinárias, a quantidade de ações ordinárias passou de 52.922 ações, para 67.386 ações ordinárias, mantendo-se a quantidade de ações preferenciais em 10.703, sendo o total das ações da Seguradora passou de 63.625 ações, para 78.088 ações.  
Ato homologado através da Portaria Superintendente CGRAT nº 4.254, de 24 de novembro de 2011.  
**b) Grupoamento de ações**  
Em 27 de abril de 2010, conforme Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o grupoamento das 5.433.994.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 1.255.000.000 ações preferenciais, somando 6.688.994.000 ações representativas do capital social de R\$ 7.220, na proporção de 100.000 (cem mil) ações para 01 (uma) ação, da mesma espécie e forma, transformando-as em 54.340 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 12.550 ações preferenciais, somando 66.890 ações representativas do capital social da Seguradora, que permanecem no montante de R\$ 7.220. Ato homologado através da Portaria Superintendente CGRAT nº 1.112, de 28 de junho de 2011.  
Em 28 de dezembro de 2010, conforme Assembleia Geral Extraordinária foram reafirmadas as deliberações da AGE de 27 de abril de 2010, em virtude das frações de ações geradas pelo grupoamento, a Seguradora transformou as frações de ações em direito de resgate pelo valor patrimonial da cada uma, considerando o valor patrimonial de 1 (uma) ação inteira em R\$ 512,05 (quinhentos e doze reais e cinco centavos), conforme valor patrimonial contábil apurado em 28 de fevereiro de 2010, que ficou a disposição dos acionistas na Seguradora e será atualizado pela variação do IGP-M, a partir daquela data.  
Destes modo, 1.418 (mil quatrocentos e dezoito) ações ordinárias e 1.847 (mil oitocentas e quarenta e sete) ações preferenciais, totalizando 3.265 (três mil, duzentos e sessenta e cinco) ações que foram suprimidas da quantidade total de ações que correspondem ao capital social, e que representam um montante de R\$ 1.872, a ser reembolsado aos acionistas da Seguradora. Em 31 de dezembro de 2011 o valor atualizado a ser reembolsado aos acionistas montou R\$ 1.911 (2010 - R\$ 1.811).  
Em 20 de dezembro de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o grupoamento das 67.386 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 10.703 ações preferenciais, somando 78.088 ações representativas do capital social de R\$ 42.000, na proporção de R\$ 1.000 (hum mil) ações para 01 (uma) ação, da mesma espécie e forma, transformando-as inicialmente em 67 (sessenta e sete) e ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 11 (onze) ações preferenciais, totalizando 78 ações representativas do capital social da Seguradora, que permanecem no montante de R\$ 42.000.  
Ato homologado através da Portaria Superintendente CGRAT nº 1.112, de 28 de junho de 2011.  
Em virtude das frações de ações geradas pelo grupoamento, a Seguradora transformou as frações de ações em direito de resgate pelo valor patrimonial da cada uma, considerando o valor patrimonial de 1 (uma) ação inteira em R\$ 512,05 (quinhentos e doze reais e cinco centavos), conforme valor patrimonial contábil apurado em 31 de outubro de 2011, que ficou a disposição dos acionistas na Seguradora e será atualizado pela variação do IGP-M, a partir daquela data. Destes modo, 5 (cinco) ações ordinárias e todas as 11 ações preferenciais, totalizando 16 (dezesseis) ações que foram suprimidas da quantidade total de ações que correspondem ao capital social, e que representam um montante de R\$ 10 a ser reembolsado aos acionistas da Seguradora. Em 31 de dezembro de 2011 o valor atualizado a ser reembolsado aos acionistas montou R\$ 10.  
**(c) Reserva estatutária**  
A reserva estatutária é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.  
**(d) Reserva legal**  
A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social. No exercício de 2011 foi constituída a reserva legal no valor de R\$ 233 (2010 - R\$ 16).  
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante a legislação em vigor, conforme preceito da legislação vigente, sobre o saldo transferido para reserva estatutária de lucros.  
**18.2 Dividendos e juros sobre capital próprio**  
Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. De acordo com a

Circular SUSEP nº 424/2011, na Demonstração do Resultado o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificada para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado.

As Demonstrações financeiras apresentadas refletem os dividendos mínimos obrigatórios sobre o capital próprio, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25 % do lucro líquido do exercício ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	4.962	5.131
(-) Ajustes de exercícios anteriores	(233)	(158)
(-) Reserva legal - 5%	(4.629)	(4.812)
Dividendos mínimos/juros sobre o capital próprio obrigatórios (25%)	1.107	1.205
Juros sobre o capital próprio complementares (I)	643	-
Outros lucros e prejuízos complementares	795	-
<b>Total das mutações do patrimônio (II)</b>	<b>1.755</b>	<b>205</b>
<b>Total de juros sobre o capital próprio</b>	<b>1.755</b>	<b>205</b>

(f) Os juros sobre o capital próprio destinados em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 643 foram aprovados nas Reuniões de Diretoria de 16 de setembro de 2011 e 20 de dezembro de 2011.  
(g) Os juros sobre o capital próprio destinados em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 795 foram aprovados na AGO de 31 de março de 2011.  
**18.3 Ajuste de exercícios anteriores**  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram contabilizados valores decorrentes da reversão do resultado da equivalência patrimonial relativa a investimentos em ações, no montante de R\$ 256.  
**19 Demonstração do Resultado**  
Estelutamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 424/2011.

	2011	2010
<b>Sinistros retidos</b>		
Indenizações arcaadas	(12.054)	(4.577)
Indenizações arcaadas de consórcios e fundos - DPVAT (I)	(18.166)	(17.722)
Despesas com sinistros	(238)	(96)
Despesas com sinistro de consórcios e fundos - DPVAT (I)	(3.204)	(2.338)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não arcaados	(3.746)	(3.759)
Provisão matemática benefícios concedidos	(407)	(407)
Despesas com benefícios	(38.256)	(29.673)
<b>Custo de aquisição</b>		
Outras receitas e despesas operacionais	(5.227)	(3.745)
Outras receitas operacionais	36	205
Pro-labore	(6.723)	(5.768)
Outras despesas operacionais	(1.503)	(1.461)
Consórcio DPVAT (I)	163	115
Outras despesas com apólices	(1.257)	(759)
Despesas administrativas	(8.284)	(4.746)
Pessoal próprio	(11.206)	(9.596)
Serviços de terceiros	(8.512)	(9.367)
Localização e funcionamento	(2.954)	(2.830)
Publicidade e propaganda institucional	(15)	(15)
Publicações	(185)	(113)
Doativos e contribuições	(67)	(28)
Impostos judiciais	(142)	(142)
Multas	(1.777)	(1.679)
Consórcio DPVAT (I)	(307)	(307)
Eventos	(564)	(464)
Outras	(28.771)	(22.886)
<b>Despesas com tributos</b>		
Impostos municipais	(39)	(76)
Contribuição de melhoria	(2.022)	(1.878)
PIS	(329)	(305)
Contribuição sindical	(18)	(30)
Taxa de fiscalização	(306)	(270)
Impostos federais	(15)	(15)
<b>Resultado financeiro</b>		
Renda fixa	4.295	2.985
Renda variável	2.533	1.060
Rendas com assistência financeira	10.416	8.966
Cessão de direitos creditórios	24.371	33
Operações	3	4
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	1.383	513
Reversão provisão risco de crédito operacional	187	-
Atualização créditos tributários	(22)	84
Atualização créditos tributários	9	265
Outras receitas financeiras	52	46
Despesas financeiras com tributos	(3.328)	(2.643)
Operação seguro	22	(128)
Despesas financeiras com provisões técnicas	22	(128)
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	(6.052)	(2.654)
Despesas financeiras com assistência financeira (I)	(13.485)	(17)
Despesa com renda variável	(191)	(170)
Atualização contratos	(466)	(1.707)
Despesas financeiras consórcio DPVAT (I)	(13)	(16)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1.022)	(1.138)
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>16.727</b>	<b>6.541</b>
Dividendos e rendimentos	46	65
Ganhos e perdas com ativos não correntes	46	65
<b>Resultado - Abatimento de bens</b>	<b>(3)</b>	<b>216</b>

(i) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder das Operações do Seguro DPVAT S.A.

(j) Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R\$ 11.108 (2010 - R\$ 17) e à estruturação do fundo POLO CC FIDC no montante de R\$ 2.377.

**20 Benefícios a empregados**  
**Participação dos empregados nos lucros**  
Aprovado para o pagamento da participação dos empregados nos lucros, exercício 2011, no total nas bases estabelecidas pelo acordo de caráter normativo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), regulado pela Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente homologado no sindicato da categoria.

**21 Principais fatos de atuação**  
Os principais fatos de atuação da Seguradora, os quais são responsáveis por aproximadamente 95% da arrecadação total, são os ramos de acidentes pessoais coletivos - APC e o Prestamistam, bem como o plano de saúde do segmento de Previdência, conforme já divulgado da seguinte maneira em um quadro com os principais parâmetros de cada plano, posicionado em 31 de dezembro de 2011:

Produto/Ramo	taba de referência	taxa de carga-mento	desp. com-merc.
Prestamistam	AT-1983M	6% a.a.	variável
Pecúlio	CSO-1980	6% a.a.	30%

Da principais fatos de atuação estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
<b>Premio</b>		
Ganho	30.244	3.02%
Perda	14.360	86,66%
Outros	26.605	87,03%
<b>Prejuízo</b>	3.630	37,66%
Ganho	74.842	51,16%
Perda	14.360	86,66%
Outros	26.605	87,03%
<b>Prejuízo</b>	3.630	37,66%
Ganho	74.842	51,16%
Perda	14.360	86,66%
Outros	26.605	87,03%

**22 Base de transição para o novo BR GAAP**  
As Demonstrações financeiras da Seguradora para o período findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, incluindo os CPCs aprovados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011 e alterações posteriores. A Seguradora aplicou os CPCs 7 e 43 na preparação dessas demonstrações financeiras.

A data de transição é 1 de janeiro de 2010. A Seguradora preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Seguradora aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação retrospectiva.

(a) Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Seguradora  
A Seguradora optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

Isenção dos contratos de seguro (CPC 11)  
A Seguradora aplicou as disposições transitórias do CPC 11 - Contratos de Seguro para limitar aos últimos cinco anos as divulgações de informações sobre o desenvolvimento de sinistros.

(b) Exceções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Seguradora  
Seguindo das estimativas  
As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1 de janeiro de 2010 em 31 de dezembro de 2010 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessa data.

**22.1 Conciliação entre BR GAAP antigo e novo BR GAAP**  
Os saldos comparativos foram ajustados pelo registro em 31 de dezembro de 2010 do montante de R\$ 795 (quinhentos e noventa e cinco reais e cinco centavos) sobre o capital próprio a pagar no passivo e "dividendos complementares" no patrimônio líquido.

**Parceiro atuarial**

1. Realizada a Avaliação Atuarial da Sabemi Seguradora S/A, com data base 31.12.2011, em conformidade com os normativos em vigor, em especial a Resolução CNSP nº 152/2009 consolidada e a Circular SUSEP nº 272/2004, foram examinadas as cartilhas de seguros e de previdência, quanto à consistência das provisões técnicas constituídas e seu objetivo de garantia das operações e compromissos assumidos.

2. Os testes e recalculos realizados junto às provisões de prêmios apresentaram sua suficiência, não havendo necessidade de constatação da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP). A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Arcaados (ISNA) da carteira de seguros, demonstrou oportunidade de se aplicar nova metodologia de cálculo, frente à alteração no comportamento de sinistros arcaados.

3. As provisões constituídas de forma consolidada garantiram as obrigações assumidas no período avaliado. As projeções e análises realizadas em virtude do Teste de Adequação do Passivo - TAP em conformância com a Circular SUSEP nº 410/2010, não demonstraram necessidade de provisionamento complementar.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2012.

ATUARIAL BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria  
CNPJ 06.614.288/0001-45 - CIBA 0087

Eder Gerson Aguiar de Oliveira  
Atuário MIBA 630

Luiz Ernesto Bohn  
Atuário MIBA 425

Eliana Schwingel Diederichsen  
Diretora Responsável Técnica

**Relatório dos auditores independentes**

Aos Acionistas e Acionistas Sabemi Seguradora S.A.,  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelas políticas internas que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres da distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas dos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres da distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação da risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da aderência das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros assuntos**  
Conforme descrito nas Notas Explicativas 5.2 e 5.4.2 às demonstrações financeiras, a administração, suportada por opinião de seus assessores legais, avaliou e concluiu sobre o tratamento contábil das cotas subordinadas ordinárias da Seguradora no Polo Crédito Consórcio Fundo de Investimento em Imóveis - Polo Crédito - FIDC, considerando que as sessões de crédito efetuadas para esse FIDC foram feitas com a transferência dos direitos de recebimento dos fluxos de caixa, bem como os riscos e benefícios das operações de securitização para o FIDC, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades reguladas pela SUSEP. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2012.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 250.060/160-5 "P" RS  
Carlos Eduardo Sá da Matta  
Contador CRC 13P216397/0-5 "S" RS

## Iniciativa fortalece cadeia da cultura em Sergipe

Os empreendedores da economia criativa de Sergipe serão capacitados para a gestão dos seus negócios pelo Sebrae local e instituições parceiras. O projeto Negócios em Economia Criativa vai beneficiar agentes culturais e pontos de cultura ligados à música, às artes cênicas, ao audiovisual e a manifestações populares na região metropolitana da capital do estado e nos Territórios da Cidadania Centro Sul e Alto Sertão. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor representa 4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A proposta do projeto é melhorar a gestão das atividades e gerar novas oportunidades de trabalho e renda para os profissionais da área. (ASN)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
A Prefeitura Municipal de Guaiíba/RS comunica que está aberta a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 98865001.2.016/2012**, para contratação de empresa para fornecimento mensal de cestas básicas e kits alimentação. Abertura: 12 de março de 2012 às 14 horas. Maiores informações pelo fone (51) 3480-1520 ou pelo e-mail: [compras@guaiiba.rs.gov.br](mailto:compras@guaiiba.rs.gov.br) Edital disponível na página: [www.guaiiba.rs.gov.br](http://www.guaiiba.rs.gov.br). **Andréa Ribeiro - Diretora de compras**

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**MUTUÁRIOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
Pelo presente Edital, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório, conforme certidão apresentada, ficam notificados os mutuários a seguir nominados, para ciência de que estamos autorizados, na forma do artigo 19 e 21 da Lei 8004 de 14/03/1990 e do Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H. a promover a execução extrajudicial da hipoteca em favor da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, que oneram os imóveis abaixo relacionados, outrossim, de que tem o prazo de 20 (vinte) dias, contados de 28/02/2012, para quitação do débito e sustar a execução, o que poderá ser feito em qualquer agência da CAIXA, no horário de atendimento ao público: **SE: 59 - JOSE VALDIR GOMES MOUTA, SÓLEIRO, MILITAR, CPF: 54688698020, END: RUA DAÍ CANABARRO, 1785 - CASA - CENTRO - SÃO LUIZ GONZAGA DÍVIDA: R\$ 13.249,46 até 28/12/11, sujeita, portanto, à atualização até a data do pagamento, acrescida de multa contratual e despesas pertinentes. Porto Alegre, 28/02/12 - APEAL - CREDITO IMOBILIÁRIO S/A - publicação dia: 28/02/12, 29/02/12 e 01/03/12 no Jornal(s): Jornal do Comércio, A Notícia e Jornal do Comércio, respectivamente.**

Ligue: 51.3213.1345

Site JC: [www.jornaldocomercio.com](http://www.jornaldocomercio.com)

## Monte Bêrni Participações S/A

CNPJ 06.681.645/0001-50 - NIRE 43.3.004270.7

## AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social da Companhia, na Av. dos Estados 2405 - 3º andar em Porto Alegre - RS, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404 de 15.12.76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2012.  
**Humberto César Busnello - Diretor**

## BLUE TREE TOWERS

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, os senhores Condomínios do Condomínio Edifício Caesar Towers Porto Alegre convocados para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** de 2012, a ser realizada em 07 de março de 2012, às 14h00 (quatorze horas), na Av. Cel. Lucas de Oliveira, nº 695, Bairro Bela Vista, na cidade de Porto Alegre (RS), no dia 07/03/2012, em primeira convocação, e em segunda convocação, às 19h00 (dezoito horas), no dia 07/03/2012, em segunda convocação, e em terceira convocação, às 20h00 (vinte horas), no dia 07/03/2012, em terceira convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 - Apresentação e Aprovação do Relatório e das Contas de 2011 (Pool e Condomínio);
- 2 - Apresentação e Aprovação do Orçamento de 2012 (Pool e Condomínio);
- 3 - Aprovação do Plano de Investimentos 2012 (Pool e Condomínio);
- 4 - Eleição do Síndico e dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Consultivo e Fiscal;
- 5 - Assinatura de Interesse Geral.

**CBI - CENTRO BRASILEIRO DE IMÓVEIS**  
Síndico

ANEXO XXI - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO FUNDO

---



São Paulo, 18 de março de 2013

À  
Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)

Gerência de Gerência de Acompanhamento de Fundos Estruturados - GIE  
Rua Sete de Setembro, 111 – 30º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

**REF.: RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FIDC POLO CREDITO CONSIGNADO I (CNPJ: 13.566.670/0001-11) - PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2012.**

Em atendimento à Instrução CVM nº. 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº. 484, de 21 de julho de 2010, apresentamos, a seguir, relatório demonstrativo trimestral do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Pólo Crédito Consignado I (“Fundo”), encerrado em 31/12/2012, de forma a evidenciar que todas as operações estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como todas as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

CARTEIRA*				
Mês		Valor	% PL	
Caixa	R\$	10.427,48	0,00%	
Contas a Pagar/Receber	R\$	(148.520,00)	-0,07%	
Títulos Públicos Federais	R\$	1.144.167,76	0,52%	
Cotas de Fundos	R\$	4.168.838,39	1,91%	
Direitos Creditórios	R\$	218.525.522,10	100,22%	
PDD	R\$	(5.644.380,54)	-2,59%	
PL	R\$	218.056.055,19	100,00%	

(\*) Data base: 31/12/2012

**DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS AO FUNDO**

Somente podem compor a carteira do Fundo direitos de crédito oriundos de contratos de assistência financeira com consignação em folha de pagamento, concedidos pela Sabemi Seguradora e/ou Sabemi Previdência Privada (“Sabemi” e “Cedente”) a titulares de seguro de pessoas ou de plano de previdência privada (“Segurados”), que não estejam vencidos e/ou pendentes de pagamento no momento da cessão, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, e de direitos de crédito representados por CCB cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas, e de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

A Sabemi mantém convênio com Entes Públicos Conveniados e o Convênio Sabemi para que os valores concedidos a título de Assistência Financeira aos Segurados sejam consignados para desconto em folha de pagamento.

Em assembleia geral de cotistas realizada em 23 de julho de 2012 foram aprovadas pelos cotistas as seguintes principais alterações no Fundo que vigoraram a partir deste trimestre:

- A aquisição pelo Fundo de direitos de crédito representados por CCB cedidas pelo Banco Cacique, decorrentes de operações de mútuo entre o Banco Cacique e um Segurado, com os quais os Entes Públicos Conveniados mantenham

convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada e estejam consignados em folha de pagamento a favor das mesmas.

- A inclusão do Banco Cacique como Cedente de direitos de crédito, junto com a Sabemi Seguradora.
- A inclusão de CCB originadas de operações de mutuo entre os Segurados e o Banco Cacique, as quais serão passíveis de aquisição pelo Fundo.
- A redução do valor mínimo das parcelas dos recebíveis a serem cedidos ao Fundo para R\$ 30,00 (trinta reais).
- A modificação da regra de apuração da taxa de aquisição de direitos de crédito pelo fundo que deverá ser equivalente ao maior entre: (i) 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao mês; (ii) o equivalente a 55% (cinquenta e cinco por cento) da taxa média praticada pela Sabemi na concessão dos respectivos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, oriundos da concessão de Assistência Financeira aos Segurados, observados em ambos os casos o eventual reajuste realizado na forma do inciso X abaixo; ou (iii) o critério estabelecido de comum acordo entre o Gestor e a Cedente, observados os itens (i) e (ii) acima.
- A elevação para 100% (cem por cento) do limite máximo de concentração do patrimônio líquido do Fundo em direitos de crédito oriundos de Segurados pertencentes ao SIAPE.
- A alteração da meta de rentabilidade atribuída às cotas seniores da 1ª e 2ª séries do Fundo para a variação positiva da taxa CDI, acrescida de 2.30% aa.

#### DA AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS PELO FUNDO

Os direitos creditórios foram adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição e diversificação da carteira estabelecidos pela legislação vigente e pelo Regulamento e com base nas regras e condições estabelecidas no Contrato de Cessão a taxas de desconto que propiciam o alcance das rentabilidades-alvo definidas para as cotas seniores e subordinadas preferenciais do Fundo.

AQUISIÇÕES				
Mês		Valor Nominal		Valor Líquido
OUT	R\$	13.207.391,33	R\$	8.667.828,72
NOV	R\$	24.688.655,55	R\$	16.303.307,91
DEZ	R\$	16.967.807,67	R\$	11.520.450,78
	R\$	<b>54.863.854,55</b>	R\$	<b>36.491.587,41</b>

Toda aquisição de direitos creditórios pelo Fundo é, obrigatoriamente, formalizada através do Termo de Cessão, onde são discriminados a data que se operou a cessão, o volume e o prazo de vencimento dos recebíveis, a taxa de desconto praticada e o preço de aquisição calculado entre outros.

As cessões de direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, inclusive reajustes monetários, juros e encargos, foram realizadas de forma irrevogável e irretroatável, em caráter definitivo e sem direito de regresso contras as Cedentes.

#### DOS EVENTOS DE PRÉ-PAGAMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS INCORRIDOS NO FUNDO

Eventos de pré-pagamento dos ativos que dão lastro ao Fundo podem prejudicar o fluxo de caixa da operação ao reduzir a margem excedente proporcionada pelas taxas de juros dos contratos, quando comparadas à taxa de cessão utilizada na definição do preço de aquisição dos direitos creditórios.

PRÉ-PAGAMENTO		
Mês		Valor
OUT	R\$	1.203.958,60
NOV	R\$	1.396.985,83
DEZ	R\$	947.762,14
	<b>R\$</b>	<b>3.548.706,57</b>

Conforme se observa na tabela de aquisições de novos direitos creditórios, o patrimônio líquido do Fundo não foi afetado pelo volume de pré-pagamentos, uma vez que os valores foram reinvestidos em ativos com características semelhantes e a taxas condizentes com a remuneração alvo.

#### DAS ALIENAÇÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS PELO FUNDO

No trimestre analisado, o Fundo não alienou direitos creditórios a terceiros. Apenas a Sabemi Seguradora (Cedente).

ALIENAÇÃO A TERCEIROS		
Mês		Valor
OUT	R\$	-
NOV	R\$	-
DEZ	R\$	-
	<b>R\$</b>	<b>-</b>

RECOMPRA / ALIENAÇÃO		
Mês		Valor
OUT	R\$	981.574,39
NOV	R\$	114.595,57
DEZ	R\$	32.088,24
	<b>R\$</b>	<b>1.128.258,20</b>

A alienação para a Cedente está prevista pelo Fundo desde que observados os limites pré-definidos em seu regulamento, ficando a critério do Cedente realizar ou não tais negociações. Os direitos creditórios alienados se encontram vencidos e/ou com algum problema em sua formalização, sendo que estas alienações são efetuadas para que a Cedente possa realizar os respectivos procedimentos de cobrança e/ou sua regularização. Os direitos creditórios alienados não trouxeram impacto substancial para o Fundo, uma vez que estes direitos creditórios se encontravam em atraso na carteira. O Cedente não está obrigado a efetuar recompras de direitos creditórios do Fundo, e a não realização destas recompras não causa impacto para o Fundo, considerando que foi constituída uma razão de garantia composta por cotas subordinadas ordinárias, correspondente a 20% do Patrimônio do Fundo, e que foram subscritas e integralizadas pela própria Cedente.

#### DAS AMORTIZAÇÕES DE COTAS INCORRIDAS NO FUNDO

Não houve, no período analisado, ocorrência de qualquer fato ou evento que tenha causado a aceleração e/ou o vencimento antecipado das obrigações do Fundo e que, por qualquer motivo, previsto ou não, ou por decisão de assembléia de Cotistas, acarretou amortização e/ou resgate de valores nas classes de cotas do Fundo.

As parcelas 3ª, 4ª e 5ª de amortização das cotas seniores da 1ª série foram integralmente pagas de acordo com o cronograma de amortização previsto no Regulamento, conforme abaixo.

**AMORTIZAÇÃO SENIOR 1ª SÉRIE**

Mês	Valor
OUT R\$	1.394.472,29
NOV R\$	1.405.678,98
DEZ R\$	1.415.873,70
<b>R\$</b>	<b>4.216.024,97</b>

**AMORTIZAÇÃO SUB. ORDINÁRIA**

Mês	Valor
OUT R\$	770.000,00
NOV R\$	850.000,00
DEZ R\$	900.000,00
<b>R\$</b>	<b>2.520.000,00</b>

**AMORTIZAÇÃO SUB. PREFERENCIAL 1ª E 2ª SÉRIES**

Mês	Valor
OUT R\$	236.000,00
NOV R\$	-
DEZ R\$	-
<b>R\$</b>	<b>236.000,00</b>

**DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DOS ORIGINADORES DOS RECEBÍVEIS**

Os direitos de crédito a serem adquiridos pelo Fundo são originados e cedidos exclusivamente pela Sabemi e pelo Banco Cacique.

**CONCENTRAÇÃO\***

Originador	Valor	(%) DC	(%) PL
Sabemi Seguradora S.A.	R\$ 218.525.522,10	100,00%	100,22%

(\*) Data base: 31/12/2012

A política de concessão de crédito aos Segurados adotada pela Sabemi encontra-se definida no Regulamento do Fundo e não sofreu qualquer alteração no período em análise.

**DA POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

A coleta e recebimento dos pagamentos dos direitos de crédito serão realizados pela Sabemi, com o auxílio dos entes públicos conveniados com quem mantêm convênio para que as parcelas dos contratos de assistência financeira sejam descontadas em folha de pagamento.

As etapas da coleta e recebimento consistem em:

I – Os entes públicos conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) dos contratos de assistência financeira vencida(s) no período;

II – Os valores descontados são repassados à Sabemi, por meio do banco oficial dos entes públicos conveniados, ou instituição conveniada a estes;

III – O repasse mensal para a Sabemi pode ser, conforme o ente público conveniado, realizado por uma única ou várias transferências bancárias;



IV – Ao receber os valores repassados diretamente pelos entes públicos conveniados, a Sabemi os confrontam com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos entes públicos conveniados, informando quais Participantes terão as parcelas dos Contratos de Assistência Financeira descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes;

VI – Havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, a Sabemi questiona o ente público conveniado, o próprio banco oficial ou as instituições conveniadas a estes, que podem ter determinado o repasse de valor diverso do previsto;

VII – Apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VIII – Os valores decorrentes dos direitos de crédito recebidos pela Sabemi são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 48 horas, contadas de tal recebimento.

A Sabemi foi contratada pelo Fundo, com a interveniência do custodiante, como agente de cobrança judicial e extrajudicial dos direitos de crédito inadimplidos, observando-se os seguintes procedimentos:

I – Após a confirmação pela Sabemi sobre o inadimplemento dos direitos de crédito, é enviada cobrança através de débito em conta corrente com os Bancos Conveniados, para a conta do salário do segurado. Caso seja reincidente é cobrado também o valor da parcela do mês.

II – Na hipótese do Segurado assumir dívidas de longo prazo que sejam privilegiadas em relação à assistência financeira, renegocia-se a nova margem consignável do Segurado.

III – Caso a Sabemi não tenha êxito na cobrança por débito em conta corrente, notifica o Segurado.

IV – Uma vez frustradas as tentativas de cobrança dos direitos de crédito inadimplidos, no 60º dia útil após o vencimento do direito de crédito inadimplido a Sabemi informará o fato à SERASA para inscrição do Segurado inadimplente em seus respectivos bancos de dados. Caso o Segurado se apresente, após o primeiro pagamento, a Sabemi providencia a imediata retirada do registro do SERASA.

V – Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, é passado para a cobrança administrativa para contato com a família ou ente público conveniado para solicitar Certidão de Óbito.

A Sabemi, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos de Crédito, é responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, inclusive os Direitos de Inadimplidos, sem que seja devida qualquer contraprestação.

Importante salientar que os mecanismos e procedimentos de cobrança dos direitos creditórios estabelecidos não sofreram qualquer alteração no período analisado.

#### DAS GARANTIAS DA ESTRUTURA

---

##### 1. Eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos.

Para cobrir os riscos relacionados à carteira de ativos elegíveis, o Fundo foi constituído com um reforço de crédito na forma de subordinação mínima estrutural corresponde a, no mínimo, 35% do patrimônio líquido do fundo dividida da seguinte forma:

SUBORDINAÇÃO / ORDINARIA			
Mês		Valor	(%) PL
OUT	R\$	41.140.374,30	20,81%
NOV	R\$	44.522.834,13	21,07%
DEZ	R\$	49.374.652,19	22,64%

SUBORDINAÇÃO / PREFERENCIAL			
Mês		Valor	(%) PL
OUT	R\$	29.617.142,20	14,98%
NOV	R\$	40.208.540,76	19,03%
DEZ	R\$	40.641.237,94	18,64%

#### DO PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DE LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Custodiante analisa trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos direitos de crédito, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas.

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos direitos de crédito contempla a verificação da existência dos documentos representativos do crédito correspondentes, conforme abaixo:

1. Obtenção de base de dados analítica por recebível;
2. Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
3. Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário, bem como a autorização por escrito, do débito em folha de pagamento; e
4. Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.

Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

$\xi_0$  : Erro Estimado

$A$  : Tamanho da Amostra

$N$  : População Total

$n_0$  : Fator Amostral

A base de dados (1) disponibilizada foi confrontada com a respectiva carteira (2) do Fundo na data base 30 de novembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:



	(1) Carteira de Direitos Creditórios	Quantidade de títulos
Curso normal	216.117	1.251.661
Em atraso	971	3.821
<b>Total da Carteira</b>	<b>217.088</b>	<b>1.255.482</b>
<b>(2) saldo carteira sintética "carteira diária"</b>	<b>211.038</b>	
Diferença apurada	(6.050)	

Para movimentação da carteira abaixo apresentada foram disponibilizados os seguintes documentos junto ao Banco Santander (custodiante):

1. Base de dados analítica dos direitos creditórios contendo os títulos em aberto (valor face) na data base 30 de novembro de 2012;
2. Base de cessões ocorridas no trimestre findo em 30 de novembro de 2012;
3. Base de liquidações ocorridas no trimestre findo em 30 de novembro de 2012;
4. Base de dados analítica dos direitos creditórios contendo os títulos em aberto (valor face) na data base 30 de novembro de 2012;

(1) Valor futuro da carteira de recebíveis em 31.08.2012	264.568.673
(2) Cessões ocorridas entre 31.08.2012 e 30.11.2012	53.485.361
(3) Liquidações ocorridas entre 31.08.2012 e 30.11.2012	(24.949.899)
(4) Baixas parciais ocorridas entre 31.08.2012 e 30.11.2012	-
<b>(=) (1)+(2)+(3)+(4)</b>	<b>293.104.134</b>
(5) Valor futuro da carteira de recebíveis em 30.11.2012	293.104.130
Variação apresentada	4

Com base na amostra selecionada, foi efetuado um confronto (100 % da amostra apresentada) entre as informações contidas nas bases de dados disponibilizadas pelo Custodiante e os respectivos contratos.

O relatório completo de verificação de lastro do Fundo para o período em referência encontra-se na sede do Administrador.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Ricardo Augusto Leão Martins  
**CONCÓRDIA S.A. C.V.M.C.C.**

ANEXO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2011

---

**Polo Crédito Consignado Fundo  
de Investimento em Direitos  
Creditórios I**

(CNPJ nº 13.566.670/0001-11)

**Demonstrações Financeiras**

Relatório dos auditores independentes sobre as  
demonstrações financeiras em  
31 de março de 2012

## **Relatório dos auditores independentes**

Aos Administradores e Cotistas

Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

Examinamos as demonstrações financeiras do Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I ("Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação da carteira em 31 de março de 2012 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do período de 8 de julho de 2011 (início das atividades) a 31 de março de 2012, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I em 31 de março de 2012 e o desempenho das suas operações do período de 8 de julho de 2011 (início das atividades) a 31 de março de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

### Ênfase

#### Novas práticas contábeis

Chamamos a atenção para a Nota 2, que menciona a edição da Instrução CVM nº 489 que dispõe sobre as novas práticas contábeis a serem aplicadas na elaboração de demonstrações financeiras de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de agosto de 2011. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 5 de julho de 2012

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000169/O-5

  
Luís Carlos Matias Ramos  
Contador CRC 1SP171564/O-1

**Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em  
Direitos Creditórios I  
(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores  
Mobiliários, Câmbio e Commodities)**

**Demonstrações financeiras  
em 31 de março de 2012**

**Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 e 4
Demonstração da composição e diversificação da carteira	5
Demonstração da evolução do patrimônio líquido	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7 - 29

Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I  
(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)  
Demonstração da composição e diversificação da carteira  
em 31 de março de 2012  
(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Quantidade	Mercado/ realização	% sobre o ativo
<b>Disponibilidades</b>		<u>13</u>	<u>0,01</u>
Banco Santander (Brasil) S.A.		13	0,01
<b>Títulos públicos federais</b>		<u>1.083</u>	<u>0,65</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	210,0000	1.083	0,65
<b>Cotas de fundos de investimento</b>		<u>39.167</u>	<u>23,41</u>
Santander Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Títulos Públicos Referenciado DI	1.031.909,6089	39.167	23,41
<b>Direitos creditórios</b>		<u>127.023</u>	<u>75,92</u>
A vencer		128.417	76,76
Vencidos		494	0,30
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(1.888)	(1,13)
<b>Valores a receber</b>		<u>18</u>	<u>0,01</u>
Total do ativo		<u>167.304</u>	<u>76,59</u>
<b>Valores a pagar</b>		<u>160</u>	<u>0,10</u>
<b>Patrimônio líquido</b>		<u>167.144</u>	<u>99,90</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>167.304</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I**  
**(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)**  
**Demonstração da evolução do patrimônio líquido**

**Período de 8 de julho de 2011 (início das atividades) a 31 de março de 2012**

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)*

<b>Patrimônio líquido no início do período</b>	
Cotas seniores (1º emissão) 9.000,0000 cotas a R\$ 1.000,0000 cada	9.000
Cotas subordinadas preferenciais (1º emissão) 2.300,0000 cotas a R\$ 1.000,0000 cada	2.300
Cotas subordinadas ordinárias 3.000,0000 cotas a R\$ 1.000,0000 cada	3.000
<b>Aplicação de cotas</b>	
56.000,0000 cotas seniores (1º emissão)	56.548
35.338,0000 cotas seniores (2º emissão)	35.854
12.700,0000 cotas subordinadas preferenciais (1º emissão)	12.854
7.418,0000 cotas subordinadas preferenciais (2º emissão)	8.215
30.645,0000 cotas subordinadas ordinárias	30.080
<b>Patrimônio líquido antes do resultado do período</b>	<b>157.851</b>
<b>Resultado do período</b>	
<b>Receitas</b>	<b>12.235</b>
Resultado com direitos creditórios	10.284
Resultado com títulos e valores mobiliários	79
Resultado com cotas de fundos de investimento	1.855
Outras receitas	17
<b>Despesas</b>	<b>(2.942)</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.888)
Taxa de administração	(635)
Despesas cartorárias	(78)
Despesas com auditoria e custódia	(165)
Taxa de fiscalização - CVM	(11)
Despesas de publicação	(3)
Outras despesas	(162)
<b>Resultado do período</b>	<b>9.293</b>
Cotas seniores (1º emissão) 65.000,0000 cotas a R\$ 1.100,1213 cada	71.508
Cotas seniores (2º emissão) 35.338,0000 cotas a R\$ 1.032,4164 cada	36.484
Cotas subordinadas preferenciais (1º emissão) 15.000,0000 cotas a R\$ 1.135,3980 cada	17.031
Cotas subordinadas preferenciais (2º emissão) 7.418,0000 cotas a R\$ 1.135,3980 cada	8.422
Cotas subordinadas ordinárias 33.645,0000 cotas a R\$ 1.001,6011 cada	33.699
<b>Patrimônio líquido no final do período</b>	<b>167.144</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Período de 8 de julho de 2011 (início das atividades) a 31 de março de 2012**

*(Em milhares de Reais)*

## **1 Contexto operacional**

O Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I (“Fundo”) foi constituído em 27 de abril de 2011, com início das atividades em 8 de julho de 2011, sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. As cotas do Fundo são divididas em três séries: sênior, subordinada preferencial e subordinada ordinária. O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409”), bem como aos demais fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir cotas de emissão de fundos de investimento em Direitos de Crédito.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis oriundos de Contratos de Concessão de Assistência Financeira, concedidos pela Sabemi Seguradora S.A. (“Sabemi”) a seus segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. As operações com derivativos somente podem ser realizadas na modalidade com garantia e em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis (“Ativos Financeiros”) pode ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em Títulos de emissão do Tesouro Nacional, Títulos de emissão do BACEN, créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente nos títulos referidos anteriormente.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da administradora, do gestor, do custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios complementadas pelas demais normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

#### Novas práticas contábeis

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM editou em 14 de janeiro de 2011 a Instrução CVM nº 489 que dispõe sobre as normas aplicáveis à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como o reconhecimento de receitas e apropriação de despesas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e dos Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC-FIDC, previstos nas normas contábeis aplicáveis às companhias abertas, ressalvadas as disposições contidas na Instrução CVM nº 489.

A referida instrução entra em vigor na data da publicação, aplicando-se para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de agosto de 2011. O Fundo apresentará, dentre outras possíveis alterações introduzidas pelas novas práticas contábeis, considerando-se o critério atual de avaliação dos direitos creditórios (Nota 3 (c) (d) (e) e 5 (b) (c)) e os respectivos valores contábeis, com eventuais alterações nas estimativas atualmente usadas que podem vir a gerar efeitos sobre o saldo contábil dos direitos creditórios, patrimônio líquido, resultado e valor da cota do exercício social a findar em 31 de março de 2013, os quais não foram presentemente estimados pela administração do Fundo.

Além disso, os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios deverão classificar as operações com direitos creditórios, para fins de registro contábil, nos seguintes grupos:

I - operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios: operações em que o fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente; ou

II – operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios; as operações em que o fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

### 3 Práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

#### a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção, como “títulos para negociação”, considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados sobre esses títulos foram reconhecidos no resultado do exercício e apropriados de acordo com o regime de competência.

#### b. Cotas de fundos de investimentos

Os investimentos em cotas de fundos de investimentos são atualizados, diariamente, pelo valor de cota divulgada pelo Banco Santander (Brasil) S.A..

#### c. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

#### d. Direitos creditórios vencidos

Estão integralmente registrados, limitados a seu respectivo valor de face.

#### e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O Fundo adota os critérios previstos na Resolução CMN nº 2.682, para a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para Direitos de Crédito Elegíveis, quando de sua aquisição pelo Fundo. Os Direitos de Crédito correspondentes ao mesmo Contrato de Concessão de Assistência Financeira terão uma provisão inicialmente constituída em valor correspondente a 0,5% (meio por cento).

**Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em  
Direitos Creditórios I  
(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores  
Mobiliários, Câmbio e Commodities)  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
(Em milhares de Reais)**

**f. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

**4 Rating**

As Cotas Seniores e Subordinadas Preferenciais são objeto de classificação de risco (rating) pela Agência Classificadora de Risco e é feita uma reavaliação periódica a cada trimestre. As Cotas Subordinadas Ordinárias não são objeto de classificação de risco.

A Standard & Poor's atribuiu em 18 de abril de 2012 os rating finais 'brAAA (sf)' e 'brBBB (sf)', em sua escala nacional Brasil de classificações de emissões a 1ª série de cotas seniores e às cotas subordinadas preferenciais, respectivamente, emitidas pelo Fundo. O rating preliminar 'brAAA (sf)' foi atribuído à 2ª série de cotas seniores do Fundo foi reafirmado.

**5 Direitos creditórios**

**a. Critérios de elegibilidade**

Os Critérios de Elegibilidade são validados pelo Custodiante. Para fins do disposto na legislação e no Regulamento, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

- I. O prazo de vencimento das parcelas a serem cedidas ao Fundo deve ser de, no máximo, 60 (sessenta) meses, contados da cessão desde que o vencimento da última parcela não seja posterior ao prazo de duração da respectiva Série de Cotas Seniores emitida;
- II. As parcelas a serem cedidas ao Fundo devem ter valor mínimo de R\$ 0,05 (cinquenta reais);
- III. O limite máximo de concentração por segurado para a cessão de Direitos de Crédito para o Fundo é de R\$ 120 (cento e vinte mil reais); e

## Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)**

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- IV. Os Direitos de Crédito a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo.

O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido do Fundo, verificado pelo Custodiante, consta no quadro a seguir:

<b>Ente Público Federal Conveniado</b>	<b>Limite Máximo em relação ao Patrimônio Líquido</b>
Exército Brasileiro	50%
Marinha do Brasil	50%
Aeronáutica	50%
SIAPÉ	75%
INSS	50%
Demais Entes Públicos Estaduais e Municipais Conveniados	10% (com limite individual de 2,5% por Ente Público Conveniado inserido nesta categoria)

Na hipótese de haver proposta para alteração no quadro acima, esta deverá ser previamente submetida e analisada pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese do Direito de Crédito Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não há direito de regresso contra o Custodiante, o Gestor e/ou a Administradora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

A Sabemi é responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que compõe a carteira do Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não há por parte do Custodiante, do Gestor e/ou da Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos de Crédito é irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Sabemi, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### b. Composição de direitos creditórios por vencimento

	Custo atualizado
A vencer	128.417
Vencidos	<u>494</u>
	<u>128.911</u>

### c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de março de 2012, o Fundo possuía a seguinte composição de provisão para crédito de liquidação duvidosa dos contratos que possuem parcelas vencidas:

Dias em atraso	A vencer	Vencidos	% de provisão	Provisão
A vencer / 0 a 14 dias	120.460	-	0,5%	603
De 15 a 30 dias	3.921	101	1%	40
De 31 a 60 dias	1.381	70	3%	44
De 61 a 90 dias	947	72	10%	102
De 91 a 120 dias	552	60	30%	183
De 121 a 150 dias	616	85	50%	350
De 151 a 180 dias	226	38	70%	185
Acima de 180 dias	314	68	100%	381
	<u>128.417</u>	<u>494</u>		<u>1.888</u>

## 6 Títulos e valores mobiliários

### a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

<u>Negociação</u>	<u>Curva</u>	<u>Valor de mercado</u>
<b><u>Títulos Públicos federais - Acima de 1 ano</u></b>	<b><u>1.081</u></b>	<b><u>1.083</u></b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.081	1.083
<b><u>Outros - Sem Vencimento</u></b>	<b><u>39.167</u></b>	<b><u>39.167</u></b>
Cotas de fundos de investimento	39.167	39.167

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### **b. Valor de mercado**

O critério utilizado para apuração do valor de mercado é o seguinte:

- **Pós-fixados** - Pelo método de fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto e indexadores utilizados são informações, projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA).
- **Cotas de fundos de investimentos** - Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgado pelos administradores.

## **7 Emissões, resgate de cotas, amortização e razão de garantia**

### **a. Emissão**

Na emissão de Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo é utilizado o valor de abertura da Cota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo. Para fins de amortização e resgate das Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo é utilizado o valor de abertura da Cota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

As Cotas Seniores da 1ª Série, bem como as Cotas Subordinadas terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Cotas da respectiva Série.

O valor inicial de emissão unitário de Cotas Seniores é de R\$ 1 (um mil reais), observada uma aplicação mínima inicial de R\$ 100 (cem mil reais) por investidor, não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

Na subscrição de Cotas Seniores do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Na subscrição de Cotas do Fundo que ocorrer posteriormente a Data da 1ª Integralização de Cotas do Fundo, será utilizado o valor de abertura da Cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O preço de subscrição das Cotas Seniores de cada Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição que será autenticado pela Administradora. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de cotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

No período de 8 de julho de 2011 a 31 de março de 2012 foram feitas as seguintes emissões de cotas:

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade cotas</b>
Cotas seniores (1º emissão)	65.000,0000
Cotas seniores (2º emissão)	35.338,0000
Cotas subordinadas preferenciais (1º emissão)	15.000,0000
Cotas subordinadas preferenciais (2º emissão)	7.418,0000
Cotas subordinadas ordinárias	33.645,0000

### ***b. Amortização de cotas***

As amortizações de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

#### *Cotas seniores 1ª emissão*

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, que ocorreu em 8 de julho de 2011, as Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente.

#### *Cotas seniores 2ª emissão*

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo, que ocorreu em 22 de dezembro de 2011, as Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente.



# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)**

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Enquanto existirem Cotas Seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia do Fundo.

A Administradora deverá constituir Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os Ativos Financeiros:

1. A partir de 60 (sessenta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
2. A partir de 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 75% (setenta e cinco) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.
3. A partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, o Fundo sempre mantenha em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva amortização, excluída a soma mantida em Disponibilidades para atendimento da Reserva de Liquidez.

Caso a Administradora verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização, a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

As Cotas Subordinadas Preferenciais e Ordinárias somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o Fundo atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento e no Suplemento de cada Série de Cotas Seniores, especialmente a Razão de Garantia, ressalvadas as hipóteses previstas a seguir:

- A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)**

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Subordinadas Preferenciais representarem percentual superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Preferenciais poderão ser amortizadas, desde que observados os seguintes critérios:

1. As Cotas Subordinadas Ordinárias não poderão representar percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
2. As Cotas Subordinadas Preferenciais serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da Razão de Garantia do Fundo.

■ A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores, observado o disposto abaixo, na hipótese de: (i) as Cotas Subordinadas representarem mais de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representarem percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, as Cotas Subordinadas Ordinárias poderão ser amortizadas mediante solicitação da Sabemi, desde que observados os seguintes critérios:

1. A Reserva de Liquidez deverá estar devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos em Regulamento;
2. O Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
3. Na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo III e Anexo IV do Regulamento não tenham sido excedidos;
4. As Cotas Subordinadas Preferenciais não representem percentual inferior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo após a amortização; e
5. As Cotas Subordinadas Ordinárias serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista entre o valor do patrimônio líquido e o valor total das cotas seniores emitidas. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições aqui previstas, bem como a Razão de Garantia.

■ Não serão realizadas amortizações de Cotas Subordinadas Ordinárias nos 04 (quatro) meses anteriores ao pagamento da última parcela de amortização, com o consequente resgate, das Cotas Seniores de cada uma das Séries de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

A amortização das Cotas Seniores de quaisquer das Séries do Fundo poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de Cotas previstos para cada Série, na impossibilidade de enquadramento do Fundo à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)**

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

A antecipação do início da amortização de Cotas Seniores do Fundo poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

### **c. Razão de garantia**

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução nº 356, a relação entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores será de 153,85% (cento e cinquenta e três inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas e, portanto, 65% (sessenta e cinco por cento), no máximo, por Cotas Seniores. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas Ordinárias deverão representar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo através do site da Administradora ([www.concordia.com.br](http://www.concordia.com.br)).

Na hipótese de inobservância do percentual mencionado acima, ou seja, caso: (i) as Cotas Subordinadas representem percentual inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo; ou (ii) as Cotas Subordinadas Ordinárias representem percentual inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I. A Administradora imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.
- II. A Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Sabemi, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:
  - a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no caput e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará à Sabemi que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

## Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)**

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- b) informará à Sabemi o número mínimo de Cotas Subordinadas Ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado acima.
- III. A Sabemi deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II, alínea “a”, deste parágrafo, tantas Cotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido do Fundo e Cotas Seniores mencionada acima. Na ocorrência de não subscrição, por qualquer motivo, pela Sabemi, cabe à Administradora, ao Gestor, ao Custodiante ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Gestor e pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada.

Em razão ao disposto acima, a Administradora poderá providenciar a emissão de Cotas Subordinadas Ordinárias do Fundo a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação patrimonial, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XV do Regulamento.

**Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em  
Direitos Creditórios I**  
**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores  
Mobiliários, Câmbio e Commodities)**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
*(Em milhares de Reais)*

**d. Resgate**

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de Cotas ou de sua liquidação.

**8 Serviços de gestão e custódia**

A gestão da carteira do Fundo é de responsabilidade da Polo Capital Gestão de Recursos Ltda.

Os títulos públicos são custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e as cotas de fundos de investimentos encontram-se custodiada na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob responsabilidade do Banco Santander (Brasil) S.A..

A guarda da documentação dos títulos dos direitos creditórios, em conformidade com o contrato de cessão, está sob a responsabilidade da Sabemi Seguradora SA.

**9 Encargos do Fundo**

**a. Taxa de administração**

Pelos serviços de administração do Fundo, a Administradora receberá uma taxa de administração equivalente a 0,8% (oito décimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o mínimo mensal de R\$ 21 (vinte e um mil reais) (“Taxa de Administração”).

A remuneração da Administradora é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido acima sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

A despesa de taxa de administração no período foi de R\$ 635.

**Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em  
Direitos Creditórios I**  
**(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores  
Mobiliários, Câmbio e Commodities)**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
*(Em milhares de Reais)*

O Fundo não possui taxa de ingresso, saída ou performance.

## **10 Rentabilidade**

A rentabilidade no período foi de:

<b>Classe das cotas</b>	<b>Período</b>	<b>Rentabilidade acumulada</b>
Cota sênior 1º emissão	08/07/2011 a 30/03/2012	10,01%
Cota sênior 2º emissão	26/12/2011 a 30/03/2012	3,24%
Cota subordinada preferencial 1º emissão	08/07/2011 a 30/03/2012	13,54%
Cota subordinada preferencial 2º emissão	22/12/2011 a 30/03/2012	4,63%
Cota subordinadas ordinárias	08/07/2011 a 30/03/2012	0,16%

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros e os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador ou pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## **11 Gerenciamento de riscos**

Não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e/ou o Gestor mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

Os recursos que constam na carteira do Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- a) Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- b) Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Gestor a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Cotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- c) Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas.
- d) Risco de Descontinuidade:** o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente ao término do seu prazo de duração ou do prazo de resgate das respectivas séries de cotas. Deste modo, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- e) Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.
- f) Risco de Concentração:** O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Segurado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Segurado.

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- g) Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pela Sabemi. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pela Sabemi pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta originar Direitos de Crédito Elegíveis.
- h) Risco de Descasamento:** Os Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas tem como um dos parâmetros o CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o Gestor, sempre que possível, contratará operações de swap de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações de swap ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas, inclusive Seniores.
- i) Risco relacionado à emissão de novas Cotas:** O Fundo poderá, a qualquer tempo, emitir novas Cotas, independentemente de aprovação dos atuais Cotistas, observado o disposto no Capítulo XV do Regulamento e os procedimentos exigidos pela Instrução CVM 356. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Cotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião.
- j) Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Segurados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.
- k) Riscos Associados aos Segurados:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar



# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira, respondendo pelo saldo a pagar da Assistência Financeira apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira contraída, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

- l) Risco de Fungibilidade:** Em seu curso normal, os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos dos Segurados e repassados à instituição conveniada, a qual poderá ser a própria Sabemi ou a Sabemi Previdência Privada, sendo que, caso esta última receba tais recursos, é realizado o seu respectivo repasse à Sabemi previamente ao pagamento ao Fundo. Desse modo, uma vez que os valores referentes aos Direitos de Crédito transitarão por contas bancárias da Sabemi e/ou da Sabemi Previdência Privada até o seu recebimento pelo Fundo, há o risco de que tais recursos não sejam repassados ao Fundo nos prazos estabelecidos no Regulamento, por exemplo, por motivo de intervenção ou indisponibilidade de recursos da Cedente e/ou da Sabemi Previdência Privada, ou, ainda, em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar.
- m) Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira contraída pelos Segurados é paga por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Segurados. Nesta hipótese, a carteira do Fundo pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.
- n) Risco Operacional de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e o repasse à Sabemi dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a Sabemi, a Administradora ou o Gestor controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

**o) Risco Operacional de Cobrança, do Originador e de Fluxo Financeiro:**

A cobrança e a coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito são realizadas pela Sabemi e/ou pela Sabemi Previdência Privada, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a Sabemi e/ou com a Sabemi Previdência Privada para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período e repassam os valores descontados à Sabemi por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado, podendo tal instituição ser a própria Sabemi e/ou a Sabemi Previdência Privada, a qual nesta hipótese atua como agente de recebimento dos valores devidos e os repassa à Sabemi. Em seguida, tais valores são repassados pela Sabemi ao Fundo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao eventual risco de atraso ou não ocorrência do repasse dos valores recebidos pela Sabemi Previdência Privada, atuando como agente de recebimento, à Sabemi, bem como ao risco de atraso ou não ocorrência do repasse pela Sabemi ao Fundo dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

**p) Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Segurados é viabilizado por convênios celebrados entre a Sabemi, a Sabemi Previdência Privada e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o Fundo, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo, o que lhe pode ser prejudicial.

**q) Risco do Originador e de Originação:** Os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pela Sabemi, o que pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não constância da concessão de Assistência Financeira pela Sabemi aos Segurados e da capacidade desta em originar Direitos de Crédito Elegíveis. Portanto, o investimento no Fundo está sujeito ao risco de não

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pela Sabemi contra os Segurados. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, da Sabemi na prestação dos respectivos serviços, ou, ainda, o pagamento antecipado das obrigações contratadas pelo Segurado no Contrato de Concessão de Assistência Financeira. Caso isto ocorra, a origemação dos Direitos de Crédito pela Sabemi pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, uma vez que a amortização e/ou o resgate das Cotas estão sujeitos à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros.

- r) Riscos do Mercado Secundário:** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, apresenta baixa liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- s) Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.
- t) Risco de Resgate das Cotas do Fundo em Direitos de Crédito:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- u) Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- v) Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos de Crédito:** O Custodiante realizará a verificação da regularidade da

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Documentação Comprobatória dos Direitos de Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. A Sabemi poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados, de comprovada competência e idoneidade, para realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, os quais estarão sob inteira responsabilidade da Sabemi, permanecendo esta como fiel depositário dos Documentos Representativos do Crédito, não havendo, portanto, qualquer superposição de funções entre a Sabemi e eventual terceiro contratado por esta. Neste caso a Sabemi ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao Custodiante e à Administradora ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelo fato de o terceiro contratado estar localizado em endereço distinto do da Sabemi.

- w) Risco relacionado à liquidação antecipada pelos Segurados dos Contratos de Assistência de Concessão Financeira:** Os Segurados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Concessão de Assistência Financeira, o que poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.
- x) Ausência de Notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese da Sabemi deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao Fundo até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da Sabemi dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o Fundo, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos de Crédito relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo.
- y) Risco de Questionamento Judicial:** A Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, tais como o questionamento de eventual abusividade nas taxas de juros praticadas pela Sabemi, bem como eventual vício dos Documentos Representativos dos Créditos que impeça a efetiva exigibilidade do crédito (ausência de assinaturas, ilegitimidade de representação, entre outros). Nestes casos, a Assistência Financeira poderá ser modificada ou cancelada em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, consequentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

**z) Risco de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória:** O Fundo poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira do Fundo podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

**aa) Demais Riscos:** A Sabemi atuará como Cedente, agente de recebimento e agente cobrador dos Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas. Entende-se, portanto, que os principais conflitos da estrutura proposta ficam estabelecidos na obrigatoriedade de repasse dos valores referentes à liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e à efetiva cobrança dos recebíveis que porventura se tornem inadimplidos em favor dos Cotistas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

## 12 Tributação

### a. Imposto de renda

Em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e demais normativos, os rendimentos são tributados por ocasião da amortização das cotas,

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

serão aplicadas alíquotas complementares, variáveis em razão do prazo da aplicação

- i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

### **b. IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)**

O Artigo 32 do Decreto nº 6.306/07 determina a incidência de IOF à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual decrescente à medida que aumentar o número de dias decorridos entre a aplicação e o resgate das cotas, conforme tabela anexa ao Decreto nº 6.306/07 para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e ou IOF.

## **13 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia**

O Banco Santander (Brasil) S.A. é o responsável pela execução dos serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares. A despesa no montante de R\$ 72 foi registrada na rubrica “Despesas com auditoria e custódia” apresentadas no quadro de demonstração das evoluções da patrimônio líquido.

## **14 Operações do Fundo com a Administradora, Gestora ou empresas ligadas**

O Fundo não possui ativos emitidos pela Administradora, Gestora ou empresas ligadas.

## **15 Demandas judiciais**

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.

# Polo Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I

(Administrado pela Concórdia Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 16 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Administradora, no exercício auditado, somente contratou empresa de auditoria externa para prestação de serviços de auditoria, não tendo prestado nenhum outro tipo de serviço ao Fundo.

É adotada como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender as regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência, inclusive com os princípios internacionais, os quais incluem, dentre outros, os seguintes: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente, e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que os mesmos não afetem as regras de independência estabelecidas.

\* \* \*

Robson Roble  
Contador CRC 1SP250475/O-5

Ricardo Augusto Leão Martins  
Diretor Responsável